

The background of the cover features a warm, golden-brown to red gradient. In the upper half, there are faint, semi-transparent images of Egyptian statues, including a large pharaoh's head and two smaller figures. In the lower right corner, there is a dark silhouette of a camel and a person, with a small yellow circle representing a sun or moon.

CHRISTIAN JACQ

O EGITO
DOS GRANDES
FARAÓS

HISTÓRIA & LENDA

B
BERTRAND BRASIL

CHRISTIAN JACQ

O Egito dos Grandes Faraós

História e Lenda

2ª edição

Tradução Rose Moraes

BERTRAND BRASIL

2010

*À minha filha Ghislaine, como recordação de uma maravilhosa viagem
à descoberta do Egito.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

O REI-ESCORPIÃO E A ALVORADA DE UMA CIVILIZAÇÃO

CAPÍTULO 2

MENÉS E O NASCIMENTO DA NAÇÃO

CAPÍTULO 3

DJOSER, O MAGNÍFICO

CAPÍTULO 4

SNEFRU, O CONSTRUTOR

CAPÍTULO 5

QUÉOPS, QUÉFREN E MIQUERINOS, OU O REINADO DOS GIGANTES

CAPÍTULO 6

PEPI II: O REINADO MAIS LONGO DA HISTÓRIA

CAPÍTULO 7

SESÓSTRIS E O SORRISO DO MÉDIO IMPÉRIO

CAPÍTULO 8

AMÓSIS, O LIBERTADOR

CAPÍTULO 9

HATSHEPSUT, RAINHA-FARAÓ

CAPÍTULO 10

TUTMÓSIS III, O NAPOLEÃO EGÍPCIO

CAPÍTULO 11

AMENÓFIS II, O REI DESPORTISTA

CAPÍTULO 12

TUTMÓSIS IV E A ESFINGE

CAPÍTULO 13

AMENÓFIS III, OU O REINADO DA LUZ

CAPÍTULO 14

AKHENATON, O HERÉTICO

CAPÍTULO 15

TUTANKHAMON, O DESCONHECIDO

CAPÍTULO 16

SETHI I, O HOMEM DO DEUS SETH

CAPÍTULO 17

RAMSÉS II E A EXALTAÇÃO DA FORÇA

CAPÍTULO 18

RAMSÉS III, O ÚLTIMO GRANDE FARAÓ

CAPÍTULO 19

NECTANEBO II, O ÚLTIMO FARAÓ EGÍPCIO

CAPÍTULO 20

CLEÓPATRA ASSASSINADA

UM ÚLTIMO OLHAR

DADOS CRONOLÓGICOS



INTRODUÇÃO

No ano de 1881, produziram-se no Egito curiosos acontecimentos: grandes quantidades de objetos antigos, autênticos e de grande valor qualitativo, apareceram no mercado de antigüidades. Ainda se vivia num período muito recente da exploração científica do Antigo Egito, e a sua arte já atraía numerosos colecionadores de honestidade duvidosa. Um egiptólogo francês, Gaspar Maspéro, diretor do Serviço de Antigüidades instalado no Cairo, pressentiu que o caso ia assumir grandes proporções e ordenou, então, uma investigação para tentar descobrir a proveniência daquelas obras.

Infelizmente, as investigações egípcias não foram tão simples assim, pois tudo que representava a autoridade, fosse ela qual fosse, inspirava sempre um certo sentimento de desconfiança. Muitos crimes ficaram por resolver, mesmo havendo inúmeras testemunhas oculares. A venda mais ou menos fraudulenta de antigüidades encontradas por acaso sempre foi a especialidade de certos clãs e de certas famílias. No caso em questão, a abundância destes objetos postos em circulação implicou a participação de várias pessoas. A pista levou à região de Tebas, a fabulosa capital do Novo Império, e mais precisamente à família de Abd er-Rasul. Impossível, porém, ir mais longe. Muitas pessoas pareciam estar a par, mas ninguém queria falar.

A paciente obstinação dos egiptólogos, no entanto, foi recompensada. No Egito, o tempo é mais lento, mais eterno. Há que saber esperar. Emile Brugsch, então a serviço de Maspéro, recebeu a visita de um felá, que aceitou indicar-lhe o tão cobiçado esconderijo. Organizou-se uma expedição que seguiria em direção a um poço profundo escavado na rocha, ao sul do extraordinário templo de Deir el-Bahari. Seria necessário descer, depois percorrer uma pequena galeria e, finalmente, chegar à câmara funerária, originalmente destinada a uma rainha obscura chamada Inhapy. Encontravam-se no solo muitos recipientes, grande parte deles quebrada, além de sarcófagos com múmias.

Para um egiptólogo, encontrar uma sepultura real intacta constitui não só um momento de emoção, mas também de respeito, por se estar na presença do corpo mumificado de soberanos que reinaram sobre o mais rico e enigmático império do mundo. Quando Brugsch decifrou os hieróglifos que lhe revelaram o nome dos faraós que ali repousavam, seu coração rejubilou. O que acabavam de encontrar não eram múmias de reis pouco conhecidos ou totalmente desconhecidos, mas sim as múmias dos maiores faraós do Novo Império: Tutmósis III, Amenófis I, Sethi I, Ramsés II, nomes lidos vezes e mais vezes nas inscrições, nomes que evocavam templos, batalhas, a lembrança de uma civilização excepcionalmente brilhante. E assim, graças a uma rivalidade entre camponeses que terminou em uma denúncia, os corpos destes homens ilustres foram ressurgindo à luz do dia.

Outra grande surpresa, porém, aguardava Maspéro. Depois de retirar as múmias do esconderijo onde seus sacerdotes as haviam colocado em segurança durante um dos conturbados períodos da história egípcia, o egiptólogo tratou de transportar a sua preciosa "carga" para o Cairo, tendo de pegar a "auto-estrada" utilizada desde sempre, ou seja, o Nilo. As múmias foram colocadas numa embarcação e a expedição partiu de Tebas em direção ao Cairo. Às margens do rio, qual não foi o espanto de Maspéro ao ver mulheres chorando e homens disparando tiros de espingardas! Ao celebrarem deste modo os ritos fúnebres, os egípcios do século XIX honravam a memória de antiquíssimos monarcas a quem deviam a grandeza de seu país.

Infelizmente, logo que chegaram às portas do Cairo, o funcionário de serviço mostrou-se muito menos respeitador. Contemplou as múmias com ar perplexo, mas não se sentiu nem um pouco comovido com o destino póstumo daqueles gigantes da História universal. Para ele, só havia um problema: saber que imposto aplicar àquela mercadoria. E como as múmias não estavam inscritas em nenhum inventário alfandegário, acabou por considerá-las peixe seco.

Quanto a nós, temos certeza de que não seremos tão pouco atenciosos como o tal funcionário. Muito pelo contrário. Honraremos a memória

dos grandes faraós do Egito e assim iremos descobrir o panorama de uma das mais antigas e maravilhosas civilizações que se conhece. De modo geral, considera-se que a História egípcia se estende do IV milênio a.C. até a era cristã. Segundo Maneton, um autor antigo cuja importância veremos mais adiante, há que remontar mais longe no tempo, atribuindo cerca de 6.000 anos desse tempo à História propriamente dita — sem levarmos em conta o reinado dos deuses —, ao passo que em alguns meios universitários da egiptologia se adota uma "cronologia curta", de 3.200 anos. O domínio cronológico permanece ainda muito obscuro, e inúmeras datas são hipotéticas. Quando a História escrita começa, e isso por volta do ano 3000 a.C. (data igualmente sujeita a avaliação), a aventura egípcia já tem um passado bastante difícil de avaliar.

O mais prodigioso, no caso do Egito, é a coerência da civilização e, principalmente, a duração da instituição faraônica. Poucos séculos separam a França contemporânea da Idade Média. No entanto, tudo mudou. Contudo, tanto os egípcios da época ptolomaica como os do Antigo Império reconheciam a existência de um rei-deus e de um faraó chefe de Estado, embora ambos estivessem separados por milênios. Longa história, por conseguinte, mas sobretudo história que possui um centro vivo — o faraó que se manteve imutável apesar dos acontecimentos por vezes dramáticos. Esta continuidade, cujas raízes mergulham no sagrado e não no político, pode espantar-nos. Recordemos ainda que nenhum dos 350 faraós¹ que se sucederam no trono do Egito traiu esta concepção no seu princípio; recordemos, enfim, que o tempo que se estende de Cleópatra até nós é, no mínimo, duas vezes menos longo que aquele que se estende de Menés, o primeiro faraó "histórico", até Cleópatra, e facilmente compreenderemos que a civilização faraônica constitui uma engrenagem fundamental da aventura humana.

¹ Trata-se de um número bem aproximado. E isto porque ainda hoje se descobrem tumbas de faraós cujos nomes surgem do nada à luz de um objeto inscrito.

O Egito é filho do Sol. É a forma visível do deus Rá, o princípio criador ao qual os sacerdotes da cidade santa de Heliópolis, hoje desaparecida, consagravam uma vida de trabalho e pesquisa. A cada manhã o país renasce quando o astro se ergue sobre as falésias do deserto oriental. O percurso solar constitui um modelo teológico, ensinando-nos que todo esse movimento se inscreve entre um nascimento e uma morte. Morte, porém, aparente, pois o Sol ao desaparecer sob a Terra prepara a sua ressurreição. O mesmo aconteceu com a história do Egito, que várias vezes deu a impressão de desaparecer no nada para melhor ressurgir das trevas.

O Egito é também um grande lótus com sua haste formada pelo Alto Egito, a parte meridional do país, e a flor do Delta ou Baixo Egito. Com cerca de mil quilômetros de comprimento, mas com uma largura que raramente atinge os trinta quilômetros no Alto Egito, a terra dos faraós, na sua parte cultivada e habitável, ocupa uma superfície um pouco inferior à da Bélgica. Está cercada por desertos a leste e a oeste; ao norte, o Mediterrâneo serve-lhe de fronteira natural, enquanto que ao sul é seguramente protegida pelas sucessivas barragens formadas pelas cataratas do Nilo. Como vemos, o conjunto geográfico faz do Egito um território muito peculiar onde se podem desenvolver estruturas originais. Em primeiro lugar, um fato histórico corrobora esta análise: é que, independentemente das invasões estrangeiras, das influências externas e dos contatos com o mundo externo, o Egito dos faraós manteve-se e se mantém essencialmente o mesmo, preservando a sua próspera naturalidade.

"A nossa própria civilização e a de toda a Europa estão unidas a este mundo por milhares de laços indissolúveis", escrevem os egiptólogos alemães Erman e Ranke.² Esta constatação é fundamental. Ao lermos a história dos faraós, não estamos penetrando um exotismo tão distante que poderia tornar-se incompreensível. O antigo Oriente Próximo (particularmente o Egito) faz parte da nossa ancestralidade e nele mergulham as nossas raízes espirituais, sensíveis, intelectuais. A idéia

² *La Civilisation égyptienne*, Payot, 1963, p. 12.

de que o Egito é uma civilização pré-filosófica, enquanto Grécia e Roma foram as primeiras culturas capazes de "pensar" e de "fazer a ciência", é uma das premissas mais falsas que existem. Lamenta-se muito que o Egito ocupe um lugar tão restrito no processo educativo, quando esta nação tem um papel tão fundamental no nosso espírito e na nossa memória mais profunda. Para todos que tiveram a oportunidade de visitar o Egito, esse fato torna-se evidente: lá, na terra do deus-Sol, formaram-se elementos fundamentais da consciência humana. Será mesmo necessário celebrar a arte egípcia, sublinhar a sua extraordinária beleza, assim como sua profundidade e seu significado? Na realidade, apenas conhecemos realmente um pequeno número de obras, já que os museus abrigam muitas criações que mereceriam ser descobertas ou redescobertas. A religião egípcia, estudada durante muito tempo sob uma perspectiva racionalista, contém tesouros que podem suscitar sempre uma fé oriunda do interior. A literatura egípcia, quer "religiosa", quer "profana" — distinções que têm, de resto, um valor muito relativo no caso do Egito —, é ainda pouco conhecida. Quantos ensinamentos se poderiam recolher nos *Textos das pirâmides*, nos *Textos dos sarcófagos*, nas *Sabedorias*, nos contos... Por trás do escrito, da estátua, do símbolo sagrado, perfila-se uma prodigiosa alegria de viver e de existir.

Os que fizeram do Egito uma civilização de mascates enganaram-se redondamente. Os faraós não celebram o nada como se um dos primeiros deveres fosse construir a sua sepultura; o que celebram, sim, é a vida além da morte, uma eternidade na qual se une aquilo a que chamamos "vida" e "morte".

Em 1798 realizou-se a expedição ao Egito. Os sábios que faziam parte da viagem descobriram um país fabuloso, coberto de templos, estelas e diversas outras construções. Desenharam, copiaram, acumulando uma importante documentação que viria a ser publicada na monumental *Descrição do Egito*, publicada de 1809 a 1816. Surgia assim um material verdadeiramente egípcio posto à disposição dos que procuravam desvendar os mistérios da civilização faraônica.

Até então, os estudiosos tinham de contentar-se com o testemunho de autores antigos como Hecateu de Mileto (que visitou o Egito por volta de 510 a.C. e se interessou sobretudo pelo fenômeno das inundações), Platão, Plutarco, Diodoro da Sicília, Estrabão, Plínio, o Antigo, Clemente de Alexandria e alguns outros. Faz-se necessária uma referência particular a Heródoto de Halicarnasso (484-430 a.C.), que escreveu uma espécie de relato jornalístico acerca da sua viagem feita pouco depois de 450. Avançou provavelmente para o sul, talvez até a primeira catarata, e permaneceu na região cerca de três meses. O viajante grego fornece-nos elementos interessantes acerca dos reis que governaram o Egito depois de Psamético I (664-610 a.C.). Infelizmente, a sua obra acolhe muitas intrigas e historietas malevolentes, desconhecendo inteiramente o gênio do Antigo Império e repetindo calúnias vergonhosas que nos levam a desconfiar da sua capacidade crítica.

O verdadeiro historiador é aquele que recolhe poucos elementos sólidos dessa massa documental. Os gregos temeram, admiraram e vilipendiaram o Egito, mas não o compreenderam a fundo. As exceções confirmam a regra: Plutarco, certamente iniciado nos mistérios egípcios, transmitiu-nos informações preciosas no seu tratado *Sobre Ísis e Osíris* (relativos, porém, à religião).

Entre os achados da expedição ao Egito, a Pedra de Roseta (encontrada na cidade de mesmo nome) assumiria especial importância. Nesta pedra estava gravada uma inscrição dita "trilíngüe", ou seja, redigida segundo três maneiras de se escrever: no grego, no demótico (uma tardia escrita cursiva egípcia, utilizada sobretudo nos documentos administrativos) e no hieróglifo. Um jovem francês, Jean-François Champollion, nascido em 1790, vê finalmente o horizonte abrir-se à sua frente, pois há anos tentava ler os hieróglifos. Aprendeu tudo que podia aprender a respeito do Egito e acabou decifrando várias línguas arcaicas como o grego e o copta. Servindo-se desse achado "trilíngüe", conseguiu finalmente realizar o seu sonho: compreender a língua dos antigos egípcios. O matemático Fournier comparava Champollion a um "potro feroso que

exigia uma razão tripla". De fato, o genial decifrador escreveria uma gramática e um dicionário, e viajaria ao Egito, onde faria surpreendentes análises dos monumentos; infelizmente, morreria de exaustão em 1832, aos quarenta e dois anos de idade. Nasceria assim a egiptologia. Graças às descobertas de Champollion, finalmente foi possível ler os hieróglifos e estudar a história egípcia a partir dos próprios documentos faraônicos.

Cabe-nos agora citar um personagem essencial, Mâneton, sacerdote egípcio do século III a.C. Nascido em Sebenitos, no Delta (a atual Samanud), escreveu em grego uma história do Egito para o rei Ptolomeu II Filadelfo. Mâneton, que se supõe ter vivido em Mendes e em Heliópolis, estudou a religião, os ritos e as festas antes de redigir a sua obra-prima, as *Aegyptiaca*, que incluía a lista dos reis egípcios classificados em dinastias.

Infelizmente, esta obra monumental desapareceu, restando dela apenas alguns fragmentos, pois Mâneton foi citado por outros autores antigos, nomeadamente o judeu Josefo (século I a.C.), os cristãos Júlio, o Africano (cerca de 220 d.C.), Eusébio (cerca de 320 d.C.) e até Jorge, o Sincelo, no ano de 800 d.C. Esta história do Egito era, por conseguinte, tão conhecida, que merecia tais citações, sendo impossível, porém, apreciar a síntese de Mâneton, porque somente a conhecemos de maneira indireta e fragmentária.

Enfim, Mâneton legou aos egiptólogos o contexto geral das suas pesquisas históricas, a saber: as trinta dinastias que vão de Menés, o primeiro faraó, a Nectanebo II. Mâneton também especificou a duração dos reinados, repetiu anedotas relativas à vida dos monarcas e relacionou seus nomes. Entretanto, é provável que algumas dessas indicações não sejam da sua autoria. Quanto aos pormenores cronológicos, estes foram e são objeto de um exame crítico por parte dos egiptólogos. Além disso, os nomes de reis fornecidos por Mâneton apresentam graves deformações em relação aos que são lidos nos monumentos egípcios, e suas aproximações revelam-se por vezes mais que difíceis.

A pergunta é: que documentos egípcios são esses que nunca mais foram explorados desde o século IV d.C.? Trata-se de textos inscritos nas paredes de templos ou de sepulturas, ou ainda em objetos ou em papiros. São muitas as inscrições, mas poucas têm um valor propriamente "histórico" no sentido em que hoje o entendemos. Para darmos um exemplo concreto, as "autobiografias ideais" dos grandes funcionários não descrevem carreiras individuais, mas um modelo de existência pública ditado pelos critérios da moral egípcia.

Faltam-nos narrativas históricas contínuas, faltam-nos cronologias com uma certa extensão. O material de base é constituído por nomes de reis, datas e acontecimentos muitas vezes evocados de maneira elíptica, além daquilo que denominamos de — não sem correremos grandes riscos —, "a evidência arqueológica". Devemos confessar que a documentação é quase inexistente para certos períodos da história egípcia. À custa de um trabalho incessante e de indícios cuja apreciação é forçosamente subjetiva na maior parte dos casos, o especialista esforça-se, porém, para dar uma imagem do período estudado. Além disso, graças às leis próprias do seu sistema de realeza, os egípcios reservam-nos surpresas. O fenômeno da co-regência, simples em si, desiludiu muitos historiadores. Afinal, a que se referia? Muitos faraós — e chegou-se a perguntar se não seria uma regra geral — associaram, em vida, o seu sucessor ao trono a fim de iniciá-lo na gestão dos assuntos de Estado. Os dois reinados são, então, sobrepostos e paralelos durante um certo tempo. Quando a documentação não se mostra suficiente para nos revelar, arriscamo-nos a cometer grandes erros cronológicos.

Os egípcios elaboraram listas reais. Existia, assim, uma consciência das dinastias que se sucederam. *A Pedra de Paleimo* constitui o bloco principal de um documento partido em vários fragmentos, alguns dos quais desapareceram. Consistia de um inventário dos mais antigos faraós, desde Menés, o primeiro, até Neuserre (quinta dinastia). É interessante notar os elementos que chamaram a atenção dos próprios egípcios. Efetivamente, os escribas especificam, reinado por reinado, o nome de cada faraó, a data da sua morte, a coroação do seu sucessor, as

festas religiosas, a construção de templos e de palácios, a fabricação de estátuas, a altura atingida pelas cheias do Nilo, as viagens marítimas, as expedições comerciais ou militares, as observações astronômicas.

Depois, é preciso esperar pelo Novo Império (do século XVI ao século XI a.C.) para ver registradas outras listas de reis. *O Cânone Real de Turim* é um papiro hierático³ datado do reinado de Ramsés II. Tal como a Pedra de Palermo, designa Menés como o primeiro faraó da história, o qual subiu ao trono após uma longa linhagem de deuses e semideuses cujos reinados haviam durado extraordinariamente. A *Tábua de Abidos* está inscrita nas paredes do templo da própria Abidos. Nela vemos o faraó Sethi I (1304-1290 a.C.), acompanhado do seu filho mais velho, o futuro Ramsés II, fazendo oferendas a setenta reis que considera seus antepassados, simbolizados por rolos, ou seja, por ovais alongadas no interior das quais estão inscritos os nomes dos faraós. A *Tábua de Sakkarah*, encontrada na sepultura de um mestre-de-obras de Mênfis, registrava os nomes de cinqüenta e sete antepassados venerados pelo rei Ramsés III: cerca de cinqüenta permanecem legíveis. A *Tábua de Karnak*, enfim, data do reinado de Tutmósis III (1490-1436 a.C.). Inscrita numa das paredes do maior templo egípcio, ela nos dá os nomes de soberanos desconhecidos noutras listas, mas troca a ordem cronológica.

Ao mesmo tempo que nos fornecem valiosas referências, estas listas nos apresentam numerosos problemas. Não separam o sagrado do profano, pois para eles os primeiros reis são divindades. Observam uma certa ortodoxia, não mencionando os hicsos, invasores que reinaram no Egito, e nem o faraó Akhenaton, considerado "herético". Também a escolha dos nomes dos faraós parece por vezes inexplicável. Por que razão determinada lista, por exemplo, omite os primeiros cinco reis da primeira dinastia, enquanto outra se demora na oitava, a qual hoje nos parece praticamente inexistente? Talvez existissem outros inventários comparáveis, que não foram encontrados. O faraó que mandava gravar

³ Forma cursiva da escrita hieroglífica.

essa enumeração de reis desejava honrar os seus antepassados, não se preocupando com a verdade histórica nem com a exaustão documental.

Na maioria das vezes seremos obrigados a fornecer datas aproximadas. Essas dificuldades de precisão histórica provêm de um fato preciso: cada reinado forma uma espécie de era independente que começa no ano 1 do faraó, não existindo, portanto, uma cronologia contínua comparável aos sistemas do tipo "antes ou depois de Cristo" ou às datações muçulmanas. Dir-se-á: "no ano 7 de Ramsés II" ou "no ano 28 de Pépi II". A fórmula "em 1900, no reinado de Fulano", não existe. O mundo volta a partir do zero a cada faraó. Infelizmente, não conhecemos a duração exata de cada reinado, e o fenômeno da co-regência aumenta ainda mais as incertezas.

Neste quebra-cabeça egípcio, onde o historiador ávido de datas exatas perde muitas vezes os seus hieróglifos, os pontos de referência apresentam-se como num oásis, sendo oferecidos pelo calendário.

A astronomia teve sempre um papel importante no Egito, onde a claridade do céu e a pureza atmosférica permitiram observações precisas desde a remota Antigüidade. Sacerdotes especializados no estudo dos astros elaboraram um calendário inúmeras vezes considerado como o mais inteligente da história humana. As suas principais características são um ano de trezentos e sessenta dias divididos em doze meses de trinta dias e em três estações (inundação, inverno, verão). Acrescentam-se a este ano solar cinco dias, que os gregos chamaram "dias epagômenos". E como o ano astronômico é de cerca de 365 dias e $\frac{1}{4}$, a diferença aumenta. Todos os mil quatrocentos e sessenta anos, o primeiro dia do ano civil egípcio de 365 dias volta a coincidir com o do ano astronômico. Os egípcios estavam cientes disso e haviam relacionado três fenômenos para caracterizar esse acontecimento excepcional: o nascer helíaco de Sirius, o primeiro dia da inundação e o primeiro dia do ano. Ora, sabemos que o nascer de Sirius e o primeiro dia do ano civil coincidiram em 139 d.C. Uma série de cálculos esparsos em documentos egípcios permite, assim,

estabelecer referências cronológicas quase seguras, mas que não ultrapassam o Médio Império. De fato, a mais antiga refere-se ao reinado de Sesóstris III. Sabemos que o ano 7 do reinado deste faraó corresponde ao ano 1871 a.C. Em contrapartida, para o período anterior dispomos apenas de hipóteses e argumentos teóricos. Assim, para se datar a primeira dinastia ainda se hesita entre 3200 e 2850 a.C.

A história dessa civilização foi dividida pelos egiptólogos em grandes períodos. Essa classificação compreende três "impérios" — os momentos altos em que o Egito está equilibrado e é poderoso — enquadrados por períodos ditos de transição. O destino histórico do Antigo Egito começa com o *período tinita*, que abrange as primeiras duas dinastias (2950-2640 a.C.), assim denominado porque, nessa época, a capital do país era a cidade de Tis. Segue-se o *Antigo Império* (terceira a sexta dinastias, 2640 a 2160 a.C.), certamente o período mais fausto e mais extraordinário da aventura egípcia, caracterizado pela construção das grandes pirâmides e por uma das sociedades mais perfeitas da história humana. A essa idade dourada sucede um tempo sombrio, qualificado como *Primeiro Período Intermediário* (final da sexta dinastia e início da décima primeira, 2160 a 2134 a.C.). Renascendo das cinzas, a civilização faraônica tem a sua idade clássica no *Médio Império* (décima primeira e décima segunda dinastias, 2134 a 1785 a.C.), onde a Arte e as Letras atingem um elevado grau de requinte. O *Segundo Período Intermediário* consiste de uma nova idade trágica (décima terceira dinastia, 1785 a 1551 a.C.) marcada por uma invasão. Em consequência de uma guerra de libertação, o Egito floresce novamente no *Novo Império* (décima terceira a vigésima dinastias, 1552 a 1070 a.C.), onde o país dos faraós consolida o seu poder militar e conquistador, ao mesmo tempo que goza de um luxo prodigioso e constrói admiráveis templos, sendo Karnak e Luxor os mais conhecidos. Com a vigésima primeira dinastia instaura-se a *Época Baixa* (na qual foi reconhecido um *Terceiro Período Intermediário*), que se estende de 1070 a 343 a.C., data em que o último faraó da última dinastia, a trigésima, é deposto por uma segunda invasão dos persas, que ocuparão o Egito até 332 a.C. A

conquista de Alexandre permitirá aos macedônios e depois aos ptolomeus reinarem sobre o país até 30 a.C., data da conquista romana. Essa noção de império não se deve a Champollion, que apenas falou de dinastias, e sim a um diplomata prussiano, Carl Josias von Bunsen, que, em 1844, aplicou à história egípcia um modelo inspirado no Sacro Império romano-germânico. Isso significa que a mesma deve ser tratada com prudência, tanto mais que a política egípcia nunca foi, nem mesmo no Novo Império, realmente "imperialista" no sentido moderno do termo.

Como analisavam os egípcios a sua própria história? A pergunta não é tão fácil de responder. As civilizações grega e romana criaram os seus próprios historiadores, que se debruçaram sobre o seu passado e assim o interpretaram. Ora, apesar da extensão da civilização faraônica, não conhecemos nenhum autor que tenha redigido uma história de seu país. Tal constatação é importante na medida em que nos faz penetrar o âmago do pensamento egípcio, eivado de eternidade e do sentimento do que se mantém imutável, não obstante o passar do tempo. A civilização faraônica jamais foi estática ou imóvel como demasiadas vezes se tem escrito; pelo contrário, sempre esteve em perpétua inovação: constrói, cria e reinventa constantemente o seu próprio gênio, mas não acredita no que constitui o dogma central das nossas civilizações modernas: o progresso.

Para o Egito, o mito, ou a história verdadeira, segundo a expressão de Mircea Eliade, está na origem de tudo. Cada rei situa o primeiro ano do seu reinado num tempo primordial; cada novo reinado começa no ano 1 de uma nova era. A data não importa; o que importa é a inserção do faraó numa ordem cósmica. No Egito Antigo não existia, pois, uma "perspectiva histórica" ou uma "história objetiva", segundo a terminologia moderna. O que importa mesmo aos faraós é celebrar a história do seu povo como uma festa, uma comunhão com a Natureza e com os deuses. Acusar o Estado egípcio de "conservadorismo político" por não estar sempre agitado por sobressaltos e convulsões sociais é ignorar o valor da tradição sagrada como força de renovação

permanente. De acordo com as inscrições, é claro que os faraós tinham consciência de viverem no "tempo do deus", no "tempo dos antepassados", e de restaurarem "a primeira vez", tudo expressões para designar a origem da vida, o paraíso perdido sempre redescoberto.

As listas régias há pouco citadas começam com o reinado dos deuses, seguindo-se os dos semideuses, dos seres de luz e, enfim, dos Seguidores de Hórus, predecessores do primeiro rei humano, Menés. Para os egípcios não se trata de uma ficção. Significa, sim, a melhor maneira de afirmar que a realeza começa na divindade e que o modelo a que cada sacerdote se refere é de ordem supra-humana. Agrupada e organizada em torno do seu rei-deus, a sociedade faraônica tirará todas as conseqüências de tal princípio.

Somos, por isso, obrigados a reconhecer que, não obstante a abundância de documentação, os materiais verdadeiramente históricos são raros. Temos de procurá-los ao acaso dos monumentos ou dos textos, lidar cuidadosamente com as alusões, perscrutar as "biografias" e as narrativas de proezas régias. A história do Antigo Egito, tal como hoje a escrevemos, apresenta grandes lapsos. Apenas conhecemos — e muito parcialmente — um terço das trinta dinastias, cuja situação histórica pode ser representada com alguma precisão. Os períodos ditos "intermediários" são dos mais obscuros. O conceito de dinastia, aparentemente tranqüilizador, não deve induzir em erro. Na realidade, não sabemos por que razão se passa de uma dinastia a outra. Ignoramos igualmente os critérios que presidem à duração de uma dinastia: a décima oitava é muito longa, a vigésima oitava só tem um rei, e a sétima provavelmente não existe. Para apreciar a importância de um faraó, referimo-nos muitas vezes à freqüência com que o seu nome é mencionado nas esteiras, nos escaravinhos e outros tipos de documentos. Entretanto, a perda de grandes partes da documentação pode falsear as nossas apreciações.

A essas dificuldades acrescenta-se outra, derivada da própria mentalidade egípcia. Ciosos de eternidade, os faraós nos legaram o que consideravam essencial: os seus templos e os seus túmulos. Cidades,

aldeias e casas particulares não eram construídas em "pedras de eternidade", mas em materiais perecíveis. Desapareceram quase completamente, privando-nos de testemunhos arqueológicos sobre a realidade cotidiana do passado egípcio. Felizmente, as "cenas da vida privada", copiosamente ilustradas nas paredes das sepulturas, restituem-na, mas não devemos esquecer que, neste contexto, muitas vezes têm um sentido simbólico que transcende o seu aspecto material.

Essa mentalidade leva os faraós a manipularem sua história de uma maneira que nos desilude. Um rei pode, assim, buscar em um dos seus predecessores uma cena que *a priori* parecia histórica, mas que desse modo adquire um valor intemporal. A própria captura dos líbios vencidos, por exemplo, encontra-se nos reinados de Sahure (Antigo Egito, quinta dinastia), de Pepi II (Antigo Império, sexta dinastia) e de Taharca (Época Baixa, vigésima quinta dinastia). Para estes reis os pormenores históricos não importam tanto, mas sim a submissão do inimigo (símbolo do caos) ao rei (símbolo da ordem cósmica). Talvez Taharca nunca tenha realmente combatido os líbios, mas talvez tenha travado de fato a batalha, assim, ao gravar esta estela, achou que o essencial era referir-se a um passado glorioso e manter o ideal de harmonia inscrito na sua função.

Quando um dos mais célebres egiptólogos britânicos, Sir Alan Gardiner, a quem os estudos históricos devem tanto, escreve que as crônicas árabes, que falam das contínuas agitações, das querelas familiares e dos assassinatos, nos dão uma boa visão da realidade cotidiana ao tempo dos faraós, pensamos de ele estar enganado. Se alguns elementos, como a vida agrícola, não variaram muito desde o Egito Antigo, no mundo árabe do Egito contemporâneo já não existe uma chave civilizacional: a própria instituição faraônica. Era ela que fazia viver a sociedade, moldando o espírito, a alma e a sensibilidade dos antigos egípcios. Toda a comparação com uma sociedade que assenta em critérios totalmente diferentes só poderia conduzir a um impasse. Um simples "pormenor" permite-nos compreender perfeitamente o que queremos dizer: o Egito de hoje está

profundamente marcado pela prática dos preceitos do Corão, o livro sagrado. Ora, o Egito Antigo, na sua extraordinária sabedoria, nunca conheceu *um* único livro sagrado, *um* livro revelado que desse resposta a tudo. A cada grande cidade correspondia uma teologia particular.

O rei está no centro do pensamento egípcio, no centro da história e da sociedade egípcias. Segundo a expressão de Baillet, o faraó é o "coração do ser coletivo do Egito". Ao dar a uma de suas grandes obras o título de *O Caráter Religioso da Realeza Faraônica*, Alexandre Moret salientou que o chefe do Estado egípcio exercia uma soberania muito restrita no âmbito da política tal como a concebemos hoje. O faraó é um descendente dos deuses que reinaram nos Céus e na Terra. É na qualidade do próprio deus que ele deve velar sobre o mais precioso dos seus tesouros: a terra do Egito. O faraó é designado como soberano pelo deus Rá enquanto ainda está "no ovo", segundo a expressão egípcia. Esta alquimia solar visa a criar um ser de luz que, segundo os mitos que relatam uma teogamia (ou seja, o processo de uma concepção e de um nascimento divinos), será o fruto da união de um deus com uma mortal. Nunca deveremos, pois, considerar a ação dos faraós sob uma perspectiva puramente profana. Seja qual for a individualidade própria dos homens que ocupam este "cargo", lhes é incutida uma concepção muito peculiar do poder, na qual o seu papel religioso é primordial. No Egito Antigo nunca houve separação entre o templo e o palácio, e não se pode, de um lado, falar da religião, e do outro, do Estado. Efetivamente, a religião egípcia não é uma doutrina comparável ao catolicismo e ao Islã. Não tem um credo, nem artigos de fé, e sim repousa em mitos, símbolos e ritos. Os sacerdotes não têm de ensinar ao povo nem sequer a ser missionários. Consideram-se especialistas do sagrado, como sábios que alimentam a vida manipulando a energia divina nos laboratórios dos templos. O mestre de todos, o mais qualificado dentre eles, é o faraó. Desse modo, a religião não se baseia na prece solitária, pois no Egito ela é apenas um fenômeno secundário. A atividade religiosa é um dever fundamental do Estado, a sua razão de ser: é ela que determina as estruturas políticas, sociais e econômicas.

"Jamais a religião foi para eles um fenômeno privado, ao qual a escolha individual pudesse atribuir maior ou menor importância; como nos tempos remotos dos clãs pré-históricos, em que ela é a própria estrutura da vida social e nacional cuja diretriz está nas mãos do soberano.

Os laços entre o faraó e o cosmo são essenciais: representa o Sol para os homens e os seus raios penetram em toda parte. Ele afasta as trevas do Egito; ouve tudo que se diz, porque tem milhões de ouvidos; tudo vê, porque a sua vista é mais penetrante do que o astro diurno. Depositário da força vital, o faraó é o único intérprete da vontade divina. Tal poder não lhe concede direitos despóticos, mas o torna responsável pela vida material e espiritual do seu reino. Organizando os ritos, ele permite que as estações decorram segundo as leis do cosmo, também permitindo que as inundações venham fecundar o Egito e que o Sol se levante.

Muitos faraós foram, de resto, autênticos sábios no domínio da religião e do seu simbolismo. Sabemos que freqüentaram as bibliotecas sagradas, investigando os anais dos antepassados até se conformarem com os princípios de sabedoria destinados a guiarem a sua conduta. Uma vez que a ação religiosa era considerada uma maneira de agir sobre o mundo, era indispensável que o faraó fosse um homem de Conhecimento. Enquanto chefe do governo, o rei continua a exercer um papel de natureza sacerdotal, pois os seus altos funcionários devem "fazer chegar até ele Maat, a energia cósmica". Em outras palavras, têm de respeitar a verdade nas suas relações para que o rei mantenha a justiça. Guardião de leis não escritas, o faraó é o Sol, e o seu primeiro-ministro, o vizir, é comparado à Lua: na própria concepção da hierarquia administrativa, o que ainda predomina realmente é a tonicidade religiosa e cósmica.

Os deveres religiosos do faraó traduzem-se na construção, renovação e manutenção dos templos. Para exercerem a sua influência sobre a Terra, os deuses precisam de uma morada. Cabe ao rei edificá-la, para que nela se celebrem os cultos e ritos. Na realidade, o faraó é o único sacerdote, e por isso a sua representação figura nas paredes de todos os templos. Sua imagem viva encarna no corpo de um sacerdote que

efetuará os gestos sagrados em nome do rei. O templo é indispensável não só como entidade religiosa, mas também como grande engrenagem econômica. Cada santuário é produtor, gestor e redistribuidor das riquezas do país, fazendo, assim, o Egito viver espiritual e materialmente.

Essa última observação permite-nos insistir num ponto capital: no Egito Antigo nunca houve separação entre o domínio do espírito e o da matéria. O rei não somente é sacerdote, mas também chefe de Estado, e vice-versa. De modo que é determinante para o país ser governado por um faraó cujo poder é efetivo. Quando o brilho real esmorece, quando o trono do faraó vacila, o Egito atravessa períodos difíceis, os deuses já não velam, a economia enfraquece. Para organizar, centralizar e distribuir as energias divinas, bem como as energias materiais, é indispensável um poder central coerente e forte.

Contra a anarquia e a desordem, o faraó egípcio dispõe certamente de armas muito concretas como o exército e a polícia, mas utiliza também a magia. Protegido pelo deus-falcão, usando coroas carregadas de poder ou prendendo um rabo de touro na sua tanga, reinando sobre os nomos ou províncias cujo gênio próprio é simbolizado por emblemas mágicos, o rei é uma síntese das forças animais, humanas e cósmicas. É comparado a um leão que ruga, a um chacal que percorre toda a Terra num instante, ao fogo, à trovoada, a toda uma tempestade. No seu coração encontra-se *Sia*, a intuição. Na sua boca reside *Hu*, o verbo criador: por isso, as palavras proferidas pelo rei imediatamente se convertem em realidade. Tido que o coração do rei deseja cumprir-se. A sua língua é uma balança, os seus lábios são mais exatos do que o fiel dessa balança. Foi ele, o rei, quem traçou o plano dos templos guiando-se pelas estrelas do céu.

Quanto à qualidade de mago, é esta que explica os êxitos do faraó nas suas ações guerreiras: é de uma bravura excepcional e não teme nenhum inimigo. Protegido por deuses que lhe dão forças para vencer, acaba sempre por colocar sob seus pés os "nove arcos", símbolo dos países estrangeiros. De fato, o faraó, responsável pelo cosmo, impede,

assim, as forças do nada de destruírem a obra empreendida. Como veremos, tal perspectiva não deve ser negligenciada nas guerras travadas pelo Egito. As cenas de batalha representadas nas paredes dos templos são perfeitamente explícitas a esse respeito: é um rei solar, um monarca que encarna a ordem do mundo, que vence as trevas, o inorganizado, o caos. De certo modo, o faraó enfeitiça o inimigo para melhor pacificá-lo.

"O rei morreu, viva o rei": esta fórmula bem conhecida na realeza francesa é particularmente pertinente na realeza egípcia. A morte de um faraó é o acontecimento mais dramático que se possa conceber. O Sol desaparece, a harmonia está em perigo, toda a sociedade pode resvalar para o nada. Na verdade, o rei não morre. Deixa a terra dos homens, entra no seu horizonte, alcança o céu e confunde-se com o seu criador. Navega nos espaços celestes, onde se transforma numa estrela. No cosmo estrelado que nos domina, as almas luminosas dos faraós continuam, assim, a orientar o destino dos homens.

Na Terra, precisamente, os humanos continuam a viver na angústia. Ficam de luto, esperando com impaciência o sucessor que virá acabar com a perturbação, iluminando de novo o Egito com a sabedoria dos reis. Em muitos casos, o faraó envelhecido associa em vida o seu filho ou o seu sucessor ao trono, de modo a evitar um período de anarquia.

Em seguida tratam da mumificação do rei morto e, depois, da sua exumação numa sepultura que ele próprio mandou escavar, preparando uma morada eterna ao longo da sua existência terrestre. O rei, como dissemos, não morreu. Continua a viver, mas de outra maneira: num texto conhecido como *Grande Inscrição Dedicatória de Abidos*, Ramsés II pede ao seu falecido pai, Sethi I, que interve-nha a seu favor junto ao deus Rá, ao lado do qual se encontra.

Tornar-se faraó é subir ao trono na cerimônia da sagração, que consiste num prodigioso ritual comparável aos "mistérios" da Idade Média. Todo o Egito se associa a este ato, participando da criação do seu rei, encarnação viva do deus Hórus, que recebe a herança do seu pai Osíris. Os deuses, as deusas e as províncias do Egito estão presentes à coroação.

Ao subir ao trono, o faraó é apresentado às divindades antepassadas que residem nos seus santuários e velam pela retidão da cerimônia. O ato central da sagração é a própria coroação: o rei recebe duas coroas. A primeira é vermelha e simboliza o Baixo Egito; a segunda é branca e simboliza o Alto Egito. Hórus e Seth, deuses padroeiros das Duas Terras, sagram o rei transmitindo-lhe a vida. Nesse instante, pratica-se o ato de "ligar o Duplo País", ou seja, o de unir de novo o Sul e o Norte, restabelecendo assim a unidade quebrada com a morte do faraó anterior.

Outros ritos fazem parte da sagração: por exemplo, o faraó realiza uma corrida ritual em torno da muralha de Mênfis, a mais antiga capital do Egito unificado. O deus Thot e a deusa Sechat, a misteriosa padroeira da escrita e dos escribas, detentora de uma estrela de sete pontas, gravam na árvore sagrada de Heliópolis os nomes do novo rei.

Com a coroação volta o tempo da bonança. Se o rito propriamente dito realizou-se no sigilo do templo, no lado de fora reina a alegria popular. Os egípcios eram grandes amantes de festas, onde o sagrado acompanhava-se de excessos de alegria que se traduziam em banquetes e numa grande ingestão de bebidas, muito natural num país onde se cultivavam as vinhas. "Há um novo senhor para o país!", proclamava-se. "Continuará a haver dias bons! Os famintos serão alimentados, os que têm sede serão saciados, os nus serão vestidos!"

Quando o rei aparecia pela primeira vez ao seu povo, com a sua dupla coroa,⁴ ele era comparado a um astro. O que se celebrava não era o indivíduo, mas o princípio. Não se conhecia, ou conhecia-se muito mal, o homem que desempenhava o papel de monarca, mas via-se que o faraó estava de novo presente no trono.

O faraó foi coroado, a justiça vence a injustiça, os planetas retomam o seu curso normal no céu, instaura-se uma nova era. A boa nova é proclamada no país. Largam-se quatro gansos selvagens nos quatro

⁴ Poderíamos igualmente citar a coroa azul, a coroa atef etc. Repare-se que essas coroas não são objetos inertes, e sim seres vivos. Considerava-se que estavam carregadas de energia. Só os seres devidamente iniciados podiam manejá-la sem perigo. Era-lhes prestado culto e hinos eram cantados em seu louvor.

pontos cardeais, para que cada um deles anuncie que um faraó foi sagrado e que doravante tudo é justo e perfeito. Mais prosaicamente, a administração notifica os responsáveis das províncias do advento de um novo soberano. As mensagens são preparadas pelos escribas e devem ser marcadas com o selo pessoal do faraó, que no primeiro ano do seu reinado dará uma "volta ao reino".⁵

O rei está agora instalado no "trono de Hórus dos vivos", uma cadeira de espaldar baixo, de forma cúbica. Dos dois lados, o símbolo da união do Duplo País: o junco e o papiro atados. Isso nos leva a evocar os nomes reais que definem a natureza profunda do novo monarca.⁶

O termo "faraó" deriva de uma expressão egípcia que significa "grande morada". A partir do reinado de Tutmósis III, passa a ser utilizada nas fontes egípcias para designar o rei. Anteriormente, parecia ser uma das designações do palácio onde vivia o monarca.

O nome dos primeiros faraós era inscrito num retângulo que simbolizava precisamente este palácio, encimado pelo deus-falcão Hórus, protetor da realeza. A partir da quinta dinastia, os faraós possuem cinco nomes correspondentes a cinco "títulos" que formam o protocolo completo: o nome de Hórus, o nome de Hórus de ouro, o nome protegido pelas "duas senhoras" (Nekhbet, deusa-abutre do Alto Egito, e Uadjet, deusa-serpente do Baixo Egito), o nome do rei do Alto e do Baixo Egito, o nome de filho de Rá.

Sobrenome e nome são inscritos no chamado "rolo", ou seja, uma oval alongada, inicialmente uma corda terminada numa boca que simboliza "o que o Sol rodeia", ou seja, o universo sobre o qual reina o faraó.⁷ Os nomes não são destituídos de sentido. Ramsés, por exemplo, significa

⁵ O rito da coroação prolonga-se numa cerimônia extraordinária chamada *heb-sed*, celebrada para regenerar o rei e restituir-lhe uma energia esgotada ao fim de alguns anos de reinado.

⁶ Note-se que a legitimidade — cujos princípios são, infelizmente, obscuros — era transmitida pelas mulheres. Escreveu-se muitas vezes que os faraós desposavam a sua "irmã", mas, em egípcio, este último termo pode designar simplesmente a mulher amada. De modo que o casamento entre "irmão e irmã" nem sempre deve ser interpretado em sentido literal. Em todo caso, a filha mais velha de um faraó é teoricamente a herdeira legítima do reino. Podemos supor que o faraó designado desposava essa mulher para consolidar o seu poder e que ela assumia assim o título de "grande esposa real". Mas nada impedia que uma mulher fosse rainha do Egito, e conhecemos vários exemplos, sendo o mais célebre o da rainha Hatshepsut.

⁷ Os dois últimos nomes dos reis constituem o que por vezes chamamos o sobrenome e o nome dos faraós. O fato de estarem inscritos em rolos teve um papel capital no processo de decifração dos hieróglifos, pois serviram de primeiros pontos de referência a Champollion.

"nascido de Rá"; Mentuhotep: "que o deus Montu esteja satisfeito"; Quéops: "que ele (o deus) me proteja". Podemos considerar, como Gardiner, que esses nomes exprimem uma aspiração do monarca reinante, uma vontade de situar o seu reinado numa certa perspectiva, uma espécie de programa simbólico a ser respeitado. Cada faraó recebe a proteção de um deus, a quem venera em especial. Este deus ajuda o rei a exercer a sua missão, e o rei lhe agradece ocupando-se atentamente dos seus templos e do seu clero. Assim se explica a imensa fortuna adquirida no Novo Império pelos sacerdotes de Amon. O deus permitia ao rei vencer os seus inimigos, e em troca o faraó embelezava os santuários sem se importar com as despesas.

Note-se que, nas fórmulas de cortesia com valor mágico, os nomes do faraó eram seguidos da expressão "vida, saúde, força". Segundo os textos, os cortesãos não tratavam os reis pelos nomes, e sim por "Sua Majestade", "o deus", "Hórus".

"Os reis", escreve Diodoro da Sicília (I, 70-71) ao falar dos faraós, "não podiam agir a seu bel-prazer. Tildo era regido por leis: não apenas sua vida pública como também a sua vida privada e diária. Não eram servidos por homens vendidos ou por escravos, mas pelos filhos dos primeiros sacerdotes, cuidadosamente educados e com mais de vinte anos... As horas do dia e da noite em que o rei tinha deveres a cumprir eram fixadas por leis jamais abandonadas à sua própria arbitrariedade". De fato, a vida cotidiana de um rei do Egito devia ser extenuante e não tinha nada a ver com a vida ociosa de um potentado oriental, unicamente preocupado com os seus prazeres. O despertar do faraó era comparado ao despertar de um deus; entoava-se um cântico ritual utilizado tanto para o sol como para o monarca: "Desperta em paz, que o sol desperte em paz, que seja pacífico o teu despertar."

Vestir-se é também um rito. As coroas, os colares, a barba postiça são forças divinas manipuladas por sacerdotes cujo ofício é considerado essencial. Os encarregados das perucas, das coroas ou das sandálias

estão cientes de sua função sagrada e são os que mais se aproximam da pessoa do rei.

Sendo Hórus na sua morada, o faraó discute diariamente os assuntos do reino com o seu primeiro-ministro, o vizir. Deve conceder numerosas audiências, acolher os pedidos dos grandes, que se prostram — não diante dele, e sim do princípio divino que encarna. A sua radiação é tão grande que, na sua presença, muitos perdem a consciência. As pessoas evitam cuidadosamente tocar nele por receio de serem fulminados pelo poder que emite. Como se vê, o cotidiano e o sagrado estão inextricavelmente unidos no "ofício" de faraó.

Quase nada resta dos esplêndidos palácios onde viviam os faraós. Os construtores egípcios não os destinavam à eternidade como os templos ou os túmulos. No entanto, esses palácios eram comparados a um céu ou a um horizonte onde o rei se erguia e se deitava como um astro, percorrendo os caminhos do cosmo e navegando num universo cujas portas lhe eram abertas por Rá.⁸

Importa notar os laços profundos que uniam os membros da família real, pelo menos no seu núcleo mais íntimo. Observamos, já o sabemos, a respeito do filho pelo pai, mas convém acrescentar o amor que liga o rei à rainha, e o dos soberanos aos seus filhos. Esta atitude foi exaltada durante o período dito "amarniano", uma vez que Akhenaton e Nefertiti não receavam ser representados na intimidade, acompanhados dos seus filhos. A partir do Antigo Império, a expressão da ternura reina nos casais esculpidos com uma nobreza ímpar, sem pieguice e com um calor humano que se sente diretamente. A rainha é a grande esposa, a mulher é também a "dona de casa" no sentido forte desta expressão egípcia que conservamos. Sabe-se que a posição jurídica e social da mulher no Egito Antigo atingira um grau de independência nem sempre alcançado nas nossas civilizações.

⁸ As formulações simbólicas propostas pelos textos egípcios têm correspondências concretas: as portas do Céu, por exemplo, correspondem às portas do *naos*, pequeno monumento embutido na parte mais secreta dos templos. Para despertar o deus no seu *naos*, o rei abre-lhe as portas todas as manhãs.

Frankfort mostrou claramente, na sua obra *A Realeza e os Deuses*, que o rei do Egito era, antes de mais nada, o sustentáculo da harmonia entre os homens e as forças sobrenaturais, posto que a vida era concebida como uma trama de relações entre o céu e a Terra. Se o rei desaparece, essa harmonia esvai-se e a existência humana afunda-se no caos. O Egito faraônico acreditou nessa idéia e viveu segundo essa lei até o seu último alento. O faraó era a pedra angular de uma sociedade que refletia a sociedade divina mais ou menos com perfeição, conforme as épocas. De modo que os egípcios nunca pensaram em seu faraó como um simples dirigente político, mortal, limitado em suas aspirações e apenas preocupado com suas ambições pessoais.

Fundiam-se no rei uma pessoa divina e uma pessoa humana, formando uma personalidade única e incomparável, eixo de uma civilização que se estendeu ao longo de vários milênios e cuja grandeza vamos descobrindo a cada dia que passa. Os faraós eram homens excepcionais, e o modelo político e social que forjaram era também fora do comum. Partamos então para a sua descoberta.

1

O REI-ESCORPIÃO E A ALVORADA DE UMA CIVILIZAÇÃO

Há cinqüenta milhões de anos, todo o Egito estava provavelmente sob o mar. Quando as águas se retiraram progressivamente, o Nilo começou a escavar o seu vale, e o Delta ainda não existia com o seu aspecto atual. Em conseqüência dos movimentos de elevação do vale e também do afundamento definitivo do leito do Nilo e das mudanças climáticas, formou-se uma paisagem muito especial. O Egito pré-histórico apresentava-se como um imenso oásis, já que as terras circunvizinhas haviam secado. Lá haveria de nascer uma civilização coerente.

O Egito do Norte, o Delta, é então um pântano com partes impenetráveis. Nas moitas de juncos e papiros vivem miríades de aves, grous, patos, codornizes, etc. Crocodilos e hipopótamos reinam nas águas onde nada um grande número de peixes. Trata-se, de fato, de um

verdadeiro mar, onde as mais altas hastes dos papiros atingem seis metros de altura. O homem não tem lugar ali. No período histórico, o papiro, hoje desaparecido do Egito, será de importância vital não somente para um material essencial — suporte da escrita —, mas também para embarcações, cabos, redes e sandálias. A planta permanecerá no espírito egípcio como o símbolo do poder essencial; por esse motivo serão erguidas nos templos coroas papiriformes encarnando o crescimento vegetal.

No vale do Nilo, no Alto Egito, as margens estão ainda cobertas de vegetação. Também lá se encontram florestas de papiros. O limo do Nilo começa a depositar-se, oferecendo no início do período neolítico a possibilidade de uma civilização agrícola. Em breve se firmará o contraste entre a terra negra do Egito cultivado e a terra vermelha do deserto. Pouco a pouco irá se criar uma longa faixa cultivada que atravessará zonas hostis e inóspitas. No flanco ocidental, o deserto líbio é uma parte do Saara, ora pedregosa, ora arenosa. Nessa época, a desertificação não era tão evidente como hoje; havia zonas de pasto e de terra arável. Ali viviam as populações líbias, que nunca atingiram o elevado nível cultural dos egípcios. Esse povo tinha a pele branca, os olhos azuis e os cabelos ruivos, nos quais espetavam uma pena como sinal distintivo de sua raça. Provavelmente foram eles que povoaram os oásis de Siwa, Farafra, Dakla, Kharge e Bahriya. Mas suas relações com os egípcios serão sempre complicadas.

O flanco também não é muito acolhedor, mas comporta uma via de acesso estratégico às regiões que formam a Palestina e ladeiam a península do Sinai. Lá, como a leste de Coptos, os egípcios traçaram pistas até as pedreiras, onde encontraram ouro, malaquita, cobre e turquesas. Em Serabit el-Khadim venerou-se muito cedo Hathor, "a dama das turquesas". As condições de extração eram muito duras, mas, como veremos, muitos reis dedicaram-se a tornar praticáveis os caminhos do deserto e a melhorar as condições de trabalho nas pedreiras.

Ao sul, a Núbia, que começa na primeira catarata, é uma região bem menos rica do que o Egito, mas os seus produtos exóticos e seu ouro interessarão aos faraós. A Núbia, algumas vezes colonizada, outras vezes mais ou menos independente, nunca será considerada parte integrante da terra do Egito. Seus habitantes não falam egípcio, têm outra cultura, outros costumes. As cataratas, ou seja, as corredeiras provocadas pelos rochedos que barram o curso do Nilo, constituem obstáculos à circulação dos homens e das idéias.

A pré-história egípcia é ainda muito pouco conhecida. Para os egípcios, o período anterior a Menés, o primeiro faraó, abrange um tempo imenso em que reinavam as dinastias divinas. Sucederam-lhes os Servidores de Hórus, que prepararam a vinda dos homens ao trono.

Os estudos realizados no terreno levantam tantos problemas como os que são resolvidos por eles. Conhecem-se estações arqueológicas, exumam-se objetos pré-históricos, tenta-se estabelecer sistemas de datação. Mas os fatos continuam mal estabelecidos. Os mais antigos vestígios da presença humana talvez se encontrem na região tebana; os egípcios primitivos sofreram certamente uma desertificação que os obrigou a se agruparem em torno de pontos de água e de oásis ao longo do Nilo. Se não conhecemos *habitats* nas cavernas, constatamos que a pré-história egípcia nada tem de original diante dos esquemas clássicos estabelecidos pelos historiadores. Os homens dessas épocas remotas praticavam a caça e a colheita, e talhavam o sílex e outras pedras duras. Antes de se tornarem sedentários, eram talvez nômades dedicados à criação numa savana tornada cada vez mais inóspita entre o sétimo e o terceiro milênios. Aparecem a tecelagem, a cestaria e a olaria. Sabe-se que o trigo foi cultivado entre 4600 e 4200 a.C., no vale do Nilo, anunciando um desenvolvimento geral da agricultura. Provavelmente nessa época os homens começaram a irrigar, a semear elevações de vasa, a organizar a caça e a pesca, a construir santuários para os deuses e a escavar sepulturas onde depositavam objetos preciosos para servir os defuntos no outro mundo.

A pré-história egípcia é, em essência, uma surpreendente Idade da Pedra, no qual os artífices revelam um virtuosismo sempre presente ao longo da história egípcia. Quer se trate de facas, maças, paletas ou de recipientes, a execução revela-se perfeita.

O Nilo deve ter terminado de escavar o seu vale por volta de 4000 a.C., e um acontecimento importante: a paisagem estabilizou-se, o homem tomou realmente posse dela e começou a melhorá-la. Assim nasceu verdadeiramente o Egito. A sedentarização levou à criação de culturas locais, sendo muito difícil precisar a influência africana nessas culturas. Efetivamente, no final da época paleolítica, muitas regiões da África conhecem uma arte rupestre com personagens e animais como avestruzes e elefantes, onde alguns se tornarão talvez símbolos das províncias do Egito. Na verdade, as relações entre o Egito e a África durante a pré-história continuam a ser das mais obscuras.

A civilização parece despontar, mas ainda muito rudimentar: nem cidades nem grandes edifícios, apenas cabanas de juncos, lodo e barro amassado formando pequenas povoações, sepulturas grosseiras, às vezes simples buracos no solo. Nada disso parece anunciar o nascimento de uma grande cultura e do mais poderoso Estado da Antigüidade. Em cidades como Merimde Beni Salame, a noroeste do Cairo, na orla do deserto, foram encontrados celeiros de trigo e objetos ornamentais em marfim. Em Tasa e em Badari (entre Assiut e Akhmim) produziam-se peças de olaria de qualidade e utilizava-se o cobre para fabricar utensílios, armas e objetos de toalete. No período dito "gerziano", os recipientes ostentam homens, barcos, animais e insígnias das províncias — as cidades devem ter-se agrupado em unidades mais importantes; assim unidos, os clãs partilham os seus recursos e as suas capacidades de trabalho. O fenômeno da hierarquização tem início, impõe-se o poder de um chefe mais autoritário e mais respeitado e, à sua volta, agrupa-se uma elite. O confronto entre duas povoações que queiram afirmar a sua soberania sobre este ou aquele território pode desencadear um conflito. Cada clã faz questão de se caracterizar por um emblema sagrado, muitas vezes em forma de animal. Em suma, os "principados" locais surgem,

desenvolvem-se e alargam pouco a pouco as suas zonas de cultura e de caça. Note-se, de resto, que se começa a colocar — em redes e até em mortalhas de linha — os despojos de animais como chacais, touros, carneiros e gazelas. O conceito de animais sagrados, que tanta surpresa causará aos viajantes gregos, já deve estar presente. Tradições religiosas, como a exumação do defunto num caixão ou a escolha da margem ocidental do Nilo para situar as necrópoles, nasceram igualmente numa época muito remota.

Existe uma raça egípcia caracteristicamente típica? É muito difícil responder a essa pergunta. O homem egípcio talvez seja uma síntese de várias raças: nômades errantes da savana saariana, norte-africanos aparentados com os berberes e os cabilas, indivíduos semitas vindos ao mesmo tempo do norte do Sinai e do sul do deserto arábico. Os esqueletos pré-dinásticos apresentam simultaneamente tipos europeus e negróides, e daí a hipótese de uma fusão dessas duas raças. Pensou-se igualmente numa grande cultura próximo-oriental muito antiga, cujos ramos teriam alcançado ao mesmo tempo o Nordeste africano e o Oeste asiático. O vale do Nilo teria constituído um berço ideal para uma mistura de populações. Seu vestígio apareceria em mitos análogos conhecidos em civilizações diferentes (por exemplo, o de Osíris e de Adonis), dadas as proximidades lingüísticas, as comparações, as armas, os trajés.

Como não evocar igualmente migrações de povos, viagens que teriam trazido ao Egito mesopotâmios, asiáticos e outros? Alguns autores chegaram a fantasiar que os egípcios seriam extraterrestres que vieram colonizar um ponto particularmente fértil do nosso planeta. A mais elementar honestidade consiste em dizer que nada sabemos de definitivo acerca da raça primitiva dos egípcios. São, evidentemente, africanos brancos com uma mentalidade, uma visão do mundo e uma contribuição civilizacional compreensíveis para os europeus. Como é quase impossível penetrar o âmago do pensamento africano, então um europeu não terá dificuldade em apreciar intimamente a arte egípcia e em sentir-se em comunhão com a expressão de um pensamento que,

embora muito diferente do da época moderna, está inscrito no mais profundo da nossa memória.

Subitamente, um rei se manifesta. Um personagem impressionante, hierático, exibindo a coroa branca do Alto Egito. Já não é um simples chefe de clã, mas um monarca. Sua coroa constitui um indício de que não há engano. Seu nome é enigmático, escrito com o hieróglifo do escorpião, mas cuja leitura ainda não foi estabelecida. De modo que, para simplificar, é chamado de rei-Escorpião.

Existem vários objetos com a inscrição do seu nome, entre os quais um recipiente de Tura e oferendas encontradas no templo de Hierakonpolis, a Nekhen dos antigos egípcios. Mas o documento essencial é uma admirável peça proveniente da estação de Hierakonpolis e conservada no Ashmolean Museum de Oxford: um objeto de calcário contendo várias cenas em alto-relevo que marcam o aparecimento de um faraó na História. As representações são distribuídas segundo três registros, uma disposição típica da arte egípcia que atravessará as épocas. No registro superior vêem-se insígnias de províncias e aves mortas — "provavelmente pavões —, e ainda arcos suspensos em galhardetes, que servem para sustentar as insígnias. Nessa procissão das províncias reconhecem-se os símbolos do deus Seth, um animal híbrido, e de Min, uma figura muito estranha julgando-se ser um meteorito. Essa "história em quadrinhos", por assim dizer, tem um significado preciso. O rei-Escorpião marca a sua soberania sobre as províncias do Alto Egito. Lidera as suas tropas e vence as populações simbolizadas pelos pavões e pelos arcos, certamente os habitantes do Delta e nômades que viviam nas fronteiras do Egito ou em oásis.

Assim se evoca uma grande vitória do Sul sobre o Norte. Dessa forma surge um monarca de estatura nacional que, contudo, ainda é apenas senhor do Alto Egito. Note-se que o rei-Escorpião não se fez representar nesta cena alusiva à sua conquista. Só o reencontramos no segundo registro, num contexto de paz e muito trabalho: com a coroa branca, uma tanga cerimonial dotada de uma cauda de animal presa à cintura e pendente, maneja uma enxada com as duas mãos e abre um

canal. Diante dele, um pouco acima do seu rosto, uma estrela de sete pontas e um escorpião. Um porta-estandarte precede o rei, certamente para anunciar ao país a obra inaugurada pelo soberano. Um sacerdote leva numa cesta a terra que o faraó cavou. Figura central da cena, o rei é imenso em relação aos seus servos.

Os servos, de tamanho reduzido; o monarca, de tamanho colossal: esse simbolismo também será uma constante na expressão artística dos egípcios. Não se trata de megalomania, mas da vontade de indicar a diferença de natureza entre os seres representados, entre o rei-deus, por um lado, e os humanos, por outro. A mesma regra poderá ser aplicada aos nobres possuidores de grandes domínios com uma idéia similar: quando o nobre, sentado diante de três registros onde trabalham as várias corporações do seu território, contempla as pessoas pelas quais responde, ele as protege com a sua estatura. O seu tamanho e a sua grandeza garantem, de certo modo, a sua capacidade para dirigir e velar sobre os seus empregados. O mesmo acontece com o faraó.

O rei-Escorpião revela-se a nós por um ato ritual, um ato de fundação. Após 3.500 anos, nas salas dos templos ptolomaicos como Esna ou Kom Ombo, veremos imperadores romanos, como Severo, Caracala ou Décio, vestidos de faraós egípcios, abrindo trincheiras de alicerces ou espetando estacas para calcular a orientação do templo que está para ser construído. O trabalho do rei-Escorpião evoca ao mesmo tempo a abertura de um canal, ato econômico fundamental, e a sagrada tomada de posse da terra. Certamente os edifícios de culto da sua época compunham-se de capelas em materiais leves, protegidas por cercas, em nada comparáveis aos enormes templos da época greco-romana; porém, os gestos dos reis mantêm-se idênticos.

Numa paleta pré-dinástica vêem-se muralhas de cidades encimadas por figuras simbólicas — um leão, falcões e um escorpião — com uma enxada. A interpretação não é fácil. Tratar-se-ia de várias evocações do rei do Egito ou da representação de vários chefes de clãs que formaram uma coalizão da qual o rei-Escorpião fazia parte? Por outro lado, pensou-se durante muito tempo que esta cena evocava a destruição de

aglomerações. Mas outra hipótese parece preferível — efetivamente, uma enxada é um instrumento de fundação e não uma arma. O Escorpião e os seus aliados atuam como criadores de cidades ou aldeias, provavelmente em zonas pantanosas ainda inexploradas, valorizando assim as margens líbicas do Delta. Na época em que foi composta esta paleta, intitulada "do tributo líbio", é provável que o Escorpião fosse ainda um mero soberano local entre tantos outros.

Voltemos à peça, cujo terceiro registro mostra o contorno sinuoso do Nilo e camponeses trabalhando. O rei-Escorpião indica, assim, que favoreceu a atividade econômica do país durante o seu reinado.

Este soberano é um Hórus. Protegido pelo deus-falcão, como toda a linhagem dos faraós, ele é "aquele que pertence ao canavial" na sua qualidade de rei do Alto Egito. Veste uma simples tanga e tem uma cauda de touro atada à cintura, símbolo do seu poder. Rei mago, a sua função consiste em ser um chefe guerreiro vitorioso, mas também em assegurar as cheias e as colheitas. Estes pontos essenciais são assegurados pelas cenas da peça. Um deles deve chamar-nos a atenção: o fenômeno das cheias.

Segundo a célebre frase de Heródoto, "o Egito é um dom do Nilo". Mas teria sido riscada do mapa não fosse a prodigiosa atividade dos egípcios em confronto com um surpreendente fenômeno. O Nilo, com os seus 6.500 quilômetros de comprimento, nasce no Equador, atravessa o Sudão e a Núbia, transpõe seis cataratas e chega ao Egito. Durante o mês de junho, o rio vai subindo pouco a pouco. Em julho, as suas águas tornam-se lamacentas, ganhando uma cor castanho-avermelhada. Trata-se de matérias em suspensão provenientes da Etiópia, cujas lamas abissínicas são o elemento fertilizante que dá ao lodo do Nilo a sua excepcional qualidade. Iniciando-se em maio/junho nos trópicos, as cheias só chegam ao Egito no verão, quando o sol é escaldante. Em julho, o rio transborda, cobre o Egito e deposita o seu fértil limo. Quando se retira em outubro, fica fácil semear. Os camponeses constataram rapidamente que para obter com facilidade até três colheitas por ano tinham que criar um sistema de irrigação.

E é nesse ponto que o faraó intervém. Esse projeto exige uma participação ativa do Estado. A irrigação, a abertura dos canais e a sua manutenção devem ser organizadas por ele para se revelarem eficazes. As cenas gravadas na peça de Hierakonpolis provam que o rei-Escorpião, que apenas reinava no Alto Egito, já tinha percebido claramente a importância da domesticação e exploração das cheias do Nilo.

Os canais constituem uma verdadeira rede sangüínea que permite que a vida circule no grande corpo formado pela terra egípcia. Quando mudanças climáticas provocaram o refluxo das águas e ofereceram ao homem novas terras para cultivar, inventaram-se certamente processos rudimentares de irrigação. Foram encontrados na Núbia vestígios dessas primeiras técnicas sob a forma de bacias onde se retinha a água depois da inundação. Mas a genialidade dos reis egípcios não fica só nisso, e sim em ultrapassar esses resultados pontuais para conceber um plano geral. Todos os anos seria preciso aplanar as terras aráveis, consolidar os diques, limpar os canais. O trabalho entre duas cheias era pesado e não deveria ser efetuado de maneira desordenada. Os próprios diques não poderiam ser construídos de qualquer maneira e em qualquer lugar. Tido isso supunha a existência de uma espécie de gabinete de mestres-de-obras decididos a utilizar ao máximo a energia fertilizante fornecida pelas cheias.

Entretanto, só um poder forte e centralizado, encarnado na pessoa do faraó, seria capaz de realizar tal empreendimento. Nesse domínio, o rei-Escorpião foi um prodigioso inovador. Tirou o Egito da pré-história, ensinando-o a domesticar um fenômeno natural suscetível de se tornar a fonte de uma grande riqueza. Hoje em dia, a obra realizada parece simples e evidente, mas, se nos situarmos na época do Escorpião, temos de reconhecer o seu gênio.

Fonte de vida e de fertilidade, o Nilo é também uma via de comunicação de suma importância. No Egito, ele é até "a auto-estrada" por excelência, que naturalmente se toma para ir de um ponto a outro, o eixo econômico que favorece as relações entre as províncias para a

existência de uma sociedade coerente. O vento noroeste permite ao rio subir; ao descer, recolhem-se as velas quando a corrente se mostra rápida.

Os egípcios mais que depressa construíram barcos. Na época do rei-Escorpião já devia existir uma corporação de artífices especializados. Não estamos pensando apenas nos primitivos barcos de papiro, mas em embarcações de madeira. A paisagem egípcia mudou e atualmente vêem-se poucas árvores. Em contrapartida, os operários do rei-Escorpião dispunham certamente de florestas que forneciam madeira aos estaleiros navais.⁹

Quando, após a inundação, o vale do Nilo vira um lago imenso, as comunicações entre as aglomerações habitadas não são interrompidas. Efetivamente, as aldeias foram construídas em elevações ligadas a caminhos sobranceiros que formam o alto dos diques.

Como já observamos, nada na mentalidade egípcia reduz-se a um valor meramente material e profano. O Nilo terrestre encontra o seu modelo num Nilo celeste. Quando as cheias cobrem o país, este vê-se de novo mergulhado no oceano primordial dos primeiros tempos em que emergem elevações, as primeiras elevações de terra onde a vida floresceu. Graças ao simples fenômeno das estações, o povo egípcio revive assim, anualmente, os mais profundos e essenciais mitos da Criação.

Efetivamente, para o Egito, o mundo está cercado por um grande oceano circular, uma das formas de Noun, a energia de onde tudo surgiu. Sobre a Terra existe um Céu sustentado por quatro pilares, e as pessoas se orientam pelo sul. Quanto ao espírito do Nilo, este é chamado Hapy. É um verdadeiro pai nutriente graças ao qual os

⁹ As mudanças climáticas, acerca das quais pouco sabemos, tiveram um papel indubitável na modificação da paisagem. Se na época do Escorpião o país era muito mais arborizado do que hoje, o regime das temperaturas devia ser sensivelmente comparável ao atual. Fato essencial é o de que o Egito goza de um clima temperado, sadio e salubre. O calor só é realmente difícil de suportar no verão, e a estação mais desagradável situa-se no fim de outubro, quando serpentes e escorpiões deixam os seus covis. Há grandes diferenças entre o dia e a noite, podendo chegar até 15°C no inverno e situando-se a média geral das temperaturas em cerca de 20°C. Na literatura egípcia evoca-se a friagem, porque as noites são freqüentemente muito frias, o que levou à construção de casas. As condições naturais incitaram, portanto, os egípcios a se tornarem construtores, visto que as possibilidades de trabalho só eram entravadas durante certos períodos de um ano em geral muito clemente.

homens gritam de júbilo. Hapy, gênio andrógino, nasce numa caverna situada perto de Assuã, nas paragens da primeira catarata.

Antes do advento do rei-Escorpião, a civilização egípcia não existia. Podemos falar apenas de culturas locais cujas produções artesanais eram mais ou menos bem-sucedidas. Será na era pré-dinástica, época do Escorpião, que a documentação arqueológica mudará. Nos ritos de exumação, por exemplo, constata-se que o cadáver já não é embrulhado em redes ou em peles, mas depositado em cestos de vime, e depois em sarcófagos de terracota ou de madeira. Desenvolvem-se a metalurgia e a marcenaria. Os utensílios de sílex e de cobre aperfeiçoam-se, bem como a tecelagem. A cerâmica é abundante. Quando decorada, vê-se ornada de cenas muito complexas onde intervêm personagens e barcos. Recipientes em terra dura e cabeças de maça são fabricados em quantidades enormes.

O rei-Escorpião foi o instigador e o beneficiário dessa evolução de ordem social e econômica. Chefe de clã conduzido ao trono, reina sobre as populações de províncias que conhecem uma certa prosperidade. Até onde se estendia o seu reino? Talvez até Tlira, ao norte de Mênfis (que nessa época ainda não existia): simples hipótese que repousa no achado de um fragmento marcado com o seu nome nesse local. O centro vital do país que ele dirigia situava-se provavelmente em Hierakonpolis, entre Luxor e Assuã. Hoje só existe o deserto, mas ali foi encontrado um importante conjunto de sepulturas cujas paredes estão cobertas de representações de caçadas, combates, cenas de dança, viagens marítimas; enfim, a expressão de uma civilização já bem-constituída. A lenda nos fala de um reinado de mais de duzentos anos sob a égide de um rei-falcão.

Na mentalidade egípcia, Hierakonpolis manteve-se uma cidade santa, tal como Buto no Delta. Recorde-se a este propósito a refinada análise de um egiptólogo norte-americano, J. A. Wilson, cuja argumentação é convincente. Diz ele que os "reinos" de Hierakonpolis e de Buto não eram residências régias: efetivamente, Hierakonpolis situa-se numa zona árida, não-fértil; já Buto é uma ilha nos pântanos do Delta. Seriam,

por conseguinte, locais sagrados, centros de peregrinação carregados de poder divino, mas não zonas habitadas.

O bom entendimento quase nunca reinou entre líbios e egípcios. Os conflitos remontam de muito tempo, sendo o primeiro endossado pela paleta intitulada "do tributo líbio" e datada da época pré-dinástica. Neste monumento em pedra vemos diversos animais sendo trazidos para o Egito (vacas, burros, carneiros). Encontram-se igualmente representados personagens com uma pena na cabeça, de tanga e com um estojo peniano, mas é difícil dizer se são líbios ou caçadores egípcios. É provável que esse documento comemore a primeira vitória historicamente confirmada do Egito sobre a Líbia.

Na época pré-dinástica, por conseguinte, o problema líbio existe. Há, de fato, uma nítida diferença de cultura e de potencial econômico entre os egípcios, agrupados em aldeias junto do Nilo, e as populações distantes do rio. Não obstante as mudanças climáticas tornarem áridas regiões outrora férteis, os líbios são doravante obrigados a viver num país pobre, tal como os beduínos do deserto arábico. De modo que terão sempre inveja da rica terra egípcia, ousando por vezes fazer investidas para saquear. Muito mais tarde, os líbios conseguirão até ascender ao trono do Egito durante um período muito breve.

No reinado do rei-Escorpião, o Egito faraônico ganha forma. Mas surge a questão de se saber se o seu próprio gênio é o único responsável por esse nascimento fabuloso ou se houve influências externas. As paletas com temas guerreiros mostram conflitos entre egípcios e clãs que vivem na periferia do país, mas não indicam vestígios de uma grande invasão estrangeira vinda do Leste, por exemplo. Um único objeto poderia ajudar a formular uma hipótese nesse sentido: o cabo em marfim da faca de Gebel el-Arak, conservado no Museu do Louvre. Está decorado dos dois lados. Um deles nos mostra um personagem que domina dois leões, com uma série de felinos embaixo; outro, um combate. As armas usadas são paus. Há também barcos, nadadores e afogados.

O que surpreende é o estilo não-egípcio dessas representações. Estamos diante de uma obra de inspiração tipicamente mesopotâmica. Talvez

também a encontremos na concepção das grandes sepulturas de tijolos da primeira dinastia, no mito dos animais híbridos (como o grifo alado, mas como especificar o alcance real de uma influência da Mesopotâmia sobre o Egito? Se podemos considerar que na época do rei-Escorpião houve muitos contatos entre as civilizações de Elam, da Suméria e do Egito, não poderíamos afirmar a existência de uma cultura próximo-oriental comum que tivesse presidido ao nascimento de dois tipos de civilizações — uma na Ásia e a outra no vale do Nilo.

A faca de Gebel el-Arak continua sendo um objeto misterioso. Trata-se certamente de uma arma ritual, talvez colocada num santuário para comemorar um combate. Se a idéia de uma invasão mesopotâmica deve ser posta de lado, em contrapartida é muito provável que artistas vindos da Ásia anterior tenham se estabelecido muito cedo no Egito e criado obras cujo mais belo exemplo é o cabo dessa faca. Nesse sentido, contribuíram, por um lado, para a formação da consciência artística nascente dos egípcios e ofereceram-lhes temas simbólicos que os artesãos faraônicos transpuseram para a sua própria linguagem. O homem que domava os dois leões não podia deixar de chamar a atenção de um povo para o qual o faraó é essencialmente aquele que reúne as Duas Terras, que usa a dupla coroa e é protegido pelas "duas senhoras": o abutre e a serpente.

Quanto tempo durou o período pré-dinástico durante o reinado do rei-Escorpião? Não sabemos. Certos arqueólogos lhe atribuíram vários séculos. Atualmente predomina a doutrina da cronologia curta. Hornung considera que o Escorpião viveu cerca de 3.000 anos a.C. e que a primeira dinastia começa no ano 2950.

Outras incertezas acrescentam-se a essa imprecisão cronológica. Julgou-se poder estabelecer que o pré-dinástico recente, ou seja, o período anterior a Menés, compreendia apenas dois reis, o Escorpião e um tal Ka. Mas certas tradições mencionam sessenta reis no Delta, ou seja, uma longa linhagem monárquica no Alto Egito que teria começado por volta de 5500 a.C., e até sete rainhas que teriam governado o Egito, lenda esta que teria servido de hipótese a um matriarcado muito antigo.

Uma conclusão se impõe: antes de Menés, o Egito não se encontra unificado. O Escorpião reina apenas no Alto Egito. Mas um grande problema se mantém: o das relações exatas entre o Sul e o Norte, entre o Alto e o Baixo Egito.

As paletas em xisto de que falamos evocam combates entre clãs. O Escorpião foi certamente um chefe mais hábil do que os outros, pois foi capaz de formar uma coalizão que lhe permitiu impor o seu poder aos habitantes do Norte. Mas o Delta realmente formava um reino independente? Houve efetivamente uma grande guerra entre as duas partes do país, simbolizada pela luta entre Seth, senhor do Alto Egito, e Hórus, senhor do Baixo Egito? É duvidoso. Alguns egiptólogos continuam a aplicar o método do grego Evêmero, que consiste em procurar acontecimentos históricos ocultos sob narrativas míticas, aplicando assim uma mentalidade racional a um pensamento de ordem teológica e simbólica. Os estudos dos historiadores das religiões, como Mircea Eliade, Heinrich Zimmer, Jean Servier e outros, mostraram claramente, no entanto, que o mito era uma história verdadeira, um valor em si, um elemento civilizacional que serve para criar a História — e não o contrário.

Na época pré-dinástica, o Delta é ainda uma vasta planície pantanosa. O próprio vale do Nilo está longe de apresentar o aspecto que hoje oferece. Vegetação abundante, zonas periféricas ainda não atingidas pela desertificação, pântanos comparáveis em certos pontos aos do Delta formam uma paisagem verdejante e aquática. Das mais arcaicas cidades do Delta, tais como Buto, Busíris e Sais, não restam vestígios. Mas impõe-se uma indagação: por acaso podiam restar? Não se tratava originalmente de locais sagrados, particularmente venerados, de uma espécie de ilhas no imenso mar formado pelo Delta do Nilo?

O mito de base é a vitória de Hórus sobre Seth numa época muito remota. Depois, cerca de 3200 a.C., acontece o contrário. O senhor da região de Heracleópolis, ao Sul, conquista o Norte. O mito ter-se-ia, portanto, invertido. Na realidade, a chave dessas confrontações reside na pessoa do próprio faraó. Hórus e Seth, os dois irmãos inimigos,

combater-se-ão desde a origem dos tempos até o fim do mundo. O papel do faraó consiste em ser o terceiro termo, em fazer cessar este combate, em reunir as duas partes do país para estabelecer uma unidade. Mas, cada vez que morre um rei, Hórus e Seth voltam a defrontar-se até que o novo faraó suba ao trono. Nesta perspectiva, vê-se claramente que o mito não evoca fatos históricos que nunca poderão ser verificados, mas veicula uma grande idéia civilizadora e o fundamento essencial da realeza egípcia.

Sob a égide do Escorpião, uma região de pântanos e florestas transforma-se progressivamente em terra arável. As cheias começam a ser controladas, as águas trazem a riqueza, o trabalho dos homens é portador de maravilhosas esperanças. Graças à irrigação, uma civilização inédita nasce do limo fertilizante.

Outra revolução igualmente profunda se anuncia: o nascimento da mais perfeita língua jamais criada pelos homens — os hieróglifos, uma língua sagrada, igualmente criadora de cultura e de civilização. O nome do rei-Escorpião está inscrito num hieróglifo. Aqui e ali, nas paletas pré-dinásticas, sente-se que o hieroglífico está em formação, que o pensamento dos homens se canaliza cada vez mais rapidamente para atingir uma forma de expressão original. Cada hieróglifo é, ao mesmo tempo, uma obra de arte, um símbolo, um sinal-ideograma portador de valores fonéticos e silábicos; certos sinais chegam a formar uma espécie de alfabeto a partir do qual os aprendizes de egiptologia aprendem hoje a arte da decifração. O nascimento dos hieróglifos não é associável ao do Egito unificado: uma única língua para todo o país a fim de registrar todas as vontades dos deuses e dos reis; uma língua carregada de poder mágico.

MENÉS E O NASCIMENTO DA NAÇÃO

Termina a época chamada "pré-dinástica". Subitamente, o número dos locais habitados cresce numa proporção elevada. O país agita-se e transforma-se. Há um afluxo de população estrangeira? Não sabemos. Talvez seja o caso de pensarmos na chegada ao Egito de nômades vindos das zonas desérticas do Leste e do Oeste.

Produz-se, então, um acontecimento essencial: a reunião das Duas Terras, o Alto e o Baixo Egito, sob o comando do mesmo homem. Nasce a nação egípcia. Temos conhecimento deste fato capital graças à paleta do rei Narmer encontrada no sítio de Hierakonpolis. Este pequeno monumento de 63 cm de altura é uma charneira. Este tipo de suporte, o seu estilo, a sua concepção pertencem ainda ao pré-dinástico, ao passo que os temas representados nos revelam a existência da primeira dinastia.

A paleta, em xisto verde, está decorada na frente e atrás. As cenas encontram-se distribuídas em três registros sobrepostos. No alto, duas cabeças de vaca simbolizam a deusa Hathor, divindade cósmica cujo nome significa "morada de Hórus". Por ser a principal designação do faraó, o rei representado no monumento coloca-se, assim, sob uma proteção divina e celeste.

O anúncio da unificação das duas partes do território egípcio é feito de maneira simples e clara: na frente, o soberano usa a coroa branca do Alto Egito, nas costas usa a coroa vermelha do Baixo Egito. É o primeiro faraó a reinar sobre o Sul e o Norte. O Egito dinástico entra na História.

Narmer, cujo nome está inscrito num retângulo entre as duas cabeças de vaca, prepara-se para rachar a cabeça do inimigo vencido na cena principal da frente da paleta. Representado em tamanho grande, hierático, numa atitude de grande nobreza, poder e dignidade, o faraó brande a maça branca. Tem no queixo a barba postiça. Em volta da criatura, uma tanga cerimonial em cuja cintura está preso um rabo de

touro. O rei está descalço, mas é seguido por um dignitário cuja estatura é de cerca de um terço da sua, encarregado de transportar as sandálias. Efetivamente, nos tempos antigos a sandália era um objeto de luxo que não devia sujar-se com o pó do caminho. O escultor insistiu na possante musculatura de Narmer e na sua calma absoluta. Não há nenhum sadismo, nenhuma violência bestial no ato ritual executado pelo primeiro faraó. Na realidade, de acordo com a ordem dos deuses, ele subjuga aquele que se revolta contra a harmonia do mundo. Foi o deus-falcão quem submeteu o rei e lhe permitiu triunfar para que o Egito viva em paz.

No registro superior do verso da paleta, o rei, portador da coroa vermelha, dirige-se a um campo de batalha onde se encontram arrumados em boa ordem os corpos dos inimigos decapitados e amarrados. No registro do meio, uma representação um tanto fantástica: dois homens barbudos seguram uma corda onde estão presos dois animais de grandes pescoços entrecruzados. A interpretação do egiptólogo inglês Gardiner parece-nos judiciosa: a cena simbolizaria a união do Duplo País, do Norte e do Sul. No registro inferior, um possante touro desmantela as muralhas de uma cidade. O inimigo torce-se de dor sob os cascos do animal. Novo símbolo de Narmer vencedor, suficientemente possante para subjugar as localidades que se haviam oposto a ele.

O balanço é claro: retomando a obra do Escorpião, Narmer levou-a ao seu desfecho lógico. Depois de consolidar o seu poder no Sul, exerce-o agora sobre o Egito inteiro. Mas há um problema. É, efetivamente, com um faraó denominado Menés que as listas reais têm início. É a ele que se atribui a unificação, foi ele quem fundou uma cultura nova e original relativamente às que a precederam no solo egípcio. Uma impressionante representação do Ramesseum, o templo funerário tebano de Ramsés II, mostra uma procissão de sacerdotes numa festa religiosa. Cada um deles tem aos ombros a imagem de um rei. Ora, nos ombros de um destes soberanos figura o enigmático Menés, cuja recordação não se perdera.

Após longos debates, admite-se hoje que Menés e Narmer são, provavelmente, um só. Primeiro monarca humano, Menés sucedeu aos deuses e semideuses que haviam reinado sobre o país durante milênios. O seu nome fornece-nos elementos interessantes. Lê-se *mni* em egípcio, ou seja, "aquele que fica", "aquele que permanece", "aquele que perdura". Menés é, portanto, o faraó "duradouro", a raiz imortal de onde brota a grande árvore das dinastias. Philippe Derchain interpreta-o como o rei "Alguém", o faraó impessoal.

Foi certamente por isso que se atribuiu a Menés a invenção da escrita, fato historicamente inexato, mas revestido de um profundo significado religioso. Efetivamente, a escrita hieroglífica é o instrumento de uma cultura por excelência. De modo que Menés, o *Duradouro*, será para o Egito a figura simbólica da primeira era de prosperidade e glória do país.

Menés, o fundador, justificou plenamente essa reputação criando uma capital cuja importância não diminuirá ao longo de toda a história egípcia. Segundo Mâneton e Heródoto, Menés decidiu dar ao país uma cidade digna do novo Estado que ele dirigia. A escolha do local correspondeu a razões políticas evidentes, já que Mênfis, da qual um dos nomes egípcios é "a balança das Duas Terras", foi edificada na base do Delta, no local estratégico que marca uma espécie de fronteira entre o Baixo e o Alto Egito.

Para os antigos egípcios, uma cidade é, em primeiro lugar, um centro religioso, um local de culto a partir do qual se desenvolve uma atividade econômica. Menés transformou uma povoação antiga onde se adorava o deus Ptah, um dos padroeiros dos artesãos, numa cidade qualificada como "vida das Duas Terras", com um conjunto de edifícios estáveis e perfeitos na sua beleza. É possível que o próprio termo "Egito" venha do egípcio *hout-ka-Ptah*, "*domínio do ka do deus Ptah*" (nome do grande templo de Mênfis), que deu em grego *Aiguptos*. Existe igualmente uma tradição segundo a qual o filho de Menés teria mandado construir um palácio em Mênfis, dando-lhe o nome de *per-âa*, "grande morada", de onde provém o nome "faraó".

Como imaginar esta primeira capital, a obra-prima de Menés? Era certamente formada por casas de tijolo não-cozido. Casas grandes e pequenas tinham jardins e organizavam-se em torno de uma sala de visitas de onde se tinha acesso aos aposentos privados. Mênfis tinha sido edificada na margem ocidental do Nilo, não longe do rio. Era cercada por campos férteis e palmares. Cidade branca, de ruas sombreadas pela vegetação, era protegida das cheias excessivas do Nilo por um grande dique.

Tal criação supõe um elevado grau de civilização. Menés havia formado uma corporação de artífices reais de excepcional competência no domínio da arquitetura e da escultura. O sumo sacerdote de Ptah, deus que foi beneficiado por um vasto templo em Mênfis, será, por fim, o chefe religioso dos artesãos. O culto de Menés será celebrado nessa região durante muito tempo.

A própria cidade de Mênfis constitui um imenso símbolo sagrado. Segundo as concepções egípcias, o nascimento da vida na Terra, quando da concepção do mundo, concretizara-se com o aparecimento de uma elevação primordial saída das águas. Menés foi assimilado ao deus que fez surgir a vida sob a forma dessa elevação, cuja capital era precisamente Mênfis. É de supor, aliás, que os operários reais drenaram uma zona um pouco pantanosa antes de escavar os alicerces da cidade. A tradição grega registrou igualmente uma lenda em que aparece um tema comparável: Menés teria criado Crocodilópolis, a capital do Faium, ou seja, uma cidade saída das águas.

Mênfis firma-se como um centro religioso e político a partir da primeira dinastia, porque lá se sagram os reis. Tal como Menés, todos os novos reis usam a dupla coroa na qualidade de faraós do Alto e do Baixo Egito. A união das Duas Terras é o princípio de base do governo do país. Cada vez que ele for traído, o Egito conhecerá períodos de decadência.

Menés é um grande administrador e divide o país em províncias chamadas nomos. O hieróglifo que as representa é um retângulo quadriculado, ou seja, um terreno percorrido por canais de irrigação.

O nomo apresenta-se como uma entidade administrativa, geográfica, econômica, mas também religiosa. Efetivamente, o nomarca é também o sumo sacerdote do deus adorado na sua província. Uma interessantíssima lista de nomos, gravada no templo de Edfu no Alto Egito e datada da época ptolomaica (mais de 2.500 anos após Menés), precisa o que se convém saber acerca de cada um deles. É uma espécie de manual teológico-político, e em cada templo devia ser depositado um exemplar. Quem quiser conhecer um nomo tem de saber o seu nome e o nome da sua capital, tem de estar informado acerca das relíquias nele conservadas, das divindades adoradas, dos templos e dos locais de culto existentes, dos nomes dos principais responsáveis pelo culto, dos títulos sagrados dos sacerdotes e das sacerdotisas, dos nomes da embarcação sagrada e do seu lago, dos nomes das árvores sagradas, das datas festivas, das listas de interditos e de tabus, dos nomes dos canais e dos territórios agrícolas.

É difícil pronunciarmos acerca dos nomos criados por Menés. No Antigo Império, o Egito incluía trinta e oito ou trinta e nove nomos; na Baixa Época, teoricamente quarenta e dois, os quais correspondem aos quarenta e dois juizes do tribunal de Osíris que decidiam o destino póstumo do ser. Houve, pois, variações territoriais ao longo dos tempos. Graças a esse sistema, a organização administrativa revelava-se simples e eficaz, contanto que houvesse nomarcas responsáveis e competentes: as ordens partiam do palácio real, chegavam às capitais regionais que se repercutiam à escala das cidades secundárias, das aldeias e dos campos. Foi devido a essa estrutura que Menés procedeu a um recenseamento da população e a um inventário das terras aráveis.

O Delta levanta um problema particular. Em quase todas as obras egiptológicas se lê que esta parte do Egito não nos deixou documentos porque não se podia conservá-los num terreno úmido. Mas o atual Delta, com seus campos, suas árvores, seus numerosos canais e suas aldeias, não era, evidentemente, o mesmo de Menés. Nessa época remota, é provável que apenas existisse uma imensa superfície aquática coberta por uma vegetação abundante. Era lá que se ia caçar e pescar.

Não existia uma zona costeira com portos que, mesmo séculos mais tarde, ainda serão simples portos fluviais situados no interior do Delta. Podemos, então, supor que as "cidades" comprovadas pelos documentos egípcios como Buto e Busíris eram santuários, locais sagrados visitados em certas festividades, e não aglomerações habitadas. Tal visão põe em causa a existência de um reino do Baixo Egito, comparável, nas suas localidades habitadas e na sua densidade populacional, ao do Alto Egito. Ela faria aparecer as vitórias dos reis do Sul e do Norte como uma anexação relativamente fácil de tribos que habitavam locais muito selvagens, o que seria uma obra civilizacional mais do que uma conquista guerreira.

O país equipar-se sob a férula de Menés: existência de uma corporação de artesãos, celeiros geridos pela administração central, estaleiros navais, construção de templos, organização de uma agricultura e de criação de animais. Uma característica deve ser imediatamente sublinhada: tudo pertence ao rei, pois toda a terra egípcia é dele, tendo-a herdado dos próprios deuses, que o encarregaram de assegurar a sua prosperidade. Não existe, portanto, propriedade privada, embora o faraó possa oferecer lotes de terra mais ou menos consideráveis aos que o serviram lealmente. Assim se constituirão os domínios dos grandes dignitários que, segundo o modelo real, se tornarão responsáveis pelo bom estado dos seus bens.

A economia egípcia é religiosa. Efetivamente, é o templo que assegura a circulação dos bens. Tudo começa pela oferenda aos deuses, sem os quais o país cairia na anarquia e na miséria. Quando os deuses estão satisfeitos, é possível prover às necessidades dos homens, repartindo devidamente as riquezas. As colheitas são vigiadas de perto pelos escribas, e uma parte dos cereais é transportada para os celeiros da capital, onde são armazenados para serem distribuídos em caso de fome. A delimitação dos campos é objeto de cuidados. A "terra negra" é generosa: produz diversas espécies de trigo, numerosos legumes como lentilhas, ervilhas, alhos-porós, cebolas, e frutos como tâmaras, figos e

uvas. Utiliza-se o mel para adoçar. O gado não falta. Existem várias raças de bois. Gansos e patos povoam as capoeiras. O camponês egípcio ama a sua terra. A sua vida não é fácil, o trabalho é duro. Mas o período da inundação permite-lhe um repouso prolongado. Enquanto o Nilo cobre o Egito, ele fica em casa, a sua prosperidade, como a dos seus compatriotas, está ligada ao benéfico extravasar do Nilo e à sua inteligente exploração.

Nesta área, Menés prossegue e aperfeiçoa as obras empreendidas pelo Escorpião. Sabe que a irrigação é vital para o Egito. Sem ela, os dons do Nilo seriam inúteis. Ao criar um forte poder central, ele pode empreender uma série de grandes obras no país. Os nomarcas são encarregados de aplicar nas suas províncias os planos traçados pelos mestres-de-obras do rei. Em vários pontos-chave do curso do Nilo instalam-se nilômetros, que permitem anotar anualmente a altura atingida pelas cheias; classificando essas observações, será possível fazer previsões em vista de uma distribuição adequada das águas. Cheias demasiado abundantes ou inferiores ao normal constituem catástrofes naturais e econômicas contra as quais deve estar prevenido. Nas listas reais, figura o nível de altura das cheias,- aliás, figura entre os acontecimentos notáveis de um reinado.

Por todo o Egito levantam-se diques e abrem-se canais. Enchem-se as depressões e nivelam-se as elevações formadas pelos aluviões. As ilhotas ao longo do rio são cultivadas. Além disso, com um notável senso "ecológico", mantêm-se numerosas áreas pantanosas para a caça, a pesca e a perpetuação de espécies consideradas indispensáveis. Criar não basta; também é necessário limpar constantemente os canais e criar bacias de irrigação para que o livro seja utilizado ao máximo.

A vida econômica e espiritual do Egito fundamenta-se na construção dos templos, erguidos por artífices que Menés organizou quase que certamente em colégios do Estado. A matéria-prima não faltava, quer se tratasse da pedra, da madeira ou dos metais. Abrem-se pedreiras em redor de Mênfis e talvez nas áreas desérticas. No Egito de Menés, as

árvores não são raras: palmeiras, salgueiros, acácias, tamarindos e sicômoros forneciam também madeiras que se podem trabalhar. Em breve se enviarão expedições comerciais para trazer cedros do Líbano e ciprestes da Síria. O cobre abunda, sendo utilizado na fabricação de armas e utensílios. O bronze só se tornará corrente no Médio Império. O ferro — de origem meteórica ou não — é muito raro.

Atribui-se a Menés a invenção do luxo, ou, pelo menos, do conforto. Esta lenda devia ser real num país onde se sabia fabricar cadeiras e arcas de madeira, caixas de toalete, potes para perfumes e pós, jóias, roupas simples e elegantes — como as tangas para os homens e os compridos vestidos muito justos para as mulheres. O material do rei — o papiro — permite registrar a escrita numa superfície manipulável e classificável.

Carecemos de informações sobre o exército e a justiça. O exército existia, sem dúvida, pois permitiu a Menés conquistar o Norte. O faraó em pessoa era o seu chefe supremo. Era igualmente o juiz por excelência, aplicando um corpo de leis não-escritas. É provável que cada nomo dispusesse de um tribunal e de um direito costumeiro que podia diferir do nomo vizinho. Mas trata-se de um campo muito incerto, do qual uma noção deve, no entanto, salientar-se: a inexistência de escravos no Antigo Egito. Contrariamente ao que se passou na Grécia e em Roma, nunca houve no Egito indivíduos totalmente privados de direitos e reduzidos ao estado de coisas ou de mecânicas animais. Aqueles que certos historiadores designaram abusivamente por "escravos" podiam possuir terras e gerir as suas próprias explorações agrícolas depois de estarem empregados em grandes domínios. Podemos pensar em servidão, mas não em escravidão, o que constitui uma das grandes glórias da civilização faraônica.

Sobre a morte de Menés nada sabemos ao certo. Conta-nos uma lenda que o rei, perseguido por uns cães nas proximidades do lago Moeris, se viu obrigado a entrar na água e salvou-se graças a um crocodilo. Devemos ver nisto uma narrativa simbólica, pois o deus desta região era Sobek, com cabeça de crocodilo. Também se diz que este primeiro faraó

foi morto por um hipopótamo, talvez durante uma caçada, e que morreu com sessenta e dois anos.

Outros fatos não verificados referem-se à sua família. A esposa de Menés teria inventado uma eficaz loção capilar, e o seu filho Atótis, médico, teria sucedido ao pai antes de ser assassinado. As fontes desse tipo de histórias são gregas; encontraremos outras a propósito deste ou daquele faraó. Finalmente, diz-se que o filho de Menés aumentou ou construiu um palácio real em Mênfis e que fazia parte da casta dos sacerdotes.

As primeiras duas dinastias continuarão a obra de Menés. No final da segunda, o Egito afirma-se como uma nação coerente cujas riquezas aumentam constantemente. O país tem uma capital, uma administração e corporações de ofícios. A instituição real está firmemente estabelecida. Tudo está pronto para um novo salto para a frente.

3

DJOSER, O MAGNÍFICO

Quando o faraó Djoser sobe ao trono, tem início o Antigo Império egípcio. Estamos no século XXVII a.C., no início da terceira dinastia. Djoser reina de 2640 a 2575, ou de 2625 a 2605. O Egito Antigo vai conhecer um dos mais brilhantes períodos da sua história e há motivos para se falar de um "século de Djoser".

Segundo A. H. Gardiner, Djoser pode ser considerado o verdadeiro fundador desta terceira dinastia, que, como veremos, marcará uma virada decisiva na evolução religiosa, artística e provavelmente social do Egito Antigo. Um pormenor ínfimo mostra-nos até que ponto a época inaugurada por Djoser é inovadora: na lista real de Turim, que apresenta uma sucessão de faraós, o nome de Djoser distingue-se imediatamente, pois o escriba usou tinta vermelha, fato de todo excepcional.

Na verdade, poucas coisas assinalam o extraordinário reinado de um dos maiores ou mesmo do maior faraó egípcio. Mâneton, o sacerdote

egípcio que confeccionou uma lista dos reis, chama-o de Tosortos e especifica que uma nova dinastia tem início com ele. Desta terceira dinastia quase nada conhecemos no campo do "fato histórico". O número e a ordem de sucessão dos reis ainda permanecem um enigma. Nem sequer é certo que Djoser seja o primeiro faraó desta dinastia. Estes lapsos, no entanto, não cobriram os pontos altos: as fortes personalidades do rei Djoser, do seu primeiro-ministro Imhotep e o precioso conjunto arquitetônico de Sakkarah.

Djoser reina sobre um Egito unido. E estamos certos disso, pois o complexo monumental de Sakkarah exigiu um forte poder central para ser edificado. O Alto e o Baixo Egito conservaram a sua originalidade e as suas instituições particulares, ao mesmo tempo em que foram reunidos sob a "dupla coroa". As lutas tribais e partidárias terminaram. Todo o Egito se reconhece na pessoa do seu chefe, e a paz interior tornou-se uma realidade profundamente enraizada.

Terá Djoser aproveitado uma situação estabelecida, ou terá contribuído para criá-la? A resposta deve ser mitigada. É certo que, quando ele subiu ao poder o Egito já há muito ultrapassara o estágio da oposição entre clãs regionais. Mas também parece que a própria personalidade do monarca conduziu irreversivelmente o país na direção da unidade nacional. Resta apenas evocar o impressionante rosto de Djoser, conhecido graças a uma estátua de Sakkarah que descreveremos mais adiante, para compreendermos a força de caráter, a vontade feroz e a autoridade natural inscritas no comportamento deste ser excepcional.

Este rei autoritário foi também um rei justo. A sua memória foi honrada ao longo de toda a história do Egito, e as gerações posteriores conservam dele a recordação de um homem sábio e competente. Djoser teria escrito livros de ensinamentos, provavelmente para uso dos futuros faraós, a fim de lhes ensinar as regras do "ofício" de rei e de ajudá-los a adotarem uma atitude certa perante os deuses e os homens.

A própria idéia de paz prende-se à pessoa de Djoser, pois nenhum faraó simboliza melhor o equilíbrio sereno de uma civilização em plena posse dos seus meios de criação, inteiramente preocupada com a

concretização artística do seu ideal. O século de Djoser é o de uma autêntica sabedoria. O seu próprio nome é significativo: a palavra *djoser* significa, em egípcio, "prestigioso, admirável, sagrado". Há neste termo a noção de algo "à parte", excepcional em relação ao mundo ordinário. Note-se que o nome de Djoser não aparece nos seus monumentos contemporâneos, mas muito mais tarde, no Médio Império. Os egípcios deram o nome de "Djoser, o Magnífico", ao genial autor do conjunto funerário de Sakkarah que continuam a admirar. Djoser é conhecido na terceira dinastia sob o patronímico *Neterierkhet*. Os nomes egípcios têm sempre um sentido que o historiador e o historiador das religiões devem examinar com o maior cuidado. Neste caso, *Neterierkhet* pode traduzir-se por "mais divino que os corpos (dos deuses)" ou "divino de corpo". Em ambos os casos, a indicação é clara: o faraó afirma-se enquanto soberano investido de um poder sagrado que o situa acima do comum dos mortais.

Não nos deixemos enganar: a afirmação é de ordem religiosa e não consequência de uma tirania. Pelo fato de o corpo do faraó ser imortal, o Egito inteiro se comunica com o divino. O destino de cada egípcio está ligado ao do seu rei. É por essa razão surpreendente, mas muito profunda, que o reinado de Djoser será consagrado à edificação do seu gigantesco complexo funerário de Sakkarah.

Tal é, de fato, o ponto-chave do reino: construir uma morada eterna para abrigar um corpo divino.

Antes de nos interessarmos por Sakkarah e seu mestre-de-obras, Imhotep, convém que nos interroguemos acerca dos acontecimentos que marcaram o reinado de Djoser. Na verdade, estamos pouco informados sobre este assunto. Graças a uma inscrição encontrada em Uadi Hammamat, vale por onde passa a estrada que vai da cidade de Coptos ao mar Vermelho, sabemos que o faraó enviou expedições ao Sinai. Nos rochedos do Uadi Maghara, na península do Sinai, estão representados vários soberanos, entre os quais Djoser, que bate com sua maça piriforme num chefe beduíno prostrado em sinal de submissão.

Mais do que um acontecimento particular, devemos ver nisso o símbolo do poder exercido por Djoser sobre as tribos nômades que já não ousam transpor as fronteiras do "Duplo País" e perturbar a serenidade dos egípcios. E talvez devamos igualmente compreender que Djoser já mandava explorar as minas de cobre do Sinai. Seja como for, a cena clássica do faraó derrubando o inimigo assume aqui um valor especial: trata-se da vitória da ordem sobre o caos, de Djoser, o Magnífico, sobre as forças obscuras do mal.

Outro fato parece pertencer mais à lenda do que à História, mas a sua importância merece que o assinalemos com alguns pormenores. No reino de Djoser teria havido uma grande fome. Infelizmente, não o sabemos por meio de um documento contemporâneo, mas sim por uma estela da época ptolomaica separada da terceira dinastia por um bem considerável número de anos. A estela intitulada "da fome" está gravada num rochedo descoberto ao sul da ilha de Sehel, na região de Elefantina, na extremidade meridional do Egito. Fato extraordinário: os sacerdotes que gravaram esse texto dataram-no da época de Djoser! É evidente que não tencionavam enganar quem quer que fosse com um documento falso. Podemos, portanto, considerar que um dos Ptolomeus se identificou com o seu remoto e glorioso antepassado, Djoser, a fim de dar um caráter sagrado à sua própria luta contra a fome. Também é possível supor que tenha sido transmitido um documento histórico que evocava acontecimentos muito antigos.

O que nos conta a *estela da fome*? Ela nos diz que Djoser está profundamente triste. Sentado em seu trono, na solidão do seu palácio, sente um verdadeiro desespero. A seca já dura sete anos. O Nilo não voltou a transbordar e a depositar na terra do Egito o lodo fértil. É a miséria e a fome para todos. Os corpos mais vigorosos perdem a força; em breve sequer terão força para andar. As crianças choram; os velhos fatalistas estão sentados no chão à espera da morte. Mesmo os cortesãos passam privações. Os templos vão sendo fechados um a um. O serviço dos deuses já não é seguro.

Qual a razão desta desgraça?, pergunta Djoser. Volta-se para os sacerdotes do culto de Imhotep, o filho do deus Ptah, sábio entre os sábios. O que se passa? Por que motivo o Nilo, o sinuoso, aquele que serpenteia, já não cumpre a sua missão? Os sacerdotes procuram nas salas dos arquivos do templo de Thot, na cidade santa de Hermópolis. Desenrolando os livros sagrados, recolhem preciosas informações, que transmitem a Djoser.

No meio das águas existe uma cidade: Elefantina. É uma cidade notável, sede de Rá, o deus Sol, quando este decide conceder a vida. Ora, existem lá duas tetas que dispensam todas as coisas. "O Nilo", diz a estela, "acasala saltando como um rapaz que fecunda uma mulher e recomeça a ser um jovem cujo coração está vivo." Mas este renascimento anual depende de um deus: Khnum, homem com cabeça de carneiro, cujas duas sandálias são colocadas sobre as ondas. Se Khnum não as levantar, não será libertado. O Nilo não rejuvenescerá, e o vale estará condenado à seca.

Djoser compreende que o deus Khnum está irado. Manda, pois, realizar purificações e procissões em honra do deus, faz-lhe oferendas de pão, cerveja, aves e vacas. Khnum aparece-lhe num sonho: se o rei continuar a honrá-lo como merece, levantará as sandálias, libertará o Nilo e fará voltar as inundações. Ao despertar, Djoser emite um decreto a favor de Khnum. O milagre realiza-se: graças à sabedoria do rei e à intervenção de Imhotep, as flores voltam a florir, a abundância regressa, a fome desaparece, a terra resplandece e a alegria volta a habitar o coração dos homens.

Terá essa narrativa um conteúdo histórico preciso? De fato, não é impossível que conserve a memória da soberania exercida por Djoser sobre toda a região da primeira catarata e, mais particularmente, sobre a Núbia. Para apaziguar Khnum e obter seus favores, Djoser oferece-lhe a região compreendida entre Assuã e Takompo, o Dodecasceno, segundo o nome grego. Este território gozou de um estatuto especial durante toda a história do Egito, estatuto esse que lhe deve ter sido concedido durante o reinado de Djoser.

A estela salienta a sabedoria e a piedade de Djoser. Desafiado por um dos flagelos mais graves — a fome —, a sua primeira reação não é de ordem econômica, mas religiosa. Volta-se para os sacerdotes mais sábios e mais competentes. Não restabelece a ordem das coisas adotando medidas materiais, mas aplacando o furor divino que está na origem da desventura da terra. Djoser, o Magnífico, foi um homem de fé, mas não se abandonou a uma mística estéril. Como já observamos, a sua grande obra era de ordem arquitetônica. Para conseguir criar o conjunto de Sakkarah, recorreu a um arquiteto genial, Imhotep.

"Graças à sua ciência médica", escreve o sacerdote Mâneton acerca de Imhotep, "ele é comparado pelos egípcios a Esculápio; foi ele quem descobriu a maneira de talhar a pedra para a construção dos monumentos e também se consagrou às Letras". Imhotep, "primeiro-ministro", e amigo pessoal de Djoser, o Magnífico, é um dos maiores gênios da História. É autor de uma revolução artística de grande alcance, à medida que foi o primeiro arquiteto a construir em pedra um conjunto monumental tão importante como o de Sakkarah. De acordo com uma inscrição encontrada no Uadi Hammamat, Imhotep era filho de Kanefer, "Chefe das Obras dos países do Sul e do Norte", ou, em outras palavras, o mestre-de-obras do reino diretamente nomeado pelo faraó. Tinha, pois, a quem puxar e aprendeu provavelmente o seu ofício com o pai, nas oficinas reais de Mênfis, a capital do Egito.

Antes de Imhotep, a pedra já havia sido utilizada nas sepulturas reais, mas de modo parcial. As mastabas em tijolo tinham, efetivamente, partes de granito ou calcário, tímidas tentativas em comparação com o extraordinário projeto do mestre-de-obras de Djoser. Este último, consagrando o seu reinado à edificação de um gigantesco palácio funerário em pleno deserto, recorreu a este especialista, Imhotep, cujo nome significa "Aquele que vem em paz". À novidade da concepção deve corresponder a das técnicas: Imhotep inventa a pedra talhada e estabelece métodos de transporte e de assentamento em larga escala.

De acordo com a tradição, não possuía apenas qualidades de arquiteto: era igualmente médico, mago, astrólogo, escritor e filósofo,

competências também atribuídas a muitos dos grandes mestres-de-obras, nomeadamente na Idade Média, tanto no Oriente como no Ocidente. Para dirigir as obras, conceber o plano de um edifício, orientar os operários que talhavam a pedra e os escultores, decidir o "programa" simbólico destinado a ornar o monumento, um mestre-de-obras precisava ter praticado estas disciplinas. Imhotep tinha ainda pesados cargos administrativos na corte de Djoser. Conhecemos os seus títulos graças a uma comovente inscrição gravada no pedestal de uma estátua de Djoser, do qual apenas subsistem os pés: ao lado do nome do rei lemos o do seu principal colaborador, Imhotep, "o chanceler do rei do Baixo Egito, o primeiro depois do rei, o administrador do grande palácio, o nobre hereditário, o sumo sacerdote de Heliópolis, o carpinteiro, o escultor, o fabricante de recipientes em pedra".

Imhotep descreve-nos praticamente a sua carreira: começou por talhar recipientes de pedra dura, tendo sido encontrada uma quantidade impressionante nos subterrâneos de Sakkarah. Depois foi escultor e arquiteto, e exerceu as mais altas funções administrativas e religiosas: administrativas na qualidade de porta-selos do rei, ou seja, de alto dignitário capaz de tomar decisões relativas ao destino do Estado egípcio; religiosas enquanto sumo sacerdote de Heliópolis, a cidade santa por excelência, a cidade do deus Sol. Os títulos de Imhotep pertencem aos mais antigos substratos da civilização egípcia. Na época de Djoser, conservam todo o seu significado e mostram, na realidade, que ele dispunha de quase todos os poderes civis e religiosos, e que trabalhava sob a responsabilidade direta do faraó. Como Imhotep era ao mesmo tempo chefe da justiça, superintendente dos arquivos reais, "vigilante" de todo o país, chefe dos magos, portador do rolo das fórmulas que tornam os ritos eficazes, constata-se que dispunha das qualificações de "vizir". Mais tarde, na história do Egito o vizir será o segundo personagem do Estado, o confidente do faraó, o executivo. Sem usar o título, Imhotep criou a função e definiu o seu grande campo de responsabilidades.

Notemos atentamente de passagem o ofício de sumo sacerdote de Heliópolis. O termo egípcio adotado para designar esta função é *our maou*, que se traduz por "Aquele que vê o Grande" (ou seja, o deus Sol, Rá) ou por "O grande dos videntes", sendo provavelmente esta segunda designação a melhor. Para um egípcio, ver é criar ou recriar o mundo. É ter a possibilidade de discernir a obra divina na Natureza, de perceber a intensidade do deus da Luz e de fazê-la resplandecer nas suas próprias obras. Sumo sacerdote do Sol e da Luz, Imhotep, como o seu senhor Djoser, é um homem perfeitamente religioso. A sua obra arquitetônica não terá, pois, finalidades estéticas. Imhotep tem a sensação de que está construindo muito mais do que um túmulo destinado a um indivíduo; a aventura de Sakkarah é a salvaguarda de todo o Egito no Além, é uma necessidade para que o país continue a ser protegido pelos deuses.

Numa das câmaras funerárias de Sakkarah, uma marca num cilindro, difícil de decifrar, parece referir o título: "carpinteiro de Nekhen" (uma cidade santa muito antiga). Não seria a assinatura, modesta e invisível para os vivos, do genial Imhotep?

A glória de Imhotep não se limitou ao reinado de Djoser. O seu prestígio foi ainda maior do que o do faraó. Séculos mais tarde, quando canta uma poesia melancólica acerca dos grandes homens do passado, o harpista do rei Antef cita Imhotep entre os sábios e os escritores: "Ouvi", diz ele, "os preceitos de Imhotep". Infelizmente, seus livros de máximas desapareceram. Foi durante muito tempo padroeiro dos escritores e dos escribas: quando começavam a desenhar hieróglifos, deitavam umas gotas de água no godé para celebrarem a memória do seu antepassado Imhotep.

A partir da vigésima sexta dinastia, que tanto admirou o Antigo Império, criam-se estatuetas de bronze representando Imhotep: está sentado numa postura severa, com um rolo de papiro desenrolado sobre os joelhos; tem a cabeça raspada e usa uma veste comprida. Tudo nele respira calma e serenidade. A sua reputação aumenta constantemente. Ser-lhe-á especialmente atribuído um colégio de sacerdotes, porque Imhotep se torna um deus, fazendo até parte de uma "tríade", a

surpreendente concepção egípcia da família divina, que não deixará de influenciar a concepção da trindade cristã. Com efeito, Imhotep é filho do deus Ptah, padroeiro dos artífices, e da deusa Sekhmet. É, pois, um "deus-filho" venerado até a época dos Ptolomeus. Sob a ocupação do persa Dario, os egípcios celebram a memória de um Imhotep mestre-de-obras e atribuem-lhe a criação do plano do imenso templo de Edfu no Alto Egito. Afirmava a lenda que um livro descera do céu ao norte de Mênfis, a antiga capital de Djoser. Imhotep lera o milagroso livro e nele descobrira o plano de Edfu.

Construíram-se templos e santuários em honra de Imhotep divinizado em Karnak, em Deir el-Bahari, em Deir el-Medina, na ilha de Filas e, de certo, em muitos outros lugares. Mas o seu santuário mais famoso foi uma capela de Sakkarah. Durante a Baixa Época, os gregos identificaram Imhotep com o seu próprio deus da medicina, Asclépios, também conhecido pelo nome de Esculápio. A capela de Imhotep foi considerada como um Asclepeion, sanatório onde Imhotep-Asclépios curava os enfermos. As curas milagrosas eram narradas em livros que inspiravam esperança e confiança aos pacientes. Não era a ciência dos deuses egípcios a mais antiga e eficaz?

Uma história de magia em que Imhotep ocupa o primeiro papel merece ser contada. Um papiro grego nos fala do caso de um escritor encarregado de traduzir em grego um livro egípcio consagrado aos milagres de Imhotep. Por ser preguiçoso, estava muito atrasado. O deus, descontente, fez adoecer a mãe do escriba, afligida por uma febre. O escriba compreende e suplica a Imhotep que cure a sua mãe. Este aparece-lhe em sonhos e aceita. No entanto, o escriba continua a não trabalhar com o devido afinco. Desta vez, é ele que se vê afligido por uma dor no lado direito. Imhotep aparece-lhe de novo em sonhos com um livro na mão. A censura é muda, mas a mensagem é clara: que se apresse a terminar a tradução. O escriba celebra a grandeza de Imhotep, cura-se e, finalmente, dedica-se a sério ao trabalho.

A glória de Imhotep foi tão grande que o seu nome se encontra ainda nos escritos herméticos e nos tratados de ciências ditas "ocultas". Ele, o

grande mago, foi um modelo dos alquimistas. Zósimo de Panópolis, alquimista grego cuja obra teve uma certa influência no Ocidente, não redigiu um livro dedicado a Imhotep?

O arqueólogo britânico W. B. Emery estava persuadido de que a sepultura do grande sábio havia sido escavada no setor norte de Sakkarah. Procurou-a e descobriu um poço funerário da terceira dinastia, a de Djoser e Imhotep. Cheio de esperança, chegou a um verdadeiro labirinto com mais de dez metros abaixo do solo. Estavam ali amontoadas milhares de múmias de íbis! A ave sagrada de Thot está relacionada com Imhotep, que venerava o deus com cabeça de íbis, padroeiro dos escribas e dos magos. Mais precisamente, o próprio Imhotep foi chamado "o íbis", e os sacerdotes dedicados ao seu culto formavam "o colégio de íbis". Este labirinto subterrâneo era uma homenagem indireta à memória do mestre- de-obras.

Se a múmia e a sepultura de Imhotep não foram encontradas, a sua obra essencial, porém, manteve-se viva e bem visível. Cabe-nos agora dirigirmo-nos ao complexo funerário de Sakkarah, obra-prima do século de Djoser, o Magnífico.

Tal como Luxor, Karnak, Abidos ou Edfu, Sakkarah é um lugar mágico onde sopra o espírito egípcio em toda a sua pureza. Neste planalto desértico onde o gênio da velha civilização faraônica é quase palpável, somos bruscamente transportados para muito longe do Cairo e da nossa época. Temos a impressão de nos comunicarmos com estes homens que, não obstante os séculos, permanecem próximos de nós. A pirâmide em degraus de Djoser e Imhotep, o recinto sagrado do complexo funerário e os monumentos que se erguem aos céus não nos são estranhos. Fazem parte da nossa paisagem interior, são criações tão poderosas que, uma vez contempladas, nunca mais poderão ser esquecidas.

O sítio de Sakkarah foi redescoberto por um general prussiano, von Minutoli, em 1821. O engenheiro J. S. Perring começou a desentulhá-lo em 1837, e o arqueólogo alemão Richard Lepsius realizou, em 1842-1843, uma primeira exploração sistemática. Em 1851, Auguste Mariette

descobre o Serapeum, chamando a atenção do mundo para Sakkarah. Quanto ao conjunto de Djoser, este esperará pela campanha de escavações dirigida por Cecil M. Firth, de 1924 a 1927, que no mês de janeiro de 1924 começa a desentulhar o complexo funerário; para seu grande espanto, descobre os alicerces de uma fachada em pedra talhada com colunas caneladas. Não pode crer que seja uma obra egípcia e pensa que se trata de arquitetura grega! Mas Firth tem de render-se à evidência: trata-se de uma arquitetura da época faraônica. O arqueólogo francês Jean-Philippe Lauer deixou o seu nome ligado à exploração arqueológica da obra de Djoser. Começou a trabalhar em Sakkarah em dezembro de 1926 e ainda hoje continua a velar sobre os monumentos.

Sakkarah fica no deserto, na orla do planalto líbio, diante de terras cultivadas e do palmar onde foram encontrados pobres restos da gloriosa Mênfis. O local escolhido por Imhotep dominava a capital de Djoser e não distava muito da necrópole dos faraós da primeira e segunda dinastias, assegurando assim uma espécie de continuidade espacial. Estamos, portanto, diante de um sítio que viveu desde o mais Antigo Egito até o século III d.C., cuja vitalidade é ainda testemunhada por algumas obras da estatuária grega.

Grafitos gravados nas paredes dos monumentos provam a admiração das sucessivas gerações pela criação de Imhotep. Mais de mil anos após o reinado de Djoser, fiéis, peregrinos e escribas vão ao deserto homenagear a memória do grande rei. Encontram o seu monumento "como se o céu estivesse nele e Rá se erguesse nele". Os peregrinos formulam desejos: que o bom e o puro venham do céu e sejam oferecidos à alma do faraó, justificado no outro mundo. Um escriba nos dá uma preciosa indicação de que no reinado de Ramsés II assistiu a uma festa religiosa e gravou as seguintes palavras: "Veio o escriba Nachuiu junto da pirâmide de Djoser inaugurador-da-pedra". A memória de Djoser e Imhotep estava mais do que viva e precisa, sendo-lhes atribuído com razão um grande número de inovações, a começar

pela utilização sistemática da pedra para erguer aos céus um dos mais belos conjuntos monumentais da história humana.

Djoser e Sakkarah, o rei e a sua obra. Ali foi enterrado e, para além deste aspecto funerário, identificou-se plenamente com ela, confundindo a vida e a morte de maneira inextricável no "castelo encantado" de Sakkarah.

Como começaram as obras? Imhotep mandou retirar a areia e aplanar a superfície calcária. Depois, abriram-se poços na pedra a uma profundidade de vinte e cinco metros. O seu fundo foi guarnecido de granito, embora não existam pedreiras de granito nos arredores de Mênfis. A pedra de melhor qualidade encontra-se na área da primeira catarata, a oitocentos quilômetros de Sakkarah. Não houve problema quanto a isso: os blocos foram conduzidos de barco até a região menfita. O faraó não recua perante nenhuma dificuldade técnica.

Sakkarah começa já como uma pirâmide em degraus, ficando no centro da superfície de quinze hectares ocupada pelo domínio funerário e também no centro do admirável ideal de Djoser: subir aos céus utilizando esta gigantesca escadaria de pedra, aceder ao paraíso terrestre pelos degraus da pirâmide, a fim de viver na companhia dos seus irmãos deuses.

Entre os numerosos e complexos edifícios concebidos por Imhotep, a pirâmide em degraus impõe-se imediatamente ao nosso olhar. É sob ela que o corpo mortal do faraó é depositado, e é no seu vértice, confundido com o sol, que se encontra o seu corpo imortal, brilhando para sempre como uma estrela para iluminar as gerações futuras.

Uma imensa muralha rodeava o conjunto funerário que, medindo mais de 1.500 metros de comprimento, erguia-se a uma altura de cerca de onze metros. De quatro em quatro metros aproximadamente, o ritmo da muralha era marcado por uma espécie de bastião saliente ornado por uma falsa porta de dois batentes. Este dispositivo de proteção era, portanto, marcado por uma alternância de partes salientes e reentrantes que lhe davam a feição de "fachada fortificada de um palácio". Djoser deve ter querido reproduzir a famosa "muralha branca" que cercava

Mênfis e cuja construção havia sido decidida por Menés. Homenageava, assim, o mais ilustre dos seus antecessores e exaltava a unidade do Duplo País.

É de se imaginar que o recinto fortificado de Djoser tinha ao longe a aparência de uma longa crista branca rompendo a uniformidade do deserto. Cintilante à luz do sol, impunha da maneira mais espectacular a presença da eternidade de um faraó na terra dos homens.

O fato mais marcante é ainda o nascimento da forma piramidal. Pela primeira vez na história egípcia, esta tão poderosa e criativa forma monumental é criada por um arquiteto. Era indispensável na economia geral do conjunto de Djoser: efetivamente, a certa altura da construção, a linha horizontal do recinto era mais alta que a mastaba clássica (o "banquinho", segundo o significado do termo) que servia de túmulo ao faraó. No espírito de Djoser e de Imhotep impôs-se a necessidade de uma linha vertical, de um impulso em direção ao mundo celeste. À linha horizontal do recinto devia corresponder a vertical de outra forma arquitetônica: a pirâmide.

Os degraus da pirâmide são ao mesmo tempo mastabas sobrepostas e os degraus de uma escada que une o Céu e a Terra. Tudo se passa como se o arquiteto arrancasse a matéria do solo, como se o peso da pedra não constituísse para ele um obstáculo, mas uma possibilidade de elevação. Com o nascimento da pirâmide, o Egito sai do acanhado âmbito de uma civilização primitiva para entrar na História universal.

Para nos aproximarmos, temos de encontrar a entrada do domínio de Djoser. Imaginemos a muralha no seu estado primitivo. Por toda parte deparamos com bastiões, portas falsas que parecem abertas, mas, na verdade, estão pintadas na pedra. Por toda parte, menos junto do ângulo sul do lado leste da muralha, onde se encontra o único acesso, aberto numa porta monumental. Uma entrada muito pequena para um domínio tão gigantesco: seis metros de altura por um metro de largura. Sem fechadura. O paradoxo impressiona: enquanto as fortificações eram edificadas com todas as precauções, a única passagem possível tem apenas como defesa o fato de ser estreita.

É que, como vamos ver, a grande obra de Djoser não foi construída para os mortais. Só a alma pode penetrar através desta fenda. Todas as vezes que transpusemos esta porta, ficamos profundamente emocionados. Apesar do sol, da grande claridade dispensada pelo deus Rá, sentimos que passávamos a fronteira para um outro mundo. Para Djoser, era o limiar do Além, transposto e manifestado na terra dos vivos.

A magia de Djoser e Imhotep atravessou séculos. Apesar da degradação, apesar do que nos separa do grande rei da terceira dinastia, avançamos no seu domínio com o respeito e a surpresa de quem se vê diante de um mundo novo, surpreendente e inquietante. Uma vez lá dentro, descobrimos uma alameda primitivamente coberta e ladeada por quarenta colunas ao longo de cinqüenta e quatro metros. Trata-se, aliás, do primeiro espaço coberto por pedras que se conhece. A coluna é sinônimo de elevação: após a passagem da porta, encontramos-nos na presença da vertical, que se detém ainda no espetáculo que contemplamos no eixo da entrada: passadas as colunas, uma saleta e o simulacro de uma porta aberta, desembocamos no grande pátio ao sul da pirâmide. No ângulo sudoeste existe uma parede encimada por um friso de serpentes enfurecidas. Somos cativados pelos répteis ameaçadores que se destacam do céu azul. O seu papel está longe de ser negativo: as *uraei* destinam-se a afastar as forças nocivas que poderiam alterar o destino póstumo do faraó. Que os deuses permitam, portanto, que a nossa presença não os incomode; recordemos, efetivamente, que os sinais inscritos na pedra estão vivos. Nos textos gravados nas paredes das pirâmides (quinta e sexta dinastias), o sacerdote tem o cuidado de cortar ao meio os animais — répteis e insetos perigosos — para que não ataquem o rei.

Aproximamo-nos da pirâmide e dos seus seis degraus desiguais que se elevam a mais de sessenta metros de altura. Seu núcleo foi uma mastaba de forma absolutamente excepcional, de base quadrada. Logo na origem do monumento, Imhotep liberta-se do passado e manifesta seu gênio inovador. Os quatro lados da pirâmide, cada um com cerca de sessenta e dois metros, estão orientados segundo os pontos cardeais. Devemos ver

nisso um ensejo religioso, uma vontade de harmonizar o monumento com a ordem cósmica. A idéia é característica da religião de Heliópolis, que Djoser protegeu e do qual Imhotep foi um dos sumos sacerdotes.

O que nos impressiona nesta primeira pirâmide da história egípcia é a força de um nascimento. Tido é coerência e unidade na pirâmide em degraus de Djoser. Uma hipótese muitas vezes repetida tem força de lei em certos manuais de arqueologia: o monumento teria sofrido várias e sucessivas mudanças de plano, pois Imhotep teria concebido primeiro um plano e depois outro. Confessemos que, embora permita hábeis dissertações técnicas, esta tese não convence. O que sabemos acerca de Djoser e Imhotep não nos leva a considerá-los como criadores inábeis e hesitantes, que não sabem muito bem para onde vão. Não, a pirâmide em degraus foi concebida tal e qual desde o início da obra. O desejo da vertical respondia a um ideal religioso, que consistia em alcançar o céu de onde o faraó proviera.

Existe o céu, existe a terra e existe o mundo subterrâneo. É neste último que agora penetramos, descobrindo os aposentos funerários de Djoser situados sob a pirâmide. Quando, a vinte e oito metros de profundidade, Lauer perturbou pela primeira vez o silêncio destes lugares, descobriu uma verdadeira cidade-labirinto formada pela sepultura do rei, as suas dependências, o túmulo das rainhas e dos filhos do rei, galerias, corredores e câmaras de diversos tamanhos. Ali havia sido escavada uma cidade em pedra eterna. A exploração arqueológica está longe de a ter elucidado completamente. Ainda somos incapazes de explicar a totalidade deste complicado dispositivo. Alguns pontos de referência, porém, nos permitem perceber as intenções de Djoser.

A decoração de certas partes destes aposentos funerários é espantosa. Nota-se a presença de pequenas placas de faiança azul imitando as redes de juncos que ornavam o palácio menfita do rei. De resto, dir-se-ia que o arquiteto Imhotep quis reproduzir na pedra elementos vegetais como juncos, palmas e elementos em madeira. A pedra tem aqui um valor transmutativo, transformando o perecível em imperecível. Essa idéia é, aliás, confirmada pela presença de câmaras contendo alimentos: pães,

frutos, espigas de trigo, lentilhas, uvas e figos de sicômoro. O alimento é, assim, eternamente assegurado ao rei, que não consome a aparência dos alimentos e sim a sua essência sutil. Outro indício: a presença na decoração de pilares *djed*, ou seja, uma espécie de árvore barrada por quatro traços horizontais. Este pilar constitui por excelência o símbolo do que é estável e duradouro. É particularmente bem-vindo nos alicerces de uma pirâmide destinada a preservar a vida eterna de um faraó.

Estes aposentos funerários estão ao mesmo tempo neste e no outro mundo. Neste, porque existem, escavados na pedra. No outro, por estarem cheios de portas, janelas e aberturas falsas.

Falsas na nossa perspectiva humana, mas reais para as almas justas que se movimentam à vontade nesta cidade marcada com o selo da cor azul, como se o céu se encontrasse assim sob a terra.

Espera-nos uma revelação maravilhosa, pois o faraó Djoser está fisicamente presente no seu domínio subterrâneo. Não a sua múmia, pois só foi encontrado um pé, mas em esteias onde Djoser é representado em atos rituais. Vemo-lo em atitude de corrida, com uma musculatura possante, o *flagellum* numa das mãos e o *mekes* na outra: o *flagellum* é uma insígnia de soberania; o *mekes*, um estojo contendo um "testamento" pelo qual os deuses legam ao faraó a terra do Egito a fim de lhe assegurarem ventura e prosperidade. A corrida realizada por Djoser é um momento da festa *sed*, durante a qual os deuses das províncias do Egito, representados por sacerdotes, se unem em torno da pessoa do rei para lhe darem força e vigor. Efetivamente, os egípcios pensavam que a energia do faraó se esgotava ao fim de alguns anos de reinado. Revivificado pelos deuses, Djoser corre e manifesta assim a sua força reencontrada e a sua capacidade para governar. Durante a festa *sed* o rei ascende ao trono do Alto Egito, usando a coroa branca, e ao trono do Baixo Egito, usando a coroa vermelha. Um "pavilhão" especial foi reservado para este rito — encontrou-se em Sakkarah vim estrado com uma escada dupla que corresponde à dupla aparição do faraó unindo o Sul e o Norte. Djoser considerou a comemoração deste

acontecimento suficientemente importante para figurar ao mesmo tempo na temática dos aposentos subterrâneos e na dos monumentos da superfície, assegurando assim a eternidade das festas *sed* e uma infinita renovação do seu poder. Mais tarde, certos reis vão se contentar com alguns baixos-relevos. Djoser mandou construir um imenso complexo monumental com o mesmo intuito — um impressionante contraste.

Outro enigma dificulta a nossa compreensão dos "aposentos" subterrâneos de Djoser. O faraó reservara dois túmulos para si: o que se encontra sob a pirâmide, e outro, sob o maciço da muralha sul, a mais de 200 metros da sua múmia. Este túmulo do sul imita, aliás, o jazigo situado sob a pirâmide, no qual encontramos a figuração de Djoser celebrando os mesmos ritos. Só as convicções religiosas podem explicar a estranheza deste dispositivo. Os egípcios tinham compreendido a complexidade do ser humano, sabiam que era composto por unidades tão diferentes como o poder energético, o coração-consciência, a sombra etc. Um dos túmulos de Djoser é destinado a um dos aspectos do seu ser, provavelmente o que se poderia chamar o seu corpo mortal, ao passo que o outro está reservado ao seu corpo "sutil". Importa sublinhar outras descobertas marcantes. Foram encontrados nas câmaras dois sarcófagos de alabastro, um deles contendo os restos de uma criança, talvez uma filha de Djoser. Um dos sarcófagos era uma obra-prima de marcenaria, parcialmente chapeado a ouro. E qual não foi a surpresa dos pesquisadores ao descobrirem em certas salas uma incrível quantidade de recipientes em pedra dura! Contaram-se pelo menos quarenta mil em alabastro, xisto, diorito, dolerito, granito etc. Vários deles tinham gravados os nomes de faraós das primeira e segunda dinastias, e de grandes personagens. Um é excepcional e oferece uma das chaves do conjunto: servia de suporte a um texto no qual se desejava a Djoser um milhão de festas *sed*; em outras palavras, um reinado eternamente renovado.

O acúmulo destes recipientes constitui um ato mágico. Djoser presta homenagem aos faraós que o antecederam e preserva a sua memória na

cidade eterna. Num dom recíproco, estes antepassados asseguram-lhe a perenidade do seu ser.

Vamos sair agora do domínio subterrâneo e voltar à superfície. Irão nos chamar a atenção, porém, dois edifícios retangulares de teto abobadado: a "casa do Norte" e a "casa do Sul", correspondentes às duas partes do Egito e que desempenham um papel na celebração da festa *sed* para a qual foi concebida a complexa rede de monumentos situados no interior das muralhas. Notaremos ainda colunas que prefiguram a coluna dórica grega, a qual só aparecerá 2.000 anos depois.

Dirigindo-nos ao pátio do *serdab*, diante da extremidade leste do lado norte da pirâmide em degraus, sentimos uma emoção intensa. Djoser espera-nos no *serdab*, uma câmara sem aberturas. Está ali, petrificado para sempre numa estátua extraordinária. Atualmente, uma réplica substitui o original conservado no Museu do Cairo, mas a representação do faraó conserva toda a sua força. Na realidade, o *serdab* não é completamente destituído de aberturas: dois buracos abertos numa das paredes permitem a Djoser a contemplação do mundo dos vivos. Como se estivesse situado no interior de uma pedra cúbica, ele assiste do outro lado do espelho ao desenrolar da comédia humana, inspirando com os seus conselhos aqueles que buscam a sabedoria.

Djoser está vestido num comprido manto ritual que deixa ver apenas as mãos e os pés; usa uma longa peruca coberta com um tecido pregueado; tem uma barba postiça, considerada uma divindade; e os olhos, em cristal de rocha e engastados em alvéolos de cobre, desapareceram. Mesmo assim, o olhar de Djoser manteve-se presente, animando-lhe ainda o rosto com uma incrível severidade, com os pômulos salientes, e sublinha a atitude hierática do faraó, que tem a mão esquerda pousada na coxa, e a direita, fechada sobre o peito. Seus olhos trespassam-nos até a alma. Diante da estátua de Djoser, sentimos até que ponto o faraó era o lugar de uma sutil comunhão entre o homem e a divindade.

Havia provavelmente outras estátuas do rei no interior das muralhas, mas só a fabulosa obra-prima sobreviveu. Mencionemos ainda os muito

comoventes vestígios de um grupo esculpido, do qual subsistem apenas quatro pares de pés pertencentes a personagens diferentes; depois de comparados com obras contemporâneas, supõe-se que se trata de Djoser, de sua esposa e de suas duas filhas.

Pensou-se durante muito tempo que Djoser era originário do Médio Egito por causa da descoberta, na região de Abidos, de uma sepultura com o seu nome gravado. Teria sido previsto neste lugar um primeiro túmulo do rei? Entretanto, a fragilidade destes argumentos foi demonstrada. A carreira de Djoser está ligada ao desenvolvimento de Mênfis, cidade-chave do Antigo Império. De resto, havia uma nítida diferença de nível de vida entre a capital e a província.

Facilmente se compreende que a criação do complexo funerário de Sakkarah foi obra de todo um reinado. No entanto, sabemos que Djoser mandou construir em Heliópolis, ou seja, muito perto de Mênfis, um pequeno santuário de que restam poucos elementos. Um deles preserva, porém, um título excepcional: Djoser é qualificado como "Sol de ouro", assim marcando o seu domínio à religião solar e cósmica de Heliópolis. Outro dos fragmentos mostra o rei sentado, envolto no grande manto ritual; a sua estatura é elevadíssima, comparada com a da mulher e a das duas filhas. A rainha segura afetuosamente o calcanhar do esposo. Essa representação exalta o valor da família, ideal profundamente enraizado no coração egípcio.

A terceira dinastia nos faz conhecer, além de Imhotep, outros grandes personagens: Hesyrê, cujo túmulo abriga admiráveis relevos; Bedjmes, o construtor de barcos, cuja estátua, conservada no Museu Britânico, nos revela um homem severo e competente com uma enxó nas mãos; o funcionário Sepa e sua mulher Neset, formando um casal muito digno; ele com a sua comprida bengala na mão direita; ela, envergando uma túnica colada ao corpo, com decote em V, e com grandes pulseiras nos braços.

Uma observação se impõe: estes grandes dignitários, estes homens que foram contemplados pelos favores de Djoser, são "trabalhadores",

construtores, artífices. Provaram suas capacidades num determinado setor e são profundamente "operativos". O Egito de Djoser não é dominado pela administração. Não é por acaso que a figura do mestre-de-obras Imhotep domina uma época em que a criatividade é o principal valor.

Os contos dos *Papiros Westcar* evocam a figura de vários grandes faraós. Uma lacuna do papiro impede-nos de conhecer o conto datado do reinado de Djoser. Em contrapartida, possuímos uma história de magia que se desenrola no reinado de Nebka, provavelmente o seu sucessor imediato. Essa narrativa nos fornece uma das mais impressionantes perspectivas da moral social da época.

O faraó queria ir ao templo de Ptah, em Mênfis. Encontra um alto dignitário religioso chamado Uba-iner e o retém em sua casa durante sete dias, o que atrasa durante muito tempo a sua visita ao templo. Os dois homens deviam ter muita coisa para contar um ao outro, porque, durante a semana em que o religioso está ausente de casa, a sua mulher apaixonou-se por um burguês, plebeu a quem promete belas roupagens. Por intermédio de uma serva, atrai o homem a sua casa. Existem no seu magnífico jardim um lago e um quiosque. O burguês e a adúltera ali passam momentos agradáveis, banhando-se e fazendo sacrifícios às alegrias do amor. Escandalizado, o jardineiro abandona a casa e informa o sacerdote sobre o que está se passando em sua casa durante sua ausência. "Traga-me o meu cofre em ébano e ouro", ordena-lhe o amo. No cofre há cera e um formulário. O sacerdote-mago fabrica um crocodilo em cera e recita uma fórmula mágica: "Aquele que se banhar no lago de minha casa será comido por este crocodilo animado de vida." Entrega a figurinha ao jardineiro e pede-lhe que a deite no lago quando o burguês nele entrar.

De regresso a casa, o jardineiro sente-se ainda mais indignado, pois a mulher adúltera resolvera aliar a serva aos seus amores impuros na companhia do burguês. Então, quando este vai se banhar para se descontraí, o jardineiro executa as ordens e imediatamente a magia se

revela eficaz: o crocodilo de cera transforma-se num monstro de três metros e meio, que agarra o burguês e o leva para o fundo do lago.

Quando o sacerdote-mago regressa a casa, vem acompanhado do faraó. "Venha, Majestade, venha ver o prodígio que se realizou no seu reino."

O sacerdote interpela o crocodilo: "Traga-me o burguês!" O faraó fica impressionado com o tamanho do animal. O mago o agarra e nas suas mãos ele se transforma numa figurinha de cera. Depois, explica ao faraó o que se passou.

O faraó profere uma terrível sentença: que o crocodilo, novamente real, arraste o sedutor para o fundo das águas. Quanto à mulher adúltera: que seja queimada ao norte do palácio, e suas cinzas, lançadas ao rio.

À parte o exagero poético próprio dos contos, o século de Djoser não brincava com preceitos morais tão importantes como a fidelidade conjugal.

Antes de deixarmos Djoser, o Magnífico, voltemos uma vez mais o olhar para Sakkarah, uma das mais puras obras-primas do espírito humano. Apesar do seu carácter funerário, todos sentem até que ponto tudo aqui é força nascente, juventude de uma civilização, paixão da descoberta e da novidade. A eficácia mágica não é uma palavra inútil: Djoser venceu a prova do tempo, deu ao Egito um alento que irá durar milênios e criou a forma piramidal, certamente a mais pura e a mais perfeita de todas as visões arquitetônicas do homem.

Como é forte a vontade de Djoser de unir indissolivelmente o divino e o humano. Constrói o seu túmulo em Sakkarah, mas também reproduz o seu palácio régio, o lugar da sua existência terrestre. Utiliza a pedra, o material aparentemente mais opaco, mas o torna transparente para a circulação milagrosa da alma. E, sobretudo, não esqueçamos que Sakkarah é o lugar de uma festa. Pelo que sabemos, os egiptólogos não sublinharam bem este ponto. Hoje em dia, todos sabem que o conjunto funerário de Djoser é votado principalmente à eterna celebração da festa *sed*. Mas temos que ultrapassar esta simples constatação e evocar o clima de alegria do Egito Antigo, as suas cores, o júbilo dos homens que

a celebram, os cantos, os risos, as danças. Em Sakkarah, a morte é uma festa porque a morte não existe. Não começam os *Textos das Pirâmides* com esta extraordinária fórmula: "Ó rei, tu não partiste morto, partiste vivo"?

É verdade que Djoser não partiu morto. Transmitiu a vida através da pedra. Por trás das fachadas do seu palácio do Além, cuidadosamente aparelhadas, não há entulho. Quando transpomos as muralhas, passamos para o outro lado do espelho, entramos na paisagem da alma, na realidade de uma festa eterna.

4

SNEFRU, O CONSTRUTOR

Por volta de 2575 a.C., um rei chamado Snefru funda a quarta dinastia. O seu reinado durará até 2551, tendo então exercido o poder pelo menos durante 24 anos. Trata-se da personalidade real acerca da qual a ausência de dados é mais cruel. Efetivamente, muitos indícios levam a supor que Snefru foi o maior construtor da história do Egito e que o seu reinado conciliou uma formidável atividade arquitetônica, um espírito de paz e um desenvolvimento econômico harmonioso.

No espírito dos egípcios, Snefru será o bom rei, o monarca generoso. Pois não era chamado "rei benfeitor do país inteiro", epíteto excepcional? Numerosas localidades integraram "Snefru" no seu nome. Muitos séculos depois, no Médio Império, a sua popularidade era muito grande. Prestavam-lhe culto. Sabia mostrar-se familiar com os seus próximos e os seus cortesãos, tratando-os por "meus camaradas", "meus amigos". Foi endeusado nas minas de turquesa do Sinai, onde facilitou o trabalho dos operários. O primeiro faraó da quarta dinastia encarna a idade áurea na qual a autoridade do rei é indissociável da sua bondade. Uma prova do equilíbrio interior do país perdurou: as pirâmides de Snefru.

Se a existência de Snefru permanece oculta nas trevas do passado — certamente porque os reinados felizes não têm história —, a sua incrível criatividade arquitetônica oferece-se ainda à nossa admiração. Snefru foi um mestre-de-obras genial, criando a pirâmide lisa e erguendo aos céus três grandiosos exemplares deste monumento: um em Meidum, o mais antigo, e dois em Dachur. O de Meidum, a 19 quilômetros ao sul de Sakkarah, talvez tenha sido começado por um rei chamado Huni, o último soberano da terceira dinastia, mas não há certeza. No sítio de Dachur, não longe dali, a pirâmide mais ao sul é qualificada como "romboidal", termo que significa simplesmente que a inclinação sofre uma quebra a meia altura, dando ao monumento uma estranha feição. A pirâmide romboidal parece ser a encarnação em pedra do simbolismo do número dois: duas inclinações, duas entradas independentes, dois aposentos funerários. Pensamos imediatamente no Duplo País, nas duas coroas régias e na perpétua tendência do espírito egípcio para idealizar o mundo em termos de dualidade, sendo assente que o faraó — como a pirâmide — é o terceiro termo que concilia os opostos e as complementações. A pirâmide norte de Dachur é absolutamente perfeita na sua concepção e na sua realização, sem nada a dever às grandes pirâmides de Gizé: abóbadas em sacada, que atingem quinze metros de altura e cobrem salas de cerca de quatro metros de largura, num notável estado de conservação. Não podemos fazer aqui uma descrição arquitetônica; observemos simplesmente que Snefru, prossequindo as investigações de Djoser e Imhotep, dá à forma piramidal a sua plena realização. A pirâmide não é um monumento isolado, mas o centro de um "complexo" funerário com instalações para os mortos, os nobres que formam a corte do faraó tanto no Além como na Terra, e para os vivos. Após a morte de Snefru, as suas "cidades de pirâmides" serão exoneradas de impostos e encargos para sempre. Os habitantes desses locais sagrados ou que vinham ali exercer o seu ofício, sacerdotes e empregados, gozavam todos de privilégios fiscais, derradeira dádiva do bom rei Snefru.

Snefru mandou gravar no seu templo funerário uma lista dos domínios que lhe pertenciam. Estas terras são encarnadas em mulheres de grande beleza, que fazem oferendas ao rei para que sua vida eterna conheça a abundância e a alegria. Cada domínio tem um nome, tal como "ama de Snefru" ou "sandália de Snefru". É, provavelmente, todo o Egito que vem em procissão junto do seu rei para lhe oferecer o que tem de melhor, traduzindo a existência de uma economia religiosa centrada no faraó.

No reinado de Snefru, a administração egípcia é confiada a um primeiro ministro habitualmente designado pelo nome de vizir. Chefe do executivo, é o primeiro personagem do Estado depois do faraó, dirigindo um grande número de gabinetes, zelando pelo bom funcionamento da justiça, pela qual responde, velando sobre as finanças, a agricultura, as grandes obras, o exército, os arquivos reais, os mais diversos títulos de propriedade e contratos. Senhor de títulos sacerdotais como "sacerdote de Maat" (a harmonia universal) ou "Grande dos Cinco da Morada de Thot" (título que traduz a sua ciência), o vizir está em contato permanente com o rei. É a vontade do faraó, os seus olhos e os seus ouvidos. O cargo que exerce é certamente esmagador. Embora devesse existir antes da época de Snefru, a função de vizir só é claramente confirmada durante o seu reinado. Talvez o rei, aplicando o seu gênio criador a este campo e também a tantos outros, lhe conferisse o seu aspecto definitivo. Rei e vizir são as duas engrenagens essenciais do reino; todas as grandes decisões passam por eles. Todas as manhãs dialogam acerca dos assuntos de Estado antes de se dedicarem a ocupações que deixavam pouco tempo ao lazer.

No reinado de Snefru, a atividade militar dir-se-ia das mais reduzidas: algumas campanhas na Núbia e na Líbia que mais parecem intervenções pontuais do que guerras. Como é norma nas inscrições em louvor dos reis, falam-nos de milhares de prisioneiros e de um grande espólio, sobretudo sob a forma de cabeças de gado. Snefru foi ao Sinai

para dominar beduínos turbulentos. Temos conhecimento de representações do rei chacinando os seus inimigos, em conformidade com o simbolismo egípcio neste domínio. Essas informações são, em suma, das mais vulgares e é impossível conhecer o seu grau exato de "historicidade".

Em contrapartida, é certo que as expedições comerciais foram numerosas e bem-organizadas. Além das suas três gigantescas pirâmides, o rei mandou construir templos, fortalezas, casas e barcos. Os ateliês de escultura funcionavam a pleno vigor. O bom andamento das obras supõe uma economia bem-dirigida, transportes que entreguem a matéria-prima a tempo e corporações de ofícios hierarquizadas. Sabemos, por exemplo, que 40 grandes embarcações trouxeram, apenas num ano, uma grande quantidade de madeira *âsh* para o Egito, nome dado a várias coníferas que o faraó mandava vir do Líbano e de Biblos. Snefru começou ainda a explorar os recursos naturais da Núbia, ligando-a ao Egito da maneira mais natural graças a expedições em que o exército do faraó mostrou o seu poder.

O requinte da corte de Snefru devia ser excepcional. Temos certeza disso graças ao maravilhoso mobiliário descoberto na sepultura da esposa do rei, a rainha Hetep-Heres, uma sepultura intacta e situada perto da grande pirâmide. Legou-nos um quarto de dormir, que incluía um leito com pés em forma de patas de leão, uma cabeceira em madeira para pousar a nuca e um grande trono com decoração vegetal. O conjunto é robusto e ao mesmo tempo delicado, unindo as grandes qualidades destes tempos áureos.

Uma obra literária de grande beleza, um dos contos do *Papiro Westcar*, permite-nos entrar na intimidade do palácio de Snefru. A regra deste tipo de manuscrito consiste em representar o faraó de maneira muito humana e até prosaica. Ficamos sabendo que Snefru deambula como uma alma penada, procurando em vão uma maneira de se distrair. Pede que chamem um sábio, o sacerdote-leitor Djadjaemankh, especializado em passes mágicos. O hábil personagem descobre um remédio para

dissipar a nostalgia do faraó: aconselha-o a ir ao lago próximo do palácio e lá dar uma volta de barco com jovens encantadoras que gostará de ver remar, ao mesmo tempo em que irá admirar uma paisagem formada por campos, margens verdejantes e moitas. A idéia agrada ao rei. De modo que lhe trazem remos de ébano chapeados a ouro e vinte mulheres maravilhosamente belas, de seios firmes e cabelos entrançados, que despem seus vestidos para envergar trajes formados por uma única malha apertada que salientam os seus encantos.

No início do passeio reinam a alegria e a boa disposição. O rei aprecia suas encantadoras companhias, que depressa dissipam a sua melancolia. Na popa do barco, uma das remadoras está preocupada com a sua rede. Produz-se então um incidente dramático. A jovem pára subitamente de remar e cala-se. À sua volta, suas companheiras fazem o mesmo. O rei aflige-se e elas lhe explicam o que aconteceu. A "superiora" das remadoras, que dirigia as manobras, deixou cair à água uma jóia muito estimada. "Não seja por isso", objeta o faraó, "vou substituí-la por outra ainda mais bela." E pede que continuem passeando. Mas a pobre moça recusa-se. Quer aquela jóia e não outra. O próprio faraó sente-se desarmado perante essa obstinação. Sendo assim, só há uma solução: recorrer de novo ao mago que lhe havia aconselhado aquele périplo de barco. Chega Djadjaemankh. O rei expõe-lhe a situação. Ele não se impressiona. É impossível procurar a jóia às cegas ou enviar mergulhadores. O mais simples é pronunciar algumas palavras mágicas cujo resultado é surpreendente: graças ao exercício do seu poder, o sacerdote-leitor Djadjaemankh ergue metade das águas do lago e as deposita sobre a outra metade, facilitando, assim, as buscas. Logo se descobre a famosa jóia: um berloque em forma de peixe. O mago tem o cuidado de recolocar as águas no seu lugar, e finalmente o passeio do rei Snefru e das suas remadoras pode finalmente prosseguir.

Esconde-se sob esta história, como nos mostrou Philippe Derchain, um simbolismo religioso complexo como na maior parte dos contos egípcios. As remadoras não são mulheres levianas, mas sacerdotisas da

deusa Hator. A intervenção do sacerdote-leitor, grande especialista da magia sagrada na corte do rei, não deixa de evocar o célebre milagre do mar Vermelho, embora não seja possível uma comparação mais precisa.

Preocupado com o futuro do país, Snefru consultou um adivinho chamado Neferty. Transpondo mentalmente quatro séculos, o adivinho descreve um espetáculo apocalíptico. Os asiáticos invadirão as Duas Terras, destruindo tudo à sua passagem, os templos ficarão em ruínas, o Nilo e os canais secarão, o palácio real será abandonado e o Sol ficará encoberto. Felizmente, um salvador virá libertar o Egito do jugo estrangeiro e restabelecerá a harmonia. Tal como Snefru, de quem a posteridade dirá que foi um rei benfeitor, este salvador fará o seu povo conhecer uma idade áurea.

O texto em que lemos esta história chama-se *A Profecia de Neferty*. Nele se descrevem as turbulências do primeiro período intermediário que sobreveio após a queda do Antigo Império e o início do Médio Império com a ascensão do faraó Amenemhat I ao poder. É interessante que estas revelações — que os egiptólogos pensam terem sido escritas depois dos acontecimentos e não antes — sejam feitas a Snefru. Há entre ele e Amenemhat I numerosos pontos em comum: reinados ilustres, faraós que reinam sobre um país equilibrado e rico, personalidades fortes e benevolentes. Mas Snefru é o construtor por excelência. Será para sempre o faraó das três pirâmides, o homem de um Egito no auge da sua alegria de viver e de criar.

5

QUÉOPS, QUÉFREN E MIQUERINOS, OU O REINADO DOS GIGANTES

Se bem que a documentação seja bastante discreta, é claro que o Egito de Snefru é um país de uma extraordinária prosperidade. Ao rei da idade áurea sucedem-se três gigantes: Quéops, Quéfren e Miquerinos. Três nomes mágicos que muito fizeram em prol da glória do Egito

Antigo, três personalidades ligadas a uma das mais belas estações arqueológicas do mundo — o planalto de Gizé —, onde se erguem as suas três pirâmides. Este conjunto constitui a única das sete maravilhas do mundo que sobreviveu.

Quéops sobe ao trono por volta de 2551 a.C., Miquerinos morre próximo de 2471 a.C. Durante estes 80 anos, o Egito é hierático, sereno. O Egito constrói. Tem o poder das suas pedras de eternidade, comunica numa fé real com o seu rei-deus, com estas pirâmides, esta luz petrificada que sobe aos céus. A humanidade atinge uma elevação que nunca mais recuperou. Em primeiro lugar, devemos pôr de lado o estúpido fantasma de milhares de escravos esmagados pelo suor, as costas rasgadas pelas chicotadas, subindo pedra a pedra os terrenos dirigidos por contramestres sádicos. Infelizmente, essas imagens grotescas e lamentáveis ainda são veiculadas por muitas obras. Quem conhecer as pirâmides da época em que viveram os seus construtores, sabe que foram edificadas por geniais mestres-de-obra, pedreiros, geômetras e especialistas em levantamento, senhores de uma competência dificilmente igualada. Construir uma pirâmide não era um feito para escravos e oprimidos. A perfeição da obra realizada exclui o trabalho servil ou maquinal. Não esqueçamos que o bondoso rei Snefru, que mandara erigir três pirâmides, nunca foi considerado um tirano. As suas duas pirâmides de Dachur atingem, porém, um volume de mais de três milhões de metros cúbicos, ou seja, mais do que a grande pirâmide atribuída a Quéops. A vida cotidiana dos homens que trabalham nos reinados de Quéops, Quéfren e Miquerinos é perfeitamente conhecida: as cenas das mastabas, os túmulos dos grandes, não mostram um povo escravo, mas uma gente laboriosa e feliz. Quanto às equipes de artesãos propriamente ditas, cremos saber que a sua organização era inspirada na das equipagens de barcos. Reinava nelas uma rigorosa hierarquia, indispensável ao bom andamento das obras. Assim como no tempo das catedrais, existia uma nítida fronteira entre o pequeno número de especialistas e a massa de trabalhadores.

O planalto de Gizé, onde se erguem as três maiores pirâmides egípcias, era um local sagrado denominado "o alto". Estes admiráveis monumentos formam com a esfinge um indissociável conjunto. Por isso decidimos falar, no mesmo capítulo, dos três faraós que legaram tais obras-primas à posteridade.

O nome egípcio do rei Quéops é *Khufu*, "Que ele (o deus) me proteja", por vezes desenvolvido em "Khnum (o deus-carneiro da cidade de Elefantina), Que ele me proteja". Graças a um curioso acaso, possuímos um único retrato do construtor da grande pirâmide: uma pequena estatueta de marfim com nove centímetros de altura, conservada no Museu do Cairo. De tanga e com a coroa vermelha, o rei está sentado no trono. Tem na mão direita o *flagellum*. O rosto é severo e voluntarioso. O homem está seguro do seu poder. Mas há um ligeiro sorriso animando esta expressão austera.

Por que uma única imagem do maior construtor egípcio? Há quem queira ver neste fato a expressão do ódio que o povo lhe votava. Não vejo uma explicação aceitável. Foram preservados numerosos retratos do faraó mais criticado e detestado por alguns dos seus seguidores, Akhenaton. Também Quéfren passava por tirano. E, contudo, foi freqüentemente representado. Na verdade, não sabemos por que a iconografia de Quéops é tão pobre. A perda da documentação arqueológica é particularmente enigmática. A História se mostra também muito discreta quanto ao reinado de Quéops (2551 a 2528 a.C.). Sabemos que protegeu as minas do Sinai contra as investidas dos beduínos, que conservou os templos de Dendera, no Alto Egito, e em Bubastis, no Delta. A sua mãe era Hetep-Heres, cujo túmulo evocamos no capítulo anterior. O mistério deste jazigo inviolado não foi desvendado: se as vísceras da rainha foram encontradas em caixas de alabastro, o sarcófago não continha o corpo mumificado. Assim sendo, é impossível evocar a atividade dos salteadores de túmulos, como muitas vezes se faz para as sepulturas do Antigo Império.

De onde vem a má reputação de Quéops? Temos uma certeza. Foram os gregos, e em particular Heródoto, que mancharam a sua memória. No Egito da decadência, uma literatura anti-faraônica deve ter servido de base aos mexericos do "repórter" grego, que não se importou de repetir anedotas de baixo nível. Segundo suas palavras, Quéops reduziu os egípcios à miséria. "Primeiro", escreve Heródoto, "fechou todos os santuários e os impediu de ofertarem sacrifícios; depois os obrigou a trabalharem para ele (...) Quéops teria sido tão perverso que teria prostituído a própria filha, obrigando-a a cobrar uma certa quantia que ignoro, porque os sacerdotes não conseguiram precisar o montante. Além de cobrar o que o pai lhe prescrevera, também ela teria pensado em deixar um monumento..." (*Histórias*, II, 124-125). Nada disso é verdade. Na realidade, o culto de Quéops, tal como o de Quéfren, durou cerca de 25 séculos, e ainda na época de Alexandre Magno se encontram inscrições que mencionam o construtor da grande pirâmide. Quéops, como a maior parte dos faraós, era um erudito. Apaixonado pela historiografia sagrada do Egito e pelos antigos documentos religiosos, procurou o número exato de criptas de Thot, o deus dos escribas. Foi também ele o exumador de um plano do templo que data da época dos Servos de Hórus, semi-deuses que reinaram antes de Menés. O achado do faraó teve, aliás, conseqüências felizes, pois o admirável templo de Dendera foi construído em conformidade com este plano venerável. Os alquimistas atribuíram escritos herméticos a este rei sábio, dotado de um espírito curioso e profundo.

Tal como para Snefru, um conto nos faz penetrar na corte do rei Quéops, numa atmosfera ao mesmo tempo familiar e sobrenatural. O filho de Quéops, Djedefre, também sábio, anuncia a seu pai que um prodigioso mago vive na terra do Egito, um mago que o faraó não conhece. Este ser excepcional chama-se Djedi e reside numa cidade de nome "Snefru é duradouro", perto da pirâmide de Snefru em Meidum. Este Djedi é um personagem bem pouco comum, pois come 500 pães, meia vaca, e bebe 100 canecas de cerveja por dia, embora tenha 110

anos. Não é por acaso que se especifica a idade: é a idade da sabedoria, segundo os antigos egípcios. Djedi, que conhece o número exato das câmaras secretas do deus Thot, sabe igualmente domar os leões e recolocar cabeças decepadas.

Quéops não fica indiferente a essas revelações e procura conhecer essas câmaras secretas para reproduzi-las no seu templo funerário. Pede ao filho que vá ter com o mago e o traga à corte. O filho do faraó desloca-se numa liteira, chega à casa do mago, que está sendo untado com uma pomada e massageado nos pés. "Venho da parte de meu pai", anuncia o príncipe herdeiro, ao mesmo tempo em que ajuda o ancião a erguer-se. Djedi aceita ir até a corte de Quéops.

Então, diante do faraó, declara: "Chamaram-me e eu vim!" O rei parece fascinado com o personagem. Um de seus prodígios o interessa em especial: "Sabes mesmo recolocar uma cabeça decepada?", pergunta-lhe. "Sim", responde tranqüilamente o mago. Quéops quer verificar. "Tragam um prisioneiro condenado à morte", ordena o faraó.

Djedi não hesita em intrometer-se e opor-se à vontade do rei. Profere então estas palavras, para sempre comoventes: "Não um ser humano, soberano, meu amo, pois é proibido fazer tal coisa ao rebanho sagrado dos deuses." Convencido por essa advertência, Quéops reconhece a sabedoria do mago. Não trazem um prisioneiro, mas um ganso com a cabeça cortada. Djedi prova então seus poderes e recoloca-a no corpo da ave. Ainda não convencido, Quéops manda fazer a mesma experiência com um boi. Idêntico sucesso do mago, que põe o quadrúpede para andar, restituindo-lhe a vida.

Estes desafios não eram gratuitos. Quéops queria saber se o mago era realmente digno de confiança. Percebendo a veracidade de seus poderes, dirige-lhe então a grande pergunta: quantas são as câmaras secretas de Thot? Djedi não sabe, mas afirma-lhe que conhece a maneira de saber: ir ao templo de Heliópolis, a cidade santa do Sol, e abrir um cofre de sílex que contém as informações que o rei deseja.

O deus Quéops — pois os textos o designam por "deus" ou "grande deus", títulos muitas vezes aplicados aos faraós do Antigo Império —

mandou erguer o prodigioso monumento chamado a "grande pirâmide", com uma altura de quase 147 metros. Falta-lhe o vértice, mas a superfície coberta mede cerca de quatro hectares e as suas quatro faces estão orientadas com uma espantosa precisão segundo os quatro pontos cardeais. A maior parte dos blocos, alguns deles com dez metros de comprimento, pesa pelo menos duas toneladas. Se a pirâmide fosse oca, São Pedro de Roma caberia lá dentro. "Quéops pertence ao horizonte" é o nome da prodigiosa construção. Para os egípcios, o conceito de horizonte é sensivelmente diferente do nosso: é a expressão de uma região de luz nos confins do mundo. A própria pirâmide evoca um raio de luz petrificado. Quando estava coberta de calcário, suas quatro faces eram outros tantos "espelhos" que permitiam os raios solares refletirem e iluminarem as terras vizinhas.

Durante a viagem feita ao Oriente em meados do século XIX, Gustave Flaubert subiu ao topo da grande pirâmide. O espetáculo que descobriu e a emoção sentida o impressionaram tão profundamente que desafiou os grandes escritores a descreverem-na com acerto. "Ajustamos o casaco porque o frio aumentava, calamo-nos e pronto", escreve ele. Depois de conquistarem o Egito, os árabes tiveram duas atitudes perante a extraordinária espiritualidade encarnada nas pirâmides. Alguns deles, como Ibn Wasif Chah, sentiram respeito: "As pirâmides", explica-nos ele, "foram rodeadas de espíritos imateriais. Degolaram-se vítimas em sua honra, numa cerimônia que devia protegê-las contra quem quisesse aproximar-se delas, salvo os iniciados que houvessem praticado os ritos necessários." Outros, porém, agiram como profanadores. Foi o caso de Al Mamun, que reuniu engenheiros e operários para abrirem a grande pirâmide e pilharem os tesouros que ali se encontravam. Velhos sábios afirmaram-lhe que era impossível. Al Mamun não lhes deu ouvidos. Recorreu a todos os meios de que dispunha: fogo, produtos corrosivos e alavancas, mas não encontrou a verdadeira entrada.

Al Mamun não era um califa ignorante. Sábio e letrado, estudara numerosos textos científicos. Possuía uma chave tradicional em que

depositava grandes esperanças: a entrada da pirâmide situava-se no lado norte. A informação era, de fato, exata, pois a alma de Quéops podia alcançar as estrelas circumpolares através desta saída. Passaram-se, porém, vários meses de trabalho infrutífero. O califa estava para desistir quando aconteceu um incidente. Uma equipe de trabalhadores ouviu o barulho provocado pela queda de uma pedra no interior da construção. A partir do local do incidente, escavaram até encontrar o corredor de entrada. Assim foi identificada a verdadeira porta, originalmente móvel, depois hermeticamente selada.

Al Mamun entrou, então, na grande pirâmide. Como não pôde destruir as grades em granito, contornou o obstáculo abrindo uma passagem no calcário mais macio para passar ao lado. O que descobriu? Não se sabe bem. A tradição fala-nos da estátua de um homem em pedra verde colocada numa pequena câmara. Tratava-se, na realidade, de um sarcófago. No interior, um corpo humano coberto com uma couraça em ouro, com incrustações de pedrarias e uma espada admirável sobre o peito. Junto da cabeça havia sido colocado um rubi do tamanho de um ovo de galinha e que rasgava as trevas como uma chama. Ter-se-ia descoberto ainda uma bacia de esmeralda contendo ouro puríssimo. Pensamos, naturalmente, no sarcófago e na múmia do rei Quéops. Mas tudo isso desapareceu. O venerável corpo teria sido abandonado ao deserto e a estátua verde teria ido para um palácio do Cairo, onde ficou à mostra até 1118.

O califa, percebendo que a quantia gasta nas obras correspondia exatamente às riquezas contidas na pirâmide, teria concluído que os antigos haviam previsto tudo. Nunca saberemos se Al Mamun foi bem-sucedido nas suas buscas. Terá sido um lamentável profanador ou realmente guardou segredo do que viu?

Na Idade Média considerou-se que as pirâmides eram celeiros edificadas pelos antigos reis. Os árabes, para os quais a tradição egípcia nada representava, empreenderam a demolição sistemática das pirâmides, saqueando blocos para construírem casas. E começaram pelo revestimento. Muitas vezes é ignorado que somente no século XVI é

que a pirâmide de Miquerinos perdeu o dela e que a de Quéfren ainda estava intacta no século XVII. Décadas de ignorância e de vandalismo punham assim em risco, e mesmo em perigo, a obra que desafiava o tempo. O interesse de nossa época pelas civilizações antigas salvou as pirâmides. Que possamos preservá-las ainda por muito mais tempo.

A posição geográfica da grande pirâmide é singular. O seu meridiano é o que atravessa mais terras e menos mares. Divide a superfície das terras em duas partes iguais: "coincidência", diz-se muitas vezes. Mas a orientação não é fruto do acaso. A sua surpreendente precisão resulta de uma ciência. A correspondência do monumento com o verdadeiro norte, bem como a orientação das quatro faces (segundo os pontos cardeais) calculada praticamente sem erros, testemunham a existência de uma comunidade de sábios. "Os conhecimentos astronômicos", escreve o arquiteto Jean-Philippe Lauer, "não eram do domínio público; intimamente ligados à mitologia, que procurava estabelecer relações entre as divindades ou espíritos do além e os astros, constituíam uma ciência de ordem claramente esotérica."

A técnica de edificação do monumento é ainda desconhecida. Formularam-se múltiplas hipóteses, mas não subsiste nenhum documento da época. Alguns blocos enormes provêm de Assuã, a 800 quilômetros ao sul de Gizé. É necessário construir barcos fortes e de grande tonelagem para transportar blocos que chegam a pesar mais de 40 toneladas. Uma vez desembarcados, o seu deslocamento acarretou igualmente difíceis problemas. De acordo com uma pintura do túmulo de Beni Hassan, datada do Médio Império, um colosso de 7 metros de altura era puxado por 72 homens. Utilizavam-se um trenó, toras de madeira, calços e uma alavanca. Um operário posicionado junto da enorme estátua ia jogando água na frente do trenó para que a pedra deslizesse melhor.

Na época da construção das pirâmides, a roda, embora conhecida, não parece ter sido utilizada nos terrenos de construção. Não havia nem roldanas nem guindastes e nem animais de tiro. Os utensílios eram simples: massas de pedra dura, tesouras de cobre, malhos de madeira,

serras e verrumas. O que concluir? As mais fantasiosas teorias floresceram, mas são impossíveis de verificar. Quando admiramos as construções realizadas pelos contemporâneos, pensamos que homens de gênio, tanto no domínio espiritual como no manual, são capazes de criar os utensílios necessários à obra empreendida. A maneira de abrir furos ou de içar, que continua sem explicação, talvez ainda seja conhecida por algumas pessoas. Devido à espantosa precisão com que os blocos foram ajustados "seria impossível introduzir uma agulha ou um cabelo entre duas destas pedras", constatava o árabe Abd-Allatif — revela uma técnica que atingiu a perfeição.

Admite-se atualmente como uma evidência que a disposição interior da grande pirâmide, essencialmente composta por três câmaras, se deve a sucessivas mudanças de planos. Tudo se passa como se um mestre-de-obras tivesse começado por pensar em escavar uma câmara baixa e depois, decepcionado, a tivesse abandonado para criar a "câmara da rainha". Ainda não satisfeito, teria abandonado este segundo projeto para se dedicar a um terceiro, desta vez definitivo, a "câmara do rei". Esta argumentação, que se assenta em discussões muito teóricas, não parece muito convincente: atribui aos egípcios do Antigo Império uma leviandade intelectual mais característica da nossa civilização do que da deles.

A "câmara do rei", em granito rosa de Assuã, parece-nos ser o fim de um percurso simbólico que passa pela câmara baixa, obscura e inacabada, continua na "câmara da rainha", onde havia um nicho destinado a conter uma estátua, e finalmente na admirável grande galeria de cerca de 47 metros, que dá acesso à parte mais secreta do edifício. O sarcófago de Quéops, em granito rosa, tinha sido colocado antes da construção das paredes, por ser mais largo que o corredor ascendente. Era, portanto, o centro sagrado em torno do qual fora construída a "câmara do rei".

Quem tiver a felicidade de penetrar a grande pirâmide viverá uma estranha aventura: o caminho até o santuário é relativamente árduo. Uma pessoa tem de curvar-se e se deixar penetrar pela atmosfera

sagrada que reina nestes lugares, avançando lentamente. Falta-lhe o ar. Pergunta a si mesma se poderá continuar respirando normalmente durante muito tempo. Mas, no interior da "câmara do rei", essas impressões desagradáveis desaparecem. Existem, efetivamente, dois canais de arejamento que atravessam a massa da pirâmide e desembocam nas faces norte e sul. Por eles seguia a alma do rei ao dirigir-se para o céu do norte e o céu do sul, unindo para sempre as duas partes do cosmos, do mesmo modo como reunira as Duas Terras em vida.

Sobre a "câmara do rei" existem cinco salas muito baixas que constituem câmaras de descarga, supostamente para aliviarem o peso das pedras sobre o túmulo. Nas duas mais altas descobriram-se as únicas inscrições da pirâmide: rolos traçados vermelho sobre blocos e contendo o nome de Quéops. Este dispositivo é único na arquitetura egípcia.

A grande pirâmide não constitui um monumento isolado. Para compreendermos a sua função, devemos saber que constitui o centro de um conjunto funerário organizado à sua volta. Nos fossos escavados a leste e a sul foram descobertas grandes embarcações que permitiam ao faraó viajar no cosmos após a sua morte física. Isso indica claramente o aspecto dinâmico desta arquitetura. As pedras não são inertes, estão vivas. Portadoras de eternidade, registraram as certezas e o conhecimento de espíritos que se perpetuaram graças a elas. Em torno da pirâmide erguem-se igualmente pequenas pirâmides de rainhas e, a oeste, as chamadas "ruas de túmulos", ou seja, as sepulturas dos notáveis que continuam a servir ao seu monarca no além.

Na face leste da pirâmide havia sido erguido um templo hoje destruído. Diante da sua entrada terminava uma gigantesca calçada cujas paredes interiores eram ornadas de gigantescos baixos-relevos. E o último elemento deste conjunto: o templo baixo ou de acolhimento, situado junto do vale, na fronteira do mundo dos vivos e do universo funerário. Aí se mumificava o cadáver, depois ele era transportado para o templo funerário, onde se praticavam os ritos de regeneração sobre a múmia

ritualmente preparada. Em seguida, introduziam-no na pirâmide, ou seja, para a vida eterna. Cada uma das etapas da ressurreição era, assim, marcada pela construção de um edifício, sendo o plano de conjunto concebido em uma escala monumental.

Os egípcios consideravam a pirâmide um ser vivo. Tinha um nome, eram-lhe feitas oferendas e consideradas o receptáculo da força espiritual do faraó. No início do outono, quando as inundações cobriam a terra do Egito, transformando o país num imenso lago, só sobrenadavam as árvores e as aldeias construídas em elevações ligadas pelos barqueiros. Mas uma eminência dominava todas as outras: a pirâmide. A todos ela aparecia como a elevação primordial surgida do oceano dos primeiros tempos, como a vida no seu primitivo aspecto. Não se tratava de um acaso. O mestre-de-obras soubera aliar o monumento e a paisagem para fazer deles um grande símbolo.

Kingsland, que criticou as extravagantes teorias desenvolvidas a propósito da grande pirâmide, admite que ela foi concebida por um colégio de iniciados que nela exprimiu os seus ensinamentos. De fato, a pirâmide apresenta-se como uma das mais perfeitas expressões da Divina proporção, chave da harmonia vital, e seria necessário todo um livro para desenvolver o simbolismo geométrico assim exposto na pedra. Jomard, um dos sábios da expedição ao Egito, devia estar bem perto da verdade quando escreveu: "Não é inverossímil pensar que neste edifício se celebravam mistérios ou, talvez, que se praticassem iniciações nas salas inferiores". Em todo caso, o certo é que a construção da pirâmide se integra na religião iniciática dos antigos egípcios e que, por conseguinte, não lhe pode ser alheia.

"Estas pedras", diz um texto árabe, "estão revestidas de uma escrita em caracteres antigos cujo valor ainda hoje ignoramos." Haveria nelas pelo menos o equivalente a dez mil páginas.

O próprio Mâneton fala-nos de um livro sagrado redigido por Quéops para transmitir a revelação que lhe havia sido feita. Na realidade, estes textos das pirâmides não desapareceram. Não estão gravados nas paredes das três grandes pirâmides do planalto de Gizé, as quais eram

consagradas a um ensinamento de ordem puramente geométrica, mas, sim, estavam inscritos em pirâmides muito menores a partir de finais da 5ª dinastia e durante a 6ª.¹⁰ A visita à pirâmide do rei Unas, o primeiro a revelar estes textos na sua sepultura, deixa-nos maravilhados: por fora, o monumento parece arruinado e sem interesse; mas quando começamos a descer e chegamos à câmara funerária, o espetáculo torna-se inesquecível. Nas paredes, colunas de hieróglifos de cor verde, perfeitamente desenhados. Como observava Max Guilmot, estamos no interior de um livro, no âmago do mistério.

Sabemos que o general Bonaparte ficou impressionado com a massa das pirâmides. Mas quase não se sabe que passou longos minutos no interior da câmara funerária da grande pirâmide, acompanhado por um guia, um religioso muçulmano. Ele, que não tinha medo de nada nem de ninguém, saiu de lá pálido e impressionado. Recusou-se secamente a revelar fosse o que fosse ao seu ajudante-de-campo Junot. Depois explicou que jurara guardar silêncio sobre o que lhe havia sido revelado. Las Cases, que recolhia as confidências de Napoleão, quase traiu o segredo no seu leito de morte. Mas conteve-se: "Para quê?", disse ele. "Não acreditariam em mim..."

A grande pirâmide não revelou todos os seus mistérios. Muitas obras lhe foram consagradas, mas seria necessário reunir um vasto saber egiptológico e conhecimentos de geometria simbólica para dela "extrair a substancial medula".

Quéfren não sucedeu diretamente a Quéops. Entre estes dois gigantes situa-se o reinado de Djedefre (2528 a 2520 a.C.) que, curiosamente, manda construir a sua pirâmide em Abu Roach, a nordeste de Gizé, e não no planalto onde já se erguia a grande pirâmide. Segundo Mâneton, Quéfren, cujo nome egípcio significa "Rá quando se levanta", reinou 66 anos. A crítica histórica atual apenas lhe atribui 26 anos. Resta-nos

¹⁰ São atualmente matéria do curso do professor J. Leclant no Collège de France. Nós mesmos estudamos estes textos, reinterpretados e prolongados no Médio Império pelos textos dos sarcófagos, cujo exemplar mais antigo pertence à 6ª dinastia.

deste faraó somente uma estátua em diorita vinda do templo do vale da sua pirâmide de Gizé e que considero a mais perfeita escultura da arte egípcia. O rei encontra-se sentado no seu trono. Está realmente vivo. A diorita, uma das pedras mais duras que existe, não impediu o escultor de salientar a possante musculatura do monarca. O rosto revela uma total serenidade. É o símbolo mais bem-acabado dessa idade da certeza em que o rei-deus é o sustentáculo da felicidade na Terra. Sobre a nuca de Quéfren pousou o falcão Hórus, que protege o rei com as suas asas abertas. Esta aliança entre o homem e a ave de rapina poderia ser chocante, mas fascina. O deus-falcão é, de fato, a força celeste que vela sobre a instituição faraônica. Olhando este retrato de Quéfren, compreende-se o motivo de os egípcios considerarem vivas as estátuas sagradas e lhes abrirem a boca nos ritos de ressurreição. O nome técnico do escultor é, em egípcio, "aquele que dá a vida", e por certo não lhe é usurpado.

Nenhum acontecimento histórico importante parece marcar o reinado de Quéfren. Segundo Heródoto (*Histórias*, II, 127-128), ele teria sido, como Quéops, um tirano: "Durante todo este tempo, os santuários fechados não teriam sido abertos. A aversão que os egípcios têm por estes reis levaram-nos a não querer citá-los, chegam mesmo a dar às pirâmides o nome do pastor Filitis, que naquele tempo pastoreava o seu gado nessa região." O conjunto dessas informações é falso e testemunha um estranho desejo de manchar a memória dos construtores de pirâmides.

A pirâmide de Quéfren é quase tão alta quanto a de Quéops, mas mede 15 metros a menos na base e tem uma inclinação um pouco mais íngreme. No vértice, o revestimento de calcário encontra-se praticamente intacto e dá-lhe um aspecto facilmente reconhecível. Um mestre-de-obras de Ramsés II, Maí, trabalhou neste local, mas a interpretação do seu trabalho é controversa. Para uns, restaurou a pirâmide. Para outros, utilizou os blocos de granito para construir os envasamentos de um templo de Ptah, em Mênfis, fazendo da pirâmide de Quéfren uma pedreira.

A disposição interior é muito menos complexa do que a da pirâmide de Quéops. Dois corredores, correspondentes a duas entradas, juntam-se para conduzir a uma câmara funerária que abriga um sarcófago desprovido de ornamentos e inscrições. Os árabes conseguiram introduzir-se aqui no século XII, mas não sabemos o que descobriram. O templo funerário (ou templo baixo) de Quéfren é uma obra quase tão colossal quanto a pirâmide. De uma total severidade na sua construção, com pilares de granito que exprimem maravilhosamente a austeridade grandiosa do Antigo Império, este templo revela prodígios técnicos ainda inexplicados. Certos blocos atingem enormes dimensões, pesando alguns deles mais de 150 toneladas. São os mais imponentes de toda a arquitetura egípcia. Este templo, considerado como o da esfinge durante muito tempo, é o único santuário deste tipo e desta época que chegou até nós em bom estado de conservação. Enterrado na areia, foi descoberto por Mariette em 1853.

Os nomes de Quéfren encontram-se gravados no alto das duas portas da entrada do templo. Ao entrarmos, sentimos a curiosa impressão de avançarmos num labirinto composto por pedras gigantes. As altas colunas em granito, talhadas num único bloco, elevam a alma. Era provavelmente neste lugar que se procedia à abertura da boca da estátua do *ka* real, a sua essência imortal. Nele haviam sido instaladas 23 estátuas de Quéfren em alabastro, sabiamente iluminadas. De fato, este templo era um espaço fechado e ao mesmo tempo aberto, dominando a luz do sol de modo a dar vida às estátuas.

O templo alto de Quéfren, naturalmente destruído, devia ser enorme, a julgar por vestígios tais como um bloco de 425 toneladas. Estima-se que a sua fachada atingia os 130 metros. Ao Norte e ao Sul cavaram-se valas para guardar as embarcações utilizadas pelo faraó para as suas peregrinações celestes.

Talvez Quéfren tenha acrescentado a esfinge a estas obras realmente monumentais. Os textos antigos nada nos dizem sobre ela. Nenhuma inscrição do Antigo Império fala na esfinge. Situada a sudeste da grande pirâmide, voltada para o leste, a esfinge é um leão com cabeça humana

e uma peruca ritual. Atinge 20 metros de altura e 57 de comprimento. Muitos analistas consideram o seu rosto como sendo o do faraó Quéfren, mas outros pensam que foi construída antes dele. O termo grego "esfinge" provém do egípcio *shesep ankh*, ou seja, "imagem viva", um dos epítetos de Aton, criador e senhor do universo. A esfinge foi considerada um protetor da necrópole de Gizé, guardando orgulhosamente o repouso dos mortos e afastando os espíritos maléficos.

A esfinge é um leão, ou seja, o símbolo do rei. A grande fera era considerada o ser vigilante por excelência. Graças ao seu poder e à sua força, garantia a ordem cósmica. Leões presidiam ao nascer e ao pôr-do-sol para que o ciclo solar se realizasse harmoniosamente. Afirmava-se que o felino tinha um olhar tão penetrante de noite como de dia e nunca fechava os olhos. Por isso as esfinges eram colocadas diante de templos e sepulturas.

O Novo Império identifica a esfinge com o deus Harmakhis, cujo nome significa "Hórus no horizonte". Considerava-se que o monumento possuía um *ka* ao qual se ofereciam oferendas. Uma esteia excepcional nos dá uma representação da esfinge com as pirâmides de Quéops e de Quéfren perfiladas por trás delas. Tem um grande colar e vela sobre a estátua de um rei colocada entre as suas patas. Sobre a sua cabeça voa um falcão que tem nas garras o símbolo do universo.

A esfinge foi constantemente ameaçada pelas areias. O rei Tutmósis IV libertou-a e talvez Ramsés tenha pedreiros de elite encarregados de efetuarem reparações. Estranhamente, Heródoto nunca fala da esfinge, se bem que na época de sua visita ao Egito o culto da esfinge fosse florescente. Qual a razão deste silêncio? Teriam os sacerdotes proibido o estrangeiro de evocar o guardião sagrado da necrópole? A esfinge foi alvo de fervor popular até o final do paganismo (século IV d.C.). No século II, os romanos restauraram a calçada do pátio que ficava diante do monumento. A eles se deve também o revestimento das patas do animal. A mutilação do rosto deve-se a um emir árabe que bombardeou a esfinge a tiros de canhão. Por milagre, o vandalismo terminou por aí.

Monumento único, a esfinge é enigmática. Há ainda quem pergunte se existirá algo a descobrir na esfinge ou debaixo dela, apesar dos desmentidos dos egiptólogos. Não é, contudo, evidente que as pesquisas tenham sido feitas de maneira inteiramente satisfatória. Teremos que esperar que descobertas de ordem textual ou arqueológica venham um dia elucidar a idade e o significado do protetor do planalto de Gizé.

Sucedendo a Quéfren, Miquerinos sobe ao trono por volta de 2490 a.C., tendo reinado por quase 20 anos. É o único dos três construtores de grandes pirâmides bem visto por Heródoto: "Desaprovando os atos paternos, Miquerinos reabriu os santuários e deixou a população, exausta e reduzida à extrema miséria, livre para se dedicar aos seus trabalhos e para oferecer sacrifícios; de todos os reis, era ele o único que emitia as mais justas sentenças ao povo... Tratando os seus súditos com brandura e observando estas regras, Miquerinos sofreu o primeiro infortúnio ao perder a sua única filha (...) sucedeu ao rei uma segunda desgraça: um oráculo da ilha de Buto anunciou-lhe que só tinha seis anos de vida e que morreria no sétimo (...) Percebendo que a sua sentença havia sido lavrada, Miquerinos mandou fabricar um grande número de candeeiros; quando anoitecia, mandava-os acender, bebia e entregava-se às delícias dia e noite, passeando nas terras baixas, nos bosques e por toda parte onde ouvisse dizer que havia bons divertimentos. Arranjava as coisas de modo a convencer o oráculo de uma mentira: dos seus seis anos fazer doze, transformando as noites em dias." (*Histórias*, II, 129-133.)

Salvo estas fábulas destituídas de qualquer fundamento, não temos praticamente nenhuma indicação histórica acerca do reinado de Miquerinos. Os escultores legaram-nos vários retratos do rei, nomeadamente estátuas conservadas no Museu de Boston, onde ele aparece na companhia de sua esposa, que ele abraça carinhosamente. Está também representado no centro das tríades, rodeado de duas mulheres, sendo uma delas uma deusa e a segunda simbolizando um nomo. Os corpos são belos, vigorosos, exprimindo uma força tranqüila,

uma majestade natural. As mulheres vestem túnicas muito justas. Imagens de um mundo ameno, de uma realeza segura de si, de um país que acredita na sua própria eternidade. A beleza não precisa ser tagarela, pois impõe-se pelo seu próprio brilho. O amor humano que une o rei e a rainha deve ser elevado à altura de uma virtude divina.

Miquerinos, cujo nome egípcio significa "estáveis são os poderes vitais (ou: o poder vital) de Rá", talvez não mereça o epíteto de "gigante", atribuído a Quéops e Quéfren. Sem que possamos explicar, a sua pirâmide, a terceira do planalto de Gizé, é bem menor que a dos seus dois antecessores, atingindo pouco mais de 70 metros de altura, e o conjunto funerário não se encontra terminado. O seu volume é nove vezes menos importante do que o da pirâmide de Quéfren. Assinale-se, contudo, que uma enorme escavação num lugar chamado Zauiet el-Arian prova que ali haviam sido lançados os alicerces de uma pirâmide colossal. O terreno foi abandonado. Por acaso isso prova que os mestres-de-obras já não dispunham dos recursos necessários para construir pirâmides gigantescas? Teriam falta de homens ou de materiais? Estariam sendo insuficientes os recursos econômicos do país? A documentação revela-se desesperadamente muda quanto a este aspecto. Nada confirma uma crise durante o reinado de Miquerinos. A sua pirâmide testemunha uma inovação no que se refere ao revestimento, que é em granito até a um terço da altura, depois em calcário. A pirâmide, chamada "Miquerinos é divino", é citada num texto do Antigo Império inscrito na sepultura de Debehen: "Miquerinos ordenou que esta sepultura seja feita para o meu pai, enquanto Sua Majestade estava a caminho do planalto das pirâmides a fim de ver as obras realizadas na pirâmide chamada 'Miquerinos é divino'. Sua Majestade mandou chamar o comandante dos barcos, o chefe dos artífices e os próprios artífices."

Em 29 de julho de 1837, Vyse descobriu a entrada da pirâmide de Miquerinos depois de seis meses de buscas. Tal como nas outras duas grandes pirâmides, situava-se ao norte, no local onde os mamelucos haviam aberto uma enorme brecha. Na câmara funerária, situada sob o

monumento e inteiramente construída em granito, o arqueólogo encontrou um sarcófago em basalto, cuja tampa, decorada como a fachada de um palácio, estava partida. Também havia vestígios de uma sepultura em madeira e os restos de um corpo mumificado. Talvez se tratasse dos despojos do rei, que os sacerdotes tinham sido obrigados a enterrar de novo em consequência de uma profanação e que, infelizmente, não foi a última. O sarcófago de Miquerinos, destinado ao Museu Britânico, nunca chegou lá. O barco que o transportava naufragou, e a morada simbólica, onde o corpo mumificado vivia para a eternidade, desapareceu para sempre.

Os próprios egípcios consideraram o Antigo Império a época bendita da sua história, a idade da luz em que a civilização alcançou a perfeição — não é a sociedade uma pirâmide, com o rei no vértice, de onde partem todos os raios e o país inteiro a servir-lhe de base? Como vimos, a história anedótica dos faraós é praticamente inexistente. Um único dever e uma paixão única: construir e elevar templos para prestar culto aos deuses e para que estes habitem a Terra. O Egito é um imenso terreno de obras onde arquitetos, artífices e empreiteiros conjugam os seus esforços para embelezar a "terra amada". Não há nesta atitude nenhuma preocupação estética, não há arte pela arte: constrói-se para assegurar a sobrevivência do rei e da nação.

O planalto de Gizé não é uma zona morta, sinistra, onde reinam a morte e o desalento. Na realidade, é nele que se estabelece um contato entre o além e a vida terrestre. As sepulturas contêm uma capela onde os vivos vêm banquetear-se na companhia das almas dos defuntos. Os sacerdotes funerários velam constantemente no sentido de que nada falte aos mortos, animando as oferendas gravadas nas paredes pelo fato de as citarem e as trazerem à realidade pelo Verbo.

A organização racional da exploração das pedreiras foi, na perspectiva artística "útil" que evocamos, uma tarefa essencial do Antigo Império. O calcário foi utilizado tanto para as pirâmides como para os túmulos dos nobres, sendo extraído das pedreiras de Tura, situadas na margem

direita do Nilo, quase à altura de Mênfis. As pedreiras de Uadi Hammamat eram de acesso difícil, mas ofereciam materiais de uma admirável qualidade e que souberam vencer o tempo. Partindo do vale do Nilo, à altura de Coptos, era necessário caminhar pelo menos três dias nas pistas do deserto em direção ao mar Vermelho para chegar até elas. As expedições eram dirigidas por tesoureiros, chefes das obras ou militares de alta patente cujas tropas zelavam pela segurança dos trabalhadores. Podiam reunir-se dois mil homens; cerca de 50 vacas e 200 burros eram necessários para transportar os alimentos e as bebidas. As pedras extraídas eram desbastadas no local, o que implicava uma instalação mais ou menos prolongada dos arquitetos e dos pedreiros nesta região deserta e hostil. A fama das pedreiras de Uadi Hammamat era tal que os maiores figurões as visitavam: filhos de reis, sumos sacerdotes ou os "amigos únicos do rei".

O faraó do Antigo Império é um rei-deus carregado de poder mágico. Numa certa procissão, o rei Neferirkare vinha acompanhado de um cortesão. Tendo feito um movimento em falso, o cetro do soberano bateu na perna do cortesão, dramático incidente que causou pavor. O infeliz corre o risco de morrer imediatamente, de morrer "electrocutado". Felizmente, o faraó tem a presença de espírito de dizer imediatamente: "Fica ileso!" — como se suas palavras logo se tornassem reais, e o cortesão não sente os efeitos nocivos do toque do cetro mágico de Sua Majestade.

Na sua qualidade de sacerdote único, chefe das obras, chefe da guerra, chefe da administração, o faraó resume na sua pessoa todas as funções humanas e todos os estados da sociedade. Na prática, rodeia-se de homens competentes, que formam a chamada "corte", ou seja, o conjunto dos personagens mais importantes do reino. Note-se que pessoas de condição modesta podem chegar a funções muito elevadas. Escribas, sacerdotes e artífices de condição mediana formam uma classe intermediária, ao mesmo tempo que a "base" é constituída por camponeses cuja produção é severamente controlada, mas que eram menos infelizes do que os felás contemporâneos, pois o Estado

assegurava-lhes auxílio e assistência nos períodos de cheias excessivas ou insuficientes. Além disso, o Egito dos faraós nunca foi superpovoado. A descrição que acabamos de fazer da sociedade egípcia não nos deve dar a idéia de um jugo rígido: pode-se perfeitamente ser escriba e militar ou sacerdote e artesão. O corpo social é muito flexível, sem barreiras intransponíveis.

No Egito do Antigo Império, os deuses estão na Terra e precisam de um abrigo: o templo. De modo que o faraó constrói a sua morada e enriquece as divindades, para que estas enriqueçam o Egito. Os sacerdotes encarregados da administração dos santuários não são crentes como, por exemplo, na religião católica, mas especialistas: uns em hieróglifos, outros em medicina, outros ainda em liturgia, matadouro, vestuário e todos os domínios religiosos ou econômicos que dependem do templo. É, efetivamente, para este último que são dirigidos os produtos em estado bruto, como o gado ou o trigo; são "tratados" no interior e depois redistribuídos. De modo que o templo não abriga apenas santuários, mas também armazéns, oficinas, estábulos, capoeiras, matadouros e salas de purificação. É essencial que a administração central dirigida pelo rei vele sobre a natureza e a quantidade dos gêneros que aí penetram, de forma a que as riquezas sejam equitativamente repartidas pelo país. Cada templo possui, aliás, o seu próprio pessoal, a sua gestão interna, e está encarregado de explorar um certo número de terras.

Quando deciframos em inúmeros textos a fórmula "uma oferenda que o rei faz", não se trata de uma banalidade ou de um voto piedoso. O faraó é efetivamente o senhor da economia e só ele pode fazer a dádiva. Casos pontuais provam que os favores reais condicionam as mais diversas atividades; é ele, por exemplo, que concede autorização para empregar uma determinada quantidade de granito ou de calcário na construção do monumento funerário de um nobre.

É evidente que o faraó não podia zelar por tudo pessoalmente. Encarregado de conceber decretos administrativos e ao mesmo tempo religiosos, de presidir às audiências do tribunal, de receber os altos

dignitários, indo visitar os templos, constatando o estado das obras nos terrenos, inspecionando as minas ou as rotas do deserto, o faraó pouco tinha que ver com um emir lascivo sem saber como ocupar os seus dias. De modo que se rodeava de um corpo de funcionários eficazes, encabeçados pelo vizir. Na quarta dinastia, este é provavelmente um príncipe regente. Mais tarde, pode tratar-se de um nobre escolhido pelo rei. No final da sexta dinastia, a função, decerto muito pesada para um homem só, é partilhada por dois: o faraó nomeia um vizir para o Sul e outro para o Norte. O título principal do vizir era "diretor de todos os trabalhos do rei", o que indica a amplitude das suas responsabilidades. Os chamados "cortesãos", "amigos", "amigos únicos" do faraó são os seus conselheiros mais próximos. Próximos da pessoa real, estão encarregados de vesti-lo, de cuidar das coroas, de transportar as sandálias. Há entre eles médicos, barbeiros, oculistas. As refeições do faraó são confiadas a cozinheiros de conceituada competência.

A administração do Antigo Império inclui numerosos títulos, alguns deles muito arcaicos. É bastante difícil ler a concreta realidade que se esconde sob alguns deles; "governador do Alto Egito", por exemplo, não implica necessariamente que o senhor do título tenha exercido efetivamente uma autoridade administrativa no sul do país. Trata-se de uma distinção que hoje qualificamos como honorífica.

Como, além disso, os títulos religiosos se misturam com os profanos, é ainda muito difícil traçar um quadro preciso e pormenorizado da administração desta época. Em todo caso, há que abandonar a perspectiva puramente materialista que temos neste campo, sob pena de cometermos erros crassos. Para darmos um exemplo preciso, certos juízes faziam parte dos "chefes dos segredos" e ocupavam-se ao mesmo tempo de assuntos humanos e divinos, não podendo, por esse motivo, ser assimilados aos juízes como hoje os conhecemos.

A grande engrenagem do Estado, pelo menos na difusão e no registro das ordens régias, é o escriba. Protegido pelo deus Thot, ele dispõe de uma paleta, de um estojo para cálamos, de um godê para a água e de um saco com tinta negra e vermelha. Cabe-lhe agir "conforme os desejos do

rei". Mas existem várias categorias de escribas, sendo uns pequenos funcionários, acedendo os outros à Casa da Vida, onde lhes são comunicados os segredos das escritas sagradas e onde aprendem a criar rituais.

Se o Antigo Império é uma época em que os altos funcionários, majestosamente representados nos seus túmulos, ocupam posições elevadas, devemos pôr de lado a falsa idéia de constituírem uma casta de nobres ociosos, adormecidos à sombra de suas riquezas. O Antigo Império tem o culto do trabalho e da construção. Entre os grandes personagens, muitos trabalharam com as próprias mãos, e vários indícios provam que cumpriram efetiva e corretamente as funções de que os reis os haviam investido. Fenômeno importante e característico, podiam exercer um cargo sacerdotal muito humilde quando vinham ao templo. Os poderosos do mundo do Antigo Império ocupam modestos postos no serviço religioso que tinham de praticar periodicamente: guarda-noturno no vestíbulo de um santuário ou em algum terraço, ou de armazenista que assegura a boa recepção de uma carga de madeira ou de tijolos. Excepcional sabedoria de uma época em que o mais alto administrador se digna servir à comunidade sagrada sem olhar o seu aspecto profano.

No organizado mundo do Antigo Império existem um exército e uma polícia. As forças militares não têm um exército regular, e sim tropas recrutadas pelos nomarcas nas suas províncias e enviadas à capital quando necessário. Consistem mais de milícias temporárias do que de regimentos profissionais. Este exército é necessário em circunstâncias precisas: operações de comandos na Líbia, na Palestina, na Núbia e no Sinai. O Antigo Império não procura conquistar territórios estrangeiros, contentando-se em manter a ordem nas zonas de influência. Corpos de elite têm uma função paramilitar: trata-se essencialmente da guarda do palácio, que assegura a proteção do rei e de intérpretes que falam línguas estrangeiras e servem de diplomatas ou negociadores. São eles que estão encarregados de concluir tratados comerciais com o estrangeiro. Do armamento dos soldados fazem parte

lanças, punhais, machados, maças, fundas, diversos tipos de arcos e escudos em madeira ou em couro. Os materiais comuns são a pedra para as maças herdadas da pré-história, por exemplo, e o cobre.

As forças policiais eram diferentes das do exército. A guarda palaciana exercia certamente as funções de polícia de Estado, ao passo que os nomarcas dispunham de "polícias" locais, indispensáveis para resolverem as querelas aldeãs e domésticas, para prenderem personagens duvidosos e fazerem reinar a ordem em todas as estradas. Também existem brigadas especializadas, como a dos "caçadores" — que são, de fato, uma verdadeira polícia do deserto —, que responde pela segurança nos itinerários dos confins orientais e ocidentais do país. Ajudados pelos seus cães treinados, antepassados dos nossos "cães policiais", descobrem os suspeitos e os salteadores, sempre desejosos de assaltarem as caravanas ou de roubarem um viajante aventureiro. O papel político desses policiais do deserto não era desprezível; estavam igualmente encarregados de registrar os deslocamentos dos nômades, alguns deles só pensando em invadir o território egípcio para o saquearem. A caça propriamente dita era uma atividade complementar e provavelmente lucrativa, pois muitos grandes senhores apreciavam as peças de caça vindas do deserto.

Mênfis é a capital e a grande cidade do Antigo Império. Conservará sempre uma importância econômica que varia com as épocas, mas que nunca é desprezível ao longo de toda a história faraônica. Heliópolis, cuja influência foi acentuada pelos faraós da quinta dinastia, é a capital teológica do país, situada não muito longe de Mênfis. Cidade santa, local onde se erguia o templo do deus Rá, Heliópolis será venerada por todos os faraós até os Ptolomeus. Ali batia o coração religioso do primitivo Egito cujas raízes mergulhavam para além da História. Mesmo no Novo Império, quando Tebas será a primeira cidade do Egito, Heliópolis não cairá no esquecimento. Do esplendor da cidade solar, dos seus numerosos e magníficos monumentos, resta hoje apenas um único vestígio: o obelisco de Sesóstris I.

As capitais das províncias eram cidades de média importância e que dispunham de uma certa autonomia, visto já terem a sua jurisdição, os seus celeiros — símbolo de uma relativa independência econômica — e as suas milícias. Mas a autoridade do faraó e a presença de um forte poder central manifestavam-se pela intervenção dos escribas do fisco, que tudo controlavam com minúcia. O ofício de "tesoureiro do deus" não é, de resto, uma sinecura: estes funcionários deslocam-se constantemente de um nomo a outro, viajam por terra e por mar, e são até mesmo obrigados a seguir as pistas do deserto para inspecionarem os trabalhadores das pedreiras. Verificavam com um zelo constante os lucros fundiários e agrícolas ao longo das quatro dinastias do Antigo Império. Os relatórios são centralizados no ministério das finanças, a "dupla Casa Branca", onde foram reunidas a casa branca do Alto Egito e a casa vermelha do Baixo Egito.

Os chefes das províncias, os nomarcas, levam uma vida faustosa. Podem dizer-se "condutores do país", na medida em que a prosperidade do seu nomo depende da sua gestão. Alguns deles se fazem representar nas paredes de suas sepulturas numa postura quase real. Sentado numa enorme cadeira com pés em forma de patas de leão, o senhor do domínio dá-se por vezes ao luxo da barba postiça, privilégio dos deuses e dos reis; contempla a procissão dos portadores e das portadoras de oferendas, carregados dos bons produtos dos seus domínios. Felicidade dos deuses, felicidade dos homens; camponeses, artífices, pescadores trabalham cantando. As mesas das oferendas estão carregadas de iguarias saborosas que, em virtude das palavras mágicas, se perpetuarão no além. Alimentos, bebidas, tecidos, recipientes, peças de mobiliário, danças, música, jogos, um sem-fim de prazeres dos grandes domínios vivificados pelo calor do sol e pela brisa do norte. Se estas cenas da vida cotidiana conservaram o seu frescor, foi porque já haviam entrado na eternidade por vontade dos próprios egípcios. Regendo a sua existência diária pelos ritmos do cosmos, eram por eles penetrados de maneira natural e os reproduziam na sua arte com uma espontaneidade não desprovida de uma rigorosa ciência do desenho e da geometria.

Ninguém sente a presença da morte num túmulo egípcio: o que os gênios artísticos do Antigo Império nos transmitiram foi a vida na sua eternidade, não a morte.

De todas as riquezas desta época, uma deve ser particularmente assinalada porque pertence propriamente ao Antigo Egito e não à cultura árabe que cobriu todo o país: a vinha. Grandes comedores de carne, amantes de legumes e de frutas, os antigos egípcios apreciavam muito o vinho. A produção do Estado era importante, e os particulares plantavam vinhas nos seus jardins. A qualidade era severamente verificada; pelo menos, as colheitas que envelheciam nas caves do rei e dos notáveis. O nascimento da designação controlada remonta ao Egito do Antigo Império, em vista do que se lê nas etiquetas de ânforas com vinho: "O ano X do rei tal, vinho de tal qualidade proveniente de tal vinhateiro." As principais regiões produtoras situavam-se no Delta e nos oásis, geridas por um governador e fornecendo igualmente natrão. Certas colheitas excepcionais foram conservadas durante dois séculos antes de serem consumidas. Nestas circunstâncias, não é de se admirar que a deusa Hathor tenha sido ao mesmo tempo a padroeira do amor e da embriaguez — de resto, o tema da embriaguez divina faz parte do mais velho substrato da religião egípcia — e que os banquetes tenham atribuído um importante papel ao soalheiro fruto da vinha: não haviam os egípcios do Antigo Império convidado os deuses para um dos mais belos banquetes da História, durante o qual se sentaram lado a lado grandes faraós, construtores de pirâmides, escultores inspirados e simples mortais cuja existência assumia sentido porque era integrada na harmonia de uma civilização autêntica?

6

PEPI II: O REINADO MAIS LONGO DA HISTÓRIA

A figura central da sexta dinastia, que abrange um período que vai do ano 2325 ao ano 2155 a.C. e inclui sete reis, é o faraó Pepi II, que subiu ao trono ainda criança para nele permanecer por 94 anos! Pelo que

sabemos, trata-se do maior reinado da História, provando também que os egípcios podiam viver longos e longos anos. Como veremos, este imenso reinado não terminará da maneira mais feliz. Marcará o fim do Antigo Império, idade áurea que poucas civilizações conheceram. No início do reinado de Pepi II, o Antigo Império ainda possui bases sólidas. Noventa e quatro anos depois, estará prestes a desagregar-se. Tentaremos saber por quê.

Quando Pepi II, filho de Pepi I e meio-irmão de Merenré, toma o poder, é ainda uma criança de seis anos. Uma estátua de alabastro, de 40 centímetros de altura, conservada no Brooklyn Museum de Nova York, revela-nos uma cena comovente: a rainha Ankhnesmerryre tem ao colo o pequeno faraó, perpendicular a ela, posição excepcional da estatuária egípcia. Se a estatura do monarca é a de uma criança, o seu rosto já o é de um adulto! Maneira engenhosa de mostrar que os deveres de um faraó conferem uma rápida maturidade àquele que está encarregado de cumpri-los. Durante os primeiros anos do reinado de Pepi II, a sua mãe dirige o país. Por ocasião de uma expedição enviada ao Sinai, no ano 4 do reinado, mãe e filho são mencionados juntos.

Uma narrativa prova que o jovem faraó se comportava ainda como uma criança, apesar do pesado cargo de que fora investido. Quando Pepi II estava com oito anos, o explorador Hirkhuf empreendeu a sua quarta expedição à Núbia. Era um homem rude e corajoso. Partindo de Elefantina, descobrira novas rotas em direção às terras núbias e penetrara em zonas nunca exploradas, indo certamente para o sul da segunda catarata e transpondo talvez a terceira. Tinha que se mostrar corajoso, pois os nativos podiam ser perigosos. Mas a sorte sorriu para Hirkhuf, o audacioso: trouxe das suas viagens centenas de burros carregados de incenso, marfim, óleos raros, peles de leopardo, paus de arremesso e muitos outros produtos. Mas naquele ano ele faz também uma descoberta que apaixona o jovem faraó: um pigmeu, um autêntico pigmeu vivo. Ao saber da notícia, Pepi II envia uma carta a Hirkhuf. "A Minha Majestade", escreve ele, "deseja ver esse anão mais do que os produtos do Sinai e do Ponto".

Pede ainda ao explorador que venha ao palácio o mais rapidamente possível e que lhe traga, de boa saúde, o pigmeu encontrado no fim do mundo. Sobretudo, que Hirkhuf tome todas as precauções, que se ocupe atentamente do pigmeu, que homens escolhidos com todo o cuidado estejam junto dele no camarote do barco onde viajar e que façam dez rondas por noite, se necessário. O trajeto entre a Núbia e o palácio real é percorrido sem incidentes. O faraó tem a grande alegria de descobrir, finalmente, o que é um autêntico pigmeu, e este executará diante do faraó as danças do deus para grande regozijo do soberano.

Outro herói torna-se ainda mais célebre do que Hirkhuf. Trata-se do funcionário Uni, cuja carreira foi excepcionalmente longa, já que se desenrola durante o reinado de três faraós. Daí, assiste-se a uma ascensão exemplar: Uni começa por ocupar postos subalternos antes de assumir importantes funções. De resto, a hierarquia administrativa do Antigo Império não está bloqueada: ser de condição modesta não constitui um entrave impossível a uma brilhante carreira. Oficial de baixa patente, portador do selo, camareiro, detentor de um cargo sacerdotal na cidade da pirâmide de Pepi I, Uni torna-se confidente do faraó e também seu homem de confiança num obscuro caso de harém. Na sua qualidade de "amigo" do rei, importante título que distingue uma elevada posição na corte, ouve testemunhas sem a presença do vizir, que é, como se sabe, o chefe supremo da justiça. Mas Pepi I não quer ver ventilado um incidente cujo teor desconhecemos. Sabe que Uni se calará e resolverá o problema da melhor maneira possível. No momento em que leva a cabo este inquérito, Uni é bem-visto na corte, mas ainda não é um oficial de patente elevada. Sabe desvencilhar-se admiravelmente, lima as arestas e é discreto acerca do que vira e ouvira. Uni teve um papel militar da mais alta importância. A nordeste do Egito, nômades semitas mostravam-se um pouco turbulentos, não hesitando em penetrar no Delta para invadirem, pilhando e afligindo seus habitantes. A situação estava intolerável. O rei coloca então Uni à frente de vários milhares de homens e envia este exército para mostrar que o faraó continua sendo o senhor das Duas Terras. Uni encarrega-se

dessa nova missão com entusiasmo. Os seus adversários não eram provavelmente uns pobres beduínos armados de paus; deviam unir-se a eles algumas tribos mais evoluídas, vindas do sul da Palestina. Pensou-se até numa leva de invasores asiáticos, mas seria talvez forçar a realidade. Parece que esses nômades insubmissos faziam reinar a insegurança nas regiões mineiras do Sinai, cuja exploração era indispensável ao bom funcionamento da economia egípcia. As milícias dos príncipes locais não tinham sido suficientes para restabelecer a ordem e fora preciso recorrer ao poder central e a um exército recrutado pelo faraó. Os soldados alistados vinham tanto do Alto como do Baixo Egito, havendo até núbios nas suas fileiras. Talvez estivessem divididos em regimentos, cada um deles sob o comando de um alto dignitário. Note-se que Uni, chefe das tropas, dá ordens a dignitários do palácio mais importantes do que ele. Mas o homem de confiança do faraó revela tais qualidades pessoais, que ninguém contesta a sua autoridade: evita todas as querelas no seio do exército, instaura uma disciplina de ferro entre as suas tropas, impedindo os soldados de roubarem pão ou as sandálias de um viajante encontrado no caminho e garante a mais absoluta segurança nas aldeias por onde passaram os regimentos. Graças a ele, os soldados não cometem violências nem saques. Após a travessia da tropa, não faltará uma peça de roupa nas casas nem uma cabra nos campos. O brilhante general é também depositário de um segredo de Estado: não é um dos únicos a saber o número exato dos soldados do faraó?

A expedição militar é um sucesso completo. Na sua autobiografia, Uni não nos fala muito dos combates nem da sua vitória, mas os resultados que evoca são eloqüentes: os postos fortificados dos inimigos são destruídos, suas tropas exterminadas, suas casas incendiadas, suas vinhas e figueiras cortadas. Numerosos prisioneiros são trazidos. Lendo essas informações, percebemos que o adversário tinha procedido a uma verdadeira instalação em território considerado como área de influência do Egito. E foi o que provavelmente causou a sua perda. De resto, a questão não foi tão prontamente resolvida como parece, porque

o próprio Uni confessa que foram necessárias cinco expedições para dominar definitivamente os habitantes das areias.

Uni não tinha terminado as suas viagens. Também teve de ir para a Núbia, que ficava ao sul. Mas, dessa vez, tratava-se mais de vigilância e comércio do que de batalhas. Nesta época, a Núbia está calma. Acabamos de ver que há núbios alistados no exército do faraó. No entanto, a região não é parte integrante do Egito, pois a fronteira situa-se na primeira catarata; nem é uma colônia. Também, neste caso, podemos estimar que é considerada como área de influência privilegiada e fonte de produtos exóticos apreciados na terra dos faraós. O faraó nomeia Uni "governador dos países do Sul", certamente para afirmar de novo a sua soberania sobre esta região distante da capital, onde os príncipes locais, nomeadamente os nomarcas de Elefantina, se mostravam demasiado independentes. Colocando neste posto o seu homem de confiança, o rei contava mostrar que era o senhor supremo do país. Mas essa missão não obteve o mesmo sucesso que as outras, pois o título de "governador dos países do Sul" foi igualmente atribuído a certos nomarcas.

A tentativa de reinstauração de um poder central absoluto havia fracassado.

Uni deu outras satisfações ao seu soberano. Dirigindo uma expedição às pedreiras de granito de Assuã, utiliza doze barcos de transporte para trazer uma grande quantidade de pedras destinadas à construção da pirâmide de Merenré. Uni foi, aliás, um especialista neste tipo de "transporte de material", tendo tratado das formalidades inerentes à deslocação de um sarcófago vindo de Tura e ainda de um lintel e de uma mesa para libações, isso para não falar de uma mesa de oferendas vinda das pedreiras de alabastro de Hatnub e trazida para Mênfis em dezessete dias, em pleno período de águas baixas. Uni foi também encarregado de abrir cinco passagens navegáveis na massa rochosa da primeira catarata.

Encarregado da administração do Alto Egito no fim da sua carreira, coberto de dignidades, honrarias e riquezas, Uni lavrou um inventário

das propriedades do rei e dos seus rendimentos. Esta derradeira missão exprime talvez uma certa inquietação por parte do faraó, desejoso de fazer o balanço do seu poder real no país.

O início do reinado de Pepi II apresenta-se sob os melhores auspícios. O Egito é poderoso. Mênfis é uma capital brilhante. Basta contemplar as admiráveis mastabas dos nobres, túmulos com baixos-relevos encantadores ao longo da necrópole menfita, de Abusir norte e Sakkarah sul. Tudo respira aqui a, ordem e beleza. Os faraós da sexta dinastia continuam mandando construir pirâmides que, embora muito menos altas que as de Quéops e de Quéfren, não deixam de ser monumentos imponentes. Estas pirâmides, todas elas com as mesmas proporções regidas pelo chamado "triângulo sagrado", comportam, por exemplo, gigantescas pedras de abóbada de cerca de dois metros e meio de espessura e que chegam a pesar 40 toneladas. Mas nas paredes continuam a gravar-se os *Textos das Pirâmides*, de acordo com a tradição inaugurada por Unas, o último rei da quinta dinastia. Os faraós dormem assim para todo o sempre no interior de um livro aberto, sob a abóbada estrelada da sua morada eterna.

O nomo de Elefantina, onde se situa a fronteira entre o Egito e a Núbia, causa problemas a Pepi II, mas também lhe confere um estatuto especial. Um alto funcionário especialmente encarregado dos assuntos núbios dirige-o, e não o nomarca. A fronteira é estreitamente vigiada e fazem-se expedições sistemáticas para explorar a região, manter as rotas abertas por Hirkhuf, o explorador, e descobrir novos itinerários comerciais. Decide-se instalar colônias egípcias na Núbia, protegidas pelo exército. Aventureiros, comerciantes e militares sulcam a Núbia, caravanas trazem ao Egito pedras preciosas, unguentos, penas de avestruz e ébano. A Núbia é o sonho exótico do Egito, um avanço realista e razoável em direção à África negra.

As atividades comerciais do Egito de Pepi II não se resumem às expedições núbias. São estabelecidos contatos regulares com o Ponto (nas paragens da moderna Eritrêa) e com Biblos, regiões de onde se

importam produtos de luxo, essências preciosas e madeiras raras particularmente apreciadas pela requintada corte. Tudo isso tem os seus riscos. Durante a partida de uma das viagens ao Ponto, beduínos atacam a delegação egípcia e chacinam alguns dos seus membros. A reação de Pepi II é imediata: envia um contingente de soldados para castigarem os assassinos e, sobretudo, para trazerem os corpos das vítimas para serem enterrados no Egito. De fato, para um egípcio a maior das desgraças era ter que morrer longe do seu país, longe da "terra amada".

Na Palestina, o exército egípcio manifesta-se em investidas: derruba muralhas de povoações fortificadas e hostis, causa estragos nas vinhas e em outras culturas a título de represália, extermina os inimigos e captura prisioneiros. No templo da pirâmide de Pepi II vemos até a representação de vários chefes líbios sendo levados à presença do faraó. Mas podemos pôr em dúvida a realidade histórica destas campanhas militares. Com efeito, a última cena evocada é exatamente a mesma da que se encontra gravada no templo funerário de Sahuré, rei da quinta dinastia, e os chefes líbios têm os mesmos nomes!

Uma inovação mais real é, sem dúvida, o envio de expedições aos oásis longínquos. Mais uma vez encontramos o explorador Hirkhuf, decididamente apaixonado pela descoberta de novos horizontes. A 250 km a oeste de Luxor, oásis como Khargeh ou Dakhleh constituem pequenos mundos fechados em si mesmos, mas não desprezíveis. Khargeh tem hoje 150 quilômetros de comprimento e uma largura que varia entre 20 e 40 quilômetros. Em Balat, no oásis de Dakhleh, onde o Instituto Francês de Arqueologia Oriental acaba de fazer escavações que se anunciam promissoras, descobriram-se túmulos datados da sexta dinastia. Havia ali um homem importante chamado Medu-Nefer, governador, capitão e alto dignitário do clero. O seu túmulo foi descoberto inviolado porque a sua superestrutura havia ruído. Continha numerosos objetos interessantes como cabeceiras em pedra, paletas de escriba, jóias e amuletos. Os arquitetos da sexta dinastia haviam edificado ali uma grande cidade. Nessa época, portanto, os oásis já não

são terras perdidas nas imensidões desérticas, mas províncias egípcias habitadas e civilizadas.

O rei preocupou-se sobretudo com fundações religiosas isentas de contribuições por decreto. Imitando o seu antecessor Neferirkaré da quinta dinastia, livrou certas confrarias religiosas do pagamento de impostos.

Mas sua política tem riscos. Concedendo estes privilégios e permitindo a certos templos a exploração de terras que pertencem por direito ao faraó, Pepi II inicia um processo de enfraquecimento do poder real. A sua autoridade diminui fatalmente. Por que motivo atua dessa forma? Por vontade própria ou por obrigação de chamar à sua causa certos nomarcas ou potentados locais à coroa na medida em que esta se mostrar generosa com eles? Seja como for, tem-se a impressão de assistir aos primeiros passos de uma possível fuga. O território real diminui à força de isenções. Formam-se castas provinciais apegadas às suas novas riquezas. Mas a situação ainda não é grave: o faraó ainda não é um nobre entre os outros, pois continua sendo um rei-deus cuja soberania é incontestada. Mas o fruto já está bichado.

O poderoso reino de Pepi II é um colosso com pés de barro, não em consequência de ameaças externas, mas justamente em virtude da sua estrutura interna. A relação entre o faraó e os nomarcas constitui o ponto fraco do Estado. Para se assegurarem da lealdade dos nomarcas, os reis das quinta e sexta dinastias concederam-lhes demasiados privilégios. Bem instalados nas suas províncias, os nomarcas mais poderosos constituem pouco a pouco Estados dentro do próprio Estado. Embora respeitando o poder central, vão se libertando dele. Dois indícios: por um lado, o nomarca prefere ser enterrado no seu nomo do que a procurar sepultura junto do faraó; por outro, tende a tornar hereditário o seu cargo, transmitindo-o ao filho sem pedir o parecer do rei, a fim de que as riquezas adquiridas permaneçam na família. De fato, muito raramente o faraó nomeia os nomarcas. Alguns deles passam a saborear, assim, a independência. O de Abidos, por exemplo, tem a sua própria corte e seus funcionários dedicados, e a organização do seu

palácio é, sem dúvida, copiada pela do palácio real. Os nomarcas são, na verdade, homens extremamente competentes, senhores de uma viva inteligência, sempre procurando não opor-se ao poder central do qual dependem e que lhes parece indispensável para assegurar a estabilidade no Egito e, é claro, para manter a sua própria fortuna. Entretanto, quanto mais distantes de Mênfis, mais os altos funcionários são livres para tomar suas próprias iniciativas quanto a seu domínio.

Esta análise não se reveste de caráter absoluto. É provável que continue bem viva a idéia de que o destino póstumo de todos os egípcios está ligado ao do seu faraó. Em Sakkarah, os nobres continuam a ser enterrados à sombra da pirâmide real, sob a proteção do rei-deus. Seria abusivo imaginar facções de nomarcas preparadas para derrubar o faraó. O que salientamos constitui uma situação de fato que implica um desenvolvimento inevitável, não um estado de espírito.

Escreveu-se muitas vezes que o velho Pepi II já não tinha a autoridade necessária para governar o Egito, que este grande ancião de noventa anos abandonara as rédeas do poder aos seus nomarcas, os quais se haviam dilacerado uns aos outros, levando o país à anarquia. Uma literatura satírica chegou a acusar Pepi II de ter mantido relações íntimas com um de seus generais. Com o auxílio de administradores corruptos, os dois amantes ter-se-iam comprazido com sórdidos processos para impedir um queixoso de obter alguma indenização. Tudo isso traduzia provavelmente um certo descontentamento popular contra uma dinastia prestes a chegar ao fim. A atividade econômica foi se reduzindo certamente pouco a pouco, uma vez que em várias obras o tijolo não-cozido substitui a pedra, cujo transporte se tornava problemático, e que no Egito constitui sempre um sinal de falta de saúde econômica e social. Mas os túmulos dos nomarcas em Meir, Assiut e Assuã, por exemplo, continuam a ser suntuosos e não evocam um país à beira do abismo.

Falar de uma "fermentação social" no reinado de Pepi II não parece muito adequado. Para compreender esse difícil fim de reinado, chegou-se a pensar numa invasão de beduínos do Baixo Egito, numa guerra

civil, numa sucessão de fomes, no abandono dos trabalhos de irrigação, comprometendo assim a prosperidade do solo, mas trata-se de perigos supostos e não provados. A única certeza que temos é o enfraquecimento do poder central, parcialmente transferido para certos nomarcas. As províncias mais ricas puderam adquirir assim uma relativa autonomia. Se houve um verdadeiro empobrecimento do país, ignoramos as suas causas.

No final do reinado de Pepi II, o Antigo Império desmorona. Oito ou mais reis sucedem ao grande monarca, mas nenhuma personalidade forte consegue impor-se. Podemos pensar em graves problemas de sucessão, em querelas palacianas conduzindo a uma instabilidade política cujas conseqüências econômicas foram sempre das mais graves para um país como o Egito. O último soberano da sexta dinastia e do Antigo Império é uma mulher, Nitócris, "a mais nobre e a mais bela das mulheres do seu tempo", segundo Mâneton. Heródoto é mais um que não deixa de contar rumores maledicentes a seu respeito: que teria se suicidado depois de vingar os que haviam assassinado seu irmão, cuja morte lhe permitira subir ao trono. Aplica assim ao Egito as tristes querelas assassinas da Grécia.

Na realidade, Nitócris teve de "gerir uma crise", para empregarmos uma expressão moderna. Crise extremamente profunda para ser resolvida e que faria o Antigo Império afundar-se nas brumas do Primeiro Período Intermediário, por volta de 2155 a.C.

7

SESÓSTRIS E O SORRISO DO MÉDIO IMPÉRIO

Um dos milagres arqueológicos do imenso terreno de Karnark é um quiosque, ou seja, um templo tumular do rei Sesóstris I, um dos faraós do Médio Império, que abrange a décima primeira e a décima segunda dinastias (2134 e 1785 a.C.). Este pequeno monumento de linhas de incrível pureza desapareceu. Os próprios egípcios haviam desmontado cuidadosamente, arrumando as pedras que constituíam alicerces do

terceiro pilar do grande templo de Karnak. O arquiteto Henri Chevrier reconstituiu pacientemente esta obra-prima, oferecendo à visão dos homens do século XX uma capela formada por um cubo de pedra com janelas que deixam entrar a luz e à qual se tem acesso por meio de umas rampas pouco inclinadas. Contemplei muitas vezes este túmulo ressuscitado e constatei dois fenômenos: primeiro, os hieróglifos gravados nas suas paredes são de uma perfeição absoluta, evocando bem o Médio Império, época literária por excelência, em que a língua egípcia é considerada clássica. Depois, parece-me evidente que este edifício sorri. Apesar da sua gravidade e do seu caráter sagrado, é animado por uma alegria interior, por um amor tão intenso à harmonia vivida que um sorriso gravou-se em suas pedras, símbolos vivos de um tempo em que viveram ilustres faraós.

A lenda apoderou-se da figura do rei Sesóstris para fazer dele um monarca universal. A sua fama ultrapassou largamente as fronteiras do Egito, porque Sesóstris, abençoado pelos deuses, governou o mundo. Primeiro travou uma guerra vitoriosa contra os líbios antes de se lançar à conquista da terra. Durante nove anos, batalhou na Ásia e na Europa, deixando em seu rastro esteias comemorativas de suas vitórias. Ao regressar ao Egito, escapou de um conluio instigado por seu irmão que queria assassiná-lo. Mandou erigir muitos templos, construir barragens, abrir canais. A ele se deve nomeadamente o grande canal entre o Nilo e o mar Vermelho. Durante o seu reinado, o fisco foi justo, e a política agrícola eficaz. Apoiado por um corpo de leis bem completo, exerceu uma justiça eqüitativa. Generoso por natureza, Sesóstris libertou muitos prisioneiros de guerra e outros presos por dívidas, tornando-se o símbolo da paz e da serenidade.

Sob esta lenda dissimula-se uma realidade histórica. O Sesóstris em causa é composto por duas grandes figuras reais: Sesóstris I (1971-1926 a.C.) e Sesóstris III (1878-1841 a.C.), cujos reinados constituem os pontos mais altos da décima segunda dinastia. Sesóstris III, entretanto, foi confundido por vezes com Ramsés II, pois os nomes egípcios dos dois faraós assemelham-se. Sesóstris significa "o homem da deusa

Useret", acerca de quem, infelizmente, pouco sabemos. Sesóstris I, cujo reinado foi sinônimo de profunda paz, também foi um grande militar, um homem que sabia agir com pulso. Respeitando os seus antepassados, dedicou uma estátua a Antef, o Grande, fundador da décima primeira dinastia, e um altar a Mentuhotep II. É quase certo que não havia esquecido os tempos conturbados do Primeiro Período Intermediário em que por pouco o Egito não se afundou definitivamente no caos. Se os Sesóstris I e III se mostraram particularmente enérgicos nos assuntos de Estado, foi para impedirem a volta de uma época obscura em que o mal reinava por toda parte, em que os salteadores das estradas roubavam a população, em que as servas haviam despojado as amas das suas riquezas e a anarquia tomara o lugar da ordem.

Sesóstris I era denominado "estrela que ilumina o Duplo País" (alusão ao seu papel de mestre espiritual), "falcão que conquista graças ao poder" (o chefe militar), "filho de Aton" (herdeiro do Criador), "Senhor universal". Sesóstris III recebe louvores idênticos: é qualificado como muralha contra o mau tempo, abrigo que protege o medroso do seu inimigo, lugar quente e seco na estação de inverno, asilo onde ninguém pode ser perseguido. Os Sesóstris beneficiaram-se, assim, de uma literatura destinada a cantar os seus louvores e a provar o seu aspecto benéfico e protetor. Cada uma das cidades amava mais Sesóstris do que o seu próprio deus local, homens e mulheres enchiam-se de júbilo por sua causa. Sinué descreve o rei como "um deus sem igual, um mestre de sabedoria, perfeito nos planos". Os dois Sesóstris são ao mesmo tempo sábios e homens de ação, sempre prontos a enfrentar o perigo. São os únicos que podem retesar o seu arco. Nenhum outro homem possui-lhes a força — e, contudo, este vigor não contraria o amor que dedicam ao seu país. A todos se recomenda que venerem o rei no seu foro íntimo, pois ele dá a vida aos seus fiéis. Os seus inimigos serão atingidos pelos deuses.

Descobriu-se na estação de Khaun um importante lote de papiros, um dos quais exortava um hino a Sesóstris III vivo. Conta-se notadamente que se organizou uma festa por ocasião da chegada do rei a uma das

suas residências e que a alegria reinava entre a população. O soberano foi saudado como o defensor do Egito, como o vencedor que abate o adversário. Os deuses, os antepassados e o povo estavam felizes. Sesóstris é o pastor que dá aos egípcios o alento vital. Não é certamente por acaso que o primeiro colosso conhecido, símbolo do rei divinizado, data do reinado de Sesóstris III.

Sesóstris I foi associado ao trono por seu pai Amenemhat I, outro grande faraó. Na época em que exercia o cargo de vizir, fora encarregado pelo seu soberano de dirigir uma expedição às pedreiras do Uadi Hammamat para ir buscar um grande sarcófago. Uma gazela veio ao encontro dos operários, que pararam, surpresos, pois geralmente este animal bravo não se aproximava dos humanos. Mas uma surpresa maior estava reservada a eles: a gazela parira as suas crias em cima de uma grande pedra, que se revelou ser a mais perfeita para a tampa do sarcófago.

Amenemhat I preparou diretamente seu filho para a função de faraó. Suas palavras foram registradas em papiros, tabuinhas de madeira, ostraca e até mesmo num rolo de couro, que constituem uma das obras-primas literárias do Antigo Egito. O faraó confrontou-se com certos potentados locais. "Avancei até Elefantina", explica ele; "na volta, cheguei aos pântanos do Delta; cuidei das fronteiras do país e vigiei o seu interior". O rei recomenda a seu filho Sesóstris que siga os seus conselhos, se quiser ter um reinado feliz. Que apenas conte consigo mesmo, pois nas dificuldades não há amigos. Que esteja sempre atento aos seus subordinados, que não confie em ninguém, nem mesmo nos seus íntimos. Que o seu espírito continue a ser lúcido, mesmo durante o sono. O velho rei deu o necessário aos pobres e aos órfãos, tendo recebido em troca apenas ingratidão e malevolência. Mostrou-se prudente ao longo de sua vida, salvo numa noite, no palácio, em que repousava depois do jantar, tão cansado estava o seu coração: ouviu um súbito rumor de armas e o seu nome ser pronunciado por homens que se tinham introduzido em seus aposentos privados. Sentindo-se em

perigo, permaneceu imóvel como uma serpente no deserto. Não podia lutar sozinho contra os seus assaltantes. Mesmo que pudesse empunhar uma espada, teria sucumbido ao maior número.

O pai de Sesóstris I foi assassinado ou conseguiu escapar ao conluio? Os ensinamentos que dá ao filho não dão certeza. Seja como for, o novo faraó aprendeu a lição. Depois de exercer as funções de chefe do exército na Ásia, na Líbia e na Núbia enquanto seu pai ainda era vivo, desencorajou qualquer tentativa de sedição. Subjugou ao mesmo tempo os países estrangeiros e o Egito. Legislador, foi servido por um vizir muito competente, Mentuhotep, um dos organizadores dos mistérios religiosos de Abidos, onde desempenhou o papel ritual do deus Hórus. Mais amado pelo rei do que todos os outros dignitários, o vizir faz com que a sua autoridade seja reconhecida no Egito e nos outros países. Amigo único do faraó, Mentuhotep recebe a homenagem dos outros cortesãos e a todos esclarece com as suas luzes. É ele quem promulga os decretos-leis depois de consultar o rei, quem nomeia os funcionários e faz respeitar o cadastro, permitindo aos homens irem para suas casas em paz depois de ouvirem as suas sentenças no tribunal. Por ser um juiz protegido pelo deus Thot, o vizir serve-se dos escritos do rei para não proferir palavras iníquas. Sabendo o que se esconde no fundo dos corações, identifica o mentiroso e desvia da pessoa do faraó todo aquele que tenha sentimentos hostis contra ele.

Sesóstris I dirige o país apoiando-se num conselho privado. A corte régia dispõe de um orçamento tão rigorosamente vigiado por escribas que exigem a justificação de cada despesa. Indica-se quem deu as instruções e se foram transmitidas de maneira oral ou escrita. A burocracia está presente em toda parte, tanto nas cidades como nas aldeias. Fazem-se recenseamentos. O Tesouro é rico, bem gerido. Os "tesoureiros do deus" financiam grandes obras devidamente inventariadas.

A prosperidade do Egito de Sesóstris I deve-se em grande parte à reforma administrativa já iniciada pelos seus antecessores. O faraó foi bem-sucedido numa tarefa delicada: abolir os privilégios e os poderes

exorbitantes adquiridos pelos nomarcas. Retoma realmente as rédeas do Estado, ainda que certas famílias da província se mantenham ricas e poderosas, como as de Beni Hassan, onde os dignitários locais possuem uma corte copiada pela do faraó e à qual os líbios pagam tributos como fazem em honra do Egito. Graças a uma revisão do cadastro, os limites dos nomos foram fixados com precisão. Os marcos fronteiros dos domínios são agora tão estáveis como os céus. O rei apareceu como Aton, o Criador. Acabou com a injustiça, restabeleceu a situação original do país e deu a cada um o que lhe cabia. Os terrenos tomados de uma cidade por outra foram restituídos.

Chefes das províncias, os nomarcas tornam-se súditos fiéis do rei. Amados nas suas capitais regionais, como eles próprios afirmam, contam os seus anos de reinado do mesmo modo que o faraó. E mandam construir túmulos admiráveis: El Bersheh, Beni Hassan, Meir figuram entre os lugares importantes da arte egípcia. Os nomarcas, cujo cargo é hereditário, dispõem de milícias, cobram impostos em nome do faraó e vigiam a irrigação. No reinado de Sesóstris, foram excelentes administradores, que se vangloriaram, com razão, de terem dado de comer a quem tinha fome, vestindo os que estavam nus e tomando as medidas necessárias em caso de penúria. Não expulsaram os exploradores agrícolas das suas terras e não oprimiram os fracos.

Sesóstris III parece ter suprimido o que restava das prerrogativas dos nomarcas. Após o seu reinado, desapareceram os túmulos provinciais suntuosos. O poder real afirmou-se novamente em sua plenitude. Não faltam obras literárias para ressaltar este retorno à tradição primordial do Egito.

Sesóstris I não fixa a sua capital em Tebas, mas no Médio Egito, de onde mais facilmente pode controlar o Sul e o Norte. Nomeia "presidente da Câmara" de Tebas um dos seus próximos a fim de controlar a grande cidade. Concilia os favores do clero de Amon e do seu deus, sem negligenciar outras divindades como Ptah, em Mênfis. É conhecido o

admirável relevo onde Sesóstris recebe o abraço fraterno de Ptah, e o deus concede ao faraó o alento vital.

O rei foi um grande construtor. A exploração das pedreiras forneceu-lhe os materiais necessários para erigir um grande número de monumentos: em Lisht, a capital, a sua pirâmide; em Karnak, a sua magnífica capela que evocamos no início do capítulo e outras construções dedicadas ao deus Amon; em Heliópolis, um templo do qual apenas resta um obelisco. O texto que relata a entrevista do rei com os seus conselheiros a respeito das obras de Heliópolis foi, de resto, conservado. No terceiro ano do seu reinado, Sesóstris I desejou erguer um templo a Rá-Horakhty. O rei apareceu na sala de audiências com a dupla coroa e consultou os companheiros do palácio. O deus trouxe o faraó ao mundo para executar o que em sua honra deve ser feito. De modo que Sesóstris deve erigir um santuário. "Ele designou-me como o pastor deste país", explica, "conhecendo aquele que manterá o Egito em ordem. Ele deu-me o que protege (o universo), o que ilumina o seu olho". O faraó está predestinado: estava destinado a reinar "desde o ovo". O país é seu em comprimento e largura, o seu poder atinge as alturas celestes. O rei que sobrevive graças às suas obras, que constrói um templo, não é aniquilado. "O que pertence à eternidade não perece". Os companheiros do palácio aprovam o projeto de Sesóstris: "O Verbo está na tua boca, o Conhecimento está atrás de ti, ó rei!", exclamam eles. Depois de consultar o seu chanceler e o seu ministro das finanças, o soberano encarrega-os de planificar as obras. Finalmente, o texto evoca a cerimônia da fundação dirigida pelo faraó. O chefe dos sacerdotes-leitores e o escriba dos livros divinos seguraram o cordel para traçarem o plano do novo edifício enquanto o povo se regozijava.

A obra arquitetônica desta época brilhante desapareceu quase por completo. Com efeito, o Novo Império reutilizou as pedras das construções antigas nos alicerces dos novos templos. É o fenômeno das reutilizações, que marca a vontade de prosseguir uma tradição sagrada reintegrando a obra passada na obra presente. Foi assim que nas

"desmontagens" de templos ou de pórticos se encontraram construções do Médio Império em peças soltas.

Tal como os faraós do Antigo Egito, Sesóstris I escolhe para seu túmulo uma pirâmide (de cerca de 60 metros de altura). Notam-se nos aposentos subterrâneos inovações técnicas. Os faraós do Médio Império gostam de complicar o sistema de corredores, criando verdadeiros labirintos talvez destinados a desencorajar os ladrões. Além disso, a entrada da pirâmide já não é pela direção norte, o que marca certamente um abandono da antiga teologia estelar virada para a estada da alma nas estrelas circumpolares.

A grande obra do reinado de Sesóstris I e da décima segunda dinastia é o arranjo e a valorização da região do Faium, a sudoeste do Cairo, na zona onde um braço do Nilo, o Barh Yussuf, deságua no famoso lago Moeris, o atual Birket Karum. Sesóstris I fez desta região uma das mais férteis do Egito, desenvolvendo igualmente a sua capital, Shedet (ou seja, o "lugar formado por escavação"), que os gregos denominaram Crocodilópolis, a cidade do crocodilo, porque ali se adorava o deus Sobek, de cabeça de crocodilo. Dotado de um sistema de irrigação natural, o Faium era uma espécie de pequeno paraíso terrestre com agradáveis localidades nas margens de um lago onde a pesca era das mais abundantes. A comporta de Illahum regularizava a subida das águas e, quando as cheias terminavam, o lago servia de reservatório para as culturas. De modo que o Faium se tornou uma vasta província muito rica (cerca de 2.000km²). Salgueiros, acácias e tamarindos alegravam uma paisagem onde se cultivava o trigo, o linho e a vinha. Bafejados por um clima ameno, os habitantes da região criavam jardins abundantemente floridos e avançados por numerosas aves.

As ruínas da cidade de Illahum foram encontradas: o bairro real ocupa a metade fortificada da cidade e uma única porta dá acesso a este bairro. O urbanismo é simples e claro. As residências dos notáveis ocupam superfícies consideráveis (2.500m² em média), as casas menores atingem cerca de 80m². Os artífices, escultores, ourives ou fabricantes de sandálias estavam todos agrupados em corporações.

Muito mais tarde, na época ptolomaica, o Faium foi de novo embelezado. Os Ptolomeus edificaram templos, criaram novas aglomerações e aumentaram ainda mais a superfície cultivável, melhorando o sistema de diques e comportas. A partir do século III d.C., a região teve, como o resto do Egito, má administração e foi enfraquecendo pouco a pouco. Certas áreas de cultura se perderam.

A importância econômica do *Faium* não deve fazer esquecer o significado mitológico desta região. Com efeito, era considerada uma imagem do Oceano primordial, como "a mãe dos deuses e dos homens", assegurando a fecundidade do país. Além disso, foi edificado a oeste de Illahum o célebre labirinto, o templo funerário do rei Amenemhat III. "Compreende doze pátios cobertos", escreve Heródoto, "cujas portas se encontram frente a frente, seis viradas para o lado norte, seis para o sul, contíguas e rodeadas pela mesma muralha exterior. Existem ali duas séries de salas, algumas subterrâneas, outras acima do nível do solo, sobre as primeiras, num total de três mil, sendo de quinhentos cômodos. Nós mesmos vimos e percorremos as salas que ficam acima do nível do solo e falamos de acordo com o que nossos olhos constataram. Informamo-nos verbalmente acerca das salas subterrâneas, pois os egípcios que as guardam não as quiseram mostrar de modo algum, alegando que há nelas as sepulturas dos reis que construíram este labirinto e as dos crocodilos sagrados. Falamos, então, das salas inferiores por ouvir dizer, mas vimos com os nossos próprios olhos as salas superiores, maiores do que as obras humanas. Os caminhos que seguíamos para sairmos das salas que atravessávamos, os desvios que fazíamos ao atravessar os pátios, maravilhavam-nos pela sua extrema complicação enquanto passávamos de um dos pátios às salas, das salas aos pórticos e, depois, destes pórticos a outras salas e destas a outros pátios..." (*Histórias*, II, 148). Assim se apresenta o testemunho do viajante grego acerca deste complexo templo que desapareceu completamente.

Sesóstris III, de quem possuímos retratos datados da idade madura, era um homem austero, grave e compenetrado da importância de suas funções. Lê-se no seu rosto um ceticismo real. O faraó não tem ilusões acerca das virtudes humanas. A sua experiência de governo é grande e positiva. O seu reinado não foi muito diferente do de Sesóstris I: muito religioso, preocupou-se com a cidade santa de Abidos, a qual conheceu o apogeu no Médio Império. Ali era venerado o deus Osíris e celebrados os seus mistérios. O rei enviou o chefe dos seus tesoureiros para equipar o grande templo. O alto funcionário trouxe numerosos presentes ao clero de Osíris, notadamente ouro, prata e lápis-lazúli. O deus recompensou o faraó, outorgando-lhe uma fama excepcional.

Abidos ocupa um lugar essencial na política religiosa do faraó, porque este último se confunde com o deus da cidade santa — Osíris. Cada homem pode tornar-se um Osíris e usufruir de um feliz além se a sua alma tiver sido reconhecida como justa pelo tribunal encarregado de julgar os mortos. Um considerável número de esteias que constituem uma espécie de ex-votos foi inventariado na estação de Abidos. Uma das fórmulas rituais mais freqüentes é a "oferenda feita pelo rei a Osíris para que ele faça oferendas a fulano". O rei e o deus conjugam os seus poderes para assegurar a sobrevivência dos defuntos.

A mensagem de Abidos adquire a imortalidade. No final da civilização egípcia, quando Tebas morre, o antigo culto de Osíris (completado pelo de Ísis) espalha-se pela Europa, onde continuará a viver ao mesmo tempo numa religião oficial como o cristianismo e numa sociedade iniciática como a franco-maçonaria.

Unido, coerente, bem firme no interior das suas fronteiras, o Egito de Sesóstris III não se esquece de olhar para o exterior. Organizam-se viagens diplomáticas e expedições militares: operações comerciais, pesquisa de ouro, exploração de minas e pedreiras e instalação de praças-fortes constituem as suas principais motivações. Parte-se da cidade de Coptos em direção ao Ponto para trazer incenso. Os soldados protegem as missões comerciais, afastando os salteadores que povoam as rotas do deserto. A intendência encontra-se bem assegurada, os

viajantes reconhecem que são bem alimentados. Abrem-se poços para facilitar o itinerário dos que vierem a seguir. Se os beduínos e as tribos líbias são considerados bárbaros, é porque não possuem uma cultura e um código de civilidade: atacam o adversário sem o advertir do dia do combate?

Sesóstris III mostra-se muito firme na sua política núbia. No ano 8 do seu reinado, conduz uma expedição destinada a esmagar "o vil país dos *kush*", o atual Sudão. Para permitir a passagem dos barcos, o faraó manda abrir um novo canal perto da ilha de Seel, nas proximidades da primeira catarata. A hipótese de uma revolta núbia é seriamente levada em consideração. Torna-se indispensável que a segurança reine na Núbia para que as expedições comerciais ali circulem livremente e sem riscos. No ano 16 do seu reinado, o rei coloca estelas fronteiriças na ilha de Uronarti e em Semna, marcando assim os limites da sua expansão para o sul. "Estabeleci a fronteira", proclama Sesóstris III; "ultrapassei os limites atingidos pelos meus pais a montante; aumentei o que recebi. Sou um rei que emite o Verbo e que age; o que o meu coração concebe é realizado pela minha ação". O faraó não tem nenhuma compaixão pelo adversário que o ataca e nunca recua. Entre os seus descendentes, o rei reconhece como seu filho aquele que defenderá a fronteira e renega o que não se preocuparia com ela. Colocada neste lugar, a estátua de Sesóstris recordará o dever aos seus sucessores.

Sesóstris III edifica, ou aumenta, 13 fortalezas entre Elefantina e Semna, no extremo meridional da segunda catarata. Construídas em elevações ou nas ilhas, permitem vigiar as tribos núbias. São feitas em tijolo e têm um papel defensivo. O Egito é protegido pelas muralhas, bastiões, torres e caminhos da ronda de praças-fortes como Buhen, Mirgissa e Semna, cujo aspecto geral não é muito diferente do dos castelos da Idade Média. A par da sua função estratégica, não é impossível que estas instalações tenham igualmente favorecido a implantação de um controle aduaneiro. Seja como for, a noção de fronteira é bem sentida, pois nenhum núbio pode transpor esta zona sem autorização egípcia.

Embora Sesóstris III proclame ter capturado e trazido cativos núbios para o Egito, incendiando-lhes as colheitas para castigar os facciosos, a sua administração foi certamente muito apreciada, pois séculos depois da sua morte ele foi adorado na Núbia como um deus. Com o sentido do governo que o caracteriza, este rei tinha favorecido o culto de Dedun, velho deus núbio apreciado pelas populações locais.

Como muitos outros faraós, Sesóstris III deu provas de uma notável coragem física quando as circunstâncias assim o exigiam. De fato, teve de conduzir pessoalmente a única expedição militar importante no Médio Império: levou o seu exército até a Síria e a Palestina, onde exterminou o seu adversário sem desferir um golpe, e lançou as suas flechas com força e precisão. Asiáticos e beduínos ainda instalados nas proximidades do Delta provavelmente tinham tentado incursões no território egípcio, algo que um monarca como Sesóstris III não podia tolerar. A intervenção foi rápida e eficaz. O exército atingiu a área de Sicheim, indo combater os palestinos no centro da região que ocupavam. Um dos soldados, chamado Sebekku, praticou proezas magníficas que mereceram ser narradas no texto de uma estela. Conhecemos bem o aspecto dos asiáticos nesta época, pois 37 são pormenorizadamente representados na sepultura de um nomarca de Beni Hassan: homens e mulheres de cabelos negros, com trajes de cores variadas e sandálias. As mulheres usam fitas no cabelo e pulseiras nos tornozelos; os homens estão armados de lanças, machados, arcos e paus de arremesso. Um deles toca lira.

Sesóstris III fortifica, pois, o país a leste e ao sul, prolongando, de resto, a obra de Sesóstris I. O exército comporta corpos especializados em missões de vigilância nas fronteiras. Os nomarcas recrutam tropas nas suas províncias quando a situação o exige, mas utilizam igualmente estrangeiros como os arqueiros núbios presentes sob a forma de "modelos" em madeira nos túmulos dos grandes personagens, notadamente no de um príncipe de Assiut que partiu para o outro mundo rodeado por seus soldados. A infantaria está munida de arcos e

flechas, escudos em madeiras revestidos de pele de boi, lanças e espadas.

Além dos seus exércitos, os faraós do Médio Império têm outro meio de combate surpreendente: a magia. Com efeito, os inimigos do Egito são considerados a encarnação das forças do mal, e não adversários profanos. É, portanto, indispensável utilizar a magia religiosa contra eles, uma vez que a força das armas não seria suficiente. De modo que gravam em recipientes e estatuetas de prisioneiros de mãos atadas nas costas os nomes dos asiáticos ou dos núbios que devem ser aniquilados. Uma vez enfeitiçados, estes objetos são quebrados, tal como os adversários do Egito. Possuímos, assim, listas de príncipes e de povos estrangeiros responsáveis por uma desarmonia que a intervenção de magos competentes faz cessar. Seria inútil ceder a uma fácil racionalização e zombar destes costumes que, como os etnólogos constataram, são ainda praticados em certas civilizações e testemunham uma eficácia que, embora não corresponda aos nossos critérios neste domínio, não deixa de ser uma forma de realidade.

O Egito de Sesóstris é um mundo cultivado. Neste Médio Império com tantos aspectos sorridentes e luminosos, o gênio artístico exprimiu-se muitas vezes de maneira feliz. A joalheria, em particular, conheceu os seus tempos áureos. Em Dachur e Illahum descobriram-se verdadeiros tesouros nos túmulos de princesas, nos quais as jóias se destacam. Execução, escolha das formas e colorido revelam um gosto e um requinte próximos da perfeição. Ouro e pedras semipreciosas são as matérias mais utilizadas, possuindo cada uma delas um sentido simbólico preciso. A turquesa, por exemplo, encarna a alegria celeste dispensada pela deusa Hathor. Peitorais, berloques, amuletos, pérolas, diademas, colares e pulseiras cintilam à luz de uma arte onde a elegância nada tem de precioso ou frívolo.

Não é de admirar, portanto, que este período tenha sido considerado como aquele em que a língua egípcia atinge a sua idade "clássica". Quando nos iniciamos nos hieróglifos, começamos a leitura de textos

pelos textos do Médio Império como o *Conto do naufrago* ou o *Romance de Sinué*, cuja leitura e interpretação estão, aliás, longe de serem fáceis. Todos dizem que a expressão literária atinge uma espécie de plenitude, repousando numa gramática de grande sutileza, cujos mil e um cambiantes ainda hoje continuamos a perscrutar. Numerosos gêneros são ilustrados: o trágico pelo *Diálogo do desesperado com a sua alma*, onde um homem medita sobre a sua morte em termos admiráveis; a aventura com o *Romance de Sinué* e a sua vida de perigos e proezas,- o maravilhoso com o *Naufrago*; o humor e a sátira com o *Conto do camponês*, onde se exibem tesouros de retórica, e a *Sátira dos ofícios*, onde o escriba, denegrindo sistematicamente as outras profissões, mostra que a sua é a melhor; a profecia, onde os sábios descrevem os terríveis acontecimentos que põem o Egito em perigo, mas que anunciam a vinda de um rei salvador; as "sabedorias", onde um rei ensina ao seu filho a maneira de governar e de comportar-se com os homens.

A mais célebre destas obras apaixonantes é o *Romance de Sinué*. Trata-se de uma história completa, reconstituída graças a diversos papiros e ostraca. A narrativa é feita na primeira pessoa. *Sinué*, cujo nome significa "filho do sicômoro", conta a sua vida. Nascido num meio modesto e educado na corte de Lischt, este funcionário era servo do harém da rainha Snefru, esposa de Sesóstris I. No momento em que o romance começa, o faraó está no ano 10 do seu reinado, partilhando o poder com seu pai, Amenemhat I. Sesóstris I conduz uma operação militar no território líbio. *Sinué*, que fez a viagem, vai se ver envolvido numa complicada situação que decidirá o seu destino.

No sétimo dia do terceiro mês da estação das inundações, no ano 30, o rei Amenemhat I subiu ao seu horizonte, unindo-se ao disco solar. Na corte enlutada reina a tristeza. As grandes portas do palácio são fechadas. Os cortesãos assentam a cabeça nos joelhos, exprimindo o seu pesar. Sesóstris I recebe estas tristes notícias. Mensageiros enviados a toda pressa conseguem adverti-lo. O rei parte imediatamente com um

séquito composto por alguns fiéis para regressar o mais depressa possível à capital.

Sinué tem a fatalidade de surpreender, uma noite, uma conversa secreta que parece revelar um conluio contra o rei. Estar-se-á preparando uma guerra civil? Uma usurpação? Não se sabe bem, pois *Sinué* foge, dominado por um grande pânico. "O meu coração perturbou-se", confessa, "os meus braços soltaram-se do meu corpo, pois todos os meus membros tremiam. Afastei-me de um salto, em busca de um esconderijo" (a partir da tradução francesa de G. Lefebvre).

Sinué parte para sudeste, passa o extremo meridional do Delta, atravessa o Nilo e alcança "as muralhas do príncipe". Trata-se de uma célebre fortaleza construída pelo faraó Amenemhat I na fronteira nordeste do Egito para proteger o país contra eventuais investidas asiáticas no Delta. Estas "muralhas do príncipe" eram tão impressionantes que inspiraram uma lenda: falou-se, de fato, numa grande muralha do Egito, de Pelusa a Heliópolis. A realidade foi menos extraordinária: tratava-se de pequenos fortes providos de guarnições permanentes. É, aliás, nesta época que parece surgir a noção de "fronteira", pois os faraós desejam preservar a integridade territorial do Egito onde residem "os homens", rodeados de estrangeiros cujo grau de civilização é, na verdade, muito inferior.

Sinué dissimula-se para evitar que as sentinelas o vejam. Caminha durante a noite, mas vai perdendo as forças. "Tive um ataque de sede, de modo que sufocava e tinha a garganta seca. Disse para comigo: 'É o sabor da morte'." Subitamente ouve mugir um rebanho. Beduínos aproximam-se. Um xeque que havia estado no Egito reconhece *Sinué* e dá-lhe água e leite, levando-o depois para sua tenda.

Prossegue a vida de eremita. *Sinué* anda de terra em terra, percorrendo a Síria-Palestina, que nesta época está calma. Embora não haja uma aliança profunda e autêntica com o Egito, a região mantém-se numa paz relativa vigiada pelos exércitos faraônicos. Sesóstris I escolheu o método da diplomacia. Chegado a Qedem, ao sul de Biblos, *Sinué* passa lá um ano e meio. É então levado pelo príncipe do Retenu superior, um

principado palestino, o qual lhe faz uma pergunta incômoda: "Por que vieste?" *Sinué* falseia um pouco a verdade, explicando que ao regressar de uma expedição ao estrangeiro o seu coração se perturbou e o arrastou para o caminho dos desertos por causa de uma informação recebida. Mas não tem culpa de nada. Na realidade, a sua longa viagem deve-se a uma fatalidade: "Foi como um desígnio do deus", afirma. Para exprimir a sua fidelidade ao rei Sesóstris I, que entrou no palácio para receber a herança do seu pai, *Sinué* elogia a sua sabedoria, as suas ordens excelentes, a sua coragem e a sua bondade.

O príncipe do Retenu casa *Sinué* com a sua filha mais velha, dá-lhe uma posição proeminente na corte e oferece-lhe terras magníficas: "Produziam figos e uvas; o vinho era mais abundante do que a água; tinha muito mel e azeite em quantidade; as suas árvores davam frutos de todas as espécies. Também havia cevada e trigo, e o gado de todos os gêneros era enorme." *Sinué* passa alguns anos neste pequeno paraíso onde os alimentos não têm conta. "Os meus filhos tinham-se tornado fortes", diz ele, "e cada um deles dominava a sua tribo." O egípcio exilado, feito príncipe no estrangeiro, sabe mostrar-se generoso e socorre os assaltados nas estradas, dá de beber a quem tem sede e põe no caminho certo aquele que se extraviou. Homem de ação, *Sinué* fez-se general dos beduínos e ajuda-os a conter os assaltos das tribos adversas. Alcança numerosas vitórias e a sua fama aumenta na região.

Porém um desafio vem perturbar a quietude de *Sinué*. Um "valentão de Retenu", uma espécie de gigante que ninguém ainda conseguiu vencer, provoca o egípcio. "Dizia que lutaria comigo: pensava que me roubaria e propunha-se furtar o meu gado." *Sinué* protesta. Não conhece o homem e não compreende o seu ódio. Mas prepara-se para o singular combate que o espera, Durante a noite retesa o seu arco, maneja a espada e prepara as suas armas.

De manhã, uma grande multidão aguarda os dois heróis. Todos os corações estão inflamados por *Sinué*. Brandindo o seu escudo, o seu machado e as suas zagaias, o gigante avança para *Sinué*. Mais lesto e mais hábil, este evita os ataques. Nenhuma das setas lançadas pelo seu

adversário o atinge. No momento em que este, furioso, parte para ele, *Sinué* desfere uma seta que crava no pescoço do seu adversário. Mortalmente ferido, o gigante cai de braços. *Sinué* abate-o com seu próprio machado e brada vitória. Davi venceu Golias.

Todos os asiáticos gritam de alegria e congratulam o herói, que se apodera dos bens do vencido. Senhor de uma bela casa e de uma vasta propriedade, e admirado por todos, *Sinué* é um homem rico e bafejado pela sorte.

Mas *Sinué* não é feliz. "Ó deus, sejas tu quem fores", implora no seu íntimo, "que predestinaste esta fuga, sê clemente e devolve-me à corte." Os antigos egípcios, quando obrigados a permanecer no estrangeiro, só tinham um desejo: regressar ao Egito. A idéia de não poderem ser enterrados em sua terra era insuportável. Organizavam-se expedições para trazerem os corpos de soldados ou funcionários mortos longe da terra amada.

Sinué sofre. É um exilado. Deseja reviver pela graça do faraó, saudar a rainha e ouvir a voz dos príncipes. "Ai!", suspira ele, "que o meu corpo rejuvenesça, pois a velhice desceu sobre mim e o langor invadiu-me; os meus olhos estão pesados, os meus braços perderam o vigor, as minhas pernas recusam-se a servir-me e o meu coração está cansado; estou próximo da partida, do momento em que serei conduzido às moradas eternas." O grande vizir Ptahotep, que redigiu os seus ensinamentos aos 110 de idade, considerando que ainda era tempo de transmitir a sua experiência, sentia os mesmos males. Mas estava no Egito. Tinha a alma serena.

O milagre acontece. As preces de *Sinué* chegam aos ouvidos do faraó, que envia uma missiva ao egípcio exilado. O rei nada tem contra ele. *Sinué* não cometeu nenhuma falta. "Regressa ao Egito", escreve Sesóstris, "para que voltes a ver a corte em que crescestes, para que beijes a terra da dupla grande porta e te reúnas com os amigos." Serão concedidos a *Sinué* uma bela sepultura e um enterro segundo os ritos.

Sinué não contém a sua alegria ao receber estas notícias. Deita-se de bruços, percorre o seu acampamento em todas as direções, agita-se e dá

gritos. A clemência do rei salva-o da morte. Redige a sua resposta, explicando uma vez mais que a sua fuga não fora premeditada.

À hora da partida, *Sinué* distribui os seus bens pelos filhos. O rei enviou presentes aos beduínos. *Sinué* é entregue aos militares e conduzido à capital, Lischt, ao sul de Mênfis, sendo levado ao palácio, onde os príncipes e os amigos o acolhem. O rei está sentado em seu trono de ouro. *Sinué* fica tão impressionado que perde os sentidos. Receia ainda um castigo. Mas Sesóstris mostra-se amigável e benévolo, chegando a dizer brincando à rainha: "Olha como *Sinué* parece um asiático, um verdadeiro filho de beduínos!" A assistência ri, e alguns protestam: *Sinué* não pode ter mudado tanto. Mas Sesóstris afirma: "É mesmo ele".

A sentença real foi proclamada: *Sinué* é de novo introduzido no círculo dos nobres, dos próximos do monarca. É instalado numa casa principesca. Tem cerca de 60 anos e passou pelo menos 25 no estrangeiro. É chegado o tempo do repouso e da quietude. Na sua nova e suntuosa morada, aprecia a fresca sala e encontra trajés de linho real suaves para o seu corpo, incenso e óleo fino. *Sinué* depressa se adapta à sua nova condição: depilam-no, tratam-lhe o cabelo, fazem desaparecer as suas vestes grosseiras, as marcas do tempo.

Operários são encarregados de restaurar uma casa no campo que havia pertencido a um nobre. Será lá que *Sinué* terminará os seus dias. Plantam-se árvores. Três vezes por dia são trazidos ao cortesão pratos vindos da cozinha real. Um mestre-de-obras prepara o túmulo de *Sinué* e o seu domínio funerário é construído com grande esmero. "Não houve homem comum pelo qual tanto haja sido feito", reconhece ele. "E fui contemplado pelos favores reais até o dia da minha morte."

Assim nos é apresentado este belo texto que evoca maravilhosamente o tempo de Sesóstris e a requintada civilização dos faraós do Médio Império. O mundo sírio-palestino é descrito com certa precisão e sem preconceitos, em grande contraste com o Egito e a sua corte real, onde se afirmam os valores espirituais e culturais. Elegância da língua em que o texto é redigido, encanto da aventura, profundidade dos pensamentos

e dos símbolos: o *Romance de Sinué* merece ser considerado uma obra-prima.

8

AMÓSIS, O LIBERTADOR

O renome do faraó Amósis quase não ultrapassou o círculo dos estudiosos; contudo, os maiores faraós do Novo Império, universalmente conhecidos, devem-lhe muito: Amósis foi o libertador de um Egito ocupado por invasores estrangeiros. De modo que, tal como seu antecessor, o belicoso Kamósis, merece algumas páginas destinadas a evocar suas façanhas.

A glória do Médio Império tinha ficado ofuscada nas trevas de uma época muito mal conhecida, o Segundo Período Intermediário (1875-1552 a.C., da décima terceira à décima sétima dinastia). Após um tempo de anarquia sucede uma invasão. Por volta de 1650 a.C., os hicsos invadem o Delta. Segundo o historiador judeu Josefo, que diz citar Mâneton, foi um castigo de Deus que se abateu sobre o Egito. Os hicsos vindos do Leste entraram no país quase sem desferir um golpe. Incendiaram as cidades, arrasaram os templos, chacinaram os egípcios ou reduziram-nos à escravidão, não poupando mulheres nem crianças. Elegeram um chefe, que organizou as tropas armadas. Por toda parte cobraram impostos, explorando duramente os vencidos. A designação de "reis pastores" atribuída a estes invasores é um erro que procede da má etimologia de "hicso", termo transposto do egípcio e que, na realidade, significa "príncipes dos países estrangeiros". Assim eram designados, no Médio Império, os chefes dos beduínos.

Este quadro apocalíptico deve ser corrigido. Durante a fraca décima terceira dinastia, bandos de salteadores semitas, entre os quais havia muitos palestinos, investiram cada vez mais fundo no Delta e, com o tempo, foram constatando que os poderes reais dos faraós vinham enfraquecendo e que a capacidade de defesa do Egito estava diminuindo. Arroçados, estes hicsos implantaram-se progressivamente

no interior das Duas Terras, saqueando propriedades inteiras que o exército e a polícia egípcia se revelaram incapazes de recuperar. Mas parece que alguns hicsos não foram uma horda de invasores vindos de muito longe; eram simplesmente uma espécie de confederação de nômades semitas que aproveitaram a decadência do Egito para se apoderarem de uma parte deste grande país cujas riquezas conheciam. Os hicsos fundaram a sua própria capital, Avaris, uma praça-forte edificada no Delta. Contrariamente a uma lenda muito divulgada, não conseguiram conquistar o Egito graças à utilização da cavalaria, pois, tal como os seus adversários, apenas dispunham de uma infantaria. Em Avaris, adoravam o deus Seth, cujo nome se escreve Suteq e cujo caráter se aproxima do Baal asiático. Mas nem por isso perseguiram as outras divindades.

Se é certo que os hicsos reinaram sobre o Delta e o Médio Egito, é muito pouco provável que tenham estendido seu domínio ao Alto Egito, onde provavelmente reinavam vários príncipes incapazes de se unirem. Tebas era independente, ao passo que, mais ao sul, a Núbia já não fazia parte do protetorado egípcio.

Os modernos historiadores não concedem grande crédito ao referido testemunho de Josefo. Não crêem que o balanço da ocupação dos hicsos tenha sido catastrófico. Devastações, destruições, incêndios parecem fazer parte de uma temática literária com o objetivo de valorizar a vinda de um rei salvador que arrancou seu país do odioso império estrangeiro. Mas o verdadeiro caos foi a ausência de um grande faraó. Os hicsos foram aproveitadores, mas não destruidores. Adotando a escrita hieroglífica e os costumes egípcios, chegando a tomar nomes egípcios, provavelmente nunca foram além da cidade de Gebelein. Estes "invasores" egípciam-se muito depressa e não se portaram como revolucionários, de modo que a população se habituou à sua presença e ao seu governo, que não devia representar uma grande mudança se comparada à dos pálidos monarcas da décima terceira dinastia. Trazendo com eles armas aperfeiçoadas, como punhais, espadas de bronze ou arcos, lembrando-se de atrelar carros aos cavalos e erguendo

fortificações também muito aperfeiçoadas em volta da sua cidade, deram idéias aos militares egípcios, que passarão a se servir delas para modernizar seu exército.

"A invasão" dos hicsos não deve, portanto, ser imaginada como uma guerra de conquista, mas sim como uma ocupação progressiva do norte do Egito, sem grandes conflitos armados. Assim foi durante cerca de um século, atolando-se o país numa espécie de torpor político e econômico. Pela segunda vez, a consciência nacional despertou em Tebas.

Por volta de 1650 a.C., a décima sétima dinastia tebana — que reina paralelamente à décima sexta dinastia dos hicsos, no Norte — começa a ter dificuldade em suportar a presença de estrangeiros no solo do Egito. Os príncipes tebanos reagrupam sob a sua autoridade as províncias do Sul e decidem uma tentativa militar, dando-se então uma primeira confrontação, no decurso da qual o tebano Sekenenré-Taa é morto. Sua múmia, que foi encontrada, apresenta vários ferimentos na cabeça. Os egípcios foram certamente rechaçados, mas não vencidos, pelos hicsos, pois o movimento de revolta aumenta. Por volta de 1555 a.C., Kamósis toma o poder em Tebas, decidido a continuar a luta.

Escolhido pelo deus Rá, o rei Kamósis reúne um grande conselho no seu palácio a fim de examinar a situação. E constata, com amargura, que há "um poderoso" em Avaris, o soberano dos hicsos, e outro em Kush, na Núbia. Kamósis encontra-se, portanto, encurralado entre um Norte e um Sul que lhe são hostis. Mas seu coração deseja libertar o Egito, e esta paixão é mais forte do que os perigos a que se expõe. Felizmente, o Sul sobre o qual ele reina é próspero. A base de partida para o ataque é sólida. Mas os cortesãos estão inquietos e aconselham prudência a Kamósis, que não os quer ouvir. Para ele, todo o Egito deve ser reconquistado.

Kamósis parte em campanha. "Desci a corrente", diz ele, "a fim de derrubar os asiáticos por ordem de Amon, o Justo-de-conselhos; meus bravos soldados diante de mim são um sopro de fogo." O primeiro papel de Kamósis, apoiado por uma intendência minuciosamente escolhida,

consiste em trazer ao seio da nação os egípcios que se tinham aliado aos hicsos. É assim que combate contra um príncipe Tėti:

"Passei a noite no meu barco", explica Kamósis. "Meu coração estava feliz. Quando a terra se iluminou, caí sobre ele como um falcão." Ao meio-dia a questão estava resolvida. O adversário inclina-se, as muralhas da cidade são derrubadas, e seus habitantes, capturados. Como leões, os soldados de Kamósis partilham o espólio, onde se contam gado, leite e mel.

Uma vez que Kamósis sobe em direção ao Norte, os hicsos são obrigados a bater em retirada e a refugiar-se na sua capital, Avaris, onde se vêem sitiados. Kamósis apresenta-se como um impiedoso vingador, mandando arrasar as cidades favoráveis aos asiáticos. Assim pereceram os inimigos do Egito, aqueles que haviam esquecido a onipotência do faraó. O rei é, aliás, bafejado pela sorte: seus homens capturam um mensageiro de partida para a Núbia, portador de uma carta escrita pelo soberano dos hicsos, na qual chamava os núbios em socorro contra Kamósis, considerando-o muito perigoso. "Se conseguir abater-me", previne seus aliados do Sul, "também vos abaterá. Vinde!", suplica. "Subi imediatamente para Norte, não hesiteis mais. Vede, ele está aqui, a meu lado... não me livrarei dele antes que chegueis. Então partilharemos as cidades do Egito." Não contente de ter reconquistado a independência, a turbulenta Núbia traía assim o Egito. Mas não pode oferecer aos hicsos o desejado socorro. Elefantina, na fronteira egípcia, era uma praça-forte fiel a Kamósis. As tropas núbias, supondo terem sido enviadas, não conseguiram passar. Não houve, pois, aliança asiático-núbia contra o Egito. Kamósis regressou, vitorioso, a Tebas, onde foi aclamado por uma população jubilosa. Este título de "glória" seria outorgado ao seu sucessor Amósis, o fundador da décima oitava dinastia e do Novo Império.

Amósis (1552-1527 a.C.) pode ser considerado ao mesmo tempo o último faraó da décima sétima dinastia e o primeiro da décima oitava. Homem do final de um mundo, encarna a alvorada do período mais

conhecido da História egípcia, o Novo Império, que abrange as décima oitava, décima nona e vigésima dinastias (1552-1070 a.C.).

Kamósis não conseguiu certamente derrubar a fortaleza de Avaris. Os hicsos tinham sido empurrados para longe, para Norte, mas sua capital permanecia de pé. Amósis, cujo nome significa "a Lua nasceu", prossegue a luta até o fim. É ele quem toma Avaris, acontecimento considerado tão importante que justificou uma mudança de dinastia. Somos informados da queda de Avaris graças a uma inscrição gravada nas paredes da sepultura de Ahmés, filho de Abana (sua mãe), na cidade de El-Kab. Esse Ahmés era um brilhante militar que, cedo, iniciara uma carreira que veio a ser muito longa. De uma bravura excepcional, teve a felicidade de realizar muitas proezas guerreiras na presença do rei Amósis, que o cobriu de recompensas e condecorações, notadamente o muito invejado "ouro da bravura".

Infelizmente, poucos detalhes temos acerca do episódio propriamente militar da tomada de Avaris, que foi demorada e difícil. O exército de Amósis não se contentou com este magnífico sucesso, pois empreendeu outro cerco, o qual durou três anos, para se apossar de Sharuen, uma praça-forte a sudoeste da Palestina. Não há dúvida de que o rei quis extirpar definitivamente o germe dos hicsos, perseguindo o invasor até a toca de onde viera. Desta vez o perigo asiático está conjurado. O Egito encontra-se na iminência de uma invasão vinda do Leste.

A depuração não havia terminado. Vimos que a Núbia apoiava, em certa medida, os hicsos. Amósis leva suas tropas para o sul do Egito e traz a Núbia ao seio do Egito depois de expulsar um usurpador que havia tomado o poder. Lírico, Ahmés, filho de Abana, que acompanha o faraó a toda parte, canta as suas vitórias. O valoroso guerreiro não deixa de afirmar que recebeu numerosas recompensas pela sua conduta. Outro soldado, que fez igualmente uma longa carreira, relata os mesmos acontecimentos. Deduz-se que os soldados de Amósis possuíam uma arma essencial: o entusiasmo. Formavam um exército de libertação, lutando para restituírem ao Egito o esplendor dos tempos passados que, em breve, seriam novos tempos. Entretanto, a Núbia não

ofereceu resistência. Os potentados negros, que durante algum tempo se haviam julgado independentes, depressa baixaram a crista. Foram, no entanto, necessárias três campanhas para que os núbios cessassem toda a oposição.

O príncipe tebano Amósis, feito faraó, foi bem-sucedido. Libertador do seu país: que título de glória seria mais belo? Originário de Tebas, faz dela a capital do Egito restituído a si próprio. Por toda parte restaura os templos e lança a idéia de uma força divina que age no rei e pelo rei: se venceu foi porque a divindade favoreceu seus desígnios. Em breve os poderosos faraós do Novo Império utilizarão uma linguagem idêntica, insistindo nos favores concedidos por seu pai Amon.

As mulheres pertencentes à família real tebana que guerreou contra os hicsos tiveram um papel essencial na libertação do Egito. Não esqueçamos que são detentoras do princípio de legitimidade; são elas que fazem dos pretendentes ao trono autênticos faraós. A mãe de Amósis, chamada Aahotep, foi venerada após a morte. Havia dominado uma rebelião em Tebas e restabelecera a unidade nas fileiras do exército, restituindo-lhe a confiança. Depois da morte de Kamósis e do relativo fracasso do rei diante de Avaris, a rainha soubera insuflar uma nova coragem na alma dos combatentes antes que Amósis os conduzisse à vitória. Essa mulher forte morreu com mais de oitenta anos; sua múmia encontra-se conservada no Museu do Cairo.

Amósis desposou Ahmés-Nefertari, rainha ainda mais célebre do que a precedente. Seu nome é citado num grande número de inscrições. O rei não hesitava em pedir-lhe conselho. Um dia, Amósis lembrou-se de seus antepassados bem-amados, perguntando a si próprio como honrá-los. Para comemorar a sua memória, desejaria construir monumentos em sua honra. Vendo-o preocupado, a rainha perguntou-lhe que pensamentos agitavam seu coração, e ele abriu-se com ela; aconselhou-o a dar ouvidos ao seu desejo de mestre-de-obras, em breve realizado. A rainha acompanhou o rei em muitas ações públicas; por exemplo, nas pedreiras de Tura para abrir novas galerias. O Egito libertado podia voltar a construir.

O Novo Império parece ter recordado sempre com maior ou menor intensidade a invasão dos hicsos. Se o Primeiro Período Intermediário marcou uma divisão interna no Egito, o Segundo conheceu a primeira grande ocupação estrangeira. A instalação dos hicsos no Delta foi um pesadelo cada vez mais denso e mais real. Os nômades da Ásia se haviam sedentarizado; mesmo tornados egípcios, não eram egípcios. Mesmo depois da sua expulsão, foram considerados uma peste, uma doença que corroera o corpo da nação.

O Egito adquire nessa luta de libertação uma aguda consciência da sua singularidade e originalidade irreduzíveis aos outros povos. Além disso, uma classe nova — ou pelo menos relativamente nova na maneira de agir — apareceu no topo da sociedade egípcia: os militares. As fortificações construídas pelos poderosos monarcas do Médio Império não haviam sido suficientes para deter os invasores, pois manter-se na defensiva não constituía um método infalível. Os faraós do Novo Império o levarão em conta, preferindo por vezes passar ao ataque a esperar a ofensiva do agressor. O Novo Império é militarista porque quer proteger o Egito contra qualquer invasão estrangeira, porque deseja reviver a experiência dos hicsos. Alternando a guerra e a paz, o uso do gládio e a vida luxuosa do palácio, o Novo Império formou o terceiro período glorioso da história do Egito, cujos nomes brilham ainda na nossa memória como grandes faraós: Hatshepsut, Tutmósis III, Amenófis II, Tutmósis IV Amenófis III, Akhenaton, Ramsés II, Ramsés III... Os documentos nos convidam a reviver agora esta aventura.

9

HATSHEPSUT, RAINHA-FARAÓ

Por mais de vinte anos (1490-1468 a.C.), uma mulher, Hatshepsut, reinará o Egito. Não será o primeiro faraó feminino, situação que já se verificara uma vez no Antigo Império e uma segunda vez no Médio Império. Mas as duas mulheres faraós precedentes haviam reinado no final de épocas ilustres, em períodos de crise. Hatshepsut, pelo

contrário, é chefe de um Egito rico e poderoso. Inteligente, hábil, dotada de habilidades administrativas quase que excepcionais, política, Hatshepsut era uma das duas filhas do grande monarca Tutmósis I (1506-1494 a. C.) Foi ele quem preparou sua filha para o exercício do poder. Em retribuição, ela manifestou-lhe um afeto profundo, considerando-o um exemplo.

Tutmósis I, que manteve firmemente a Núbia sob o jugo egípcio, conduziu uma importante expedição militar à Ásia. Acompanhado de Ahmés, filho de Abana, oficial célebre pela sua longa carreira, o rei aventurou-se até o território de Naharina, a leste do Eufrates, onde estavam instalados os mitanianos. Tendo-os vencido, comemorou este feito armado mandando erigir uma estela fronteiriça nas margens do Eufrates. Tutmósis III, o grande conquistador, irá redescobri-la intacta cerca de cinquenta anos mais tarde, quando seu exército chegar a este local. No regresso, o rei diverte-se e organiza uma caçada aos elefantes na Síria. Uma vez na corte, condecora pela última vez Ahmés, filho de Abana, que recebe sete vezes ouro, como recompensa pela bravura. Da primeira vez, os hicsos ainda ocupavam o Egito! O velho soldado, admirado por todos, não voltará a partir, decidido a gozar um repouso bem merecido. Deve-se igualmente a Tutmósis I a abertura de um grande canteiro de obras em Karnak. O mestre-de-obras Ineni dirigiu os trabalhos neste sítio onde os arquitetos do Novo Império iam rivalizar em genialidade.

Hatshepsut herdou o caráter enérgico do pai. Desposou o filho deste, nascido de uma concubina, Tutmósis II, cujo reinado foi breve (1493-1490 a.C.). Durante o primeiro ano do seu governo, uma revolta eclode na Núbia. O faraó fica furioso como uma pantera: é informado de que os salteadores roubaram gado e certas tribos ousaram atacar fortalezas. Sua cólera é terrível. Sobe o Nilo com seu exército e extermina os rebeldes, poupando apenas um deles: o filho de um chefe, trazido como prisioneiro para Tebas, que aclamou os soldados vencedores. Mal o Sul se acalma, a Síria-Palestina conhece novas perturbações. Tutmósis II intervém prontamente.

O jovem rei, cuja carreira parecia promissora, morre prematuramente. Sua morte deixa o Egito numa situação difícil. Tutmósis II tivera duas filhas e um filho, o futuro Tutmósis III. Mas este era, na ocasião, uma criança, incapaz de desempenhar a difícil função a que estava prometido. Hatshepsut assegura a regência. "Filha do rei, irmã do rei, esposa do deus, grande esposa real", ela dirigirá o país de acordo com a própria vontade de seu sobrinho.

Mas este governo iniciante não corresponde à mentalidade egípcia, de modo que Hatshepsut decide ser rei. Dizemos *rei*, e não rainha, porque assumirá as características masculinas que farão dela um faraó como os outros. A mutação faz-se por etapas. A princípio, representada como mulher, ela afirma-se na qualidade de faraó. Depois veste-se de homem, adota o protocolo dos reis, suprime a desinência feminina dos seus nomes e dos seus títulos, usa a barba postiça e a dupla coroa. Dois anos após a morte de Tutmósis II, Hatshepsut já agia como chefe de Estado. Tem o cuidado de legitimar o seu poder, explicando que seu pai, o bem-amado Tutmósis I, a escolhera como rainha.

Os textos afirmam que Hatshepsut, filha do deus Amon, que caucionava igualmente a sua tomada do poder, dirigia os assuntos do Egito de acordo com os seus próprios planos. O país curvou-se diante dela. Hatshepsut era a vela do Baixo Egito, o mastro do Alto Egito, o leme do Delta. Essas imagens extraídas da linguagem dos marinheiros fazem-nos pensar na expressão "o navio do Estado", cuja rota foi efetivamente orientada por Hatshepsut. Graças às suas excelentes ordens, as Duas Terras viveram em paz.

Hatshepsut era uma mulher muito bela. Um de seus mais belos retratos nos é oferecido por uma esfinge com cabeça humana conservada no Metropolitan Museum of Art de Nova York. As feições são ao mesmo tempo finas e voluntariosas. A múmia de Hatshepsut é uma das mais pungentes: conservou o cabelo comprido e, apesar da máscara mortuária, adivinha-se uma forte personalidade, uma energia feroz aliada ao encanto de uma feminilidade radiosa.

Graças à obra de antecessores, Hatshepsut conheceu tempos pacíficos, que aproveitava para se consagrar à gestão econômica do país, e sobretudo a uma intensa atividade arquitetônica. Sentada em seu trono, no seu palácio, ela pensa no seu Criador Amon. Seu coração pede-lhe que erija dois obeliscos em honra do deus, de modo que seu espírito se põe em movimento. Imagina já o espanto dos homens ao verem os monumentos. Hatshepsut está consciente desta empresa que tornará seu nome duradouro e eterno. De fato, a rainha mandou erigir quatro obeliscos em Karnak, onde empreendeu várias construções, entre as quais uma sala da embarcação sagrada rodeada de capelas anexas. Se a sua atividade no norte do país é ainda pouco conhecida, sabe-se que criou um templo dedicado a Hórus em Buhen, na Núbia, o qual era caracterizado por colunas caneladas, quase no estilo dórico. Seu plano será adotado pelos templos gregos mil anos depois.

Mas a obra-prima da rainha, o templo que afinal permite "ter" o seu reinado através dos seus relevos, é Deir el-Bahari, construído na região tebana num local consagrado à deusa Hathor. Uma das maiores emoções sentidas numa primeira viagem ao Egito é a descoberta deste templo e desta arquitetura aérea ao mesmo tempo enraizada na eternidade e cuja força celeste é sublinhada pela vertical da falésia contra a qual se apóia o santuário. O nome deste era "maravilha das maravilhas". "Contemplá-lo", afirmavam os egípcios, "ultrapassa tudo neste mundo."

Já no Médio Império existia um santuário. Mas a rainha, confiando a direção das obras ao seu arquiteto Senmut, concebeu um projeto muito original. Deir el-Bahari apresenta um plano único na arquitetura egípcia: uma calçada que sobe suavemente em direção ao templo composto por terraços sobrepostos.

A rainha teve a grande ventura de ver terminado o seu templo funerário. Uma vez no trono, Tutmósis III fez desaparecer alguns dos rolos de Hatshepsut, mas nem por isso a destruição do edifício que glorificava a sua memória. Como em todo o Egito, Ramsés II marcou a sua presença mandando gravar seu nome e textos que elogiavam a sua

ação. Parece que o templo ficou um pouco abandonado no final da vigésima dinastia, numa época em que o Egito enfraquecia. A área sagrada serviu de cemitério aos sacerdotes e às sacerdotisas de Amon. Ali foram escondidas múmias reais. A areia e o pó cobriram grande parte do monumento. Na época ptolomaica, as autoridades religiosas voltaram a ocupar-se de Deir el-Bahari. O culto de Hatshepsut já não era celebrado há muito, mas foram arranjadas capelas onde os peregrinos veneravam dois sábios divinizados: Imhotep, o mestre-de-obras de Djoser, e Amenhotep, filho de Hapu, o de Amenófis III. Sacerdotes e anacoretas escolherão Deir el-Bahari, "o convento do Norte", para se retirarem e meditem. No século V d.C., um mosteiro instalou-se nas ruínas do santuário egípcio, definitivamente abandonado no século II. No século VIII, toda a vida desapareceu desse local, que ressuscitou com as escavações do século XIX. Temos hoje a oportunidade de apreciar "a maravilha das maravilhas" num estado não muito diferente do seu aspecto primitivo. Mas o desentulhamento e as restaurações ainda exigirão pelo menos cinquenta anos de obras.

Seria necessário todo um livro para falar do templo, descrever a sua arquitetura, percorrer as suas salas, traduzir os seus textos e detalhar as suas cenas. Este mundo de pedra onde Hathor, a deusa da alegria e do amor, ocupa um importante lugar, é um hino imortal à beleza. A rainha ali honrou seu pai Tutmósis I, o grande deus Amon-Rá e também o deus solar Rá-Horakhty e o deus funerário Anúbis.

Nos depósitos da fundação, nos cantos do edifício e sob a entrada descobriram-se símbolos religiosos, como escaravelhos, e também utensílios (maças, tesouras) e outros instrumentos para o rito de abertura da boca, e ânforas com a inscrição: "A filha de Rá, Hatshepsut, construiu este monumento em honra de seu pai Amon, no momento de iniciar a construção do templo de Amon, a maravilha das maravilhas."

Para chegar ao templo, seguia-se por uma alameda de esfinges representando Hatshepsut, que, portanto, acolhia pessoalmente os peregrinos. Diante do edifício havia um magnífico jardim com alamedas de sicômoros, filas de tamarindos, palmeiras, árvores

frutíferas e arbustos de incenso. Havia ainda uma vinha e lagos com papiros onde se realizavam os ritos da caça e da navegação. Duas grandes árvores marcavam a entrada do templo.

No pátio inferior, o pórtico consagrado às cenas de caça mostra-nos o faraó na forma de uma fera de cabeça humana esmagando nove inimigos, ou seja, todos os países estrangeiros. Durante a celebração do rito dos quatro vitelos, o senhor do Egito é assimilado ao boiadeiro que dá a vida. O faraó Hatshepsut também colhe o papiro em honra da deusa Hathor e caça as aves aquáticas com paus de arremesso e uma rede. O pórtico dos obeliscos evoca as dimensões, o transporte e o levantamento dos gigantescos monólitos de granito rosa destinados ao templo de Karnak. Um barco em sicômoro com mais de sessenta metros de comprimento foi utilizado. Quando o cortejo chega a Tebas, o céu está em festa. Amon promete à sua filha Hatshepsut um reinado feliz. Sacerdotes, nobres, funcionários e soldados formam o cortejo. Celebram-se sacrifícios (no detalhe, o esquartejamento de um boi), depois se dedicam os obeliscos a Amon. Hatshepsut pratica ritos fora da demarcação do terreno em que eles serão erigidos, notadamente a corrida no recinto sagrado, exatamente na postura adotada por Djoser. Deixemos o pátio interior para subirmos pela rampa de acesso ao terraço intermediário. Ao norte fica a capela do deus com cabeça de chacal, Anúbis, que conduz a rainha ao fundo do santuário — é, para Hatshepsut, a certeza de não se perder no reino dos mortos. Ao sul, a capela de Hathor, dama do Ocidente, que acolhia os defuntos na necrópole. Eram-lhe oferecidas flores, frutos e ex-votos como pérolas ou escaravelhos. O santuário hatórico é precedido de uma sala hipóstila cujas colunas são coroadas por capitéis representando uma cabeça de mulher com orelhas de vaca. Considerada a mãe da rainha-faraó, Hathor ora é representada sob a forma de uma vaca lambendo os dedos de Hatshepsut sentada sob um dossel, ora como uma esplêndida mulher. A deusa acolhe sua filha, que construiu sua casa e guarneceu seus altares de alimentos. A sala mais sagrada, estreita e profunda, é escavada na falésia. Ali a vaca sagrada dá de mamar a Hatshepsut,

oferecendo à soberana um líquido de imortalidade. O quadro do fundo mostra uma tríade composta por Amon, que oferece o sinal da vida a Hatshepsut, por esta última divinizada, e por Hathor, que firma a sua coroa enquanto um disco alado paira sobre a cena.

Neste terraço intermediário, o pórtico do nascimento foi concebido para explicar a origem divina de Hatshepsut e legitimar seu poder. Com o apoio dos sacerdotes tebanos, ela elabora o mito da teogamia segundo o qual o deus Amon em pessoa foi seu pai. Honrado pelos Amenemhat da décima segunda dinastia, cujo nome significa "Amon está à frente", Amon é o deus de Tebas, cidade onde nasceu o movimento de libertação do Egito, que levou à expulsão dos hicsos. Glorificando Amon, agradecia-se a Tebas. A origem do deus é obscura: seu nome significa "oculto". Assumirá muito rapidamente características solares, assim se aproximando de Rá, até se tornar todo-poderoso no Novo Império sob o nome de Amon-Rá, rei dos deuses.

As cenas do pórtico do nascimento revelam-nos um conselho dos deuses presidido por Amon-Rá, que decidiu unir-se à rainha Ahmés, mais bela do que todas as outras mulheres. Com o assentimento do colégio divino, Amon assume a forma do faraó e entra no quarto da sua esposa, encontrando-a adormecida. Ela desperta ao sentir o suave perfume que emana do corpo de seu marido. Ele lhe sorri, o amor impregna seus seres, e unem-se. Grávida, a rainha se alegra de gerar uma filha que deterá o poder. Os deuses intervêm para favorecer o nascimento: Khnum molda a criança e o seu *ka* no torno do oleiro para que tenha vida, força, saúde, alimentos abundantes, um pensamento justo, o amor, todas as alegrias e todo o tempo. A deusa-rã Heket anima as figurinhas assim formadas por Khnum. Thot anuncia o nascimento futuro da feliz mãe, que é conduzida à sala de partos. Hatshepsut nasce na presença de Amon e de nove divindades. Depois é apresentada ao seu pai divino, que saúda e embala a filha da sua carne. Seguem-se cenas de amamentação e a apresentação de Hatshepsut à deusa Sechat, que traça seus rolos. "Sua Majestade crescia melhor do que todas as coisas", diz um texto. "A sua forma era a de um deus, de um deus era o

seu brilho. Sua Majestade tornou-se uma bela jovem florida como a primavera."

Depois de ter sido apresentada aos deuses do Sul e do Norte, Hatshepsut viaja por todo o Egito. Faz-se reconhecer como faraó pelas divindades locais e seu clero, realizando assim uma espécie de peregrinação político-religiosa. É chegada a hora de proceder à coroação na capital. Hatshepsut é levada à presença de seu pai Tutmósis I, sentado no trono,- este apresenta a filha, cujo nome significa "a primeira das nobres", como sua sucessora. Doravante será ela que dará as ordens. Que todos escutem as suas palavras e se unam sob o seu comando. Os deuses protegem-na magicamente. Os grandes do Egito escutam o discurso e regozijam-se: estão convictos de que Hatshepsut saberá ouvir a voz dos egípcios, tal como seu pai havia feito. Na cena final, a rainha recebe as coroas do Alto e do Baixo Egito, Note-se que alguns rolos de Hatshepsut foram martelados e que o rito da coroação se encontra muito degradado. Houve quem quisesse ver nisso o efeito de um desejo de vingança de Tutmósis III. Mas, se aceitarmos esta interpretação, como explicar que tenha deixado intactos inúmeros rolos e não tenha destruído todas as representações?

A aventura de Hatshepsut teria sido impossível sem o apoio do clero de Amon, que, paradoxalmente, havia designado Tutmósis III como rei. Ela encontrou, notadamente, um amigo fiel na pessoa do sumo sacerdote Hapuseneb, senhor de grande influência política. Foi ele quem favoreceu a criação do mito do nascimento divino e justificou teologicamente a legitimidade de Hatshepsut. Elevado à categoria de chefe dos sacerdotes do Sul e do Norte, Hapuseneb dirigia todos os cultos e servia-se do oráculo para revelar a vontade de Amon. Hatshepsut vai lhe dar o cargo de vizir, colocando-o assim à frente do Estado.

Nesse mesmo terraço intermediário do templo de Deir el-Bahari, o pórtico do Ponto retrança os episódios de uma expedição comercial considerada por Hatshepsut um dos grandes momentos do seu pacífico reinado, durante o qual a política de intervenção dos enérgicos faraós

da décima oitava dinastia conheceu uma pausa. Entretanto, a rainha fornece uma surpreendente imagem: soberana da luz, foi ela quem acabou com o caos do Segundo Período Intermediário. Congratula-se por ter restaurado os monumentos arruinados no tempo em que os asiáticos ocupavam Avaris e os salteadores ameaçavam as províncias do Norte, agindo na ignorância do deus Rá. Mais uma vez, Hatshepsut insiste na sua legitimidade. É por ela ser faraó que esta desordem cessou.

Sua política exterior foi certamente muito fraca. Na Ásia, as populações não se mostraram menos turbulentas do que anteriormente. O não-intervencionismo egípcio chegou mesmo a encorajar planos de revolta. Quando Tutmósis III assume o poder, encontra uma situação relativamente explosiva em que Hatshepsut era em parte responsável. A rainha dedicou-se sobretudo em manter relações comerciais com o estrangeiro. A viagem ao Ponto marca o apogeu desta política. O Ponto, cuja localização exata ainda é discutida (muito provavelmente nas paragens da Costa da Somália, perto da Eritreia), foi visitado pelos egípcios do Antigo Império. Os dois países parecem ter vivido sempre em harmonia. Foi Amon de Tebas quem inspirou à sua protegida Hatshepsut a idéia de uma missão excepcional à terra do incenso, muito utilizado pelos sacerdotes nos seus rituais.

A frota egípcia compreende cinco grandes barcos de trinta remadores cada. Ao descobrir a maravilhosa terra do Ponto, ainda embelezada pelas lendas, a frota lança a âncora no mar cheio de peixes. Uma embarcação carregada de vitualhas separa-se e dirige-se à costa. Os marinheiros do faraó descarregam numerosos tesouros enquanto o chefe da expedição, protegido por uma escolta militar, saúda o rei e a rainha do Ponto. A rainha é disforme, sofrendo de uma elefantíase pronunciada. Pérolas, colares e armas são distribuídos. Os grandes do Ponto inclinam-se e prestam homenagem a Amon-Rá.

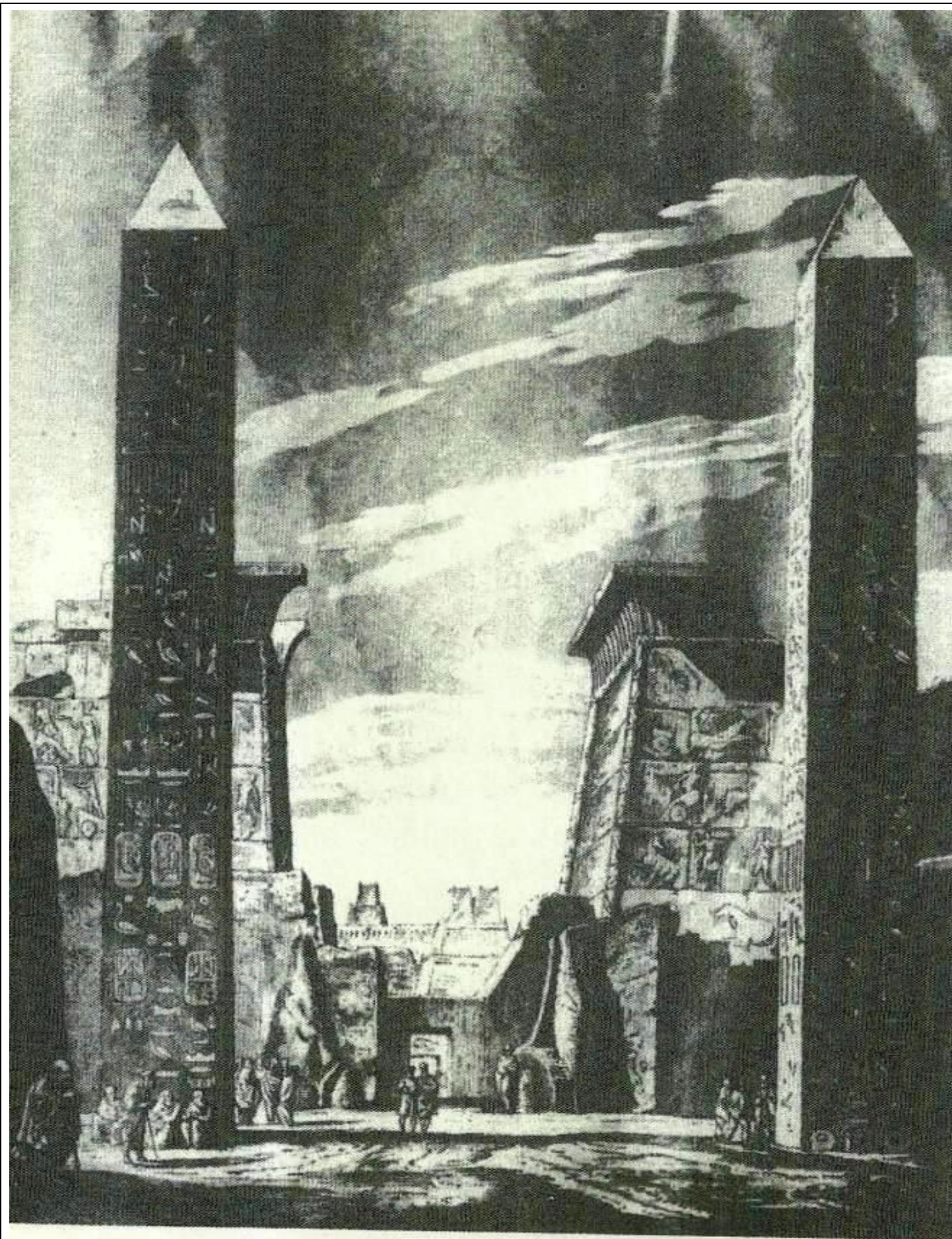
Os egípcios admiram uma deslumbrante flora tropical. Os nativos vivem no meio das palmeiras, em palhoças redondas às quais se tem acesso por meio de escadas. Vestem-se da mesma maneira que no

tempo de Quéops. Nesta terra, a moda pouco varia: o cabelo é entrançado; a barba, aparada em ponta.

A boa disposição reina durante os negócios. Instala-se uma tenda para o emissário do rei e os dignitários egípcios. Discute-se. Os egípcios levarão ébano, ouro, incenso, presas de elefante, macacos, peles de leopardo e feras vivas. Têm especial cuidado com as árvores do incenso, cujas raízes são embrulhadas em redes. O carregamento cabe exclusivamente aos marinheiros egípcios, que não deixam os habitantes do Ponto subirem a bordo.

O fim das transações comerciais é festejado com um alegre banquete em que abundam o pão, a fruta, a carne, o vinho e a cerveja. Os textos oficiais não falam em trocas, mas sim num tributo pago pelo Ponto a Hatshepsut. Quanto ao resto, a expedição também tem seu propósito religioso: destina-se igualmente a fazer uma oferenda a Hathor, soberana do Ponto. No litoral deste país, a rainha manda erigir uma estátua representando-a na companhia do deus Amon.

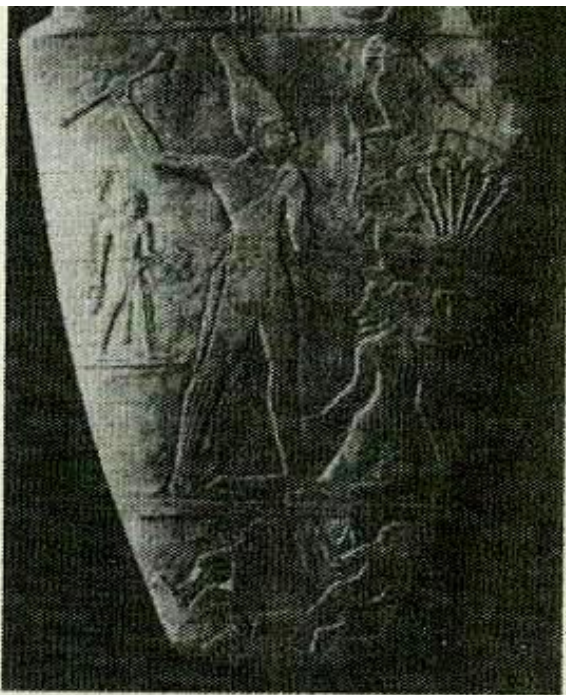
Durante a viagem de regresso, macacos brincalhões sobem ao longo dos cabos. Eram deixados em liberdade porque destinavam-se a ser os animais domésticos dos nobres. A chegada a Tebas é triunfal, recordando a recepção dos marinheiros do rei Sahuré (Antigo Império). De pé nos barcos de mastros descidos, velas arriadas e lemes levantados, os marinheiros erguiam as mãos e aclamavam o faraó. Note-se que os barcos eram magicamente protegidos, estando a proa e a popa ornadas da "chave da vida", o sinal *ankh*, e com o Olho de Hórus.



Tebas do Egito, numa visão romântica. Apesar da inexatidão dos pormenores, o encanto da velha civilização está bem presente. (*Coleção particular*)



A lista real de Abidos, um dos documentos que registram os nomes dos faraós. (Roger-Viollet)



A paleta de Narmer, símbolo da realeza divina triunfando sobre as forças do caos. (Roger-Viollet)



A pirâmide em degraus de Sakkarah, primeira obra monumental em pedra, devida ao faraó Djoser e ao seu arquiteto Imhotep. (Roger-Viollet)



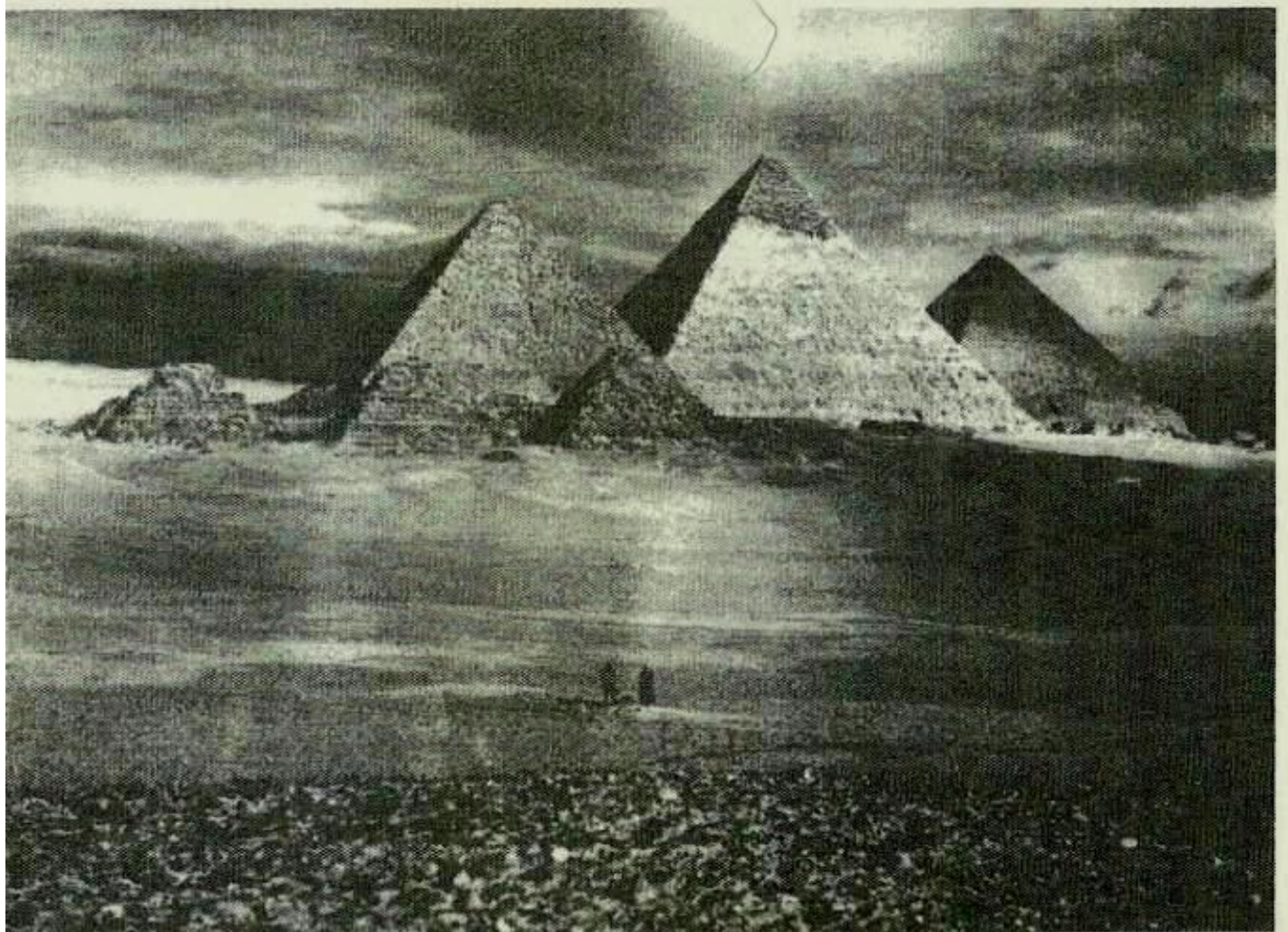
Túmulo de Sennedjem. Na Terra como no Céu, o lavrador cultivá o seu campo para usufruir dos alimentos materiais e espirituais. (Roger-Viollet)



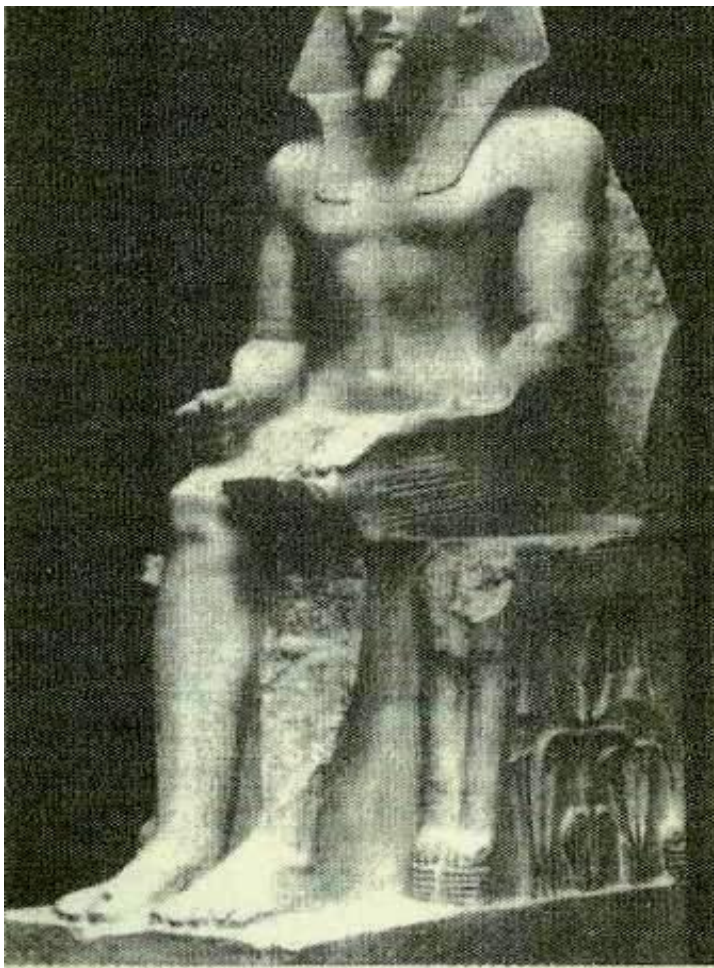
Túmulo de Nakht. Os egípcios apreciavam o vinho. Suas vinhas eram das mais famosas do mundo antigo. (Roger-Viollet)



A grande esfinge, encenação do deus solar, vela sobre o repouso dos justos enterrados na necrópole. (Roger-Viollet)



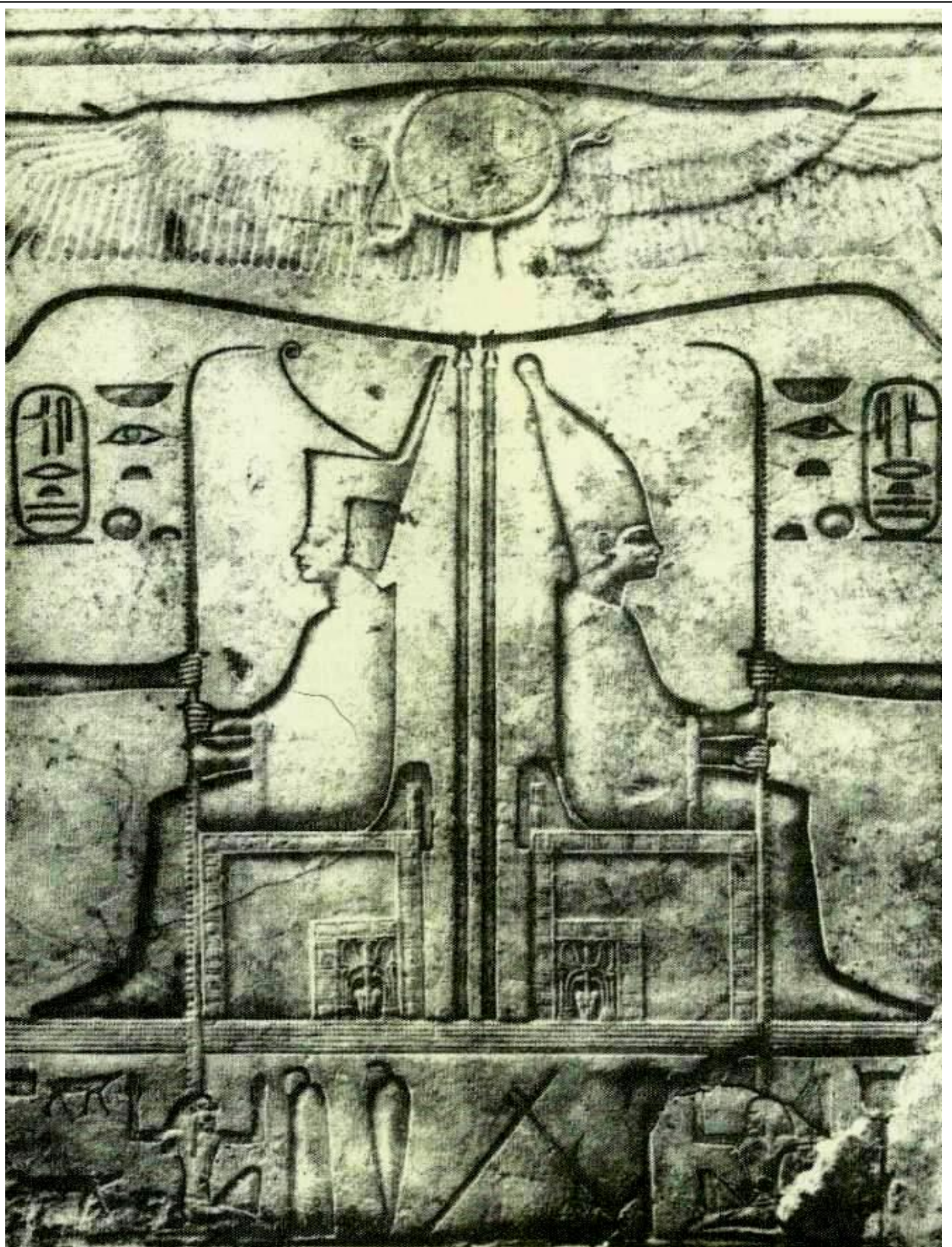
As três grandes pirâmides do planalto de Gizé, hinos de pedra à divindade, raios de luz petrificada, forças verticais que unem o Céu à Terra. (Roger-Viollet)



O faraó Quéfren, sentado no seu trono com o *nemes* na cabeça e vestido com uma simples tanga. A força serena do Antigo Império encontra-se perfeitamente ilustrada nesta estátua. (Roger-Viollet)



A imagem deste casal, no qual figura o faraó Miquerinos, ilustra a profunda sensibilidade da arte do Antigo Império, ligada aos valores do casamento e da família. (Museu de Boston)



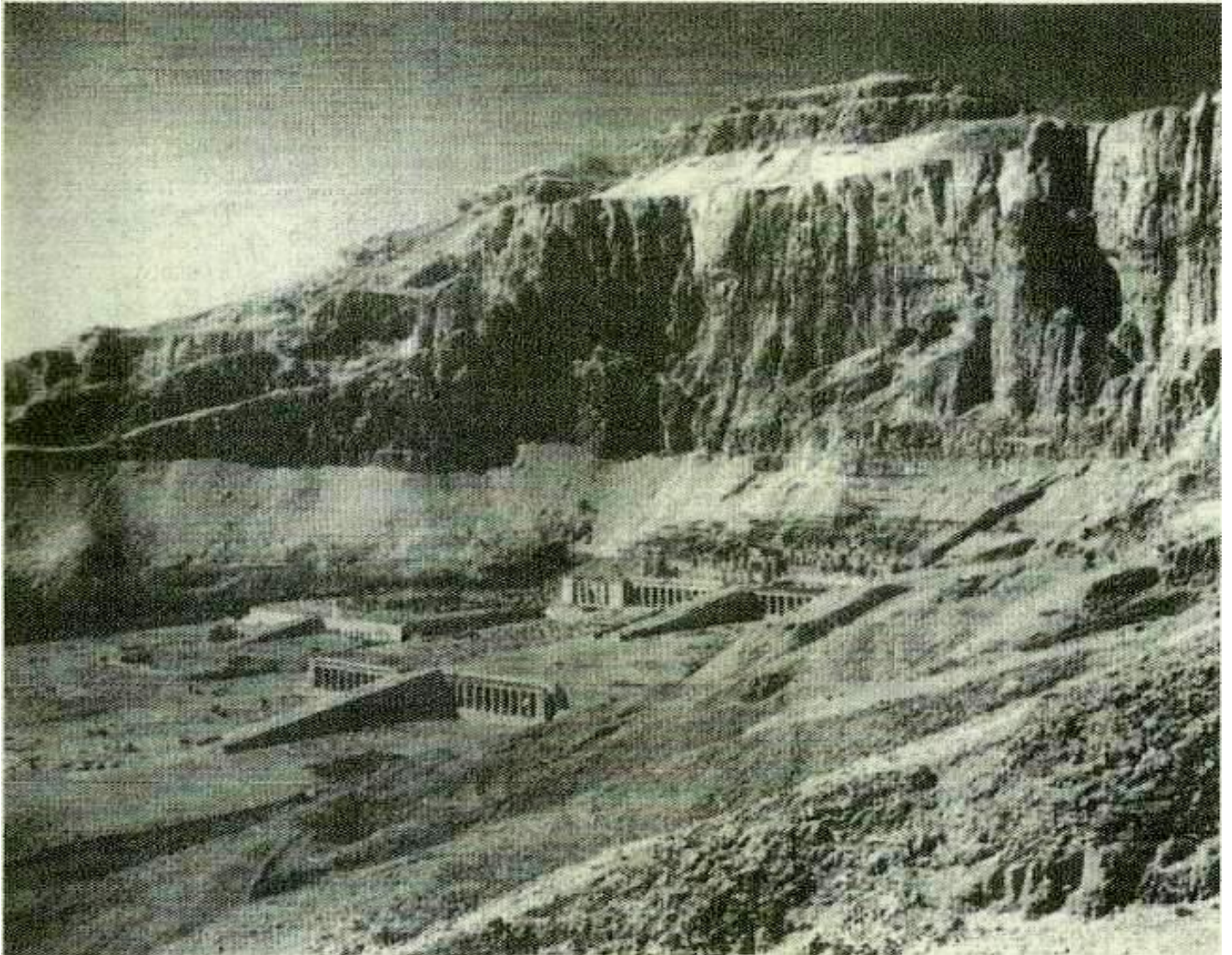
Sesóstris III, representado como rei do Baixo Egito, usando a coroa vermelha, e como rei do Alto Egito, usando a coroa branca. Está sentado no interior de um quiosque durante a festa da regeneração real, o *heb-sed*. (Museu do Cairo)



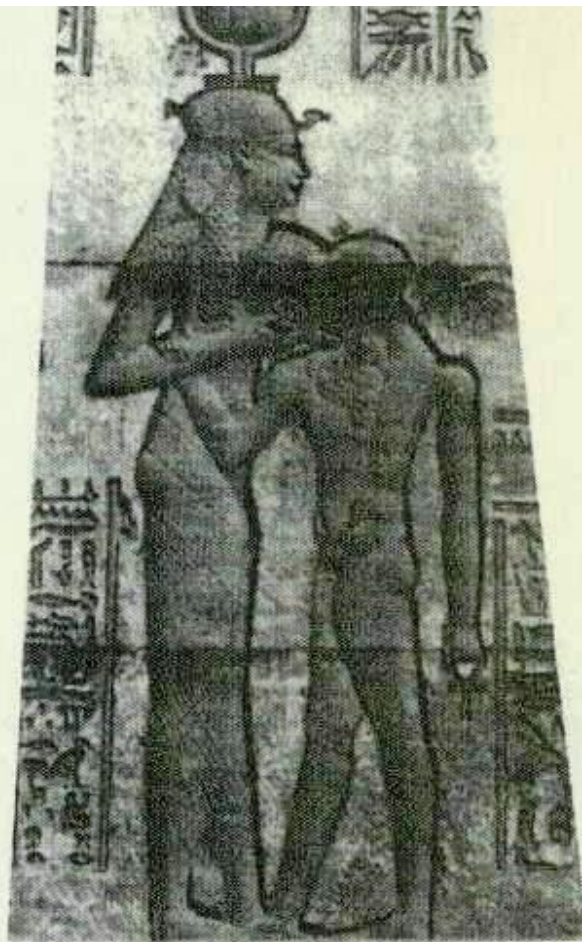
Hatshepsut, faraó do Egito, de feições delicadas e ao mesmo tempo voluntariosas. (*Metropolitan Museum*)
(*Roger-Viollet*)



Tutmósis III, o maior gênio militar do Antigo Egito. Note-se a precisão com que é esculpida a barba postiça. (*Museu do Cairo*)



O templo de Deir el-Bahari, obra de Hatshepsut e do seu mestre-de-obras Senmut, maravilhosamente integrado no admirável quadro composto pelo deserto e pela falésia. (*Roger-Viollet*)



Cena de aleitamento (*mammisi* de Dendera). Ao absorver o leite oferecido pela deusa, o jovem rei se beneficia de uma energia excepcional. (Roger-Viollet)



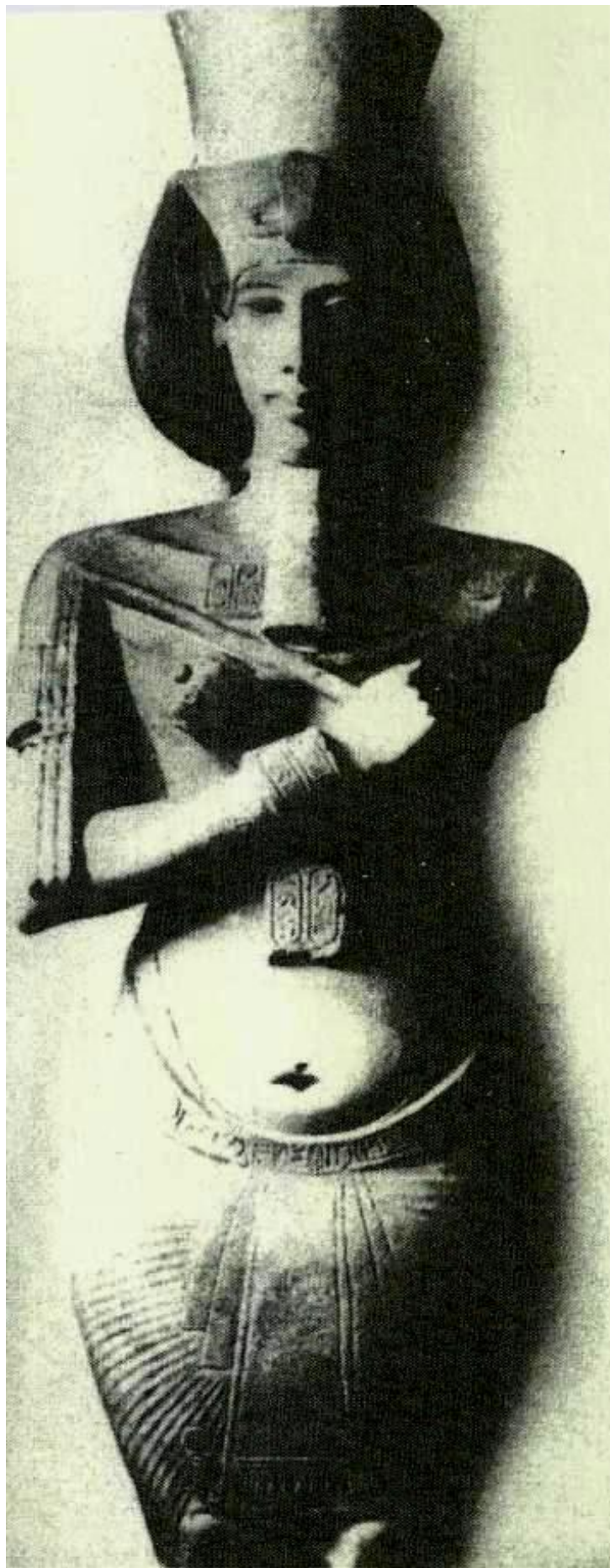
Cena de coroação (templo de Edfu): o faraó é portador do *pschent*, a coroa vermelha e a coroa branca reunidas. (Roger-Viollet)



À esquerda: Amenhotep, filho de Hapu, o maior mestre-de-obras do Novo Império, símbolo do sábio iniciado em todos os mistérios do Céu e da Terra. (Museu do Cairo)

À direita: Nas ruínas de Karnak, uma estátua de Amenófis III, o faraó do luxo e da opulência, que fez de Tebas a mais bela capital do mundo. (Roger-Viollet)

Embaixo: Colunata do templo de Luxor (pátio de Amenófis III): pedras de luz e de oração. (Roger-Viollet)

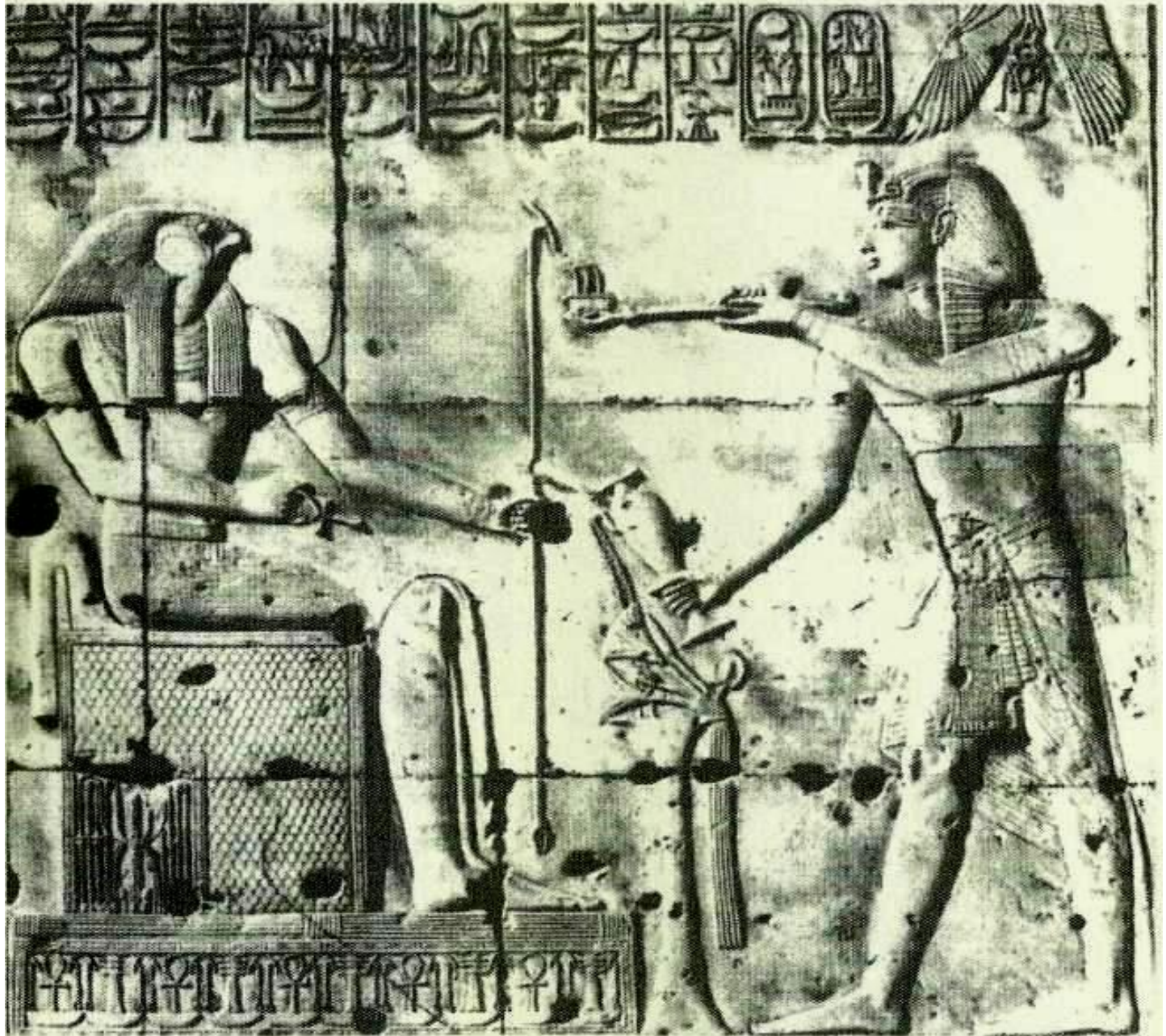


No trono de Tutankhamon, o rei recebe os raios vitais emitidos pelo disco solar. (*Museu do Cairo*)

Nefertiti, "a bela veio": rainha do sonho, sonho de um poder solar perdido nas brumas da História. (*Roger-Viollet*)



Amenófis IV – Akhenaton, o rei "herético", que fez da sua vida uma busca da luz encarnada no disco solar, Aton.



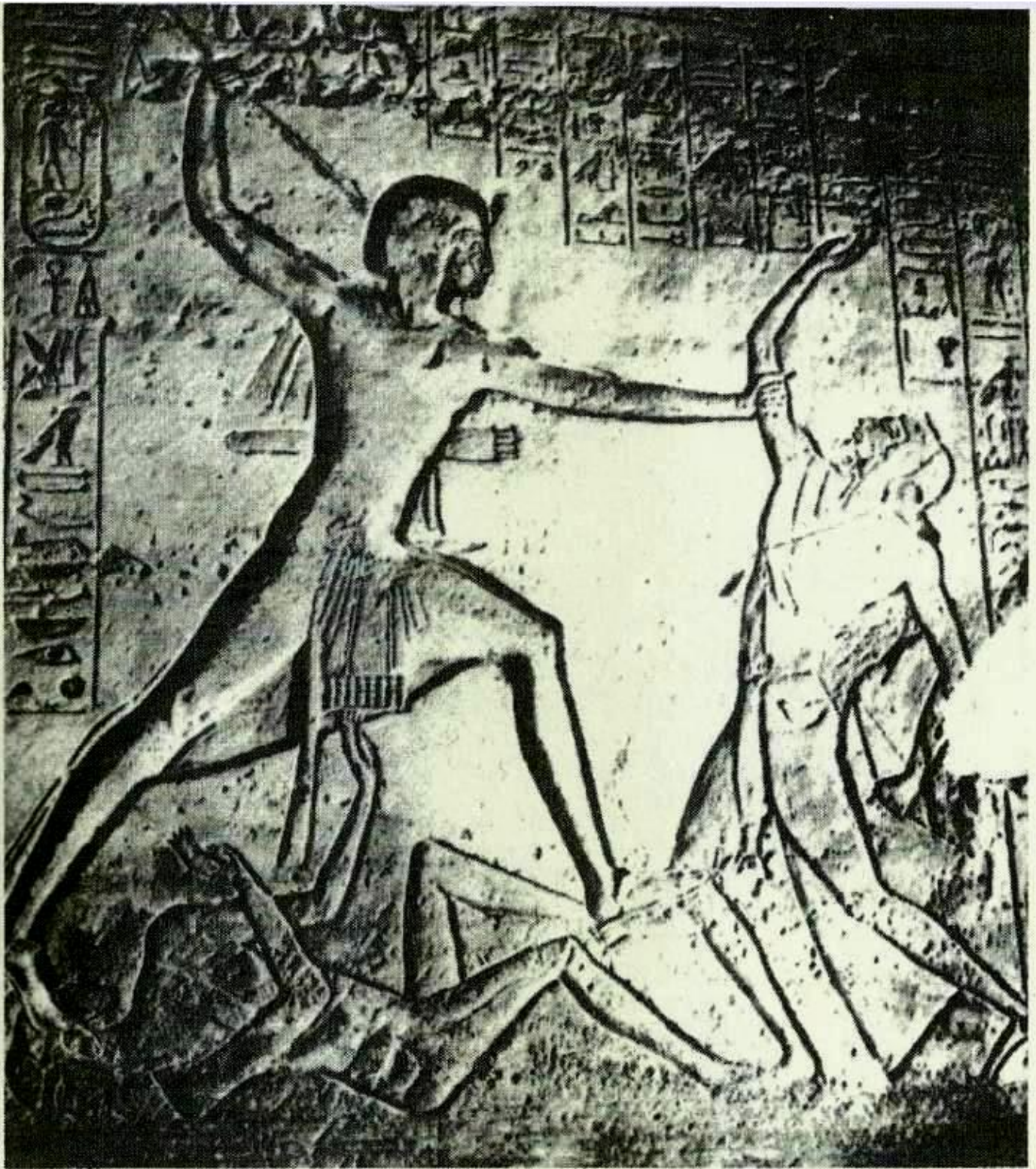
À esquerda: O rei Horemheb, representado como escriba. General e letrado, restaura a ordem no Egito após a aventura amarniana. (G.C.C.)

À direita: O rosto da múmia de Sethi I, faraó guerreiro, construtor do templo de Abidos, de extraordinários baixos-relevos, reflete ainda a vida na eternidade preservada pelos ritos funerários. (Roger-Viollet)

Embaixo: Templo de Abidos: oferenda do faraó ao deus Sokaris. Graças ao exercício do culto, o rei mantém o mundo em harmonia. (Roger-Viollet)



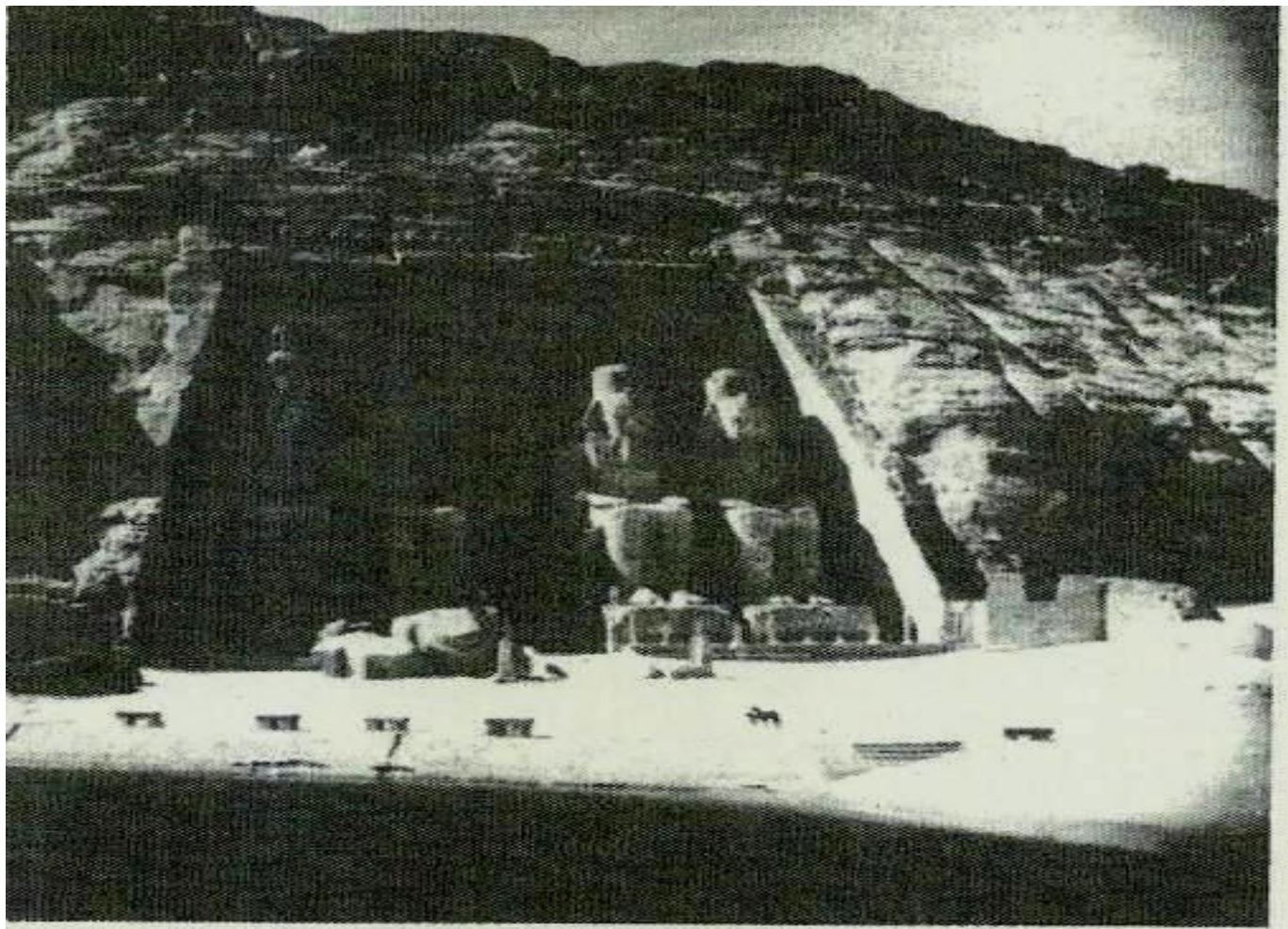
Ramsés II com "a coroa azul". Juventude do rosto, sorriso, elegância das vestes, autoconfiança: Ramsés, o Grande, é senhor do mundo, e a bela Nefertari, a grande esposa real, para a qual Ramsés mandou criar o "pequeno templo" de Abu-Simbel. (G.C.C.)



Ramsés II na batalha de Kadesh. Numa cena rara, o rei, tendo descido do seu carro de guerra, enfrenta o inimigo corpo a corpo. (G.C.C.)

Página ao lado, em cima: O grande templo de Abu-Simbel, na Núbia, a mais perfeita expressão da arte monumental ramessida e do seu amor ao colossal. (Roger-Viollet)

Página ao lado, embaixo: Medinet Habu: o faraó Ramsés III em combate. Hierático no seu carro de guerra, ele encarna a ordem divina que se impõe ao caos formado pelos inimigos. (Roger-Viollet)





A rainha Cleópatra, que sonhou restituir ao Egito o esplendor passado. (Roger-Viollet)

A rainha preside à cerimônia de recepção nos jardins do templo de Deir el-Bahari, onde as árvores do incenso foram plantadas. Mede-se o incenso fresco e pesam-se o ouro e os outros metais. A própria Hatshepsut garante a exatidão destas pesagens. Durante a bela festa no vale, Amon visitava os templos da necrópole tebana. Ao chegar a Deir el-Bahari, o deus regozija-se com o fato de o incenso que lhe é oferecido ser fresco e puro. Era razão essencial da expedição ao Ponto. Seu coração está contente, céus e Terra são inundados de incenso. Dirijamo-nos agora ao terraço superior. Seu pórtico exterior está em ruínas. Ali se encontravam colossos mumiformes com a efígie da rainha. Uma entrada em granito rosa dá acesso ao pátio. Esta parte secreta do templo era consagrada ao culto de Amon, Rá e Hatshepsut divinizada. O santuário principal se encontra situado no eixo do templo. A imagem de Hatshepsut foi por vezes substituída pela de Tutmósis III, mas não em toda parte. Nestes lugares, duas famílias associam o seu renome aos encantos divinos: de um lado, Hatshepsut e seus familiares, e de outro, Tutmósis III e seu pai.

A capela funerária da própria Hatshepsut encontra-se, infelizmente, malconservada. Ali se viam a navegação da barca solar durante as horas do dia e da noite, cenas de oferendas de animais, tecidos e flores. Hatshepsut dispunha realmente de tudo que era necessário à sua sobrevivência. Ao fundo da capela, a esteia do culto compunha o elemento sagrado por excelência, permitindo ao espírito da rainha viver eternamente.

Noutra capela deste terraço superior, consagrada ao culto de Tutmósis I, uma extraordinária surpresa nos aguarda: numa das paredes, um homem é representado de joelhos em adoração. Seu nome é explicitado: Senmut. Trata-se do arquiteto genial que concebeu o templo de Deir el-Bahari, uma personalidade não-real que teve a audácia — ou a autorização — de comemorar assim a sua memória. Dedicando a Hathor um culto especial, Senmut está igualmente presente em outro ponto do edifício. De origem modesta, teve uma carreira rápida, exercendo não menos de vinte funções diferentes. Encarregado de uma

parte da gestão do grande templo de Karnak, segundo profeta de Amon, foi também preceptor da princesa herdeira e chefe do conselho privado de Hatshepsut. Algumas estátuas mostram-no segurando a filha da rainha embrulhada no seu manto.

O nome de Senmut desaparece das inscrições depois do ano 16 do reinado de Hatshepsut. Alguns historiadores, que fazem de Senmut amante da rainha, consideram que talvez ele tenha caído em desgraça. A verdade deve ser outra: é provável que o mestre-de-obras de Deir el-Bahari tenha morrido. Não longe do templo, perto de uma pedreira, encontrava-se um túmulo preparado para Senmut. O jazigo situava-se sob o ângulo nordeste do terraço inferior do templo, e deste modo Senmut contava repousar sob a sua obra-prima e permanecer eternamente junto da sua soberana. Mas, por razões que desconhecemos, não foi enterrado ali.

Como terminou a aventura de Hatshepsut, mulher excepcional, a maior das rainhas do Egito? Não possuímos certezas. Escreveu-se muitas vezes que o jovem Tutmósis III a odiava quando subiu ao poder por morte dela. Mandou martelar seu nome nos monumentos a fim de apagar a sua lembrança da História. Mas há que se analisar essas afirmações. Tutmósis III não mandou arrasar o templo de Deir el-Bahari, que entretanto era o mais puro símbolo do reinado de Hatshepsut. Além disso, seu "ódio" parece ter surgido muito tarde, cerca de quinze anos após a morte da rainha. Se é verdade que as marteladas e as mutilações simbólicas de certas estátuas visavam associar o reinado de Tutmósis III ao de Tutmósis II, a destruição do nome ou da imagem de Hatshepsut está longe de ter sido sistemática. Tutmósis III faz mais questão de legitimar seu próprio poder do que de aniquilar o reinado de Hatshepsut.

É certo que Hatshepsut e Tutmósis III possuíam personalidades igualmente fortes. Exatamente nesse caso, a História organizou-se admiravelmente para deixar que ambas se exprimissem. Quando Hatshepsut morreu, o novo faraó já não era nenhuma criança.

Desejoso de provar seu valor e sua competência, iria se tornar o maior gênio militar do Egito Antigo.

O túmulo de Hatshepsut foi encontrado, tendo sido o primeiro a ser escavado no Vale das Rainhas. Sua profundidade atinge mais de cem metros e não comporta textos nem figurações. Continha os sarcófagos de Hatshepsut e do seu pai Tutmósis I. Mas, ao tornar-se faraó, Hatshepsut mandara escavar outro túmulo no Vale dos Reis. Foi Hapuseneb, sumo sacerdote de Amon, quem o preparou. O eixo principal desta "morada eterna" encontrava-se na direção do templo de Deir el-Bahari, unindo assim de maneira abstrata os monumentos essenciais da rainha-faraó.

Devemos ao pai de Hatshepsut uma inovação fundamental: a escolha do Vale dos Reis para lá escavar as derradeiras moradas dos faraós. Este vale, um *uadi* selvagem e desértico a oeste de Tebas, é dominado por uma elevação, uma espécie de grande pirâmide natural que alguns historiadores pensam ter sido talhada pelo homem para se assemelhar às pirâmides dos antigos reis e servir de protetora aos faraós reunidos sob o mando dela. Guardado por pequenos fortes, o Vale dos Reis não era acessível aos profanos. Os túmulos eram escavados por artífices iniciados e seus acessos estavam bloqueados. Nos períodos conturbados, este local mágico vai se tornar um centro de atração para ladrões e salteadores decididos a se apoderarem do ouro dos monarcas.

Os criadores dos túmulos reais estavam instalados em Deir el-Medina, num local chamado "a praça da verdade", "a praça da harmonia". Estes homens, que nunca foram muito numerosos (cerca de trinta a cinquenta) estão diretamente colocados sob a autoridade do próprio rei e do vizir. Sua presença é bem atestada na décima nona e vigésima dinastias, mas a sua comunidade foi certamente operativa a partir da décima oitava. Esta confraria formava um colégio iniciático cuja regra de vida tem afinidades com as de outras comunidades de construtores.

Reinado feliz, anos de paz e tranqüilidade, beleza de uma civilização traduzida no templo de Deir el-Bahari: o balanço da obra realizada por

Hatshepsut é dos mais positivos. Mas, ao longe, ressoa já o estrépito das armas. É chegada a vez de Tutmósis III.



10

TUTMÓSIS III, O NAPOLEÃO EGÍPCIO

Prometido à realeza, o jovem filho de Tutmósis II só reinou praticamente na teoria, deixando o poder à sua tia Hatshepsut. Os seus direitos são, no entanto, claramente definidos: foi o próprio Amon quem o escolheu. Quando o jovem se encontrava no templo de Karnak, o deus deslocou-se à sua procura. Identificou-o, parou diante dele e o designou rei. O oráculo não podia ser refutado. Mas a inscrição que relata estes fatos tem apenas cerca de mais quarenta anos do que a tomada do poder por Tutmósis III. Tal como Hatshepsut, ele legitima sua ação dando-lhe a indispensável justificativa religiosa, sempre fundamentada na intervenção direta de Amon.

Durante o brilhante reinado de Hatshepsut, Tutmósis III permanece na sombra. As afirmações de que teria estado preso são fantasiosas. Educado no palácio real, aproveitou os longos anos palacianos para se preparar para a função de rei que nunca perdera a esperança de exercer. Oficialmente faraó há quase um quarto de século, só exerce realmente suas funções a partir de 1468 a.C.

O tempo perdido é logo compensado. O seu vizir diz dele: "O rei sabia de tudo que iria acontecer: vai conseguir resolver todas as dificuldades e a tudo saberá dar resposta." De fato, os acontecimentos provarão que o alto dignitário não estava errado.

O próprio deus Seth ensinara a Tutmósis III o tiro ao arco. E de bom grado acreditamos nisso quando constatamos o vigor do mais conquistador dos reis do Egito, tanto que merece o epíteto de "Napoleão egípcio". De acordo com o exame de sua múmia, encontrada quebrada em três fragmentos e restaurada pelos sacerdotes que a salvaram da destruição, Tutmósis III era um homem de estatura e corpulência medianas. Quando sobe ao trono, o perigo asiático torna-se real e premente. Se preservou a paz, o não-intervencionismo de Hatshepsut não impediu os mitanianos de formarem uma coalizão contra o Egito, país próspero e cobiçado pelas suas riquezas. O Mitani reuniu sob o seu estandarte os turbulentos chefes das tribos e dos clãs que raramente haviam conseguido entender-se no passado. O rei de Kadesh encabeça o movimento.

Tutmósis III trava uma longa guerra contra os asiáticos, pois serão necessárias dezessete campanhas para assegurarem a vitória egípcia. É verdade que nem todas tiveram a mesma importância. Algumas são combates, outras simples rondas de inspeção. Formam os chamados "Anais", de Tutmósis III, uma espécie de diário de guerra inscrito nas paredes de Karnak.

A primeira campanha verifica-se durante os anos 22 e 23 do reinado teórico, que foram, na realidade, os anos 1 e 2 do reinado real de Tutmósis III. Por conseguinte, muito pouco depois do desaparecimento

de Hatshepsut foi que o rei inaugurou a sua vigorosa política externa. No oitavo mês do ano 22, Tutmósis III recebe ordem do seu pai Amon-Rá para partir em campanha a fim de ampliar as fronteiras do Egito e abater os seus piores inimigos. Ao fim de dez dias de marcha, chega à cidade de Gaza, subjugando-a no aniversário da sua subida ao trono. A marcha é retomada até Yehem, onde se reúne um conselho de guerra. O príncipe de Kadesh e as forças coligadas reuniram-se em Megido, cidade-fortaleza. Três estradas conduzem à cidade: duas são largas e fáceis; a terceira, do meio, é estreita e difícil a sua locomoção. Os soldados serão obrigados a marchar em fila indiana. Se o inimigo estiver lembrado de armar uma emboscada, o exército egípcio será aniquilado. Os conselheiros do faraó optam pela prudência: tem-se que evitar a estrada do meio. Mas o rei é de opinião contrária à do seu estado-maior. Essa última via é precisamente a que parece mais rápida. "Como eu vivo", diz ele, "como Rá me ama, como o meu pai Amon me favorece e como sou rejuvenescido pela vida e o vigor, Minha Majestade seguirá por essa estrada". Ninguém dirá que o faraó se amedrontou perante o perigo. Os conselheiros inclinam-se, embora os seus receios não sejam acalmados. "O servo seguirá o seu senhor", concluem eles.

O símbolo de Amon abre o caminho. Tutmósis vai à frente de seus homens em seu carro de combate resplandecente de ouro. Atrás dele, o exército entra em fila na estreita passagem. A angústia está estampada nos rostos, mas ninguém recua. Ao chegar ao extremo oposto do desfiladeiro, Tutmósis III sabe que ganhou a aposta: os inimigos tinham armado uma emboscada, mas nas outras duas estradas.

Saído do impasse, o exército egípcio estende-se pelo vale de Megido. O rei manda as tropas repousarem antes de avançar para o sul da praça-forte, onde acampam por volta das sete da noite. Os soldados são convidados a preparar-se para a batalha da manhã seguinte. Seria uma rude confrontação, pois as tropas coligadas reuniam mais de trezentos príncipes da Síria e da Palestina. O choque, porém, só aconteceu depois de vários dias, sem que se saiba bem a razão do atraso. Quando o combate propriamente dito é travado, provavelmente as forças

coligadas manobraram de maneira a virarem os egípcios para o sol. Hábil em táticas, Tutmósis evita prosseguir o ataque em tão más condições e ilude o adversário com um movimento que lhe permite penetrar inesperadamente em Megido. No seu carro de ouro, o faraó é um deus protegido por Hórus e Montu. No meio do seu exército, ele se expõe pessoalmente, dando o exemplo. Muitos inimigos, porém, tiveram tempo de refugiar-se na praça-forte, que é cercada.

Os textos egípcios apresentam a vitória como sendo total. Mas não sabemos se, precisamente em virtude da estratégia adotada por Tutmósis III, o combate não foi evitado. Tem início um longo cerco de sete meses. O rei exige que a fortaleza entregue as armas, pois a sua tomada "equivale à de mil vidas". Quase todos os príncipes governantes das cidades da Síria-Palestina se encontram fechados ali. Em Karnak, cada uma das cidades vencidas é simbolizada por um prisioneiro com as mãos amarradas às costas: nada menos de trezentos e cinqüenta. Famintas, as forças coligadas foram obrigadas a render-se. O espólio conseguido por Tutmósis III teria sido notável: fala-se em mais de novecentos carros e dois mil cavalos, e ainda em grandes quantidades de metais preciosos, que enriquecerão o Tesouro egípcio. Não parece que o rei tenha mandado executar os príncipes asiáticos, limitando-se a enviá-los para suas terras depois de tê-los admoestado severamente.

Após essa grande vitória, Tutmósis III não permanece inativo, compreendendo que uma simples manifestação de força não serviria de muito e que se formaria inevitavelmente uma nova coligação. De modo que, nas campanhas seguintes, organiza o embargo egípcio à Síria-Palestina: a conquista militar é seguida da conquista econômica. As ricas regiões da Síria são divididas em distritos e todos os anos o rei se dirige pessoalmente ao país dominado para cobrar impostos. Embora discreto, o poder egípcio encontra-se bem presente. Aproveitando essas viagens, o rei traz espécimes de uma flora e de uma fauna que não existem no Egito, os quais serão representados nos relevos que compõem o célebre "jardim botânico" de Karnak.

O rei desenvolve uma política sutil para implantar a cultura egípcia nas regiões colonizadas. Instala como administradores homens escolhidos por si mesmo e leva para o Egito membros da família dos príncipes asiáticos a fim de os educar à maneira egípcia antes de os reenviar às suas províncias.

Percebendo que a ligação marítima entre o Egito e a Síria era muito mais fácil que o trajeto terrestre, Tutmósis III assegura a instalação de uma base militar na Palestina, objeto de sua quinta campanha. O país é rico: jardins, pomares e searas tornam-no atraente. O exército egípcio goza as delícias de Cápuia antes do tempo, apreciando os excelentes vinhos locais e não deixando de festejar até à saciedade. Mas o rei não afrouxa seus esforços pensando em uma conquista fácil. Marcha em direção ao Oronte sem encontrar grande oposição. Derrota definitivamente Kadesh, cujo príncipe havia sido o chefe da coalizão vencida em Megido. Na sétima campanha, o faraó domina uma revolta na Fenícia.

No ano 33 do reinado, que é também o da oitava campanha, o rei organiza uma grande expedição destinada a atingir o Eufrates. Não poupa os meios materiais, mandando construir numerosos barcos em cedro, os quais são colocados em carroças puxadas por bois. São essas embarcações que servirão para atravessar o Eufrates. Trava-se uma batalha junto de Karkemish, a oeste de Alep. Vencido, o inimigo dispersa-se. Não sem emoção, Tutmósis III manda erigir uma esteia ao lado da do seu antepassado, Tutmósis I, que o havia precedido naquelas paragens. O rei do Mitani está vencido, mas suas tropas não foram dizimadas, pois passados dois anos o faraó terá de retomar a luta.

Regressando em direção ao Sul, o exército egípcio dá de cara com uma revolta dos príncipes sírios. Cerca de trinta cidades são destruídas. Mas neste glorioso ano também há tempo para a descontração, e Tutmósis III dá-se o luxo de caçar elefantes. O rei descobre cento e vinte perto de um lago. Fogoso, lança-se sobre os paquidermes, que matam a sede e se refrescam. Mas mostra-se imprudente e enfurece alguns dos animais, que põem a sua vida em perigo. O rei será salvo por um famoso militar,

Amenemheb, que se vangloria de ter entrado nas águas do lago para cortar a tromba do maior dos elefantes que ameaçavam o soberano. O mesmo homem realizara, ainda, outra proeza sensacional no decurso de um combate contra o príncipe de Kadesh, que tivera a idéia de lançar uma égua espantada nas fileiras de carros egípcios para lançar o pânico. Desarmando a armadilha e apenas obedecendo à sua coragem, Amenemheb atira-se ao animal e leva sua cauda ao rei.

Nos finais do ano 3, é grande o prestígio do rei no Oriente Próximo. Aparece como um excepcional chefe guerreiro apoiado num exército de uma rara eficácia. Assírios, babilônios e hititas enviam-lhe tributos para conquistarem as suas boas graças. Do ano 34 ao ano 42, Tutmósis III consolida o seu império. As campanhas que então empreende asseguram a presença egípcia nas terras conquistadas e desencorajam as tentativas de revolta. Várias sedições locais são abafadas antes de estourar.

Um conto intitulado *A tomada de Joppé* recorda uma das campanhas de Tutmósis III à Síria. Um general chamado Djehuty não consegue vencer a resistência da cidadela palestina de Joppé. Compreendendo que as repetidas investidas não surtirão efeito, decide usar de astúcia e manda introduzir na cidade grandes ânforas de azeite dentro das quais se encontram escondidos soldados egípcios que, uma vez na praça-forte, facilmente dominam o inimigo. Trata-se da prefiguração do famoso cavalo de Tróia.

As campanhas da Ásia não se revestiram unicamente de aspectos guerreiros. No ano 27, um alto funcionário, barbeiro do rei, admitiu como servo um asiático feito prisioneiro durante uma vitória de Tutmósis III. O barbeiro casou-o com uma sobrinha e ofereceu um dote ao casal. Numerosos prisioneiros de guerra se instalaram assim no Egito e se integraram na sociedade faraônica, onde por vezes obtiveram cargos importantes.

O rei também desposou sírias, que foram esposas secundárias. Conhecemos o tesouro de três delas, cujo túmulo comum foi descoberto em consequência de fortes intempéries que provocaram desabamentos.

O feliz descobridor, um felá, havia-se apoderado do ouro e imediatamente tomara uma segunda mulher, inequívoco sinal de riqueza. Denunciado, confiou a fortuna à segunda esposa. Ao tentar escapar às forças da ordem, esta foi identificada por um policial que se apaixonara por ela. Uma rápida busca permitiu salvar o tesouro funerário das esposas estrangeiras de Tutmósis III.

Note-se que o espólio das dezessete campanhas não devia ser enorme: 6.500 prisioneiros, 4.000 cabeças de gado de grande porte, 1.000 cavalos e 100 quilos de ouro são os números avaliados por especialistas. Nenhuma destruição total, nenhum saque, poucos mortos de ambos os lados. As vitórias do faraó não aniquilavam o inimigo, mas dominavam economicamente as áreas turbulentas.

Essas vitórias autorizaram Tutmósis III a apresentar-se como o instrumento de Deus, ao qual pertence o universo. Amon-Rá conceda-lhe o poder e o domínio das nações, glorificando-o, tornando-o temido em todos os países e fazendo-o inspirar o terror até aos quatro pilares celestes. Ele vence as hordas rebeldes que recusam a ordem do mundo. Se Tutmósis foi senhor da Terra em comprimento e largura, é porque o Deus o guiou. O *uraeus* na sua fronte ilumina a sua soberania e dá-lhe o fogo que extirpa a revolta dos seres maléficos. Conforme Deus ordenou, os povos vieram prostrar-se diante do faraó carregados de tributos.

Se Tutmósis III ocupou-se muito da Ásia, tampouco esqueceu o sul do Egito. No ano 50 do seu reinado empreende uma campanha na Núbia. Não se tratava de travar uma batalha, mas de inspecionar uma região calma e submissa. O núbio constitui então o protótipo do vencido, do estrangeiro que se inclina ante o poder do faraó. Tutmósis III restaurou o antigo templo de Semna e mandou construir em Amada e Buhen. No Gebel Barkal, uma estela conta-nos que apareceu no céu uma estrela, sinal favorável de Amon-Rá, que assim aprovava a ação do rei. O Gebel Barkal, a jusante da quarta catarata, é, aliás, contemplado com um belo templo de Amon-Rá. Protegido por instalações militares, um mercado florescente recebe produtos da África Negra trazidos em caravanas.

Outro acontecimento excepcional se produz: a captura de um rinoceronte, animal raramente citado nas fontes egípcias.

As numerosas expedições de Tutmósis III exigiram, naturalmente, um exército numeroso e disciplinado, que exercia uma função propriamente guerreira, mas também servia para proteger os operários quando se dirigiam às pedreiras ou transportavam material. No Novo Império, os faraós que praticam uma política de conquista e de intervenção no estrangeiro formam um verdadeiro exército profissional enquadrado por oficiais valorosos, alguns como Ahmés, filho de Abana, que tiveram uma longa carreira. Tutmósis III teve tropas bem-treinadas, capazes de praticarem rapidamente manobras difíceis e que nunca deram as costas às dificuldades.

O exército tornou-se uma casta de certo modo privilegiada, pois seus membros adquiriram uma glória indiscutível, tanto mais que o espólio trazido das campanhas enriquecia os templos e, por conseguinte, toda a sociedade. Entre os corpos de elite, devemos citar sobretudo os carros. O próprio rei combatia de pé num magnífico carro. Note-se também a existência de uma engenharia, necessária para sitiar as cidades inimigas. O derradeiro assalto fora feito com aríetes e escadas.

Os soldados que viveram nas províncias da Ásia descobriram modos de vida diferentes do seu, costumes religiosos específicos e um luxo que importaram para o Egito. Tudo isso virá modificar aos poucos a sociedade egípcia.

A guerra no antigo Oriente Próximo constitui um fenômeno muito complexo. Nunca houve as pavorosas mortandades dos conflitos modernos produzidas neste mundo de hoje que, contudo, se considera "civilizado". A confrontação no terreno constitui um fenômeno muito pouco freqüente e pontual, raramente sendo registradas perdas elevadas. O combate constitui apenas uma pequena parte das operações de guerra, de que fazem parte numerosas discussões, intrigas e negociações entre Estados adversos, demonstrações de poder realizadas para impressionar o adversário, declarações formidáveis no mesmo sentido, trocas de mensagens, tráfico de influências acompanhado da

compra dos aliados, e uma espionagem relativamente bem-organizada. No caso das batalhas tão célebres como a do Megido, a vitória repousa muito mais no êxito tático do que na chacina dos adversários. Tampouco devemos esquecer a importância das fórmulas de cortesia, dos ritos e das exigências religiosas, mesmo entre inimigos.

Os grandes oficiais do exército egípcio — fato capital — são escribas reais e, portanto, letrados, homens de cultura e saber que nunca tiveram gosto pela crueldade e sangue. Os chefes do corpo de elite dos arqueiros não são soldados ignorantes; suas aptidões intelectuais e morais muitas vezes fizeram deles dignitários com importantes cargos administrativos depois de passarem pelo exército. O mesmo se passou com outro corpo de elite, os condutores de carros, no qual vários filhos de reis e diplomatas aprenderam a função de governantes.

Os carros têm um papel capital nos conflitos do Novo Império. O carro egípcio é ocupado por dois soldados e puxado por dois cavalos. Esta arma divide-se em vários grupos de vinte e cinco carros comandados por capitães que recebem ordens de um comandante. Os carros exigem uma intendência que utiliza chefes dos cavalos, chefes das estrebarias e uma administração especializada que vela sobre a manutenção dos "veículos" e dos animais.

Este exército profissional era composto por egípcios e estrangeiros ainda não mercenários. O Novo Império nasceu da luta contra o invasor hitita. De modo que os faraós fazem questão de organizar da maneira mais perfeita este instrumento de liberdade constituída: o exército nacional. O faraó é o seu chefe supremo. Assistem-no o vizir, que conhece dia a dia o estado exato das forças, e mais um general em chefe.

O grosso das tropas é formado pela infantaria. A unidade menor é a seção de cinquenta homens. Uma companhia compreende duzentos, e cada uma delas possui um estandarte. Os soldados de infantaria usam uma tanga curta e protegem o ventre com uma peça em couro. Começam a ser utilizadas couraças de couro e de bronze. Os soldados estrangeiros que servem nos regimentos egípcios têm o seu próprio

armamento, notadamente escudos redondos, espadas compridas e capacetes. Em *A sátira dos ofícios*, um escriba dedica-se a uma crítica de todas as profissões, de modo a provar que só os escribas gozam de uma situação invejável. O soldado tem, naturalmente, uma vida sacrificada: arrancado dos seus pais em criança, é fechado numa caserna, sofre agressões, é enviado para a Síria, onde arrisca a vida, come pão duro, bebe água poluída, sofre com o calor e o frio e regressa ao Egito doente ou ferido. Embora façam efetivamente parte dos riscos da vida militar, estes "inconvenientes" não constituem as únicas características do ofício. Como vimos, muitas campanhas foram para os soldados uma ocasião de saborearem as delícias de Cápua e de passarem boas temporadas em províncias asiáticas ricas e agradáveis. No final da sua carreira, uma vez de volta ao Egito, receberam recompensas em gêneros, sendo concedida aos mais corajosos a condecoração da "mosca de ouro", e ainda campos e pequenas propriedades. Assistiu-se, provavelmente, à formação de uma espécie de aristocracia militar fundada na posse das terras e na isenção de certos impostos.

Importado da Ásia por volta de 1600 a.C., o cavalo foi utilizado na guerra, mas também serviu para uma atividade mais pacífica: os correios. Os cidadãos comuns não montam a cavalo, mas continuam a circular a pé ou a andar de barco.

Tal como os seus antepassados, Tutmósis III é um construtor. Ele fez de Karnak a maior obra do Egito. Honrando seu pai Amon-Rá e agradecendo-lhe as vitórias que lhe permitiu alcançar, orna seu templo de monumentos magníficos.

Já antes de Tutmósis III, os faraós ocupavam-se do embelezamento do templo de Amon. Mas, ao tornar-se deus do império, este último merece um santuário à sua medida de Poder Divino que concede a vitória: imenso, colossal, reflexo da sua soberania celeste e terrestre. Obeliscos apontados para as nuvens a fim de dissiparem as influências nocivas e de protegerem o recinto sagrado, ou pilares maciços onde as cenas rituais contam as batalhas vitoriosas, e salas com colunas: Karnak canta ao rei dos deuses um hino de pedra.

Tutmósis III manda erguer estátuas colossais que ilustram a presença real da divindade na pessoa do faraó concebido como um símbolo. De acordo com a regra, desmonta as construções dos faraós precedentes e reutiliza as pedras em novos edifícios. Cria a célebre Sala dos Anais, na qual são narrados os seus altos feitos de armas, o "jardim botânico", cujas cenas expõem as plantas exóticas vistas durante as expedições à Ásia, a "câmara dos antepassados", cujos baixos-relevos, onde o rei faz oferendas aos seus predecessores, foram transportados para o Louvre no século XIX. A arte do escultor é quente e vibrante, comunicando a vida a estas paredes que registram para sempre o esplendor do reino. A maior parte das inscrições não parece ser gravada antes do ano 40. A atividade militar cessou, terminou o período dos combates. É tempo de recordar, e Tutmósis III ilustra as mais marcantes das suas proezas.

A obra-prima do reinado é, sem dúvida, a chamada "sala das festas", o *akh-menu*, cujo nome egípcio significa "brilhante dos monumentos". Este conjunto de construções, que forma um todo coerente no interior de Karnak, era o templo da regeneração de Tutmósis III. Três partes essenciais o compõem: uma grande sala com pilares e colunas, capelas consagradas à simbólica do renascimento e outras capelas que exprimem o renascimento da natureza sob o efeito benéfico do Sol. Este templo, cuja profunda e complexa teologia mereceria ser longamente analisada, representava para o rei um desafio essencial: uma renovação do seu poder assegurado pelos ritos. De fato, é interessante constatar que o *akh-menu* foi (como observa o egiptólogo Paul Barguet, que estudou muito particularmente este monumento) o local de iniciação aos mistérios dos sacerdotes de Amon. O santuário de Tutmósis III é assimilado a um céu cujas portas são abertas a quem é digno de entrar nele.

Enriquecendo Karnak, Tutmósis III enriquece também o seu clero, atribuindo uma importância considerável àquele que o dirige, o sumo sacerdote de Amon. Podemos citar, entre os presentes oferecidos a Amon e a seus servos, ouro, prata, prisioneiros asiáticos e núbios, campos, jardins, pomares, rebanhos, oferendas especiais a par do

ordinário, tributos pagos pelas cidades conquistadas: em suma, o templo de Amon-Rá em Karnak transforma-se numa gigantesca empresa cuja estrutura econômica é gerida pelo sumo sacerdote.

Ora, Tutmósis III, cujo caráter enérgico não precisa ser sublinhado, nem sempre teve muito boas relações com o alto clero de Amon. Foi o sumo sacerdote Hapuseneb quem permitiu a tomada do poder por Hatshepsut e deixou na sombra o jovem Tutmósis III. Quando este reinou, nomeou sumo sacerdote um amigo de infância, Menkheperreseneb, e o enriqueceu, exigindo em troca a sua docilidade. Tutmósis III desconfia do poder crescente dos sacerdotes de Amon e não tolera partilhas: quem reina é o faraó e mais ninguém.

Com grande habilidade, o rei restitui um certo esplendor ao antiquíssimo culto de Heliópolis. Manda reconstruir edifícios em ruínas ou caídos no esquecimento, notadamente um templo a Rá em Sakhebu, no Delta. Os cultos solares da região menfita são beneficiados pela generosidade do rei, que procura restabelecer um equilíbrio sutil entre os grandes cleros do Egito de modo a que o de Amon não adquira uma preponderância absoluta. Esta sábia política religiosa nem sempre será seguida.

Tutmósis III foi secundado por um primeiro ministro de grande classe, o vizir Rekhmire. Este último, cujo túmulo tebano é um dos mais belos de toda a história egípcia, foi empossado pelo próprio rei numa grandiosa cerimônia. O faraó indicou com toda a solenidade a Rekhmire os seus futuros deveres. "Olha a tudo o que se passa no teu gabinete", diz o faraó, "pois disso depende a ordem do país inteiro. O teu papel não consiste em mostrares-te fraco com os príncipes e os grandes. Cinge-te à lei". Esta lei é Maat, a harmonia do mundo, a filha da Luz, sempre presente no peito do vizir sob a forma de um amuleto. Que ele receba quem se apresentar com um pedido válido e favoreça os seus parentes ou amigos. Mas que também não cometa o excesso inverso, como aquele vizir que se recusava a ouvir os seus próximos, mesmo quando os pedidos deles eram justificados, porque receava que o acusassem de parcialidade. A honra de um poderoso, tal como a do

vizir, consiste em ser a própria encarnação da justiça: "Tal é a lei desde o tempo dos deuses." O vizir lhe será fiel se não for escravo dos seus sentimentos e do seu interesse pessoal, e se de fato conhecer as tradições seculares do Egito e da regra divina.

Como vemos, a entronização do vizir ultrapassa de longe o âmbito profano. Grandes responsabilidades pesam sobre seus ombros. Chefe da administração, tem de provar competências muito variadas. Quando dizemos "o vizir", convém explicar que, na realidade, o cargo se dividia em dois: um vizir do Norte, sediado em Heliópolis e que administrava o Egito, de Siut ao Mediterrâneo, e um vizir do Sul, sediado em Tebas e que administrava o país, de Siut até a primeira catarata.

Acompanhado pelo responsável do Tesouro, o vizir dirige-se ao palácio de manhã cedo. Conversa em segredo com o faraó, apresentando-lhe seu relatório cotidiano sobre os assuntos de Estado. Depois de receber as instruções do rei, o vizir emite as suas próprias diretivas ao chefe do Tesouro. Os gabinetes são abertos e examinam-se os relatórios provenientes dos diferentes nomos do Egito. O vizir manda expedir as suas ordens às capitais provinciais. Depois, deve dar audiência àqueles cujos pedidos são considerados suficientemente justificados. Por vezes é obrigado a deslocar-se, quer para ir inspecionar as administrações provinciais, quer para julgar assuntos que ultrapassam a competência dos tribunais locais.

Nesta época, os nomarcas têm um papel reduzido, estando inteiramente submetidos a um poder central que exerce a sua autoridade com grande firmeza. Se as grandes dinastias familiares da província continuam a possuir grandes riquezas, a sua influência política diminui muito.

O gabinete do vizir é, na realidade, uma enorme administração na qual estão centralizados os arquivos do reino. Para eles são trazidos os documentos sobre os quais é apostado o selo do vizir. Responsável pela organização da justiça e das finanças públicas, o vizir está igualmente encarregado da organização das grandes obras e da segurança de seu financiamento. Também vela pela manutenção dos canais de irrigação, pelo cadastro, celeiros e armazenamento das colheitas. Suas

prerrogativas militares também não são desprezíveis: forma a escolta pessoal do rei, dá o seu parecer acerca da nomeação de oficiais de alta patente e conhece com precisão o estado das tropas e do seu armamento.

O final do reinado de Tutmósis III é calmo. Durante os últimos doze anos já não há menção sobre expedições à Ásia. Os territórios dominados enviam regularmente os seus tributos à corte do Egito. As riquezas acumulam-se, o gosto pelo luxo amplia-se. É tão grande o prestígio do faraó que o Egito é o senhor do Mundo Antigo, a maior potência militar que ninguém quer enfrentar, a mais radiosa civilização com a qual todos desejam manter boas relações comerciais.

Tutmósis III associa ao trono o seu filho Amenófis II para lhe ensinar o exercício do poder. Quando o "Napoleão egípcio" morre, por volta do ano 1436 a.C., com sessenta ou mais anos, o Egito é realmente um império que se estende do Eufrates ao Sudão. É a maior expansão territorial jamais alcançada pelo Duplo País. Diz-se num hino que o deus prometeu ao rei dar-lhe a Terra até seus confins. Seu punho encerra a circunferência dos oceanos. O rei é um touro de coração altivo, que domina o universo: "Sua fronteira ao sul estende-se até o cimo da Terra; sua fronteira ao norte, até os confins da Ásia, até os pilares celestes."

Escavado no Vale dos Reis, o túmulo de Tutmósis III celebra cerca de setecentas e quarenta divindades representadas no salão principal. O faraó presta, assim, homenagem a quase todas as forças divinas que facultaram a sua obra. Entre as diversas cenas, nota-se a amamentação do rei por Ísis, numa câmara com dois pilares que apresenta uma surpreendente característica: como os seus cantos são arredondados, tem a forma de um gigantesco rolo no interior do qual o espírito do grande Tutmósis III vive para sempre.

AMENÓFIS II, O REI DESPORTISTA

Amenófis II, filho de Tutmósis III, reina durante cerca de um quarto de século (de 1438 a 1412 a.C.). Menos ilustre que seu pai, esse faraó merece, contudo, ser citado graças a traços de caráter particularmente marcados que lhe conferiram uma reputação de rei "desportista".

Nascido em Mênfis, foi, ainda muito jovem, encarregado de supervisionar o descarregamento de madeira no cais de Perunefer, próximo da cidade. Exerceu igualmente funções religiosas antes de ser associado ao trono do pai. No ano 1 do seu reinado, é chamado para provar suas competências: presumindo que a morte do grande Tutmósis vá perturbar o Egito, certos agitadores fomentam uma revolta na Síria-Palestina. Não contam com o vigor do novo faraó, que intervém pronta e brutalmente: os chefes sírios são feitos prisioneiros e executados.

Amenófis II tem conhecimento dos trabalhos do deus Montu, ou seja, de todas as operações guerreiras. A tradição faz dele um atleta dotado de qualidades físicas fora do comum. Era um remador infatigável, tão rápido e possante como duzentos homens juntos. Excelente cavaleiro e grande amante de cavalos, percorria enormes distâncias sem se cansar. Na corrida, mostrava-se o mais rápido. Só ele era capaz de retesar seu arco e trespassar com suas flechas grossas placas de cobre, tão grande era a sua força. Amenófis II responde ao tipo ideal do homem forte, de ombros largos, pernas firmes e ventre definido, tal como muitas vezes foi representado na estatuária egípcia. Os textos insistem no caráter "desportivo" do rei para mostrar que simboliza a força justa que abaterá o inimigo, o revoltoso, aquele que trai a lei da harmonia.

Podemos supor que o rei foi realmente um atleta e que amou a atmosfera dos combates e da guerra. A severidade com que debelou as revoltas prova a integridade de um caráter que não está disposto a ceder nenhuma parcela da soberania egípcia. Representado no seu carro em grande galope, participou pessoalmente nas confrontações e na linha da frente. Teria até vigiado sozinho um importante número de

prisioneiros durante uma noite inteira. Excetuando a guarda do palácio, as tropas estavam longe. Mas o rei não tinha medo de ninguém. Depois de rezar aos deuses, teria mandado queimar os prisioneiros antes de atravessar o Oronte. Reunira-os talvez em grupos que, uma vez em chamas, emitiram um clarão fantástico. Mas tais narrativas não devem ser tomadas ao pé da letra. Amenófis II gostava de assustar o inimigo. A lenda representa-o igualmente como um folgazão e um amante da bebida. No decorrer de um banquete bem regado, ele teria expressado seu total desprezo pelos adversários estrangeiros, chamando-os de "velhotes".

Enérgico e talvez cruel, Amenófis II manteve intacto o império de Tutmósis III, não obstante os sobressaltos que agitaram a Ásia. Durante a sua primeira campanha síria, o rei alcançou uma grande vitória sozinho, trazendo cerca de sessenta prisioneiros vivos amarrados a seu carro. Esconde-se por trás da lenda uma batalha provavelmente muito violenta, durante a qual a fortaleza de Shamash-Edom foi destruída. O rei atravessa o Oronte de águas tumultuosas como as de um deus. Os asiáticos reagruparam-se a fim de atacar o exército egípcio, mas a sua cavalaria revela-se insuficiente para rechaçar as tropas do faraó, que se lança ao combate com a força do falcão. Diante dele, os inimigos caem uns sobre os outros. Vitorioso, Amenófis II apresenta-se às portas da cidade de Niy. Está pronto para iniciar um novo cerco. Mas os habitantes, prudentes, sobem ao alto das muralhas e aclamam o rei do Egito. Amenófis II aceita a rendição da praça. Em Kadesh, recebe a submissão do rei da cidade e de vários príncipes asiáticos. Algumas cidades são arrasadas em sinal de represália. Graças à vigorosa intervenção do faraó, a tentativa de coalizão asiática fracassou. O espólio é enorme. Muitos prisioneiros são trazidos para o Egito, entre eles um elevado número de altos dignitários sírios, alguns dos quais farão carreira no país dos faraós. O coração de Sua Majestade é como o de um touro bravo ebrio de alegria. De acordo com a tradição, Amenófis II, no caminho de volta, tem tempo para caçar gazelas, raposas, lebres, onagros, e até de dar uns passeios tranqüilos.

No ano 9 do seu reinado, Amenófis II é obrigado a empreender uma segunda campanha à Ásia. Uma revolta estalou em Retenu, província síria. O caso é menos grave do que os acontecimentos que provocaram a primeira campanha, mas Amenófis II intervém com a mesma energia. Enquanto o rei repousava na sua tenda, o deus Amon apareceu-lhe em sonhos e prometeu-lhe a vitória. Confiante na sua estrela, guiado pela divindade, o faraó não teve, de fato, nenhuma dificuldade em dominar as povoações rebeldes. Também desta vez o espólio é importante. Além disso, o rei instala homens de confiança no lugar dos chefes revoltosos. É como se dissesse que conduz uma espécie de cruzada, encarnando o Egito as forças do bem, enquanto os asiáticos revoltosos são assimilados às forças do mal e da destruição, que procuram arruinar a harmonia do mundo. Não chegando a falar de guerra santa, não devemos subestimar o aspecto teológico e sagrado dos combates travados pelo faraó.

Na sua política muito dura com os países sírios, o rei exige tributos muito pesados. O Retenu, por exemplo, é obrigado a pagar mais de seiscentos quilos de ouro e quarenta e cinco toneladas de cobre. O papel econômico da guerra, que enriquece as Duas Terras, é evidente.

O número de prisioneiros é sempre elevado, mas não devemos tomar ao pé da letra este tipo de informação. Efetivamente, o total de capturados de uma campanha pode ser a soma dos totais das campanhas anteriores. De acordo com uma esteira de Karnak, Amenófis II teria fendido com a sua própria maça o crânio de sete chefes sírios. Seis cadáveres teriam sido suspensos nas muralhas de Tebas, e o sétimo levado até Naparta para impressionar as populações núbias.

Formada por beduínos, palestinos, sírios, indo-iranianos e talvez hebreus, a coalizão asiática compreende que Amenófis II é extremamente forte. Vários príncipes da Ásia reúnem-se e decidem firmar a paz com o Egito. Carregados de tributos, dirigem-se humildemente à corte do faraó e pedem-lhe que lhes conceda o sopro da vida.

O reinado de Amenófis II não foi consagrado unicamente à guerra. Se os militares recebem numerosas dádivas do palácio em homenagem aos

serviços prestados e se o rei atribui uma grande importância à apresentação dos recrutas depois do corte regulamentar do cabelo, revela-se também um grande construtor. Karnak é o primeiro objetivo dos seus cuidados, prosseguindo aí a obra gigantesca empreendida pelo seu pai Tutmósis III. Mas, tal como ele, não negligencia outros locais. Envia para o Delta seu mestre-de-obras Minmose, encarregado das construções. Também na Núbia, notadamente em Amada, constroem-se obras a cerca de cento e oitenta quilômetros da alta barragem. Lá se assistem às cerimônias de fundação do templo, dirigidas por Amenófis II, que concluiu a obra iniciada por Tutmósis III. O rei guerreiro mandou levantar em Amada uma esteia na qual recorda as suas campanhas vitoriosas na Ásia. Construindo outro templo núbio em Kalabsha, Amenófis II inaugurou uma tradição arquitetônica que conhecerá o seu pleno desenvolvimento no reinado de Ramsés II.

Estabelecida a paz com a Ásia, o poderoso Egito conhece tempos de uma luz serena durante os quais o esplendor da alta sociedade rivaliza com o da corte régia. Os túmulos dos grandes dignitários são esplêndidos. Recorde-se o do vizir Rekhmire, já em funções no tempo de Tutmósis III. Entre as cenas que o decoram, o pagamento dos tributos por cretenses, sudaneses, sírios e assírios simboliza perfeitamente o reinado em que os povos estrangeiros prestam vassalagem ao faraó e a seus representantes. O túmulo de Kenamon, grande intendente real, inclui um vestíbulo com seis pilares e uma câmara funerária com oito suportes. Era ele quem estava encarregado de organizar as suntuosas festas do Ano-Novo, durante as quais eram apresentados magníficos presentes, os produtos mais perfeitos das oficinas, estátuas, recipientes, carroças, colares em matérias preciosas e armas de aparato. A derradeira morada de Sennefer, príncipe da cidade do Sul, foi chamada "túmulo das vinhas", porque a sua abóbada está excepcionalmente decorada por uma vinha carregada de pesados cachos de uvas. Evoca os momentos deliciosos em que os homens deste tempo saboreavam na paz os frutos da natureza depois da guerra.

Supõe-se que Amenófis II morreu com cerca de cinquenta anos. Sua múmia, intacta, estava coberta de folhagens e de flores; um ramo de mimosa havia sido colocado sobre o seu peito. Seu túmulo no Vale dos Reis é muito impressionante. O corredor de acesso entra profundamente na terra, sendo subitamente barrado por um poço simbólico relacionado com o *Nun*, o oceano das origens que circunda a Terra. A primeira sala com dois pilares não se encontra decorada. Uma escada conduz a uma sala com seis pilares. Nas paredes desenrolam-se as cenas de um livro funerário, o *Am-duat*, cujo fim é permitir a regeneração do ser cujo destino está ligado ao do Sol, que morre à noite e renasce ao amanhecer. O teto do túmulo é identificado com o céu, pintado de azul-escuro, sobre o qual se destacam estrelas douradas de cinco pontas. O nível do solo baixa e adentramos num jazigo onde foi descoberto o sarcófago que continha ainda a múmia do rei. O túmulo de Amenófis II serviu, aliás, de esconderijo a outras múmias reais antes de as transferirem para lugares seguros.

Depois da sua morte física, o valente Amenófis de vigoroso braço velava ainda sobre a segurança da linhagem real. Protetor do seu povo, podia orgulhar-se de ter preservado o poder do seu país e prolongado a tradição de seus pais.

12

TUTMÓISIS IV E A ESFINGE

Filho de Amenófis II, Tutmósis IV foi associado ao trono por seu pai e reinou durante cerca de dez anos (de 1412 a 1402 a.C.), um período de calma e de esplendor em que o tempo parece ter parado. O Egito é o centro de um império em equilíbrio.

A múmia do rei, morto por volta dos quarenta anos, foi encontrada em mau estado de conservação. Mas o rosto de Tutmósis IV manteve-se muito belo. É radioso e sereno, exprimindo uma inteligência viva e uma verdadeira vida interior. O requinte e a sedução destes tempos abençoados parecem gravados em suas feições.

Este rei feliz e benéfico viveu uma estranha aventura que merece ser contada. Antes de subir ao trono, o jovem Tutmósis gostava de caçar no deserto perto da grande esfinge de Gizé, quase completamente coberta de areia. Os egípcios do Novo Império chamavam-na Harmakhis, ou seja, "Hórus no horizonte", e consideravam-na o guarda da necrópole. Também era denominada Khepri-Rá-Aton, ou seja, Sol da manhã, do meio-dia e da noite,- em outras palavras: a Luz criadora em todos os seus aspectos. O futuro soberano é comparado com o jovem Hórus. Cheio de vigor, disparava com o arco sobre um alvo de metal, caçava leões e fazia loucas corridas na sua carruagem com cavalos mais rápidos que o vento.

Ao meio-dia, Tutmósis sentiu-se cansado. Olhou para a esfinge com respeito. Peregrinos vinham honrá-la, trazendo oferendas ao seu *ka*. "Ora", diz o texto da estela da esfinge, que conservou a memória dos acontecimentos, "a enorme estátua de Khepri estendia-se neste local, plena de pujança e de santa majestade; a sombra de Rá pairava sobre ela."

Tutmósis senta-se sob a proteção do deus e adormece entre as suas patas. Quando o sol está no zênite e um sono sagrado se apodera do futuro faraó, a esfinge aparece-lhe em sonhos e fala-lhe de pai para filho. "Se me libertares das areias que me sufocam", anunciou, "farei de ti rei." Tutmósis usará coroas branca e vermelha, o país lhe pertencerá em comprimento e largura, bem como tudo que ilumina o olho do senhor do universo, e a sua vida será rica em anos. "Meu rosto pertence-te", afirma a esfinge, "pertence-te o meu coração. Sofro, e o fardo que pesa sobre mim vai fazer-me desaparecer. Salva-me, meu filho."

Muito impressionado, Tutmósis deu sua palavra. E mandou desentulhar a esfinge, que recuperou o esplendor passado. Também ela manteve a sua promessa, fazendo de Tutmósis IV um grande faraó. Uma esteia de 3,60m de altura, em granito rosa, foi colocada entre as patas da esfinge para comemorar o pacto entre o deus e o rei, tendo sido descoberta no local em 1818.

Sob esta lenda dissimula-se a continuação da muito hábil política religiosa iniciada por Tutmósis III. De fato, Tutmósis IV estava ciente da importância do seu papel. O faraó é o único senhor do Egito. O sumo sacerdote de Amon é nomeado por ele e exerce funções específicas, de modo que o rei não lhe concede nenhum cargo no governo do país. Rá-Harmakhis, a esfinge, é um deus solar diretamente ligado ao culto de Heliópolis.

É, pois, o clero da mais antiga cidade santa do reino que legitima o poder de Tutmósis IV e não o de Amon tebano. O faraó preserva, assim, um equilíbrio entre as diversas formas religiosas e os poderes temporais que estas possuem.

No domínio internacional, Tutmósis IV levou adiante uma política de paz ativa com as principais potências estrangeiras. É certo que conduziu campanhas de inspeção à Ásia e que tomou até uma fortaleza síria onde alguns sediciosos se haviam revoltado, mas não houve nenhum grande combate. Trata-se sobretudo de operações de policiamento e de uma vigilância vigorosa. Parece que os sírios forneceram bons pedreiros para a construção de fortalezas no Egito.

Riscos de desestabilização ameaçam a Ásia. Os mitanianos se sentem em perigo. Um novo povo, os hititas, manifesta tendências belicosas. Depois de combater contra o Egito, o Mitanni procura uma aliança defensiva contra os hititas. Tutmósis IV aceita favorecer esta política. Trocam-se mensagens e enviam-se embaixadores.

Para selar a aliança, o faraó manifesta a intenção de desposar uma princesa mitaniana, Mutemuia. O rei do Mitanni recusa seis vezes seguidas. Entretanto, depois de grande troca de cortesias, a perseverança egípcia é mais forte, e um grande casamento é celebrado. Trata-se de uma atitude revolucionária da parte de Tutmósis IV. Segundo as regras, as estrangeiras tornavam-se esposas secundárias. Mas Mutemuia, a mitaniana, é elevada à categoria de "grande esposa real" e será a mãe de Amenófis III. Posto que a rainha do Egito era a guardiã

do sangue divino, vemos que o favor concedido pelo faraó aos seus novos aliados era importante. Tutmósis IV firmou igualmente um tratado de amizade com o rei da Babilônia, o qual foi respeitado com grande rigor por ambas as partes.

Quanto à Núbia, não se mostra muito turbulenta. O rei faz uma viagem a este território no ano 8 do seu reinado. Uma inscrição gravada num rochedo perto de Konosso nos diz que o faraó conversou com seu pai Amon a propósito de uma revolta dos núbios. Tendo se dirigido ao templo de Karnak, Tutmósis IV fizera uma grande oferenda ao deus, pedindo-lhe que o aconselhasse e o guiasse no bom caminho. Amon mostrou-se benévolo com seu filho, que saiu do santuário "com o coração dilatado", ou seja, cheio de felicidade.

Nestes tempos em que a vida escoia por entre os dedos como o sumo abundante por entre o bagaço, em que os costumes dos nobres são luxuosos, e as elegantes adotam modas de um extremo requinte, o espectro da guerra está afastado. Encontrou-se, no túmulo do rei uma carruagem aparatosa com a caixa intacta e suas peças metálicas douradas; no revestimento externo vê-se o faraó no meio de uma rixa que ele domina do alto da sua estatura, disparando flechas assassinas. Perfeitamente calmo, ele é a ordem dominando a desordem. Essa máquina de combate, que passou pelas mãos dos mais hábeis artífices do reino, tornou-se uma obra de arte, um regalo para os olhos. O que é valorizado é o seu aspecto ritual, não a sua utilidade guerreira.

Foi nessa época que viveu o célebre Nakht, escriba e astrônomo de Amon, cujo túmulo é um dos mais visitados da necrópole tebana. Curiosamente, as cenas que o decoram não têm nada a ver com o seu ofício, evocando antes a caça, a pesca, as vindimas e o banquete, que acontece tanto neste mundo como no outro. O túmulo de Menna, escriba do cadastro, encontra-se igualmente muito conservado. As cenas da vida agrícola acompanham as representações religiosas, notadamente a adoração do Sol nascente e do deus dos mortos, Osíris. Aí se vêem uma peregrinação de barco à cidade santa de Abidos e

também a cena da psicostasia, em que os juízes do Além julgam a alma do morto.

O túmulo do próprio rei continha um sarcófago em calcário decorado com os olhos do defunto ressuscitado. Deslocada, a múmia havia sido colocada sob proteção no abrigo no túmulo de Amenófis II. Quando foi descoberta, numerosos objetos e peças de mobiliário jaziam quebrados no chão. Tais indícios são sempre difíceis de interpretar. A idéia de uma perseguição especial contra Tutmósis IV parece posta à parte. Tratava-se talvez dos vestígios de uma antiga pilhagem.

No reinado de Tutmósis IV foi construído o maior obelisco conhecido (cerca de 45m de altura), o qual se encontra hoje diante da Igreja de São João de Latrão, em Roma. Constitui o símbolo perfeito deste tempo, coerente e estável como o fascinante monólito que rasga os céus ante a glória da luz divina.

13

AMENÓFIS III, OU O REINADO DA LUZ

O Egito Antigo atinge o auge de seu poder e riqueza durante os trinta e seis anos do reinado de Amenófis III (1402-1364 a.C.). O Novo Império está no apogeu. As guerras da conquista originaram tributos regularmente pagos pelos vencidos e fizeram de Tebas uma opulenta capital. O Egito é rico, muito rico. Tanto o comércio exterior quanto o interior funcionam maravilhosamente. Fato importante: existe uma unidade de valor, o *deben* (uma peça de cobre com cerca de noventa gramas de peso), mas não se cria nenhuma forma de "dinheiro". Na realidade, a troca continua a ser a regra. Se um determinado objeto vale tantos *deben*, é possível obtê-lo trocando-o por outro cujo valor em *deben* seja equivalente. Mas o *deben* em si não circula. Há tempos, um outro historiador disse-me: "Não entendo o motivo de esta civilização, que tudo descobriu e tudo compreendeu, não ter inventado o dinheiro." A meu ver, o Egito preferiu não explorar esta invenção, manifestando

assim uma grande sabedoria. São os gregos que, importando uma economia monetária, farão a civilização faraônica perder a sua pureza. Quando começa a reinar, Amenófis III torna-se o Creso do mundo civilizado, o mais afortunado faraó da história das Duas Terras. O Tesouro público nunca esteve tão cheio. Milhões de homens são colocados sob a autoridade do monarca. O faraó é o Sol que se ergue sobre o seu trono, segundo a imagem simbólica muitas vezes evocada nos textos egípcios. É ele que, com a sua claridade, ilumina os egípcios, mas também outras raças. A natureza deste poder é, contudo, religiosa. Como escreve Jacques Pirenne, na sua *História da civilização do Egito Antigo* (II, 208), "a teoria do bel-prazer, encarada como fonte da autoridade régia, nunca existiu no Egito. O poder, e acima de tudo o poder régio, é a expressão de um direito que só se justifica por ter sido desejado pelo grande deus Criador. Na realidade, o poder pertence a Deus. O rei não faz mais do que exercê-lo na Terra em nome de deus; por isso é portador do *ka* divino".

Amenófis III foi um dos faraós mais caluniados pelos egiptólogos. Muitos o qualificaram como um déspota oriental de caráter mole, como um homem do prazer que se limitou a levar uma vida luxuosa e dissoluta em palácios magníficos. A única energia que consentia em gastar manifestava-se em enormes caçadas ao leão. Durante os dez primeiros anos do seu reinado, teria matado mais de duzentas destas feras. Numa outra caçada, cem touros bravios teriam sido abatidos por ele.

Este grande rei merece ser reabilitado. Um faraó dessa estatura não podia comportar-se como um sátrapa decadente. Os deveres do seu pesadíssimo cargo, em que os elementos religiosos e rituais são preponderantes, não o permitiam. Na realidade, Amenófis III foi o gestor da paz e da riqueza. Muito piedoso, ele mesmo foi um homem de grande espiritualidade. Um funcionário encarregado da administração das propriedades declara que recebeu um ensinamento da boca do próprio rei, capaz de comportar-se como um mestre espiritual. Estudos recentes demonstraram que as caçadas aos leões e aos touros bravios

não eram distrações de monarca ocioso em busca de emoções fortes, mas atos autenticamente ritualísticos que marcavam a predominância da ordem sobre o caos, constante preocupação da monarquia faraônica. A esposa de Amenófis III, a rainha Tiy, foi uma mulher de grande personalidade, que influenciou nos assuntos de Estado. O rei e a rainha viveram uma notável comunhão espiritual que, aliás, não foi única na história da monarquia egípcia. Seu casamento foi comemorado pela produção e difusão de escaravinhos, pequenos objetos portadores de um texto que relatava o acontecimento e o dava para conhecimento de todo o Egito. O rei e a rainha estão associados num grande número de atividades oficiais. Por fim, Amenófis III ofereceu um suntuoso presente à sua esposa, digno dos faustos da décima oitava dinastia: mandou criar para ela um lago de recreio, o Birket Habu, ao sul do templo de Medinet Habu e a leste do palácio de Malgatta. Os arquitetos reais mostraram-se tão diligentes e os seus operários tão hábeis que o lago teria sido escavado em apenas quinze dias. A rainha o inaugurou com um passeio de barco, o qual tinha o curioso nome de "esplendor de Aton", um deus cuja fama cresceu até o momento em que foi bruscamente colocado nos píncaros pelo faraó Akhenaton.

Os retratos de Tiy revelam um caráter grave e muito firme. O rosto é por vezes fechado, as feições, duras. A rainha era, sem dúvida alguma, inteligente. Surpreendentemente, Tiy era plebéia. Deveremos ver, então, na escolha feita por Amenófis III, uma verdadeira história de amor que elevou a jovem à mais alta das dignidades?

A presença política de Tiy é provada por uma carta que um rei do Mitanni enviou a Amenófis IV após a morte de Amenófis III. Podemos ler as seguintes frases: "Todas as palavras que troquei com teu pai, tua mãe Tiy as conhece. Ninguém mais as conhece e é junto dela que as poderás conhecer." Tiy não era, portanto, uma rainha frívola, confinada no seu harém, mas uma personalidade de primeiro plano, que tinha acesso aos segredos de Estado. Ela desempenhou um papel fundamental na formação do pensamento do futuro Akhenaton e inspirou-lhe, certamente, uma parte das suas opções em matéria de política

estrangeira. Profundamente apegada à grandeza do Egito, a rainha não se confinou em um nacionalismo acanhado, mas procurou manter contatos com as outras nações.

O centro dos esplendores é a Tebas das cem portas. A cidade do deus Amon nunca foi tão suntuosa. Homens e mulheres elegantes passeiam nos jardins. As festas marcam o ritmo de uma faustosa vida palaciana. Somente os camponeses e os operários usam ainda a simples tanga que constituía o traje mais comum do Antigo Império. Reinam doravante os faustos de uma moda complicada, em que os grandes vestidos mais ou menos transparentes rivalizam em requinte com penteados muito elaborados. Mandam-se vir produtos estrangeiros muito apreciados, como objetos de toalete, ânforas e peças em vidro. De Creta, de Micenas, das províncias da Ásia e da Núbia chegam riquezas de todos os gêneros.

As casas dos notáveis exibem uma enorme fartura. Diante de cada casa existe um jardim murado, tendo em seu interior um lago, com lótus e papiros junto do qual o dono da casa e os seus hóspedes vinham tomar ar fresco. Os jardins tinham acácias, romãzeiras e palmeiras, e eram embelezados por quiosques e caramanchões. Estas suntuosas casas compunham-se de muitas divisões: salas de jantar, quartos dos proprietários e da família, quartos para os amigos, salas de banho, varandas fechadas e capelas privadas. As grandes propriedades constituem verdadeiras entidades econômicas, abrigando um número considerável de operários e artífices que trabalham nos lagares, nas adegas, nos estábulos, nas estrebarias, nos matadouros, nas padarias e nos celeiros.

Os banquetes são deslumbrantes. Mas não esqueçamos que as cenas que representam a atmosfera ambiental são desenhadas nas paredes dos túmulos. A morte faz parte da vida. Trazem-se oferendas aos mortos nos túmulos e até se celebram banquetes, passando-se a noite na capela funerária. As moradas eternas dos tebanos ricos constituem outras tantas obras-primas. No Assassif, necrópole ao sul de Deir el-Bahari, o túmulo de Amenemhat, conselheiro particular do rei, contém uma sala

sustentada por setenta e seis pilares. No de Kheruef, intendente da grande esposa real, cenas admiráveis evocam a festa do levantamento do pilar *djed*, símbolo da estabilidade divina. No vale dito "dos nobres", o túmulo do inspetor dos celeiros do Alto e do Baixo Egito mistura, como em toda parte, o profano e o sagrado. Se o grande funcionário apresenta suas contas ao rei, instalado sob um dossel, também está praticando sacrifícios. O rico universo simbólico e artístico destes túmulos tebanos, nos quais deciframos ao mesmo tempo a vida eterna e a vida cotidiana, mereceria um volume inteiro.

Amenófis III instalara-se no palácio de Malgatta, na margem esquerda do Nilo, ao sul de Medinet Habu. O edifício desapareceu quase por completo, mas o pouco que subsiste tende a provar que foi, por certo, o mais luxuoso de todos os palácios reais egípcios. Nele reinavam as cores vivas e abundavam as decorações naturalistas. Por toda parte havia plantas, paisagens e aves. No salão de festas, Amenófis III celebrou os seus "jubileus" ou festas *sed* nos anos 30, 34 e 37 do seu reinado, assim reencontrando uma nova energia, indispensável para continuar governando. Poucos vestígios restam dos suntuosos palácios reais do Novo Império. Construídos em tijolo, e não em pedra, não estavam destinados a durar.

Tebas, a riquíssima, é também uma cidade teológica. É mais santa do que as outras cidades. Foi nela que a água e a terra existiram pela primeira vez. Tebas é o olho do deus Rá. Tudo lhe pertence. Por isso, o clero tebano, grande beneficiário da riqueza do Egito, reivindica um lugar de eleição na vida nacional.

Amenófis III e Tiy não são cegos. Por um lado, estão interessados na coesão interna do país e não podem isolar o sumo sacerdote de Amon num gueto. Por outro, desconfiam do contrapoder que ele detém. A princípio, Amenófis III segue a política sutil dos seus antecessores, mantendo um equilíbrio entre Heliópolis, Mênfis e Tebas, pelo menos no plano religioso. Rá de Heliópolis é o Criador, mas a Criação é assegurada por Ptah de Mênfis. Rá é uno, o único que existe, mas Amon-Rá é o deus misterioso, aquele que não tem forma nem nome, o

pai dos deuses. A "circulação das idéias" entre as diferentes mitologias e os diferentes cultos é, assim, assegurada com grande delicadeza. Amenófis III não pode esquecer que o seu primeiro nome é "Rá, o senhor da verdade", o que implica determinados deveres para com Heliópolis. O rei não só concede favores aos sacerdotes do Sol, contrabalançando assim a influência tebana, como retira certos privilégios administrativos dos sacerdotes de Karnak. Não há, contudo, indícios de conflito aberto. Se o rei joga com a multiplicidade dos cultos, a situação não redundará em confrontações doutrinárias.

Quando Amenófis III faz do sumo sacerdote Ptahmose o vizir do Alto Egito, responde certamente a exigências amigáveis.

Ptahmose teve uma brilhante carreira porque sempre agiu de acordo com a verdade que o rei ama e da qual vive. Trabalhou muito, passando noites em claro para cumprir a sua função. Todos os dias era o primeiro a saudar o rei. Pressentia suas intenções. Executou suas ordens sem negligência. E soube guardar silêncio e mostrar-se moderado.

A administração egípcia tornou-se tão complexa que o faraó via-se obrigado a delegar uma parte dos seus deveres a altos dignitários, como os vizires, o vice-rei da Núbia e o sumo sacerdote de Amon. Se a personalidade do monarca reinante é suficientemente forte para assegurar a coerência do sistema, nenhum problema. Em caso contrário, podem revelar-se ambições que porão em perigo a unidade do Egito.

O sumo sacerdote-de Amon, que é o primeiro "profeta" do deus, é nomeado para seu cargo pelo próprio Amon. No decorrer de uma procissão, a estátua do deus inclina-se diante daquele que ele vai elevar à dignidade de chefe do clero. Os reis da décima oitava dinastia intervêm, porém, nesta nomeação. Efetivamente, é o faraó que confia seus tesouros ao sumo sacerdote, que o nomeia responsável pelo templo e lhe anuncia que, doravante, tudo estará sob o seu selo. Em contrapartida, o sumo sacerdote de Amon, tornado personagem político de primeira importância, exerce por vezes a sua influência na nomeação dos reis. Foi o que se passou quando Hapuseneb favoreceu a

ascensão da rainha Hatshepsut ao trono. O sumo sacerdote reina sobre um numeroso pessoal eclesiástico e laico, e sobre uma enorme superfície de terras cultiváveis. É Amon que dá ao faraó a possibilidade de vencer os seus inimigos na guerra, de forma que o rei agradece ao deus enriquecendo o seu domínio temporal.

Não obstante o lugar ocupado por Tebas, Mênfis continua sendo a capital administrativa do Egito, e o será até a Baixa Época. Lá encontramos templos, palácios, o harém real. Os faraós gostam de ir a Mênfis. A cidade é um local essencialmente econômico e estratégico, dotado de um porto e de um arsenal. Nela se cruzam milhares de estrangeiros, e a vida é das mais animadas.

Amenófis III amava a Núbia. Foi lá que se dirigiu para caçar e viajou até o sul da quarta catarata. Uma revolta núbica se produziu durante o ano 5 do seu reinado, sendo debelada por um exército comandado pelo vice-rei da Núbia. Os textos afirmam que Amenófis III em pessoa estava presente e que o seu poderoso braço capturou mais de mil inimigos. Na realidade, essa "revolta" deve ter sido muito localizada e restrita. A Núbia estava suficientemente calma a fim de que os artífices do faraó ali trabalhassem em paz e edificassem monumentos tão imponentes como Soleb e Sedeinga; é também nessa região, longe dos olhares dos sacerdotes tebanos, que o rei funda um santuário em honra do deus solar Aton.

A Núbia encontra-se dividida em duas províncias e é administrada por um vice-rei - representado com o báculo, o machado e o *flagellum* - à direita do faraó. O território do qual está encarregado produz muito ouro, indispensável para a ornamentação dos templos. Nas povoações núbias instalaram-se sacerdotes, funcionários e soldados egípcios; entretanto, conservam a sua identidade primitiva e só muito superficialmente se misturam com a população local. Para darmos um exemplo significativo, esses militares afirmam que a cozinha núbica não é famosa e que não se compara à egípcia.

Os filhos dos principais notáveis núbios são criados no Egito. Profundamente influenciados pela cultura faraônica, são chamados para

se tornarem os melhores emissários da política egípcia quando voltam ao seu país para ocuparem cargos importantes.

Amenófis III afirma que seu reino se estende para longe, do sul para norte. A sul, para além de Napata, o que parece exato. A norte, até o país de Naharina, o que se diria não passar de um desejo, pois na Ásia a situação evolui rapidamente. O Egito considera-se ainda como o centro do mundo do qual convergem os tributos. No seu primeiro jubileu, no ano 30 do reinado, Amenófis III manda fazer um inventário das quantidades de trigo produzidas pelos países que se encontram sob o domínio egípcio: atinge-se o elevadíssimo total de duzentos e cinqüenta toneladas do cereal.

Amenófis III é o deus e o sol dos seus vassallos, os quais protege. Numa carta ao príncipe da cidade palestina de Gezer, o faraó apresenta-se como "o rei, teu senhor, que concede a vida ao seu vassallo". Anuncia que está bem, tal como seu exército, e que o deus Amon colocou o universo sob seus pés. Todos os anos os vassallos têm de pagar tributos cobrados pelos agentes da administração egípcia e que consistem ora em gêneros, ora em metais preciosos. O ouro é enviado em cofres selados quando o faraó deseja oferecer presentes aos seus aliados. Chegado aos países estrangeiros, o metal precioso é rigorosamente examinado na presença dos embaixadores. Todas as partes pedem ouro a Amenófis III para financiar diversas obras. E o faraó sabe mostrar-se generoso. A língua diplomática é o acadiano. De fato, por motivos religiosos, os egípcios conservam os hieróglifos para seu uso interno, de modo que os escribas destinados à carreira de embaixadores são obrigados a aprender línguas estrangeiras.

Uma das potências vizinhas torna-se, porém, inquietante. Trata-se dos assírios, que, depois de terem permanecido longamente num estado de submissão ao Mitanni e à Babilônia, recuperam progressivamente a independência sob o impulso de reis enérgicos. Mantido informado sobre estas alterações, Amenófis III pratica mais a diplomacia do que a ação guerreira. Com os assírios procede a uma troca de presentes. Com os babilônios faz comércio. Cavalos, metais preciosos, lápis-lazúli

circulam entre os dois países. Chipre troca o seu cobre pelo ouro egípcio. Os soberanos tratam-se por "irmãos" e dirigem um ao outro pedidos francos e transparentes, se bem que acompanhados das indispensáveis fórmulas de cortesia. Embora os textos egípcios proclamem que as Cíclades, Chipre e Creta são vassalos, a realidade é um pouco diferente. Trata-se principalmente de relações comerciais firmadas em tratados que contêm cláusulas específicas.

Amenófis III estreita as relações de amizade com o Mitanni e pede a filha do rei deste Estado. Como é o costume, o soberano mitaniano recusa. Amenófis III tem de pagar um dote. Negocia-se, e a princesa mitaniana será elevada à condição de rainha do Egito. Assinam-se contratos e trocam-se presentes.

Também o rei da Babilônia recusa casar sua filha com o faraó egípcio. De fato, não sabe o que é feito da princesa babilônia enviada a Tutmósis IV. Estará ainda viva? Não terá sido relegada para um harém de mulheres de segundo escalão? Amenófis III exige um embaixador para encetar uma discussão. A Babilônia envia um funcionário que ocupa um posto subalterno, manifestando assim um vivo descontentamento. Serão necessários seis anos para acabar com o antagonismo entre os dois soberanos. O poder de discussão da Babilônia diante do Egito era muito limitado. Quando seu rei exprimiu o desejo de receber uma esposa egípcia em troca de sua filha, obteve uma resposta severa da parte de Amenófis III: jamais uma filha do Egito foi dada a quem quer que fosse. O babilônio teve de inclinar-se e aceitar as condições do faraó.

Os diferentes casamentos diplomáticos de Amenófis III foram em parte organizados pela rainha Tiy. As filhas de reis estrangeiros eram bem aceitas no Egito e tinham a categoria de esposas secundárias, que levavam uma vida muito faustosa nos chamados "haréns" reais onde, sem estarem enclausuradas, as mulheres eram iniciadas em seus deveres do mundo e em certas atividades artesanais.

Amenófis III é um fino diplomata, amante da paz. Um fato novo põe em falso a sua política: a ambição hitita. Suppiluliuma, soberano dos

hititas, é astuto e manipulador, e propõe-se a acabar com a influência egípcia na Ásia. Seu primeiro passo é aniquilar com o Mitanni. As tropas hititas lançam-se ao ataque, mas o tratado de aliança funciona. O exército egípcio vem em socorro do Mitanni, e os hititas são rechaçados. Mas seu rei não desanima, compreendendo que, para vencer o Mitanni, é necessário formar pouco a pouco uma coalizão suficientemente poderosa e depois comprar os pequenos vassalos asiáticos do Egito, cuja lealdade é incerta.

Embora tenha percebido o perigo, Amenófis III não interveio militarmente. Talvez se devesse censurá-lo por não ter ido pessoalmente, à frente do seu exército, às províncias asiáticas e por não ter lançado campanhas de inspeção regulares, como os seus antecessores. Mas Amenófis III acreditava na paz, tanto mais que haviam sido tomadas precauções. Nas principais estradas havia postos de vigilância que afastavam os estrangeiros indesejáveis. As bocas do Nilo eram guardadas por soldados que só permitiam livre circulação às embarcações da marinha real. Os escribas registram tudo que se passa nas fronteiras. Fortalezas vedam as vias de acesso à Ásia. O forte de Elefantina protege o país de uma invasão vinda pelo Sul. O Egito sente-se em segurança.

A política do faraó assenta-se, porém, em grande parte na confiança depositada nos soberanos estrangeiros. As imposições que pesam sob os seus vassalos não são significativas. Cada um deles conserva um exército, em certos casos com um enquadramento egípcio, com a sua cultura e a sua religião. É essencial que as informações circulem bem entre o Egito e países, e por isso as freqüentes missões confiadas a mensageiros reais e rondas de inspeção efetuadas por oficiais superiores. Se um vassalo é acusado de infidelidade à coroa egípcia, Amenófis III escuta-o antes de o condenar. Caso a felonía seja provada, pronuncia-se a pena de morte. Mas o faraó mostra-se magnânimo: se o traidor reconhecer a sua falta, escapará à pena capital.

Os estrangeiros que vivem no Egito não são vítimas de segregação social. Mesmo os abusivamente chamados "escravos", ligados a um amo,

facilmente se libertam por casamento, adquirem um nome egípcio e ascendem a funções importantes. Amenófis III estava persuadido de que a sua política - que consistia em formar no Egito jovens príncipes asiáticos que depois dirigiriam seus países - seria das mais eficazes para manter o *status quo* internacional.

Convém acrescentar a estes métodos racionais a magia e os feitiços que impedem o inimigo de ser prejudicial. No templo de Soleb podem-se ver escudos com representações de povos estrangeiros que ameaçaram o Egito: mitanianos, assírios, hititas, mesopotâmios, nômades do Sinai etc. Até os Shason de Yahvé são mencionados (é a primeira atestação conhecida do termo Yahvé", aqui compreendido como a designação de uma área montanhosa).

A atitude de Amenófis III prova uma profunda aversão à guerra. Foi acusado de uma certa fraqueza. É verdade que as províncias do império contam apenas com o seu exército para se defenderem de um eventual invasor e que reclamam freqüentemente intervenções militares. Pouco a pouco, os príncipes sírios afastam-se de um Egito que não parece disposto a assegurar a sua proteção pelas armas. O exemplo da cidade de Tunip, que, apesar dos pedidos de auxílio ao faraó, cai sob a influência hitita, é bastante característico. Corretamente informado, lúcido, Amenófis III não deseja de forma alguma desencadear hostilidades. É certo que o seu agudo tino diplomático lhe permite preservar a paz. Mas se os seus sucessores não se mostram à altura da situação, os receios têm fundamentos.

A corte de Amenófis III contava com um personagem de grande envergadura: o mestre-de-obras Amenhotep, filho de Hapu. Os escultores representaram-no como um homem de meia-idade, profundo, meditativo, acorado na posição de escriba e encarnando o sábio por excelência. Uma dessas estátuas foi colocada no templo de Amon, quando ele estava com oitenta anos. Arauto do deus, Amenhotep, filho de Hapu, nascera em Atribis, no Delta, filho de pais

modestos. Nada o destinava à fabulosa carreira que fez dele o mais alto dignitário do Novo Império.

Amenhotep foi escriba real e escriba dos jovens recrutas, ou seja, educador dos adolescentes tidos como aptos para seguirem uma carreira militar. Ocupava-se de aulas durante um tempo determinado, antes de serem substituídas pelas seguintes. Velou igualmente pela organização da polícia do deserto e pela administração dos territórios. Encarregado do ritual das grandes festas, depois chefe de todas as obras do rei, tornou-se a eminência parda do faraó e guiou os destinos do país com seus sábios conselhos.

Amenhotep, filho de Hapu, ouve os que desejam vê-lo, mas não os deixa que se tornem prolixos. Tem o tempo contado. Está ciente dos assuntos privados do palácio. Confidente do rei, seu senhor, conversa inúmeras vezes com ele. Quando nasce o dia, ele já está trabalhando. Conhecedor dos textos religiosos e das mais esotéricas tradições, o chefe dos mestres-de-obras adentrou nos mais misteriosos domínios do Conhecimento. Sua prodigiosa inteligência aplicava-se às mais diversas áreas — da metafísica à técnica. "Fui iniciado nos livros", diz ele num texto gravado em uma de suas estátuas, "tive acesso às fórmulas de Thot, sabia todos os seus segredos e resolvi todas as suas dificuldades." Não há nisso vaidade, pois conhecemos a obra de Amenhotep, filho de Hapu: o templo de Luxor, as grandes construções em Karnak (o templo de Konsu, o templo de Munt, a alameda das esfinges entre Luxor e Karnak), o templo funerário de Amenófis III na margem oeste, da qual apenas subsistem os colossos de Memnon. Obras-primas que justificam o excepcional favor concedido ao arquiteto: erguer um templo ao seu *ka*, a sua energia imperecível, não longe do de Tutmósis II.

Amenhotep, filho de Hapu, foi o educador do jovem príncipe Amenófis IV o futuro Akhenaton. Criou-o no respeito pela Luz criadora, num espírito religioso em que o sentido do mistério da vida, concebida como uma radiação que anima tudo que existe, ocupava o primeiro lugar. O velho sábio morreu com mais de oitenta anos, mas não desapareceu da

memória dos egípcios. Na Baixa Época, quando seu templo caiu em ruínas, continuou-se a venerá-lo e a lhe prestar culto. Era considerado curandeiro, e os peregrinos vinham pedir-lhe favores. Em Deir el-Bahari estava-lhe reservada uma capela onde realizava milagres; foram gravadas nas paredes as narrativas das curas obtidas graças às suas intervenções.

Com Amenhotep, filho de Hapu, o protótipo do escriba iniciado e sábio é elevado às alturas. Se praticar bem sua arte, o escriba poderá ascender à sabedoria. Seu nome durará eternamente, ao passo que o dos seus contemporâneos será esquecido. Seus herdeiros não são nem monumentos nem filhos, e sim os livros e os ensinamentos que escreveu. Ele faz dos livros os sacerdotes que celebram seu culto; faz da paleta do escriba o seu filho bem-amado; as pirâmides são os seus ensinamentos. A pena é o seu filho, e a prancha para traçar é a sua esposa. A força mágica que exprime atingirá os seus leitores, orientando-os nos caminhos da vida.

Numa carta escrita em Tebas a 24 de novembro de 1828, Jean-François Champollion exprime-se nos seguintes termos: "Ali me apareceu toda a magnificência faraônica, tudo que os homens imaginaram de maior... Nenhum povo antigo, nem moderno, concebeu a arte da arquitetura a uma escala tão grandiosa como os egípcios. Concebiam como homens de cem pés de altura, e a imaginação que, na Europa, voa muito acima dos nossos pórticos, detém-se e cai impotente ao pé das cento e quarenta colunas da sala hipóstila de Karnak."

O templo de Amon-Rá, rei dos deuses, é efetivamente o centro de um dos maiores impérios que a História conheceu. Tebas é a cidade de um rei sempre considerado de essência cósmica, pois, como dizem os textos, seu olho brilha mais do que as estrelas do céu. A região tebana abriga os maiores templos do Egito, os túmulos reais, magníficas sepulturas de notáveis. Amenófis III deu pessoalmente aos seus artífices indicações relativas à edificação dos templos, que provam o seu interesse pela arquitetura. Mandou empreender grandes construções em Karnak sob a direção de Amenhotep, filho de Hapu. Cria o

admirável templo de Mut, rodeado de um lago sagrado em meia-lua, que será restaurado por Ramsés III; o templo dedicado ao deus-filho da tríade tebana, Konsu, que encarna um dos aspectos do poder lunar; o templo dedicado ao deus guerreiro Montu, graças a quem tantas vitórias foram alcançadas. A ele se deve igualmente a colunata central da grande sala hipóstila, floresta de pedras onde os jogos de luz revelam, segundo a hora do dia, este ou aquele aspecto das divindades. Amenófis III é também o autor do célebre escaravelho colossal, instalado junto do lago sagrado, para recordar o permanente devir do ser e as necessárias transformações que tem de fazer para escapar à "segunda morte" e entrar no paraíso do Além.

A maior obra-prima do reinado de Amenófis III é o templo de Luxor, morada do senhor dos céus, idêntica ao horizonte celeste. Sua colunata principal respira delicadeza, equilíbrio, serenidade. Uma vez por ano, Amon deixava Karnak para se dirigir a Luxor, onde assumia a forma do deus da força fecundante: Min, de falo ereto. Uma teologia muito complexa justificava a implantação destes dois templos e explicava as suas relações. Schwaller de Lubicz provou que os mestres-de-obras egípcios não deixavam margem para o acaso e concebiam seus templos como seres vivos, os portadores de uma mensagem espiritual. Quem teve a sorte de visitar Luxor não pode duvidar disso.

Uma inscrição-dedicatória explica que Amenófis III mandou construir o templo de Luxor em bela pedra branca, com portas de madeira de acácia incrustadas com ouro e o nome de Amon engastado em pedras preciosas. Luxor edificou-se ao longo do Nilo, segundo um eixo norte-sul. Por causa das cheias, o templo foi construído sob uma base de pedra e o plano original incluía uma sala hipóstila completada por salas de culto. Acrescentou-se uma coluna, um grande pátio e uma sala com colunas relativamente estreitas, mas conservando uma capela tripla de Tutmósis III para as barcas de Amon, Mut e Konsu. Luxor responde ao plano típico do templo egípcio do Novo Império: um cais na margem do Nilo, uma alameda de esfinges do cais até o templo, pórticos precedidos de colossos reais, um grande pátio ladeado por pórticos, uma

sala hipóstila dando acesso à sala que abriga a barca sagrada, um santuário contendo a estátua do deus e rodeado de peças destinadas aos arquivos ou aos objetos do culto.

O templo de Luxor é em parte votado ao nascimento divino do rei, filho de uma estrangeira. Teologicamente, é o filho de Amon, que se uniu à rainha do Egito na qualidade de pessoa simbólica, e não de indivíduo carnal. As cenas que relatam este nascimento seguem um processo idêntico ao que encontramos no templo de Deir el-Bahari a respeito de Hatshepsut. O deus-carneiro Knum molda o rei e o seu *ka* num torno de oleiro, depois de Amon ter engravidado a rainha sob a aparência de Tutmósis IV. Os deuses e as deusas ajudam-na a dar à luz. Hator amamenta o recém-nascido e o seu *ka* antes de serem apresentados a Amon. Finalmente, o rei sobe ao trono.

Os relevos da colunata descrevem os episódios da festa do ano-novo, durante o qual as barcas divinas vindas de Karnak se dirigiam a Luxor. Era a ocasião de uma grande festividade, sendo o objetivo dos folguedos a regeneração da força divina que assegurava a manutenção da ordem do mundo.

Uma cena do primeiro vestíbulo parece-nos característica da atitude de Amenófis III para com a divindade: está ajoelhado diante de Amon, que lhe dá a vida "magnetizando-lhe" a nuca com a mão direita. Seria impossível expressar melhor que a força do rei é de essência divina, e portanto deve "oferecer a casa ao seu senhor", segundo a expressão egípcia, ou seja, o templo de Luxor a Amon.

Este edifício, onde podemos admirar as mais belas colunas criadas pela arte egípcia, sofre transformações no reinado de Ramsés II. Foi restaurado na vigésima sexta e na trigésima dinastias. Alexandre Magno mandou construir uma capela para a barca de Amon, o deus que lhe permitira ser coroado faraó. No final do século III a. C., os romanos instalaram no lugar um acampamento militar e utilizaram blocos provenientes do templo. O primeiro vestíbulo após a sala hipóstila tornou-se uma capela cristã. Os cristãos martelaram os baixos-relevos, decapitaram colunas e destruíram escadarias. O templo ainda não está

inteiramente liberto, pois uma mesquita ocupa o ângulo nordeste do primeiro pátio. E igualmente lamenta-se o fato de ainda não ter sido objeto de uma publicação exaustiva.

Existe outro templo que, segundo os vestígios, não era inferior em beleza a Luxor. Trata-se de Soleb, construído junto da terceira catarata do Nilo, em pleno deserto da Núbia. Fora-lhe aplicado o plano típico, com o habitual dispositivo de pórticos, pátios, sala hipóstila (com vinte e quatro colunas) e santuário. Além da elegância da construção, característica de Amenófis III, Soleb apresenta uma originalidade marcante: sua decoração fornece importantes chaves das festas *sed* (cerimônia da regeneração do faraó). Breasted havia comparado este templo, altivamente instalado no seu isolamento e de difícil acesso, ao Parthenon. Não longe de Soleb, cujo nome egípcio era "Aparecendo em verdade", Amenófis III mandara construir o templo de Sedeinga, para o culto de sua esposa, a rainha Tiy.

Uma estela do Museu Britânico mostra Amenófis III sentado diante de uma mesa com vitualhas. Sorri, mas parece idoso, gordo e cansado. Seu corpo tem tendência a tornar-se flácido. A obra realizada é gloriosa, mas o futuro é inquietante. O perigo hitita não foi conjurado. Tudo dependerá do valor do faraó que suceder ao velho rei. No entanto, graças a Amenófis III, a alegria de viver reinou no Egito: os homens do seu tempo gozaram a beleza dos jardins dos templos e das casas privadas, o frescor da sombra e do vento norte, os lagos rodeados de árvores e cobertos de lótus brancos e cor-de-rosa, e apreciaram os maravilhosos frutos do campo, saboreados nas conversas com os amigos; já os templos foram construídos segundo a vontade dos deuses. Com a distância que permite o tempo, o reinado de Amenófis III parece ter sido o da luz. Não de uma luz ofuscante ou mesmo cruel, mas de uma luz de calor vivificante, de uma paz real instaurada no espírito dos homens bem como no corpo do Estado.

AKHENATON, O HERÉTICO

Durante dezessete anos, de 1364 a 1347 a.C., o Egito vai conhecer uma estranha aventura sob a direção de Amenófis IV-Akhenaton. Este reinado marca uma ruptura na evolução histórica do Egito. Levado às alturas por uns, considerado louco por outros, Akhenaton é uma figura excepcional. Mudou de nome, modificou as tradições religiosas, criou uma capital nova, tentou organizar uma sociedade diferente. Seu percurso interior não fez dele um místico estéril, pois conseguiu dar vida às suas visões, agindo em nome do poder real do qual estava investido.

A arte da época de Akhenaton, que se destaca muito claramente da obra dos outros faraós, impressionou bastante os estetas contemporâneos. Falou-se em deformações, excessos e expressionismo por vezes delirante.

O egiptólogo Arthur Weigall, porém, traçou um retrato idílico de Akhenaton: "Ele nos expôs há três mil anos o exemplo do que devia ser um esposo, um pai, um bom homem, do que devia sentir um poeta, ensinar um pregador, perseguir um artista, acreditar um sábio e pensar um filósofo. Como outros grandes mestres, tudo sacrificou aos seus princípios; infelizmente, sua vida mostrou como estes princípios eram impraticáveis." Retrato de um Akhenaton romântico, dotado de todas as virtudes, isolado num mundo extremamente áspero. Reagindo contra esta análise, outros egiptólogos pensaram se Akhenaton não sofrera de uma anormalidade física. Escreve Alexandre Moret: "Era um adolescente de estatura mediana, ossatura frágil, formas arredondadas e efeminadas. Os escultores do tempo reproduziram fielmente o corpo andrógino cujos seios proeminentes, as ancas muito largas, as coxas muito redondas, têm um aspecto equívoco e doentio. A cabeça não é menos singular, com a sua oval muito suave, a prega dos olhos um pouco oblíqua, o desenho frouxo de um nariz comprido e fino, a saliência do lábio inferior proeminente, o crânio redondo e

proeminente. A cabeça curva-se como se o pescoço fosse muito frágil para suportá-la." Onde está a fronteira entre o místico idealista e o doente mental? Alguns autores não hesitaram em transpô-la, outros chegaram a conformar o mal de que padecia o rei: síndrome de Frólich, uma grave afecção sexual. O grande Mariette considerava Akhenaton um prisioneiro castrado trazido da Núbia pelas tropas egípcias. Lefébure perguntava-se se ele não seria uma mulher vestida de homem.

Akhenaton inspirou paixões, tanto no seu tempo como no nosso. E, contudo, quando o modesto fragmento de uma estatueta de 6cm de altura (Museu de Bruxelas) nos restitui bem o seu rosto, quanta serenidade, quanta luz na visão interior transmitida por esta pequena escultura! Nenhuma feição anormal, nenhuma deformação. Trata-se de um dos mais belos retratos da arte egípcia, onde a juventude se alia à profundidade e uma sensibilidade intensa se junta à meditação. Akhenaton foi certamente um ser de contrastes e conflitos, mas talvez tenha conseguido alcançar a luz glorificada pelos textos dedicados ao seu deus Aton.

Se a documentação datada do reinado de Akhenaton é relativamente abundante, os materiais históricos precisos são bastante raros. Por isso, muitos aspectos desta época perturbadora permanecem ainda obscuros. Pensa-se no geral que Amenófis IV-Akhenaton é filho de Amenófis III e de Tiy. Ele passou a infância e a adolescência no magnífico palácio tebano de Malgatta. A educação do futuro faraó baseava-se num duplo ensino, intelectual e físico. Quanto à atividade desportiva, o jovem não parece ter manifestado especial predileção pela caça e manejo das armas. Em contrapartida, viveu num clima de espiritualidade excepcional, em grande parte inspirado pelo mestre-de-obras Amenhotep, filho de Hapu. Devido à sua formação e às exigências de sua arte, este último não gostava muito dos sonhos sem conteúdo. Educou Akhenaton de maneira rigorosa e, tal como seu pai, indicou-lhe os deveres sagrados inerentes ao trono.

As tendências místicas do futuro monarca deviam destacar-se bem. Mas ainda hoje se discute para saber se sofreu uma influência da parte de Amenófis III e de certos pensadores. Parece-nos inegável que a época é marcada por uma religião relativamente "aberta", em que os cultos solares ocupam um lugar não desprezível, a par da veneração de Amon. O contexto intelectual era favorável a um espírito que devia fazer da luz a "substância" divina por excelência.

Amenófis IV sobe ao trono em 1364 a.C., com quinze anos. É provável que já estivesse casado com Nefertiti, cujo nome significa "a bela veio" e que sabemos ter sido uma egípcia de pura cepa. O novo rei deveria, no entanto, ter casado com a princesa herdeira. Poderemos falar de um casamento de amor entre os dois adolescentes? É pouco provável. Foram os dirigentes egípcios que impuseram tal união, da qual devia nascer uma autêntica paixão entre estes dois seres excepcionais.

Supôs-se algumas vezes que Nefertiti era filha de Amenófis III, mas nunca foi apresentada qualquer prova decisiva em apoio a esta hipótese. Nunca usou o título de "filha do faraó". Na realidade, Nefertiti pertencia à família de um grande personagem da corte.

A cerimônia da coroação constitui motivo de grande festa em Tebas. De toda parte chegam presentes. Para darmos um exemplo preciso, o faraó mantém excelentes relações com o rei de Chipre, que, para o felicitar, lhe envia um recipiente sagrado de grande valor. Em troca pede tecidos, uma carruagem dourada, recipientes e outras ofertas, evocando as embarcações que navegam entre os dois países e asseguram o tráfico comercial.

Um problema fundamental se põe para a leitura histórica do início do reinado: Amenófis III e Amenófis IV reinaram vários anos juntos segundo o princípio da co-regência, ou este último ocupou o trono sozinho? O debate continua em aberto, embora a primeira solução seja a mais freqüentemente adotada. Segundo a hipótese escolhida, as datas e a interpretação de certos acontecimentos variam.

O novo faraó adota os títulos tradicionais. Até o ano 5 do reinado, algumas particularidades simplesmente são notadas nas inscrições.

Amenófis IV diz-se "Único de Rá" ou "Primeiro profeta de Rá-Harakhty", assim manifestando uma especial devoção pelo deus Sol. Manda construir na própria cidade de Tebas um santuário chamado "Aton foi encontrado", onde vemos Rá-Harakhty sob a forma de um disco solar que emite raios terminados em mãos. O sol é considerado um rei, partilha a soberania com o faraó e, tal como ele, comemora jubileus.

Amenófis IV e sua esposa Nefertiti são inseparáveis. Conduzem juntos os ritos religiosos e as cerimônias oficiais. O túmulo do vizir Ramósis constitui um excelente documento da evolução que se produz. Uma parte do monumento desse importantíssimo personagem encontra-se decorada à maneira clássica. Quando Ramósis faz uma oferta floral em honra de Amenófis IV o rei é representado de maneira "normal" e no estilo habitual; mas quando Ramósis recebe colares de Akhenaton e de Nefertiti é adotado o estilo amarniano com sua característica deformação dos corpos.

No ano 5 do reinado, o jovem rei toma uma decisão capital: muda de nome. Já não se chama Amenófis, nome no qual figura o deus Amon, mas Akhenaton, que significa "prestável para Aton" ou, mais provavelmente, "espírito eficaz de Aton". Doravante, o deus Aton protegerá a realeza. Posto que a política é inseparável da religião, os próprios destinos do Egito vêem-se modificados.

O pai de Akhenaton chama-se Amenófis, mas seu filho não alimenta ressentimentos contra ele. Existem várias representações onde o novo faraó apresenta oferendas a Amenófis III divinizado. Não é contra o deus Amon que Akhenaton está decidido a combater, pelo menos na primeira fase da sua "revolução", mas contra o seu clero, contra os homens encarregados de praticarem um culto ao qual ele os deve julgar indignos da sua tarefa. Não é por acaso que Akhenaton adota o título de sumo sacerdote de Heliópolis: "o maior dos videntes", que assim o prende à mais antiga expressão religiosa do Egito, considerada mais pura do que a religião tebana.

É, no entanto, em Karnak, feudo de Amon, que Akhenaton impõe a sua visão. Os colossos que o representam são particularmente impressionantes. O rei é andrógino. Ordenou aos escultores que moldassem um corpo que reunisse as características masculinas e femininas. O rosto é propositadamente deformado, assumindo aspectos ora sorridentes, ora inquietantes segundo a perspectiva em que é contemplado. A bacia é alargada de modo a evocar a fecundidade: o faraó é ao mesmo tempo pai e mãe dos seres. A ligeira obesidade e as costas um pouco curvadas evocam talvez a postura do escriba, ou seja, do sábio cujo espírito domina o corpo. Estas estátuas colossais desconcertaram muitos observadores, que acusaram Akhenaton de sensualidade mística eivada de loucura. Não esqueçamos, porém, que o aspecto geral e o tipo simbólico do colosso respeitam os cânones artísticos tradicionais. O que é assim representado não é o indivíduo Akhenaton, mas o rei em funções, que insiste em certos aspectos da sua pessoa teológica.

Os sacerdotes de Amon ainda iam ter muitas surpresas. Para impor o seu ideal, Akhenaton não tinha intenção de partilhar sua autoridade, tanto mais que a sua política religiosa não era conciliável com o conformismo do sumo sacerdote de Amon. Akhenaton considera que lhe competia restabelecer a ordem normal das coisas, provando ser o senhor único do Egito. Seu objetivo é tirar dos religiosos a gestão de importantes bens temporais que pertencem por direito à coroa.

Além disso, devemos constatar que o Egito — e em particular Tebas — tinha acolhido muitos estrangeiros durante o Novo Império. A capital assistira, portanto, a uma grande ventilação de idéias e doutrinas. É provável que Akhenaton tenha pensado numa religião de tendência "universalista", capaz de substituir as crenças amonianas, aplicando-se aqui o termo "universalista" ao mundo civilizado conhecido pelo rei. Mesmo que a sua intenção profunda não fosse esta, não podemos negar que se tenha apoiado nas classes "médias" da população e num certo número de estrangeiros integrados na sociedade egípcia. Era,

certamente, a única maneira que tinha de lutar contra os abastados e a casta dos sacerdotes de Karnak, cujo poder parecia inabalável.

Para Akhenaton, Tebas não é mais do que um jugo do qual deseja evadir-se. Sua decisão estava tomada: fundar uma cidade nova para a glória de Aton. De fato, era indispensável que o novo deus de Estado se beneficiasse de um local inteiramente novo, puro de influências passadas. Cada cidade do Egito é protegida por uma divindade. A religião de Aton exige um cenário inédito. O deus ainda não tinha um lugar de culto, uma morada privilegiada no país. O rei dá-lhe um: Akhetaton, "o horizonte de Aton".

O acontecimento produz-se no ano 6 do reinado. O local escolhido chama-se "hermopolita", a meio caminho entre Mênfis e Tebas, na margem direita do Nilo. As montanhas do Leste deixam um grande espaço aberto diante do rio e os terrenos da margem esquerda são propícios à agricultura e à criação, e, portanto, poderão assegurar o abastecimento dos habitantes. "Este imenso circo de montanhas arredondadas que se estende em redor do Nilo", escreve Bernard Pierre, descrevendo a localidade de Akhetaton (cujo nome moderno é Tell el-Amarna, muitas vezes abreviado para Amarnaj, "este deserto burilado que se estende no interior do anfiteatro, um palmar verde cru que percorre vários quilômetros ao longo do rio e atrás do qual se estendem aldeias em adobe, tudo isso compõe uma das mais puras e belas paisagens que o Egito pode oferecer."

Akhenaton dirigiu-se ao local da futura cidade acompanhado de dignitários e deu a volta ao domínio de Aton na sua carruagem. Longe de Tebas, Akhetaton não pertencia nem aos deuses nem aos homens. Podia sair do nada e crescer sob os raios do sol. O rei jurou nunca mais deixar sua nova capital. E vai manter seu juramento.

Os terrenos em redor são propícios à agricultura e, portanto, poderão assegurar o abastecimento imediato dos habitantes. A superfície da Cidade do Sol é delimitada por marcos fronteiros. Seus textos nos dizem que, no décimo terceiro dia do oitavo mês do ano 6 do reinado, Akhenaton saiu da tenda onde havia passado a noite, subiu à sua

carruagem de ouro e dirigiu-se para norte a fim de fixar os limites da nova capital do Egito. Depois de sacrifícios aos deuses, dirigiu-se para o sul. Quando os raios do sol brilharam sobre seu corpo, ele parou. Aton em pessoa havia-lhe indicado os confins de sua cidade. Jamais esta fronteira será transposta, tampouco as outras, a leste ou a oeste. Curioso juramento: o rei jura que nem ele nem a sua esposa passarão para além das estelas fronteiriças. Akhetaton é, desde a origem, fixada para sempre no seu primitivo espaço. A noção de crescimento está posta de lado. O juramento será renovado no ano 8 do reinado.

Todo o perímetro da cidade pertence a Aton. É a sua terra, o local onde encarna. Num grande discurso dirigido aos seus cortesãos, soldados e fiéis, o rei explica que Aton desejou fixar-se numa cidade. O próprio deus e ninguém mais escolheu este local. O rei exige que o seu corpo seja levado para lá, ainda que morra noutra cidade do Egito. O touro Mnevis de Heliópolis será igualmente enterrado em Akhetaton. Este pormenor prova as estreitas relações que o rei mantinha com os mais antigos cultos.

Encantados com o discurso do rei, os cortesãos asseguram que todas as nações virão apresentar suas oferendas a Aton. O universo inteiro é animado pelo sol: é justo dar-lhe graças.

"Só Aton, meu pai, me trouxe até esta cidade do horizonte", proclamou Akhenaton. O território onde ela se edifica pertence ao Pai Celeste, que tudo criou: montanhas, desertos, pradarias, ilhas, sol, terra, água, homens e animais. Durante a fundação oficial, Sua Majestade apareceu num carro de âmbar puxado por uma parelha de cavalos. Apareceu semelhante a Aton e encheu o Duplo País com o seu amor.

A cidade de Aton foi construída muito rapidamente. Quatro anos após o início das obras, abrigava uma população importante. Esta rapidez explica o porquê de os monumentos e as casas serem por vezes de qualidade medíocre. No âmbito de uma propaganda anti-Akhenaton, alguns autores afirmaram que os criminosos enviados às pedreiras para cumprirem a sua pena haviam sido os primeiros adeptos do novo deus.

Na realidade, devemos imaginar uma significativa transferência de população da região tebana para Akhetaton. Numerosos funcionários administrativos, escribas, sacerdotes, militares, artífices e camponeses deixaram seus locais de trabalho para seguir o faraó. Entre os arquitetos e os escultores figuram mestres, mas o rei não lhes dá muito tempo para construírem edifícios civis e religiosos. Utiliza-se o maior número possível de tijolos secos. Cria-se um urbanismo simples e claro.

A cidade é acolhedora, com suas largas avenidas, suas zonas verdes, seus parques e suas grandes mansões nobiliárias. Tudo é feito para que o sol circule livremente.

O grande templo de Aton constitui o centro da cidade. Com cerca de oitocentos metros de comprimento e trezentos de largura, seu nome é "templo da pedra erguida (*benben*)", numa alusão a um dos principais símbolos do templo de Heliópolis. O *benben* era a pedra misteriosa sobre a qual o sol se erguera na origem dos tempos. Este grande templo é diferente dos demais santuários da décima oitava dinastia: já não há salas escuras onde o culto é celebrado em sigilo, mas uma série de pátios a céu aberto que conduzem ao grande altar de Aton. O antigo *benben* é substituído por uma grande esteira na qual estão representados Akhenaton e a sua família adorando Aton. O templo do deus é essencialmente um local de oferendas, dotado de numerosos altares para homenagear a onipotência do sol.

Nesta perspectiva, não deveríamos esquecer que todos os faraós são "filhos de Rá" desde a quinta dinastia. Os monarcas do Antigo Império que criaram este título pediram aos seus arquitetos que construíssem templos para glória do Sol. O mais célebre é o de Niuserré (2420-2396 a.C.), edificado em Abu Gorab, norte de Abusir e ao sul de Gizé. Existia um templo de recepção junto do vale, depois uma calçada que subia até o próprio templo, cujo centro de culto era um obelisco erguido sobre um envasamento em forma de tronco de pirâmide. O grande templo de Heliópolis serviu certamente de modelo aos santuários solares da quinta dinastia e, pelo menos em parte, ao grande templo de Aton em Amarna.

A fachada do imenso palácio real atingia cerca de oitocentos metros, o qual se erguia ao longo do eixo principal da cidade e estava ligado aos aposentos particulares do faraó por uma passagem sobranceira à rua. Acedia-se ao palácio por um jardim em terraços. Akhenaton quisera dominar sua cidade situando sua morada num lugar elevado, de modo a estar mais perto do sol. Vestígios mostram que a decoração, de inspiração naturalista, era notável: ramos de vinhas, flores e moitas de papiros compondo uma natureza luxuriante que não deixa de lembrar a da arte cretense.

Ao norte do palácio existia uma espécie de parque zoológico onde as escavações exumaram cercados para animais, manjedouras e fragmentos de uma decoração na qual se celebrava o reino animal. Talvez ali fossem criadas espécies raras.

Amarna quer ser uma capital, de modo que compreende um bairro dos ministérios, um edifício destinado a guardar o Tesouro público, uma escola de funcionários, bairros comerciais e operários, onde as casas menores eram compostas por quatro divisões.

Akhenaton concebeu certamente um projeto grandioso: edificar duas outras capitais solares, uma ao sul do Egito, cujos vestígios foram encontrados, e outra ao norte, talvez na Síria, cuja existência é hipotética.

Da nova capital, delimitada pelas suas estelas fronteiriças, partiam estradas, uma das quais conduzia à necrópole formada por hipogeus onde o rei e os notáveis grandes esperavam ser enterrados. Como sempre notáveis no Egito, a morte estava integrada na vida cotidiana. Tal como as outras, a cidade de Aton estava ligada às "moradas eternas". Escavadas na rocha, estas últimas são quase todas inacabadas, ou mesmo simplesmente esboçadas. A existência de Akhetaton foi breve. Poucos personagens importantes ali morreram.

"Grande pelo seu encanto, agradável à vista pela sua beleza", eis o testemunho de um dos habitantes de Amarna ao contemplar a sua cidade, que alguém até qualificou como "visão celeste". Ali batia o coração do Egito de Akhenaton. Viver ali era, em primeiro lugar,

agradecer ao sol a alegria que trazia ao coração dos homens. Quando Akhenaton e Nefertiti passam nas ruas em sua esplêndida carruagem, suscitam as aclamações do povo, que grita: "Vida, saúde, força!" As cerimônias religiosas são numerosas e marcam o ritmo da vida cotidiana. O rei recebe os embaixadores dos países estrangeiros, que vêm oferecer seus tributos. Muitas vezes, do mesmo modo como o sol aparece no horizonte, o faraó mostra-se na varanda do seu palácio, aberta na passagem elevada que conduz aos edifícios administrativos. Aí ele recompensava os seus fiéis súditos oferecendo-lhes colares em ouro.

Amarna podia viver em autarquia. As casas mais opulentas eram concebidas como mansões galo-romanas ou como cidadelas medievais. Mas é provável que os produtos chegassem vindos do Nilo. A nova capital estava, de resto, bem protegida, uma vez que patrulhas (nas quais se nota a presença de núbios e asiáticos) vigiavam suas proximidades, impossibilitando um ataque-surpresa. O túmulo número nove de Amarna, o único cujo jazigo se encontra terminado, é precisamente o do chefe da polícia militar do rei. Vemo-lo no seu papel religioso, em adoração diante do Sol, mas também na sua função administrativa, fazendo relatórios e verificando o estado dos postos de vigilância. É condecorado por Akhenaton, que o recompensa pela qualidade de seus serviços.

Como se compunha a população de Amarna? Em primeiro lugar, por uma maioria de egípcios que haviam seguido o rei, tais como seu chefe de mesa Parrenefer, abandonando seu túmulo tebano decorado segundo o estilo "tradicional" para adotar a religião de Aton. É certo que grande parte do pessoal administrativo tebano, fiel à monarquia faraônica, continuou servindo Akhenaton. Personalidades conhecidas da corte de Amenófis III conservam a sua posição. Não houve, pois, nenhuma "caçada às bruxas" e não há indícios de nenhuma guerra civil nesta época. De fato, o faraó continua sendo o senhor do reino. Seja qual for a cólera do clero tebano, não tem mais por que inclinar-se.

Afastando-se de Tebas, Akhenaton afasta-se também de certas castas de notáveis. Importante fato: utiliza homens novos, notadamente um bom número de estrangeiros. Nomes do tipo "Akhenaton me criou" são dos mais significativos. Entre eles introduziram-se certamente ambiciosos que viram no "atonismo" a melhor forma de fazerem uma rápida carreira. Mas não se pode negar a existência de devotos sinceros. Contam-se entre os melhores colaboradores de Akhenaton o vizir Nakht, Hatiay, o chefe dos arquitetos Merire, o sumo sacerdote de Aton, Ranufer, o superior dos carros e dos cavalos, Pahehsi, e o superior do gado. As estruturas essenciais do Estado não foram modificadas, embora estes homens não pertencessem à aristocracia tebana. Observam-se inovações na língua egípcia, na qual entram maneiras de falar populares ou de origem estrangeira.

A rainha Nefertiti ocupa um papel essencial ao lado de Akhenaton. Um profundo amor os une. Está tão empenhada no "atonismo" como o marido. Nefertiti tornou-se o símbolo da beleza da mulher egípcia. É verdade que os seus dois extraordinários retratos, um conservado em Berlim e outro no Cairo, continuam exercendo um fascínio a que ninguém fica insensível.

Nefertiti exerce uma função religiosa. É "aquela que faz repousar Aton com a sua voz doce e as suas belas mãos que seguram sistros". Participando ativamente dos ritos, é sumo sacerdotisa de um santuário especial onde se celebra o pôr-do-sol. Um bloco vindo da estação de Heliópolis, e conservado no Museum of Fine Arts de Boston, oferece-nos uma cena surpreendente: Nefertiti, coroada e na postura de faraó, bate com sua maça num inimigo que segura pelos cabelos. Trata-se de uma atitude muito clássica, mas reservada aos faraós do sexo masculino. Isso acaso indica que Nefertiti estava investida de um poder especial?

Essa rainha, cujas responsabilidades políticas são evidentes, é igualmente mãe. O amor pelos filhos e a família constitui uma dominante do seu caráter, tal como do de Akhenaton. Tiveram seis filhas. A existência de uma esposa secundária, chamada Kia, em nada interfere na vida do casal real. No espírito do rei, a família simboliza a

vida divina. O amor conjugai é a tradução humana do amor divino e merece ser proclamado pelos artistas. De resto, o tema pertence ao mais antigo substrato egípcio. Basta ver certos grupos esculpidos do Antigo Império para compreender que a união do homem e da mulher é concebida numa perspectiva sagrada. A novidade reside na expressão desta certeza, no chamado "naturalismo" amarniano. O rei e a rainha não hesitam em se deixar representar nus, em deixar-nos entrar no seio de seu lar. Tal como canta o grande hino a Aton, a Natureza é obra divina. Como as aves, as plantas ou os peixes, o corpo humano é animado pela luz.

Akhenaton e Nefertiti gostam de evocar a ternura que sentem por seus filhos. Recorde-se o baixo-relevo em que a rainha, sentada nos joelhos do rei, segura uma de suas filhas; a estatueta de Akhenaton beijando uma de suas filhas; os comoventes baixos-relevos em que o rei e a rainha, desesperados, choram diante do féretro de Meket-Aton, sua segunda filha, morta em consequência de uma enfermidade. Este acontecimento, ocorrido no ano 12 do reinado, foi sentido pelo rei como uma provação muito cruel. Fato curioso: no nome da quinta e da sexta filhas do casal real, o nome de Aton é substituído pelo de Rá, certamente por motivos religiosos.

Se podemos dizer que Akhenaton e Nefertiti formaram realmente um casal solar, é porque a vontade de afirmar de verdade o seu amor como um símbolo de luz é evidente. Não esqueçamos que o grande hino a Aton, espécie de manifesto da nova religião, termina com uma dedicatória que faz da rainha a dona de todas as belezas do mundo criadas pela divindade. Um texto gravado numa das estelas fronteiriças de Amarna nos dá esta admirável descrição de Nefertiti:

Clara de rosto,

Alegremente ornada com a dupla pluma,

Soberana da ventura,

Dotada de todas as virtudes,

Cuja voz enche de júbilo,

*Graciosa senhora, plena de amor,
Cujos sentimentos encham de alegria
O senhor dos Dois Países...
A grande e bem-amada esposa do rei,
Senhora dos Dois Países (cujo nome é)
"A bela veio",
Para sempre viva.*

Há muito que a experiência religiosa de Akhenaton fascina todos os pesquisadores. Amarna não foi fundada por um impulso, mas para pôr em prática uma determinada fé. Aton é um deus de amor e de luz encarnado no disco solar, cujos raios criadores terminam em mãos que geram a vida. É a energia que faz crescer tudo que existe, e manifesta-se por meio do sol. O rei é o seu sacerdote e profeta. Ele próprio ensina a religião de Aton. Certos dignitários de Amarna reconheceram que foram iniciados no conhecimento dos mistérios de Aton pelo próprio rei. Akhenaton foi um verdadeiro mestre espiritual, distribuindo a "palavra da vida" e dedicando-se ao nobre papel de educador.

No início da "revolução" religiosa que, na realidade, se apóia em bases muito antigas (nas quais a sabedoria heliopolitana é essencial), Aton é o primeiro e o mais importante dos deuses. Depois a situação se modifica. O rei afirma que as coisas mais perversas que teve de sofrer vieram das palavras dos sacerdotes. Ora, estes estão a serviço dos deuses. Akhenaton tenta dismantelar este sistema de culto mandando martelar o nome dos outros deuses, a começar por Amon, o que equívale a aniquilá-los. As causas e a aplicação desta política religiosa são, contudo, muito obscuras. De resto, não foi sistemática e, além disso, há na própria Amarna indícios de que a população continuava prestando homenagem a outras divindades que não Aton.

Um dos fatos mais importantes é a supressão dos cultos asirianos. Ao fazê-lo, Akhenaton cometeu um erro de graves conseqüências, porque o povo era apegado a essa religião de esperança no Além, de justiça divina aplicada aos ricos e pobres. Mas Osíris opõe-se a Aton; é o

princípio das trevas face ao princípio da Luz. É provável que o faraó tenha adotado uma posição muito radical neste domínio.

A palavra "deuses" no plural é suprimida. Akhenaton contava entre seus antigos nomes o de Amenófis, que manda martelar para apenas deixar subsistir o de Nebmaatre, no qual figuram o deus solar Rá e a deusa Maat, que considera como o sopro da vida divina. É, aliás, o sacerdote Akhenaton que "dá Maat aos corpos", ou seja, que dá vida aos seus súditos. O desejo dos mortos é o de saírem pela manhã do mundo inferior, verem Aton erguer-se, participarem das oferendas que lhe são consagradas e ouvirem a voz do rei que celebra o culto. É, aliás, a razão de o rei estar presente na decoração dos túmulos, onde muitas vezes o vemos entregar o ouro da recompensa aos seus fiéis servos.

Curiosamente, Akhenaton mantém excelentes relações com a sua mãe, a rainha Tiy, que o vem visitar na cidade de Aton e manda erguer em sua honra um edifício religioso, recebendo-a solenemente, embora ela encarnasse o antigo mundo tebano. A cena de um túmulo amarniano mostra-nos até Akhenaton dando a mão à sua mãe e introduzindo-a num santuário. Brilha sobre eles o sol cujos raios terminam em mãos. Segue-os uma procissão. O amor materno de Tiy seria mais forte do que suas concepções políticas? Ou será que depois da morte do marido, Amenófis III, Tiy aderiu ao "atonismo"? Ou terá simplesmente aceitado um estado de fato, obedecendo como os outros às ordens do senhor do Egito?

O caso é que Akhenaton foi bem-sucedido na sua decisão. Voltou a ser um rei absoluto, único intermediário entre os deuses e os homens, tal como os monarcas do Antigo Império. Seu estilo de vida difere, porém, porque pretende mostrar-se humano, mais próximo dos seus súditos. Mas a realidade do poder é a mesma.

Mudar de capital e promover uma nova religião eram tarefas de grande amplitude que obnubilaram um pouco os outros deveres do faraó. Um deles, porém, teria exigido os mais atentos cuidados: a *liderança* do Egito. Akhenaton está ciente da existência de outros povos, de outras civilizações, de outros costumes: mas todos dependem de Aton, que os

criou. De forma que adota uma atitude pacífica. Detesta a guerra e os conflitos, e prefere considerar a política da troca de presentes, crendo que o prestígio do Egito será suficiente para preservar o equilíbrio no Oriente Próximo.

No ano 12, uma grandiosa cerimônia no palácio de Amarna reúne delegações estrangeiras vindas da Ásia, da Líbia, da Núbia e das ilhas egéias. Mas o fausto era ilusório. A situação internacional torna-se pouco a pouco desfavorável ao Egito. Ora, o faraó é responsável pelos seus aliados. Quando as caravanas oficiais do rei da Babilônia são assaltadas, este pede para ser indenizado pelas perdas sofridas. Akhenaton é considerado o protetor dos seus vassallos, mas este dever não parece ter sido cumprido com todo o rigor. Os hititas facilmente desviaram os aliados do Egito, insistindo na fraqueza e nas tergiversações do faraó reinante.

Akhenaton parece ter confiado nos seus embaixadores encarregados da política estrangeira, contudo mais interessados nas suas vantagens pessoais do que nas do Estado. O faraó diz ainda "as minhas possessões" quando fala nos países estrangeiros, mas trata-se de uma mera afirmação teórica. O império formado por Tutmósis III desagrega-se muito rapidamente em consequência do acrescido poder hitita. Um a um, os vassallos do faraó, corrompidos ou ameaçados, desviam-se do Egito. Pior: os que lhe permanecem fiéis não recebem nenhuma assistência de Akhenaton, apesar dos seus pedidos de socorro. Ribaddi, príncipe de Biblos, pagará a sua lealdade com a vida. Na Palestina e na Síria, as perturbações acentuam-se. E como o faraó se mantém passivo, a revolta contra o poder aumenta. Os portos fenícios escapam a Akhenaton, que continua a não reagir militarmente. O Mitanni, aliado do Egito, desaparece do mapa, esmagado pelos assírios e hititas. Os beduínos invadem a Palestina e apoderam-se de Megido e Jerusalém. Os hititas ou os seus aliados impõem-se por toda parte, substituindo o Egito. O império asiático já não existe.

O que se passa na corte? Por que Akhenaton não intervém? Pensa-se que os relatórios que lhe foram dirigidos eram incompletos, truncados,

ou mesmo falsos. Mesmo tendo em conta essa hipótese, somos obrigados a deplorar a atitude de Akhenaton, cujas conseqüências foram desastrosas: Aton, que devia substituir o poderoso Amon-Rá, tornou-se para os egípcios o símbolo do enfraquecimento do seu país. Foi certamente a partir dessa dolorosa constatação, provavelmente acompanhada de perturbações econômicas, que Akhenaton se tornou o "herético". O deus que resolvera privilegiar desvirilizava o seu povo e traía a vocação militar dos grandes faraós da vigésima oitava dinastia.

O fim do reinado de Akhenaton é um mistério quase completo. Foram levantadas numerosas hipóteses que nunca poderão ser verificadas. Talvez o rei se tenha fechado numa espécie de torpor, incapaz de controlar os acontecimentos, talvez tenha soçobrado na loucura ao ver desmoronar-se o seu sonho, ou talvez se haja recusado a compreender a gravidade da situação. Akhenaton e Nefertiti só tiveram filhas. Como era o costume, o rei escolheu um co-regente para lhe ensinar a arte de governar, como se estivesse certo de que a aventura amarniana prosseguiria depois dele. Esse co-regente foi um tal Semenkhare, cuja atitude parece equívoca. Há mesmo quem afirme que foi um dos primeiros a abandonar a doutrina atoniana e a deixar Amarna para regressar a Tebas. De fato, inscrições de um túmulo tebano relatam que o rei Semenkhare teria erguido um templo em honra de Amon. E, contudo, merecera toda a confiança de Akhenaton, que lhe dera como esposa uma filha antes de coroá-lo rei no palácio de Akhetaton.

A múmia descoberta no túmulo 55 do Vale dos Reis não dissipa as trevas. Estava dentro do sarcófago de uma mulher e durante algum tempo pensou-se que se tratava do próprio Akhenaton. Atualmente supõe-se que esta múmia masculina, cuja postura ritual é, contudo, a de uma mulher, seja a de Semenkhare, co-regente de Akhenaton. Segundo Christiane Desroches-Noblecourt, Akhenaton teria querido reconstituir uma espécie de "casal" real, idéia que no entanto lhe valeu acusações de homossexualidade. O mais estranho é que um dos nomes do co-regente é precisamente decalcado sobre o de Nefertiti.

O que aconteceu a Nefertiti após o ano 15 de Akhenaton? Alguns autores consideram que a rainha caiu em desgraça, talvez a favor da segunda esposa, Kia. Teria ela tomado consciência da desagregação do império, opondo-se à política de seu marido? Por ordem do rei, teria sido obrigada a retirar-se para um palácio secundário na companhia do futuro Tutankhamon, que ela teria preparado para o poder. A idéia de uma traição de Nefertiti parece difícil de aceitar. Outros sábios fizeram da rainha a mais intransigente fiel do atonismo, defendendo as verdades até o seu derradeiro alento. Teria sido deixada de lado por adeptos de Amon, compreendendo que era a alma da heresia.

Essas teorias não foram minimamente provadas. A opinião de Cyril Aldred é, para nós, a que mais se aproxima da verdade. É provável que Nefertiti tenha morrido no ano 13 ou 14 do reinado de Akhenaton. Os escultores modificaram-lhe então várias representações para as adaptarem ao rosto de sua filha Meryt-Aton, tornada a primeira-dama do reino.

Akhenaton estava só, privado de sua esposa bem-amada, a "sem igual". O desaparecimento da mulher com quem tudo havia construído e esperado constituiu realmente uma provação insuperável para este homem hiper-sensível. O centro da reforma religiosa, o casal real, era a chave do equilíbrio do reino. Sem Nefertiti, Akhenaton sentiu-se destruído.

Na Cidade do Sol, determinados sinais confirmam ao rei que o culto de Aton não penetrou realmente em todos os espíritos. Nos bairros operários ainda se venerava o alegre anão Bes ou a deusa Tuéris, protetora dos partos. Mais equívoca ainda é a descoberta de pequenas carruagens puxadas por macacos, cujo condutor, também um macaco, é acompanhado por uma macaca. É impossível não ver nisso uma caricatura de Akhenaton e Nefertiti. Quantos dos homens novos que Akhenaton cobrira de honrarias e de títulos eram sinceros? Quantos estavam prontos a lhe permanecer fiéis em caso de dificuldade?

Esses tristes pensamentos certamente obscureciam a obra realizada. Cada vez mais fechado em seu desgosto, cada vez mais isolado em seu

palácio, o rei pensaria ainda no grande hino que ele próprio havia composto? Nele descrevia a aparição do disco vivo, criador de vida, no horizonte celeste. Quando o sol desaparece, o universo cai nas trevas como morto. Ao amanhecer tudo desperta. É o sol que faz nascer o embrião no ventre da mulher e que produz a semente no homem. E ele quem concede o sopro vital. Colocou cada homem na sua função, diferenciou os povos, mas a todos os países concedem benefícios. Embora crie milhares de formas, mantém-se na sua unidade.

"Nenhum daqueles a quem geras te vê", afirma o hino, "tu resides no meu coração. Não existe outro que te conheça, salvo o teu filho Akhenaton."

A última data conhecida do reinado de Akhenaton é o ano 17. Nada sabemos acerca da morte do rei. Não deve ter sido enterrado no grande túmulo familiar que mandara escavar em Amarna, onde repousava a sua segunda filha. Ali foram encontradas figurinhas funerárias com o nome do rei e fragmentos de sarcófagos. Mas nenhum indício permite afirmar que ali foram depositadas múmias reais. Talvez os próximos do faraó tenham dissimulado o seu corpo numa sepultura que não foi identificada. Diz uma lenda que o seu cadáver teria sido despedaçado e lançado aos cães, ou então foi incinerado.

Amarna foi abandonada e a Cidade do Sol regressou ao silêncio do deserto. Mas a reação contra Akhenaton não parece ter sido imediata. Parece que os nomes martelados não são devidos aos faraós que lhe sucederam de imediato. No reinado de Sethi I, o deus Aton ainda não fora suprimido do panteão, e só no reinado de Ramsés II, mais de cinquenta anos após a morte do "herege", Akhenaton será chamado de "celerado". De acordo com a tradição, as pedras do grande templo de Amarna foram, de fato, reutilizadas em outros monumentos. Numerosos blocos pertencentes a monumentos "atonianos" foram encontrados em Karnak. Pouco a pouco se reconstituem quadros inteiros, o mais célebre deles, descrevendo cenas da vida cotidiana em Amarna, se encontra exposto no Museu de Luxor. Por mais estranhas

que fossem, as estátuas de Akhenaton não foram sistematicamente destruídas. Tudo se passa como se a recordação de Akhenaton, apagada das listas reais oficiais, tivesse sido propositadamente conservada na ordem religiosa. De resto, suas idéias tinham dado frutos. Apesar do desdém que manifesta pelo personagem histórico que foi Akhenaton, um faraó como Ramsés II inspira-se em parte no seu ideal.

É praticamente impossível emitir uma opinião global acerca do reinado de Akhenaton, ainda muito pouco conhecido. É certo que o rei tentou uma experiência religiosa inédita, mas essa afirmação deve ser analisada. O epíteto "revolucionário" parece-nos exagerado, no sentido em que Akhenaton não se aparta da tradição religiosa egípcia; pelo contrário, procura redescobrir a pureza dos primeiros tempos e inspira-se no mais antigo dos cultos nacionais, o de Heliópolis. Akhenaton não conseguiu dar uma ampla base à transformação religiosa que procurava concluir, sobretudo porque não percebeu a profunda implantação dos cultos osirianos e das crenças populares. Sua luta contra as outras divindades deve ter agravado a situação.

A política externa do rei foi catastrófica. Os primeiros faraós da décima oitava dinastia tinham compreendido que o pacifismo conduziria o Egito à perdição, pois os povos da Ásia só pensavam em guerras e conquistas. Com o reinado de Akhenaton, o grande império egípcio soçobra. Assim terminou o período mais glorioso do Novo Império.

O que se sabe é que a aventura espiritual de Akhenaton foi de uma excepcional intensidade. Longe de ser um sonhador perdido nas nuvens místicas, Akhenaton portou-se como um autêntico faraó. Construindo a Cidade do Sol, conformou-se com o primeiro dever dos reis, que é o de oferecer um santuário ao deuses. Esperamos que os progressos da pesquisa arqueológica e da decifração dos textos venham pouco a pouco iluminar os pontos obscuros de um reinado no qual o disco solar teve papel tão importante.

TUTANKHAMON, O DESCONHECIDO

A História adora os paradoxos. Se existe um faraó conhecido do grande público, este é Tutankhamon; para os egiptólogos, ele é um dos mais desconhecidos e menos importantes monarcas da história egípcia. No presente caso, tudo foi obra das circunstâncias. Foi a descoberta do seu túmulo em 1922, por Howard Carter, que deu a Tutankhamon celebridade mundial. Inegavelmente, os tesouros que continha eram fabulosos. A recente exposição que lhes foi consagrada atraiu um grande número de visitantes, que desta forma entraram em contato com a arte do Egito Antigo. Mas houve outros tesouros e outras descobertas que não se tornaram tão famosos. O desconhecido Tutankhamon tinha um encontro marcado com o destino. Cerca de três milênios após a sua morte, ele se tornaria um dos faróis da cultura humana.

O príncipe Tutankhaton viveu na corte de Amarna, foi rei aos nove anos e morreu aos dezoito (1347-1338 a.C.). Era filho de Akhenaton, de Amenófis III ou era plebeu? Muitas teorias circularam, mas permanecem no campo do hipotético. É incerto o significado do seu nome: "gracioso de vida é Aton", "imagem viva de Aton" ou "poderosa é a vida de Aton". O personagem manifesta uma relativa independência na corte de Akhenaton, pois adora outros deuses além de Aton, notadamente o grande Criador das origens. No entanto, desposa a terceira filha de Akhenaton. Mas está pouco presente na vida pública. Seu nome é mencionado de tempos em tempos pelos textos, mas não é representado nas cenas dos túmulos ou nas estelas. Talvez tenha dividido o seu tempo entre Amarna e Tebas, onde residia a rainha Tiy, que certos autores consideram sua mãe.

Ao casar-se, Tutankhaton é uma criança unida a uma menina muito jovem. É aconselhado por um preceptor, provavelmente o grande dignitário Ai. As querelas entre partidários de Amon e de Aton e o destino do Egito são problemas que lhe escapam. Deixa-se inebriar

pelas festas e jogos. E, contudo, essa criança torna-se faraó. É investido do supremo cargo num país conturbado e dominado pela incerteza.

A sagração não se realiza em Amarna, mas em Tebas. Dois homens velam o pequeno rei: Ai, "pai divino", lugar-tenente geral dos carros, hábil cortesão que manteve os contatos entre as duas cidades, e Horemheb, um general de fibra que comanda as forças armadas. Ai é o conciliador que evita uma eventual guerra civil. Horemheb é o verdadeiro senhor do Egito, se bem que prefira manter-se ainda na sombra.

Progressivamente, Tutankhaton passa a Tutankhamon. Por conseguinte, muda de nome como Akhenaton. Desta vez, trata-se do abandono da doutrina de Aton a favor da religião de Amon. O grande deus do império volta a ocupar o primeiro plano. Uma estela de Berlim mostra-nos o novo rei em adoração diante de Amon-Rá, provando desse modo seu regresso à ortodoxia. É de crer-se que esta nunca desapareceu completamente de Amarna. De fato, o nome Tutankhamon figura já nos seus dois anéis encontrados na Cidade do Sol. Houve quem chegasse a imaginar que o pequeno rei era uma espécie de espião enviado a Amarna pelos tebanos e que procedeu à "liquidação" da heresia. É esquecida a sua idade.

Uma esteia em quartzito, conservada no Museu do Cairo, tinha sido instalada no ângulo nordeste da grande sala hipóstila de Karnak. É nomeada "da restauração", pois conta-nos como, sob a inspiração divina de Amon, Tutankhamon devolveu seu país ao bom caminho. Horemheb, que teria inspirado este grande projeto, usurpará o documento, de modo a outorgar-se o benefício das ações empreendidas por Tutankhamon.

Diz-se que o novo rei dirigiu-se ao seu palácio de Mênfis. Aconselhou-se com o seu coração e percebeu que o reinado de Akhenaton havia sido desastroso. Era indispensável restabelecer a harmonia para agradar a Amon e às grandes divindades. O que se constata? O mal grassa por toda parte. Os templos dos deuses e das deusas, de norte a sul, de Elefantina aos pântanos do Delta, encontram-se em estado lamentável.

Os santuários estão abandonados. Só restam ruínas. A vegetação invadiu as capelas. As salas secretas estão todas escancaradas. O culto já não é assegurado de acordo com as tradições. Os deuses deixaram o Egito.

Felizmente, Tutankhamon subiu ao trono. Está decidido a levantar as ruínas e a restaurar os monumentos que o Egito tanto precisa para que volte a ser o filho bem-amado dos deuses. O mais urgente é moldar uma estátua de Amon em ouro e incrustada de pedras raras, e maior do que as anteriores. O clero de Tebas ficará satisfeito. Outra estátua será dedicada a Ptah, senhor de Mênfis. O rei reconstituiu os quadros da nação. Os notáveis e seus filhos são restabelecidos nas suas funções. As riquezas que pertencem aos templos lhes são restituídas. Amon amará assim Tutankhamon mais do que a qualquer outro faraó.

Se tomássemos este texto ao pé da letra, poderíamos crer que Tutankhamon desenvolveu uma imensa atividade arquitetônica, lançando cortes de mestres-de-obras, pedreiros e escultores através do país para restaurarem quase todos os templos. Mas, na realidade, só houve renovações no domínio econômico.

Em Tebas, muitas estátuas de Amon apresentam efetivamente o nome de Tutankhamon, que deste modo manifesta a sua veneração pelo rei dos deuses. Em Luxor, vemos o rei oferecer flores a Amon. Uma tríade do Cairo mostra-o entre Mut e Amon, no papel do deus-filho.

Tutankhamon considera-se "senhor da Heliópolis do Sul", ou seja, de Tebas, que graças a ele recupera o seu estatuto de capital político-religiosa do Egito. Mas não é simplesmente o príncipe de uma cidade, deixando bem explícito que reina sobre todo o Egito, igualmente amado por Aton de Heliópolis e Ptah de Mênfis, o que constitui uma maneira de exprimir que o conjunto das cidades o reconhece como rei legítimo.

Em que posição se encontra o Egito no plano internacional? De acordo com uma cena do túmulo de Huy, o jovem monarca instalado sob um dossel recebeu tributos trazidos pelos países do Sul, de que o proprietário do túmulo era governador, assim conservando o cargo que exercia no tempo de Akhenaton. Tutankhamon recebe igualmente os

tributos dos países do Norte. Em Faras, na Núbia, ao sul de Abu-Simbel, Tutankhamon realiza uma importante fundação. Manda vir desta região ouro, produtos exóticos, girafas, panteras, ébano, mogno, penas de avestruz e presas de elefante. Os príncipes núbios prestam homenagem ao faraó.

Embora representado na postura clássica do rei vitorioso, abatendo o seu inimigo, a realidade mostrava-se um pouco diferente. É provável que Tutankhamon não tenha empreendido nenhuma campanha militar. A situação internacional não evoluiu muito durante o seu reinado, senão num sentido desfavorável ao Egito. Embora tenha perdido o seu poder e a sua importância, o exército egípcio não é inexistente. No primeiro túmulo, o de Mênfis, o general Horemheb mandou representar várias raças de asiáticos trazendo tributos. Na *estela da restauração*, confessam-se fatos concretos: o exército egípcio enviado à Síria, para tentar manter as fronteiras do Egito, só conheceu derrotas.

Horemheb, porém, impediu qualquer invasão. Tutankhamon deu-lhe plenos poderes. Era o "escolhido do rei", o favorito dos favoritos, o confidente dos confidentes. Não devemos imaginar esse general como um soldado grosseiro. Horemheb é um escriba, um homem culto, que ama acima de tudo o direito e a justiça.

No ano 6 do seu reinado, Tutankhamon tem quinze anos. Já não é mais uma criança. Está habituado ao modo de vida da corte e começa a conhecer o seu ofício de rei. Começa, por certo, a interessar-se pelo poder e a tomar consciência das suas funções. Aí e Horemheb eram conselheiros qualificados e competentes. A política internacional praticada pelo Egito é hábil: a coroa tenta entender-se com os assírios, que enviam uma delegação comercial ao Egito. Imediatamente, o rei da Babilônia inquieta-se e procura aproximar-se de Tutankhamon. O Egito reafirma a sua presença. O jovem faraó está prometido a um futuro brilhante.

Mas os deuses decidiram outra coisa. Tutankhamon morre aos dezoito anos. Seu túmulo não está pronto, por isso o enterraram num modesto jazigo que, certamente, não estava destinado para abrigar um rei.

Quando Tutankhamon morre, dá-se um fato extraordinário. A sua viúva Ankhesenamon, que desposará Ai, escreve uma carta ao rei dos hititas. A versão cuneiforme conservou-se. A jovem tinha certamente tomado gosto pelo poder e, como o seu futuro era muito incerto, decidiu recorrer ao mais forte dos soberanos estrangeiros. "O meu marido morreu", anuncia ela na sua missiva. "Os teus filhos são adultos. Envia-me um deles. Desposá-lo-ei e farei dele rei do Egito."

O grande rei hitita Suppiluliuma deve ter ficado um tanto surpreso ao ler tal pedido. É certo que os casamentos diplomáticos eram fluentes, mas noutras circunstâncias. O soberano hitita conhece a difícil situação do Egito, cujo poder militar permanece todavia intacto. Fazer um hitita subir ao trono das Duas Terras parece-lhe improvável. Desconfiado — e não era para menos —, julga tratar-se de um arдил. Responde à viúva de Tutankhamon fazendo-lhe perguntas: onde está o filho de Tutankhamon? Como morreu este?

Quando a mensagem do rei hitita chega à corte, a jovem viúva sente-se despeitada. Esta troca de mensagens leva tempo e há que agir depressa. "O meu marido morreu", reafirma ela. "E eu não tenho filhos." É evidente que o rei hitita mandou espiões para indagarem. Depois de refletir e de constatar que a rainha não mentia e que era talvez possível explorar a situação, enviou efetivamente seu filho para ser coroado no Egito. Mas levara tempo demais. Tornou-se faraó, Ai obtivera as confidências da rainha, e o jovem príncipe hitita nunca chegou ao Egito. Foi detido no caminho, talvez assassinado, fato este que tornou ainda mais tensas as relações entre hititas e egípcios.

O "divino pai" Ai conduziu as exéquias de Tutankhamon e procedeu ao ritual da abertura da boca na múmia real. Ai era já um homem importante na corte de Amenófis III. Seu prestígio cresceu ainda mais em Amarna, onde foi um dos íntimos de Akhenaton. Recebeu o ouro da recompensa das mãos do "herege". De resto, é no seu túmulo que

está gravado o grande hino a Aton. Muito hábil, Ai regressou a Tebas sem perder sua influência. Já idoso, reina durante quatro anos (1337-1333 a.C.). Familiarizado com o poder, resolve os assuntos correntes com a aprovação de Horemheb. Aí foi rei por casamento com a viúva de Tutankhamon. Curiosamente, no seu túmulo, quem é designada para esposa do faraó não é Nefertiti, mas a sua ama. Este simples pormenor mostra o quão difícil é ainda compreender as relações exatas entre os diversos personagens que animam este período.

A estrela de Horemheb brilhara desde o final do reinado de Akhenaton. Estava então a serviço do rei e obedecia às suas ordens de paz, desejando porém intervir na Ásia de forma mais direta. Empreendeu uma investida contra os beduínos, na Palestina, provando deste modo que o exército egípcio continuava "operacional". Era igualmente administrador, visto que Akhenaton lhe confiou a gestão do norte do país.

Quando Ai morre, Horemheb, que dava ordens aos dois vizires, decide governar. Reinará durante vinte e sete anos (1333-1306 a.C.), depois de servir a três faraós: Akhenaton, Tutankhamon e Ai. Sua tomada de poder foi religiosamente legitimada, visto ser ordenada pelo deus Amon. Horemheb chegou a Karnak quando se celebrava a festa de Opet. A estátua do deus parou diante dele, designando-o sucessor de Ai. Proferido este oráculo, o novo faraó dirigiu-se ao palácio para desposar uma princesa de sangue real.

Horemheb "usurpou" os monumentos de Tutankhamon e de Ai, substituindo os nomes deles pelo seu. Apaga os três reinados que o precederam e liga-se diretamente a Amenófis III, que considera seu antepassado. Em Tebas, manda desmontar as construções de Akhenaton, mas não as destrói: os blocos cortados serão utilizados nas fundações de novos pórticos. É Horemheb quem reorganiza o Egito. Encontrou seu povo num tremendo estado de miséria. A anarquia havia substituído a ordem. Os poderes públicos já não cumpriam a sua missão. Os homens do poder eram todos maus e exploravam os pobres. Por toda parte grassavam a pilhagem, a corrupção, a trapaça, a desonestidade. O

rei passou longas noites em claro, meditando sobre a injustiça que oprimia o Egito e que se devia à heresia atoniana. Recusando ceder ao desespero, emite vários decretos administrativos ditados a um escriba. A autoridade central é restaurada. Um verdadeiro faraó está de novo à frente do país. Funcionários e soldados corruptos são severamente castigados. Cortam-lhes o nariz e exilam-nos nas fortalezas da fronteira asiática. Nem mesmo os mais altos funcionários escapam à justiça.

Como é evidente, as tintas são exageradamente carregadas para valorizar a atividade positiva do novo monarca. O certo, porém, é que Horemheb procedeu a uma "limpeza" no quadro de funcionários, onde certos elementos — e não poucos — haviam aproveitado a relativa anarquia que reinava no país para enriquecer, desprezando seus deveres.

Sendo um rei piedoso, Horemheb desconfia, contudo, da casta sacerdotal. Sua confiança em Amon não é acompanhada de uma grande solicitude para com os servidores do deus, de modo que escolhe alguns sacerdotes entre os seus amigos militares. Conhece bem os quadros do exército, que divide em dois grandes corpos: um para o Norte, outro para o Sul, dotando cada um de um comando específico. Cioso de justiça, Horemheb reorganiza os tribunais, colocando à sua frente homens íntegros. Congratula-se de ter restituído os bens aos espoliados. Por exemplo, é ele que manda devolver as embarcações aos barqueiros. A circulação no Nilo é restabelecida, permitindo que a economia egípcia funcione normalmente graças a esta rota comercial imprescindível que é o Nilo.

O militar Horemheb apresenta-se, pois, como um conquistador vitorioso. Afirma ter vencido todos os povos estrangeiros, principalmente os hititas. Na realidade, os exércitos egípcio e hitita mantiveram as suas posições.

Com o general Horemheb, cujo reinado foi pacífico, chega ao fim a décima oitava dinastia, a mais célebre da história egípcia. Horemheb é um homem-charneira que pertence a um mundo novo. "Liquidando" a experiência amarniana, é de certa forma o fundador de uma nova

dinastia. A décima nona instaura-se, de resto, com um rei-soldado como ele. O Egito prepara-se para conhecer uma etapa do seu longo percurso em que a guerra assumirá uma importância cada vez maior.

O dia 25 de novembro de 1922 foi uma grande data para a egiptologia e para a humanidade. Efetivamente, neste dia foi aberto o túmulo de Tutankhamon. Esta descoberta coroava os esforços de dois homens: o arqueólogo Howard Carter e Lorde Carnarvon, um aristocrata inglês riquíssimo e amante de emoções fortes, que partira para o Egito a fim de curar uma doença respiratória. Apaixonado pela antigüidade egípcia, financiou escavações que conduziram à descoberta do prodigioso tesouro funerário de Tutankhamon.

Lorde Carnarvon morreu a 5 de abril de 1923, sem ter visto a múmia e os sarcófagos do rei. À hora do seu falecimento, verificou-se no Cairo uma inexplicável pane elétrica. Nos meses seguintes morreram um meio-irmão do lorde, a sua enfermeira, um médico que radiografara a múmia, um milionário norte-americano que visitara o túmulo, isso para não falarmos do desaparecimento de outros sábios ou visitantes. Desses "incidentes" nasceu a lenda da maldição de Tutankhamon, que, descontente por ter sido perturbado no seu derradeiro sono, teria se vingado dos seus profanadores. A partir de então não têm faltado elucubrações. Curiosamente, o faraó esqueceu-se de castigar o principal responsável, o próprio Carter, que "sobreviveu" treze anos ao seu delito. E assim muitos outros eruditos ou arqueólogos tiveram a mesma sorte e viveram uma velhice tranqüila.

A câmara funerária foi aberta no dia 17 de fevereiro de 1923. Uma capela em madeira dourada, de cerca de 4m por 6,40m, preenchia-a quase por completo. Havia, na realidade, quatro capelas encaixadas umas nas outras e cujas cenas evocavam a ressurreição do faraó. Os pesquisadores tiveram de render-se à evidência: o túmulo estava inviolado ou, pelo menos, os ladrões haviam fracassado nos seus intentos. Foram interrompidos por razões que desconhecemos, e a sepultura do jovem rei foi esquecida, desaparecendo da memória dos salteadores profissionais. A polícia do Vale dos Reis tomou, sem dúvida,

medidas eficazes. Pela primeira vez podia-se contemplar um completo mobiliário fúnebre real, tal como havia sido depositado na morada eterna quando da morte do faraó. Móveis, arcas, tronos, estátuas, carruagens desmontadas, recipientes, taças, capelas... todo um prodigioso amontoado em quatro pequenas divisões que, na origem, por certo não haviam sido destinadas a receber os despojos de Tutankhamon. Só na primeira divisão haviam sido depositados 171 objetos ou móveis, os últimos dos quais contendo alguns outros elementos.

O primeiro objeto visível ao entrarem no túmulo era uma taça em alabastro em forma de lótus aberta e servindo de suporte a um magnífico texto: "Que o teu *ka* viva! Que tu possas passar milhões de anos, ó rei que ama Tebas, sentado com o rosto voltado para o vento norte e contemplando com os olhos a serenidade." Outra inscrição diz-nos que o rei passou a vida fabricando imagens dos deuses de modo a que concedam o incenso, a libação e as oferendas de cada dia.

Uma arca em um formato de rolo real apresenta o nome de Tutankhamon. Em tudo o mais vai figurar o seu primeiro nome, Nebkheperuré, que significa "Rá é o senhor das transformações". O nome de Tutankhamon encontra-se até inscrito num cetro. A múmia real repousava no seu sarcófago, mas o estudo do corpo não foi muito esclarecedor. Julgou-se possível datar precisamente a morte em janeiro de 1343 a.C. de acordo com o exame das flores depositadas no túmulo, cujo último arranjo se deve a um alto funcionário, Maya, o intendente do Tesouro. Este último, que conservou o cargo no tempo de Horemheb, era provavelmente um familiar de Tutankhamon e envidou os esforços necessários para preservar o seu repouso eterno, disfarçando a entrada da sepultura. Foi secundado por Nakhtmin, general, escriba e porta-leque, que dedicou *uchebtis*¹¹ a Tutankhamon.

O corpo do rei é o de um jovem. A múmia está muito ressequida e tem o crânio rapado como o dos sumo sacerdotes. A mumificação foi relativamente mal feita, certamente muito depressa, pois o excesso dos

¹¹ Figurinhas de servos que, quando chamadas pelo defunto, o ajudam a realizar diversas tarefas nos paraísos do Além.

ungüentos queimou os tecidos e atacou os ossos. Um ferimento na face insinuou a hipótese de assassinato, mas trata-se de um fraco indício. Estranhamente, umas faixas com o nome de Semenkkaré, co-regente de Akhenaton, estavam dispostas sobre a múmia de Tutankhamon. Por toda parte, sobre o corpo, amuletos protetores colocados seguindo uma ordem ritual. Na testa, o símbolo do abutre encarnando o Alto Egito e o da serpente encarnando o Baixo Egito. Na calota de fino linho que cobria o crânio encontrava-se perpetuada a memória do deus Aton. As origens do jovem rei não haviam sido esquecidas. Os sacerdotes que se ocuparam do seu funeral aceitaram, por conseguinte, a evocação do deus venerado pelo faraó herético.

Esse dispositivo mágico, que faz da múmia um corpo de ressurreição, permitiria ao rei viver de novo, respirar o ar e sair à luz do dia, à luz da eternidade. Seu rosto viveria para sempre. O olho direito era assimilado à barca do dia; o esquerdo, à barca da noite, aquela que lhe permitiria viajar, como o sol, nos espaços celestes. A decoração da câmara funerária é excepcional relativamente à habitual temática dos túmulos reais. De fato, ali se vêem as exéquias de Tutankhamon e a cerimônia de abertura da boca, na qual o faraó é representado como Osíris.

Este pequeno túmulo continha um verdadeiro tesouro. A maior parte dos objetos é magnífica e revela um grande luxo. O ouro é copiosamente usado. O precioso metal sempre foi um dos elementos fascinantes da arte egípcia. Não era considerado um elemento unicamente material, mas constituía a carne dos deuses. Por isso ornava templos e estátuas a fim de lhes conferir uma vida divina.

Ser iniciado nos segredos da "morada do ouro" significa ter sido admitido no ateliê de escultura para criar estátuas. Através do ouro, a energia primordial é transmitida ao homem conhecedor. A máscara de ouro de Tutankhamon constitui a mais perfeita ilustração desta idéia. A sala central do túmulo, designada "a sala de ouro", continha os sarcófagos e as caixas dos canopos recipientes que continham o fígado, os pulmões, o estômago e os intestinos, protegidos por divindades. O coração, símbolo da consciência, permanecia no corpo. Um

"escaravelho do coração" substituíra porém, o órgão carnal por um órgão espiritual. Dessa forma, as funções essenciais do corpo de ressurreição estavam asseguradas.

Há um impressionante contraste entre o pequeno túmulo de um "pequeno rei" e as riquezas acumuladas. Sobre o seu corpo enfaixado encontravam-se espalhadas 143 jóias em ouro. O último sarcófago era de ouro maciço. Os três caixões, instalados sobre um leito em forma de leão, atingem um peso de 1.375 quilos. É difícil para nós imaginar quais não seriam os tesouros funerários dos grandes faraós, pilhados ao longo dos séculos. Não esqueçamos que estes esplendores têm um único objetivo: o renascimento do ser. Por isso, elementos modestos podem ser tão importantes como os mais belos objetos. Estamos pensando especialmente nos quatro gênios escondidos em nichos da câmara funerária. Havia um pilar *djed*, símbolo de estabilidade; um Anúbis, destinado a guiar a alma nos caminhos do outro mundo; um Osíris, juiz dos mortos e morto ressuscitado; e um ser de cabeça humana, por certo a alma justificada. As capelas douradas são matrizes de ressurreição onde o rei vive na Luz com a ajuda dos deuses, bem como graças ao conhecimento dos textos mitológicos e rituais.

Um *naos* chapeado a ouro contém uma estatueta do casal real. Sua decoração mostra-nos a rainha oferecendo unguentos e flores a Tutankhamon e colocando-lhe um colar no pescoço. O jovem derrama um líquido perfumado na mão de sua bem-amada. No espaldar do trono real, o casal é de novo exaltado. Uma das cenas de uma arca situa-se num clima paradisíaco, onde a rainha oferece ramos de papiro e de lótus a um faraó adolescente. Este tão comovente tema não é escolhido ao acaso, pois o valor sagrado do amor conjugai, tão calorosamente afirmado por Akhenaton, continua sendo proclamado.

Tutankhamon caça em seu carro a avestruz, a hiena e a íbis. É caçador e guerreiro como todos os faraós. As cotas de malha, os arcos, as flechas, os paus de arremesso, as espadas e os escudos assumem aqui um significado ritual. Quando o rei dispara seu arco contra o exército inimigo formado por negros e asiáticos, põe fim à desordem e à

desarmonia. Cada uma das peças da grande carruagem chapeada a ouro era, aliás, consagrada a um deus; quando Tutankhamon a utilizava para aparecer em glória, era comparado ao sol nascente.

No ângulo sudoeste da câmara nomeada "do tesouro" havia sido depositada uma espécie de caixote. Dentro dela havia uma moldura com a forma de um Osíris, onde se colocava lama do Nilo semeada de trigo. Assim se obtinha o chamado "Osíris vegetante": após a germinação, o trigo brotava do corpo de Osíris, a vida nascia da morte. Dessa forma o túmulo não era considerado um lugar sinistro, e sim o local mágico onde o ser podia passar desse mundo para o outro sem perder a integridade.

Tutankhamon não deixou muitos vestígios históricos. Mas o tesouro artístico, espiritual e simbólico que nos legou fez brilhar a glória do Egito por séculos e séculos.

16

SETHI I, O HOMEM DO DEUS SETH

Chefe dos arqueiros, vizir, depois co-regente e, finalmente, faraó. Ocupando o poder sozinho, Sethi I reina sobre o Egito de 1304 a 1290 a.C. De acordo com sua múmia, muito bem conservada, era um homem de estatura mediana, feições vigorosas e autoritárias, maxilar pesado e queixo largo. No seu rosto lêem-se força, determinação e consciência da sua dignidade. Assumiu pesadas responsabilidades desde muito novo. Tinha paixão pelos cavalos; duas de suas parelhas favoritas chamavam-se "Amon dá o poder" e "Amon dá a vitória". Eis a melhor forma de se dar o tom do regime de Sethi I.

Seu pai é Ramsés I (1306-1304 a.C.), soldado originário do nordeste do Delta. Subira ao trono idoso, depois de ocupar os cargos de comandante de fortaleza, superintendente das bocas do rio, intendente dos cavalos e comandante-chefe do exército real. Muito depressa associou ao poder seu filho Sethi, que não escondia a intenção de restituir ao Egito a sua verdadeira grandeza.

Com o seu nome, o rei presta homenagem ao deus Seth, senhor da força vital espalhada pelo cosmos, que, uma vez controlada, transforma o faraó num indômito guerreiro. Graças à proteção de Seth, ele se lança sobre o adversário qual terrível leão. Ninguém lhe escapa. Esmaga os povos revoltosos. Manda representar nas paredes dos templos cenas imensas, nas quais aparece sereno, vitorioso, símbolo perfeito da ordem do mundo, esmagando uma confusão caótica de inimigos que exibem esgares e estão desarticulados. Não se trata de favorecer uma forma de brutalidade: se o rei age desta forma, é para surgir como o protetor que vela sobre o Egito.

Sethi I foi também chamado "Aquele que repete os nascimentos", título que foi buscar em Amenemhat I, fundador da décima segunda dinastia. Isto significa que tinha consciência de ser o primeiro faraó de uma nova linhagem.

No interior, o Egito está calmo. A obra de reorganização de Horemheb foi notável, de forma que Sethi I pensa que é possível voltar a uma política externa ativa. Para o homem de Seth, nem pensar em ver o renome internacional do Egito cada vez mais empanado. Possui três exércitos bem preparados e colocados sob a proteção dos deuses Amon, Rá e Ptah, senhores das três grandes cidades de Tebas, Heliópolis e Mênfis. A intendência está corretamente assegurada. Os soldados recebem dois quilos de pão por dia e duas fardas de tecido por mês. E também comem carne de vaca, peixe e legumes.

Contidos por Horemheb, os hititas padecem uma epidemia de peste em seu país e têm de ocupar-se com seus turbulentos vassalos. Restabelecida a ordem no país, atacam de novo o império egípcio. Dominando o norte da Síria, fomentam uma sublevação de beduínos, que se apoderam de várias fortalezas egípcias na estrada que vai de El Kantara a Gaza. O perigo é grande, pois o Egito ver-se-á gravemente ameaçado se tropas coalizadas por amorritas e arameus receberem ainda o apoio hitita e juntarem suas forças às dos beduínos. Não há tempo a perder, e será uma boa ocasião para demonstrar aos asiáticos que o faraó continua senhor da situação. A intervenção do rei constituiu um êxito

total: as fortalezas são recuperadas, e os beduínos, chacinados. O norte da Síria regressa à área de influência egípcia, tal como a Palestina. O rei avança até o Líbano, cuja madeira é necessária para a construção de barcos e mastros fincados diante das fachadas dos templos. Sethi I chega a anunciar que destruiu a terra de Kadesh (na região do Oronte) e o país de Amor. Apesar da falta de detalhes, suspeita-se de que tenha sido o primeiro choque direto entre o exército egípcio e o exército hitita, tendo este último que bater novamente em retirada. A campanha ou, mais provavelmente, as campanhas de Sehti I traduziram-se em vitórias no terreno, mas não aniquilaram o inimigo. Não obstante os esforços do faraó, a Síria mantém-se sob a influência hitita, constituindo uma excelente base para atacar o Egito, sendo essencial conservar uma fortificação palestina e o embargo dos portos fenícios.

Sethi I tem outras preocupações. Na fronteira ocidental voltam a agitar-se os líbios, que se haviam portado bem durante muitos anos. Também aqui, a intervenção do exército egípcio é rápida e eficaz. Os líbios compreendem que o seu poderio militar é insuficiente para levar a cabo a invasão do Egito.

O balanço militar do reinado de Sethi I é dos mais positivos e, contudo, o rei é obrigado a constatar que os hititas formam uma nação muito bem armada e com grande potencial militar. Até o final do reinado de Sethi, os dois exércitos mantêm-se na defensiva e respeitam o *status quo*. Mas nunca chegaram a um acordo.

Sethi I continua favorecendo a casta militar, mais do que nunca garantia da segurança do país. Vemo-lo na "janela da aparição" do seu palácio distribuindo ouro e recompensas. Não é fácil obter o precioso metal, de modo que o rei concede medidas especiais a um corpo de trabalhadores que considera desfavorecidos: os que extraíam e lavavam o precioso metal nas minas próximas do mar Vermelho efetuavam, de fato, um trabalho dos mais penosos, tendo de percorrer estradas difíceis, perigosas e arriscando-se a morrer de sede. O rei foi pessoalmente às minas e constatou ser necessário abrir mais poços. "Deus guiava-o", diz um texto, quando meditava à procura de uma

solução. Subitamente, por inspiração divina, o rei seguiu em frente e encontrou um poço. A água era tão abundante que se poderia jurar que provinha da caverna de Elefantina, onde nasce o Nilo.

Deve-se a Sethi I o mais belo e o maior dos túmulos do Vale dos Reis. Logo à entrada penetramos a terra profundamente. Um falso itinerário termina num poço e a verdadeira entrada do túmulo está disfarçada. Temos de percorrer diversos corredores e câmaras até chegarmos ao centro do monumento, uma enorme sala, onde atrás dela está situado o jazigo propriamente dito, guardando o sarcófago.

Parece que os arquitetos pensavam em continuar cavando a terra, pois um corredor inacabado parte desta última divisão. As paredes estão cobertas de textos provenientes dos livros funerários reais. Mas também se nota a presença do ritual de abertura da boca e da narrativa mitológica acerca da vaca do céu. O animal figura, aliás, no teto: sob seu ventre estende-se o céu estrelado e navegam as duas barcas solares. Não contente por colocar seus arquitetos trabalhando na grande sala hipóstila de Karnak, de fazer obras em Heliópolis e de construir um templo funerário que será concluído por Ramsés II, Sethi I ordenou a construção do maior templo de Abidos, cujos relevos são, por certo, os mais belos da arte egípcia. Abidos é uma cidade muito antiga e ali foram enterrados os reis das duas primeiras dinastias. Conhece uma grande expansão no Médio Império, quando o culto a Osíris se torna o mais popular. Osíris, senhor de Abidos, permite que os seus fiéis depositem as esteias funerárias em seu domínio, um ato através do qual participavam na sua imortalidade. A peregrinação a Abidos constitui um tema freqüentemente representado nas cenas dos túmulos, e a cidade se apresenta como um centro teológico de primeira importância, se bem que seu papel econômico seja dos mais limitados.

Ninguém realizara obras desta magnitude em Abidos. Sethi I, o homem do deus Seth, era obrigado a honrar Osíris de modo muito especial. Efetivamente, o deus havia sido assassinado e esquartejado por seu irmão Seth. Ao adquirir o poder de Seth, o faraó devia demonstrar a sua

lealdade para com Osíris, deus dos mortos, senhor do tribunal que permitia aos justos acederem ao Paraíso.

O templo edificado por Sethi I é concebido como um santuário nacional onde se venera a tríade local (Osíris, a sua mulher Ísis e o seu filho Hórus), os deuses Amon de Tebas, Ptah de Mênfis e Rá-Harakhty de Heliópolis, bem como Sethi I divinizado. Por conseguinte, o templo é de certo modo uma síntese de todos os cultos do Egito. Para um santuário excepcional, um plano excepcional; sete portas de entrada, sete galerias, sete santuários para se venerar as divindades acima citadas. Os grandes pórticos e os pátios que precedem o templo estão em ruínas; só a parte principal se encontra conservada. As sete capelas estão decoradas com admiráveis cenas rituais entre as quais vemos a coroação de Sethi I. Ramsés II, que se fez representar na qualidade de sacerdote prestando culto a seu pai, afirma que foi ele quem terminou o grande templo de Abidos. Na ala sul do edifício descobrimos uma das "mesas de Abidos": Sethi I oferece incenso a setenta e três faraós designados por seus rolos.

Ao lado do grande templo ergue-se o mais enigmático monumento do país, "o cenotáfio", construído no eixo do edifício principal. Os arquitetos utilizaram granito rosa, calcário branco e grés vermelho. Um longo corredor, passando por dois vestíbulos, conduz a uma sala onde reconhecemos uma ilha com um canal em volta. Trata-se de uma encarnação em pedra da elevação primordial surgida das águas na aurora da criação. Através da arquitetura, o mestre-de-obras tornou presente e tangível o mito fundamental da origem da vida na Terra.

O clero de Abidos foi muito favorecido pelo rei. Os sacerdotes viram-se isentos de taxas e impostos, pois a fundação religiosa de Sethi I gozava de imunidade fiscal, uma perigosa política que tende a formar um pequeno Estado dentro do Estado e que levará todos os administradores dos templos a reclamarem os mesmos privilégios.

O reinado de Sethi I é característico da monarquia egípcia, no sentido de que este faraó de temperamento guerreiro é também um homem profundamente religioso. A devoção que tem por Seth, deus da

tempestade, da trovoada e da força, não o impediu de mandar executar os relevos rituais mais perfeitos da arte egípcia.

17

RAMSÉS II E A EXALTAÇÃO DA FORÇA

Ramsés II reinou sobre o Egito durante sessenta e seis anos, de 1290 a 1224 a.C. É qualificado como "glorioso Sol do Egito", "montanha de ouro", "imagem perfeita de Rá", "sol de todos os países". Quem tiver visto o rosto da múmia de Ramsés II, morto com quase noventa anos, nunca mais o esquecerá: petrificado numa morte aparente, o mais famoso faraó da história egípcia permaneceu igualmente voluntarioso e presente. O nariz é adunco e o maxilar é possante; os lábios são carnudos. A determinação do caráter não impede a delicadeza, pois as mãos são belas, de unhas tratadas. Homem de ação e de cultura, eis como se afirma o grande Ramsés. A múmia foi salva da pilhagem por sacerdotes de Amon, na vigésima primeira dinastia, e novamente exumada depois de se praticarem mais uma vez os ritos de ressurreição. Os textos especificam que os despojos de Ramsés II foram colocados no túmulo do seu pai Sethi I antes de serem transportados para um jazigo em Deir el-Bahari, onde depois foram encontrados. O traslado foi, aliás, registrado num auto onde figuram os nomes dos funcionários responsáveis.

Ramsés II é filho de Sethi I e da dama Tuya, à qual foi prestado um culto. Era altiva, majestosa e muito bela. O jovem foi criado no respeito pela grandeza de seu país. Reina um clima rigoroso: Sethi restaurou o prestígio das Duas Terras e está educando seu filho neste ideal. O jovem Ramsés tem uma vontade feroz. É dominador e deixou vestígios da sua passagem em quase todas as estações atualmente visitadas. Senhor do mundo aos olhos dos egípcios que viveram no final da civilização faraônica, dele se dizia que dava a vida ou a morte a quem quisesse. Seus nomes tinham um poder mágico. Mesmo vários séculos após a sua morte, ainda eram gravados em escaravinhos, inclusive no estrangeiro.

Não perde uma oportunidade para fazer com que o povo saiba que é um benfeitor. Constatou-se que se havia imposto psiquicamente e que conseguira tornar-se a alma viva do Estado. Textos e monumentos valorizam a sua ação e provam o quão indispensável ele era. Os colossos simbólicos de Ramsés em Abu-Simbel mostram-no na sua estatura heróica e divina, aquela que lhe convém. Eleito do Sol, Ramsés é também filho de Ptah. A teologia real fará dele um deus sobre a Terra. Sethi I compreendeu o caráter de seu filho. Sua ambição não lhe desagradava, de modo que o associou ao trono. "Coroai o rei", ordenou Sethi, "para que eu possa ver a sua perfeição em vida." Aos dez anos, Ramsés, cujo vigor físico parece ter sido excepcional, dirigia uma esquadra militar. Seu pai certamente o levou consigo numa campanha contra os líbios. Depressa conformado com as duras realidades do seu tempo, Ramsés, excelente condutor, foi nomeado capitão de infantaria. Sua ascensão ao poder não suscitou nenhum problema, tão evidente se afigurava.

Ramsés II mandou enterrar seu pai no Vale dos Reis. Está quase com vinte anos. Depois de passar por Karnak, onde se celebra a festa de Opet, dirige-se a Abidos e dá ordens no sentido de que seja concluído o templo iniciado por Sethi I. Assenta a primeira pedra do seu próprio templo e manda gravar uma inscrição em memória do pai, manifestando assim sua profunda piedade filial. Depois dirige-se à capital do Delta.

Está, pois, instalado em seu palácio um faraó que se considera a fortaleza do Egito, um falcão de ouro que lança sobre os homens uma sombra benéfica quando abre as asas. Quando nasceu, os deuses deram brados de alegria. Inspira pavor aos povos estrangeiros e o seu nome circula no universo. Possui o poder do fogo. É comparado ao chacal que corre veloz, percorrendo o circuito da Terra no espaço de um instante, a um leão com as garras de fora e que ruge terrivelmente. Epítetos tradicionais, é certo, mas que, no seu caso, assumem um caráter peculiar. Julgamos saber, entretanto, que Ramsés II possuía um leão domesticado e que o levava para a guerra. Durante a noite, o felino

deitava-se diante do túmulo de seu dono para impedir que alguém se aproximasse. Se se trata de uma lenda, corresponde bem ao poder do rei, que sabia domar as forças mais selvagens da natureza.

Como nos relatam os textos do obelisco de Luxor, Ramsés pedira a seu pai Amon que todo o universo se submetesse a ele. Senhor de tudo que o sol rodeia, Ramsés estava pronto para conquistar os países estrangeiros, de pé em seu carro, cujas peças eram todas elas habitadas por um deus. Os Nove Arcos, ou seja, a totalidade do país, encontram-se sob as suas sandálias; os inimigos estão vencidos, amarrados, impotentes.

Eis, pois, o ambicioso programa de Ramsés II. Qual foi a realidade histórica? O rei começou por reforçar o seu potencial militar. Aos três exércitos já existentes — os de Amon, Rá e Ptah — acrescenta um quarto, colocado sob a proteção do deus Set. Utiliza os serviços de muitos estrangeiros: líbios, núbios, amorritas, prisioneiros de guerra reconvertidos ou os filhos destes nascidos no Egito.

Uma estela encontrada em Assuã e datada do ano 2 do reinado anuncia peremptoriamente que Ramsés II venceu os núbios, os líbios e os hititas. Nada mais fácil no caso da Núbia: o núbio vencido, esmagado e submetido tornou-se um tema literário, característico da retórica real. Uma pintura do templo de Beit el-Uali nos revela uma cena na qual núbios apresentam seus tributos ao faraó: ouro, presas de elefante, leques, peles, escudos, bebidas e alimentos diversos, e ainda animais vivos. Ramsés II mantém a dominação egípcia sobre a Núbia com pulso muito firme. Precisa do ouro de suas minas e não suportaria a menor perturbação.

A confrontação com os líbios assenta-se em bases mais realistas. É possível que, como era seu hábito, eles tentassem investidas quando da mudança de faraó, esperando que o novo monarca fosse mais fraco que o anterior. Ramsés II teve que conter uma pequena tentativa de invasão de piratas. Vemo-los, efetivamente, aparecer na corte do faraó e no seu exército, onde combaterão contra os hititas. Um século mais tarde, integrar-se-ão, como muitos prisioneiros de guerra, na sociedade

egípcia depois de receberem terras como recompensa pela sua bravura em combate.

O problema hitita é diferente. Ramsés II opõe-se a um rei, Muwatalli, tão determinado quanto ele. Os dois exércitos sentem-se igualmente fortes. O pomo de discórdia é o norte da Síria, que os egípcios e os hititas querem manter a todo custo sob sua zona de influência. No ano 4 do seu reinado, Ramsés empreende uma campanha exploratória para testar as reações hititas. Conduz suas tropas ao longo da costa palestina e chega ao rio do Cão, não longe de Beirute, onde manda erguer uma esteira virada para o mar e cujo texto encontra-se hoje ilegível. Assegura-se de que a região constitui uma boa base de partida para empreender a guerra contra os hititas. Toma de assalto fortalezas sírias e palestinas controladas por seus inimigos. Os soldados egípcios arrombam as portas a machadadas, colocam escadas e escalam as muralhas. Com o escudo às costas para se protegerem das pedras e das flechas, e de punhal na mão, dão provas de grande ardor.

Os hititas não ficam inativos. Compreendem que se aproxima a hora da grande confrontação que preparam há tantos anos. O rei do Egito está só. Eles formaram uma grande coalizão de que fazem parte mais de vinte nações. Têm todas as possibilidades de alcançar a vitória.

Na primavera do ano 5 do seu reinado, Ramsés II conduz o seu exército à Ásia. Todas as forças egípcias estão envolvidas e parece inevitável uma batalha decisiva contra os hititas. O exército atravessa a fronteira egípcia em Sila, passa pelo norte da Síria e, transcorrido um mês, chega às elevações que dominam a praça-forte de Kadesh, o atual Tell Nebi, perto do Oronte. Aparentemente, Kadesh havia sido atacada por Sethi I, mas os hititas haviam-na reconquistado.

Ramsés ocupa uma posição estratégica, mas sabe que logo terá que enfrentar uma formidável coalizão pacientemente reunida pelos hititas. O número não lhe é favorável. Muwatalli reuniu todos os seus vassalos e aliados, levando até seu tesouro com ele, que inclui uma grande quantidade de metais preciosos. O que se vai jogar em Kadesh é, de fato, o equilíbrio do Mundo Antigo.

Um incidente parece fazer virar a sorte a favor do faraó: dois beduínos são trazidos à sua presença, os quais declaram que abandonaram os hititas depois de terem estado a seu serviço. Tornando-se fiéis servidores do Egito, fornecem-lhe uma informação útil ao faraó: os hititas ainda estão longe de Kadesh. O exército egípcio pode, então, avançar sem receio e apoderar-se facilmente da cidadela.

Ramsés II está convencido de que impressionou bastante os hititas para fazê-los recuar. Infelizmente, os dois beduínos eram espiões que praticaram aquilo a que hoje chamamos "contra-informação". Como Sir Alan Gardiner escreve com alguma graça, "é evidente que algo estava errado nos Serviços Secretos egípcios". As forças pró-hititas estão, na realidade, muito próximas, camufladas a leste de Kadesh.

Mesmo que, como alguns autores supõem, os espiões hititas tenham sido desmascarados, era tarde demais. Confiante, Ramsés II partiu para Kadesh à frente do exército de Amon, enquanto os de Rá, Ptah e Seth ainda estão longe. Ramsés II é acompanhado pela sua guarda pessoal, facilmente reconhecível pelos seus capacetes em ponta coroada por uma bola. O soberano é protegido pelo seu leão familiar chamado "exterminador dos inimigos". No acampamento, cada qual cuida das suas ocupações. Preparam-se as armas e consertam-se os carros.

Subitamente verifica-se o ataque-surpresa dos hititas, e os egípcios são apanhados desprevenidos. Quando o exército adversário o cerca e o isola dos seus soldados em fuga, a estupefação do rei é total. O pânico perturba o exército de Amon, cujos soldados de infantaria são imediatamente dispensados, incapazes de resistir ao flagelo que se abate sobre eles. Ramsés II teve tempo para enfiar sua couraça, pegar seu arco e saltar para sua carruagem denominada "Vitória em Tebas". Está pronto para combater.

É o momento crucial da batalha. O faraó Ramsés II está sozinho na sua carruagem, diante de um número enorme de homens e cavalos. Dois mil e quinhentos carros de guerra o rodeiam. Está condenado à morte. O rei não compreende e sente uma dor intensa. Nenhum oficial, nenhum soldado junto dele. Abandonaram-no e o deixaram sozinho,

entregue à própria sorte. E seu pai Amon? Ramsés II reza às portas da morte. Não suplicando ou com uma oração desesperada, mas como um brado de uma revolta. Uma formidável indignação. "Meu pai Amon", exclama, "por que abandonaste o teu filho? Acaso eu agi sem a tua inspiração, acaso desobedeci a alguma das tuas ordens? Eu te invoco, meu pai Amon, no meio de uma multidão hostil. Todos os países estrangeiros se uniram contra mim, que estou absolutamente só, sem ninguém a meu lado. Meus numerosos soldados de infantaria deixaram-me, nenhum condutor de carros veio em meu auxílio. Chamei-os, mas ninguém ouviu. E, no entanto, eu compreendi que, para mim, Amon era preferível a um milhão de soldados."

Essa tomada de consciência da importância da divindade faz de Kadesh a maior batalha mística da História. O deus Amon ouve a prece do seu filho. É verdade que Ramsés nunca o traiu. Fez bem em recorrer a ele: mais vale Amon do que um exército inteiro. Subitamente, Ramsés reergue-se. Já não é um rei vencido, mas um guerreiro invencível. Está animado de um furor sagrado. Torna-se semelhante a Montu, deus da guerra. Tem a força de Seth, "o grande poder", avança sobre as fileiras inimigas, mata, chacina, abre caminho lançando de cabeça seus inimigos nas águas do Oronte.

Os historiadores não aceitam a lenda porque não acreditam nos deuses do Egito. Talvez estejam errados. Talvez, como nos conta o "Poema de Kadesh", gravado nas paredes dos templos de Karnak, Luxor, Abidos, Abu-Simbel e do templo funerário de Ramsés II — o Ramesseum — Amon o tenha realmente ajudado. Por que razão pôr em dúvida a fé do faraó e suas excepcionais qualidades de chefe militar?

Se adotarmos uma atitude mais racional e mais de acordo com os hábitos da crítica histórica, poderemos supor que Ramsés II preveniu seu vizir antes de ser cercado e que os reforços chegaram a tempo de o libertar. Mas subsiste um mistério de Kadesh: embora o faraó proclame ter obtido uma formidável vitória, parece que, na realidade, o confronto egípcio-hitita não se deu. Nenhum dos dois exércitos saiu vencido.

Resultado positivo para os egípcios, que detêm o avanço hitita. Muwatalli percebe que a coalizão, que não foi fácil de conseguir, não lhe proporcionou os resultados esperados. Mais vale fomentar revoltas locais, para enfraquecer aos poucos a influência egípcia, do que voltar a arriscar um conflito global. O soberano hitita não precisa pechinchar. Mal Ramsés II regressa ao Egito, uma rebelião eclode na Palestina. O faraó é obrigado a partir de novo em combate. Mais uma vez, as fortalezas palestinas caem em suas mãos. Canaã, cidades do Líbano e até localidades hititas sucumbem ao rei do Egito. Infelizmente, é ainda muito difícil fornecer pormenores acerca destes combates e apreciar a sua verdadeira amplitude. De fato, os textos egípcios não se preocupam muito com o teor histórico. Louvam a coragem e a onipotência do rei, mas, em matéria de datas e de exatidões materiais, o silêncio é quase total.

No ano 1278 a.C., Ramsés II e o rei hitita chegam à mesma conclusão: o conflito eterniza-se e não traz realmente nenhum proveito aos dois campos. Nessas condições, por que não procurar a paz? Um novo elemento faz evoluir a situação neste sentido: a ascensão assíria. Os hititas estão inquietos: conhecem bem os egípcios e a sua civilização, mas temem os assírios, cujo amor à guerra parece muito mais pronunciado. Mais vale assegurarem-se do apoio de um aliado tão poderoso como Ramsés II.

O rei do Egito concorda. A paz foi assinada em Pi-Ramsés no vigésimo primeiro dia do mês de Tybi, no ano 21 do reinado, pondo fim a uma longa inimizade entre os dois povos. O texto do tratado é redigido em egípcio e em hitita. Trocam-se cópias, gravam-se versões nas paredes de Karnak e do Ramesseum. À mesa de conferências, se assim se pode dizer, sentam-se os representantes de Ramsés II e de Hattusil. Muwatalli morrera, o que também explica certamente os intuitos conciliadores dos hititas. Como reza uma placa de prata oficial, trata-se de um "bom tratado de paz e fraternidade". Mas o conteúdo deste documento capital é surpreendente para as nossas capacidades. Nele se elogiam os dois reis e os seus antepassados, recordando-se as antigas

relações amigáveis ou nada amigáveis e invocando-se os deuses chamados a testemunhar. Os soberanos desejam fazer melhor do que nunca. Jamais a inimizade separará os dois povos. Os descendentes dos reis respeitarão esta aliança.

Tudo repousa num valor primordial dessas civilizações, que a política atual ignora: o respeito pela palavra dada. O que se segue prova que o tratado foi respeitado. Cláusula principal: a não-agressão e uma aliança defensiva automática em caso de agressão externa. "O grande chefe do país de Hatti jamais entrará no Egito para saquear, e o mesmo fará o rei do Egito. Se um inimigo atacar um dos dois, cada um deles dirá: vem comigo para me ajudares contra ele." As fronteiras não são fixadas com exatidão, mas respeita-se o *status quo* territorial. Proceder-se-á igualmente à extradição dos refugiados políticos, que, contudo, não serão tratados como criminosos.

O tratado é confiado à proteção das forças celestes e das mil divindades egípcias e hititas. Se um dos dois reis traísse uma das cláusulas do tratado, os deuses destruiriam a sua casa, a sua terra e os seus servos. Do lado egípcio, Seth ratifica o acordo. Efetivamente, numa das placas vemos o poderoso deus egípcio beijando o soberano hitita.

Depois deste tratado capital, as relações com os hititas se mantêm boas, e durante quarenta e seis anos reinará o bom entendimento entre os dois países. Deuses, idéias e artes viajam entre o Egito e a Ásia. Os dois povos trocam correspondência para se congratularem pela paz. Ramsés envia um médico fitoterapeuta à corte hitita e uma estátua curandeira.

Para que desapareçam todos os sinais de desconfiança entre egípcios e hititas, o rei hitita oferece a Ramsés II uma de suas filhas em casamento. "Disse ele então ao seu exército e aos seus chefes: despojemo-nos de todos os nossos bens, a começar pela nossa filha mais velha, e apresentemos nossos presentes de honra ao deus perfeito (o faraó) para que nos conceda a paz e para que a vivamos. Mandou então trazer à sua presença a sua filha mais velha e preciosos tributos: ouro, prata, numerosas e importantes curiosidades, inúmeras parelhas de cavalos, bois, cabras, carneiros às miríades, absolutamente todas as

produções do seu país" (segundo a tradução francesa de C. Kuentz). É chegada a hora da partida para o Egito. As condições climáticas são muito ruins. Neva, chove e faz frio. A viagem é difícil. É preciso atravessar zonas montanhosas e desfiladeiros apertados. Ramsés II teme este tempo desagradável para a sua noiva, de modo que invoca o deus Seth, senhor da tormenta e das tempestades. Seth cede à prece do rei, e durante alguns dias volta a estiagem.

Quando as delegações hitita e egípcia se encontram, os soldados estão unidos num só coração: tornam-se irmãos, comem e bebem juntos. À chegada a Pi-Ramsés, a jovem princesa é levada à presença de Ramsés: "Sua Majestade viu que ela era bela de rosto... Ela foi agradável ao coração de Sua Majestade, que a amou acima de todas as coisas." Este feliz acontecimento foi amplamente divulgado, visto se encontrar relatado na *estela do casamento*, que tem versões em Karnak, Elefantina, Abu-Simbel, Amara e outras localidades.

Após este casamento, que firmava a paz, Ramsés começou a celebrar os jubileus organizados por seu filho Khaimuase, sábio mago. Ramsés é, decididamente, um rei fora do comum. No seu primeiro jubileu, o Egito é favorecido por uma cheia excepcional, bastante favorável à agricultura. A própria natureza canta assim a glória do grande faraó, filho de Sethi I.

Do ano 10 ao ano 18, os soldados de Ramsés II combateram nos países de Moab e no Negeb contra os pequenos príncipes locais. Alguns hebreus prisioneiros de guerra trabalhavam nas vinhas, outros fabricavam tijolos. Exploravam igualmente minas de cobre ao norte de Eilath e vendiam a sua produção. Alguns autores pensam que o Êxodo se verificou no reinado de Ramsés II, se bem que a teoria habitualmente admitida o situe no de Meremtah (1224- 1204 a.C). Seja como for, este acontecimento salientado na Bíblia nada representa aos olhos dos egípcios. Para eles, os judeus do Êxodo são simplesmente um grupo de beduínos insubmissos que deixam o país. Nada de espantoso nem de notável, pois a Palestina continua sendo até hoje um território difícil de controlar.

Tratado de paz com os hititas, um império que vai do "corno da Terra", ao sul, até os "pântanos de Hórus", ao norte: é chegado para Ramsés II o tempo da paz. O rei usava um anel pelo qual tinha grande estima, e nele estavam gravados dois cavalos puxando o carro onde havia amontoado seus inimigos na batalha de Kadesh. Mas a fúria da guerra já vai longe. Ninguém tem meios para atacar a coalizão egípcio-hitita. O rei, porém, mantém-se prudente, mandando restaurar as fortalezas do Médio Império e consolidando a fronteira nordeste. Nas franjas ocidentais e orientais efetuam-se inspeções regulares. Os viajantes são controlados nestas regiões. O noroeste do Delta encontra-se perfeitamente protegido contra investidas líbias por uma série de pequenas fortalezas. Muitos estrangeiros trabalham no Egito, notadamente nas obras públicas e nas pedreiras. Mas também há os trabalhadores agrícolas, os militares e o pessoal doméstico empregado nas grandes propriedades. O movimento de imigração aumenta durante o reinado de Ramsés II. O Egito desta época é mercantil. Mercadores asiáticos, egeus, cipriotas e fenícios viajam muito de cidade em cidade. Influenciada pelo mercantilismo local, a sociedade egípcia vai perdendo a sua antiga pureza. Os egípcios amam o luxo, os trajes complicados, as perucas complexas, a última moda, os banquetes onde as pessoas se exibem. Mas se as tendências materialistas aumentam, os velhos valores que criaram o Egito não desaparecem. O amor familiar permanece igualmente vivo, as relações entre pais e filhos continuam pautadas pelo respeito. Considera-se que uma vida conjugal harmoniosa é indispensável ao equilíbrio entre o homem e a mulher, esta última em pé de igualdade de direitos para ambos os cônjuges. A regra de vida corrente dita a prudência, a dignidade, a cortesia e o respeito pelos outros. O homem que não é invejoso espera alcançar uma velhice feliz, com os membros ainda vigorosos. Trajado com fino linho, vogará ainda no seu barco de cedro ao sabor do Nilo, beberá vinho e cerveja, alimentar-se-á de carne e bolos, degustará uvas deliciosas, perfumar-se-á... mas não se esquecerá de preparar a sua vida eterna, pois, quando o Deus assim quiser, fá-lo-á

comparecer perante o tribunal dos deuses e ele terá de justificar as suas ações na Terra.

Ramsés simboliza uma vitalidade inesgotável. Foi esposo de quatro rainhas e teve numerosas esposas secundárias. A crer numa figuração do templo núbio de Uadi es-Sebua, o grande Ramsés teria sido pai de cento e onze rapazes e cinquenta e uma moças.

A mais célebre das grandes esposas reais é incontestavelmente a rainha Nefertari, que Ramsés amou mais do que a qualquer outra. A ela é, de fato, dedicado o pequeno templo de Abu-Simbel na sua qualidade de "Nefertari, para que o sol se erga". Esta grande dama, senhora do Alto e do Baixo Egito, que exercia a sua soberania sobre os países estrangeiros, morreu pelo ano 30 do reinado. Seu túmulo escavado no Vale das Rainhas é pura obra-prima, tanto em termos de concepção como de execução. Uma escadaria conduz à sala hipóstila, depois uma outra leva à sala do sarcófago, com quatro pilares. Lá vemos a rainha jogando *senet* (o antepassado do nosso jogo de dama) com o invisível. O que está em jogo é o destino da alma. Divindades como Neith, padroeira da tecelagem, Serket, a deusa-escorpião, Ísis e seu filho Hórus, vêm em seu auxílio para que ela avance nos caminhos do Além. A rainha é maravilhosamente bela: maquilada, usa um longo vestido de linho branco. Seu toucado é composto pelos despojos da deusa-abutre e encimado por duas altas plumas. Nefertari é apresentada a várias divindades que participam do processo de renascimento. Prova seus conhecimentos artesanais oferecendo tecidos a Ptah e obtém a paleta do escriba na presença de Thot, que assim reconhece o seu saber e a sua sabedoria.

Na sala dos pilares, Nefertari recebe o sinal da vida das mãos de Ísis e depois é acolhida por Hator, senhora dos céus. No final de seu percurso, a rainha é divinizada. Agora é ela que tem na mão o sinal da vida. A mesma feliz conclusão figura no seu templo de Abu-Simbel, onde a cor amarela dá às cenas um caráter irreal.

Alguns dos filhos de Ramsés II foram personagens de primeiro plano e exerceram altas funções. De acordo com a lista do Ramesseum, seu

último filho, Meremptah, sucedeu-lhe ao trono. Porém, o mais original dos filhos é Khaimuase, um erudito apaixonado pela arqueologia. Dedicou-se a restaurar vários edifícios antigos de acordo com documentos de arquivos consultados nas bibliotecas dos templos. Sabemos, por exemplo, que restabeleceu o nome de Unas na sua pirâmide e mandou consolidar a mastaba de Faraun. Khaimuase estava fascinado com a necrópole menfita, onde podia estudar as fontes da religião egípcia. Nomeado sumo sacerdote de Ptah em Mênfis, Khaimuase era considerado o maior ritualista do país e por isso foi encarregado da organização das festas *sed* celebradas em honra de seu pai.

A corte real possui grandes administradores. O mais marcante talvez tenha sido Pasar, cuja carreira começara no tempo de Sethi I. Fora ele quem revestira Ramsés II das insígnias reais na cerimônia da coroação. Provinha, contudo, de uma família modesta, mas no fim da vida tornar-se-á sumo sacerdote de Amon, após ter desempenhado um papel importante na negociação do tratado de paz com os hititas. Vivia numa suntuosa mansão em Pi-Ramsés. Na sua qualidade de vizir do Alto Egito, teve de ocupar-se da administração da região tebana e também velou pela preparação do túmulo real. Eis o protótipo de uma grande carreira dividida entre os deveres civis e religiosos.

Tebas, a Heliópolis do Sul, o olho direito do deus Rá, vive na opulência. Mas Ramsés II desconfia do clero tebano. Pouco depois da sua coroação, nomeia sumo sacerdote de Amon um tal Nebunenef, antigo sumo sacerdote do deus Onúris em This (Abidos) e da deusa Hathor em Dendera. Um provinciano, portanto,

que não faz parte da alta sociedade tebana. Salvo no final do seu reinado, Ramsés II terá sempre o cuidado de colocar um homem de sua confiança em Karnak. Além disso, nomeia dois de seus filhos sumos sacerdotes de Ptah, em Mênfis, e de Rá, em Heliópolis. Enfim, o deus adorado na nova capital Pi-Ramsés não é Amon, mas Seth. A religião ramessida revela-se até condescendente com as divindades asiáticas, que encontram direitos de cidadania no Egito.

A política religiosa de Ramsés II é hábil. Eleito de Rá, amado de Amon e de Ptah, ele não esconde seu amor ao deus Seth, que lhe confere o poder sob todas as suas formas. O rei, cuja autoridade ninguém discute, partilha seus favores entre os diversos cleros. Insiste muito no culto das divindades solares, sem, contudo, negligenciar Amon, o deus do império que lhe deu a vitória em Kadesh.

A tolerante religião de Ramsés está ligada ao seu amor pelo Delta. Ali nasceu, ali situou a sua capital, Pi-Ramsés. As fachadas das suas ricas mansões eram ornadas com telhas envernizadas de azul que, quando batidas pelo sol, irradiavam uma extraordinária luminosidade. Jurar-se-ia tratar-se de uma cidade de cor turquesa. "Como era feliz", diz um texto, "o dia da tua vida, como era suave a tua voz quando mandaste construir Pi-Ramsés". A natureza fora domesticada com arte, a água abundava, o palácio real era magnífico. Pi-Ramsés, o moderno Tell el-Daba, assemelhava-se a Heliópolis, era tão duradoura como Mênfis e havia sido construída segundo os planos de Tebas. Reunia, assim, as qualidades mais importantes das três cidades.

Ocupando uma superfície de cerca de 3km², a capital de Ramsés II estava situada num ponto estratégico essencial, já que guardava um braço do Nilo que comandava uma estrada em direção à Ásia. Constituía, então, uma espécie de ponto de junção entre o mundo egípcio e o mundo asiático, permitindo tomar a todo o momento o pulso da vida internacional. Várias guarnições estavam instaladas na cidade, a qual dispunha de importantes arsenais. Os membros da cavalaria recebiam instrução, bem como os corpos dos arqueiros e a infantaria. Praticavam-se na cidade numerosos exercícios e realizavam-se paradas militares.

Mas Pi-Ramsés era também uma cidade religiosa, que tinha um templo em cada ponto cardinal: o de Amon a oeste, o de Seth ao sul, o de Uadjet ao norte, e o de Astartéia, deusa síria, a leste. Mais uma vez se nota uma presença asiática fazendo parte deste panteão oficial.

Ramsés II passou dias felizes no seu palácio de Pi-Ramsés. Apreciava a beleza dos seus jardins, saboreava com prazer as romãs e as maçãs

vindas dos seus pomares, e bebia, deleitado, os vinhos de seus famosos vinhedos. Por certo que também amava a população mista que animava as ruas. De Tebas era impossível ter uma idéia precisa das modificações — essenciais para o futuro do Egito — que se produziam na Síria, na Palestina e na Mesopotâmia. Em contrapartida, a capital do Delta fornecia uma torre de vigia ideal, além dos seus atrativos.

Parece que só a partir da décima oitava dinastia é que os faraós começaram a valorizar sistematicamente o Delta, onde áreas muito importantes não passavam ainda de pântanos. Cria-se no Delta central o décimo sétimo nomo do Baixo Egito, do qual fazem parte terras conquistadas à vegetação selvagem e aquática. Embora a franja do Delta, há muito habitada, continue a ser a sua parte mais civilizada, alguns colonos instalam-se progressivamente na sua parte central. Ramsés II e os seus sucessores, originários da região, estarão particularmente atentos a esse tipo de progresso.

Ramsés II foi um grande estadista. Soube jogar na perfeição com diferentes componentes da política egípcia, não desfavorecendo ninguém e apresentando-se sempre como o árbitro supremo. O Egito de Ramsés é um novo mundo onde a influência asiática tem o seu peso. A língua modifica-se, sendo introduzidas numerosas palavras estrangeiras. Os escribas parecem cada vez mais numerosos, mas o nível cultural está baixo. Possuímos cópias de textos tradicionais recheadas de falhas, como se certos escribas já não percebessem muito bem o que redigiam. Os túmulos tebanos são menos belos e requintados do que os da décima oitava dinastia. Alguns historiadores da arte opõem-se, no entanto, a essa visão da realidade artística da época de Ramsés II, dizendo que das épocas anteriores restam apenas testemunhos excepcionais, ao passo que as obras ramessidas são muitas, oferecendo de tudo um pouco.

Ramsés II foi o faraó que mais monumentos deixou. Inspirou-se numa tripla política: primeiro, apropriar-se das obras antigas, dos quais se considera o criador; depois, concluir edifícios em construção, como a gigantesca sala hipóstila de Karnak; e, enfim, dar início às suas próprias obras para erigir conjuntos tão impressionantes como o seu templo

funerário tebano, o Ramesseum, ou o célebre templo núbio de Abu-Simbel, isso para não falarmos de construções em Abidos, Mênfis, Tanis, e da sua capital do Delta, Pi-Ramsés.

É certo que o reinado de Ramsés II foi longo, mas é de se crer que o Egito possuísse grandes riquezas humanas e materiais para pôr em prática um programa desta amplitude. Ramsés II gosta de se ver representado. É grande o número de suas estátuas, quer se trate de colossos ou de obras mais reduzidas. A que se encontra conservada no Museu de Turim é uma obra-prima de total pureza, na qual se vê um rei sorridente, sereno, requintado, com a coroa azul e o cetro *heka*.

Os célebres colossos de Ramsés não sacrificam tão-somente ao amor pelo gigantesco: encarnam a divindade de Ramsés, não o indivíduo pessoal, mas o princípio monárquico. Esses colossos tinham igualmente um papel econômico, notadamente nas colônias militares onde os soldados usufruíam de dádivas em terras concedidas em honra dessas estátuas gigantes.

A maior estátua monolítica conhecida fora talhada em granito e erguida no Ramesseum. Infelizmente ruiu, oferecendo aos espectadores um espetáculo que comoveu, entre outros, o poeta inglês Shelley, que estava convencido de que haviam sido gravadas no pedestal do gigante abatido as seguintes palavras: "Meu nome é Ozymandias, rei dos reis: olha, ó Todo-Poderoso, a minha obra e aflige-te! Nada subsiste." Mas o poeta enganou-se, porque a atividade criadora dos mestres-de-obras de Ramsés não ficou reduzida a pó. O faraó, que tivera o cuidado de aumentar o número de trabalhadores, ocupava-se de forma muito especial da exploração das pedreiras e não hesitava em auxiliar seus engenheiros. Assim o prova uma estela: "No ano 8, no segundo mês da estação do inverno, no oitavo dia do rei do Alto e do Baixo Egito, Ramsés. Nesse dia, Sua Majestade encontrava-se em Heliópolis, ocupado em fazer o que agrada a seu pai Horakhty-Tum, senhor das Duas Terras e de Heliópolis, e Sua Majestade percorria o deserto de Heliópolis, ao sul de Rá, ao norte do templo de Eneade e diante (do local) de Hathor, senhora da Montanha Vermelha; foi então que Sua

Majestade encontrou um enorme bloco de quartzito, tal como nenhum outro havia sido encontrado desde o reinado de Rá: era mais alto do que um obelisco de granito."

Ramsés confia o bloco a seus artífices e cobre-os de presentes e felicitações, animando-os a realizarem uma obra magnífica. "Para vós", diz o rei, "os celeiros desabam sob o peso do trigo para que não passeis um único dia sem sustento (...) para vós eu enchi os armazéns de toda espécie de coisas: pão, carne, bolos para vosso sustento; sandálias, unguentos em grande quantidade para ungir as vossas cabeças todas as décadas. Eu (vos) dei um pessoal numeroso para vos abastecer contra a penúria; pescadores para vos trazerem os produtos do Nilo e muitos outros; hortelãos para fazerem pomares; oleiros com um torno para fabricarem recipientes destinados a refrescar a vossa pele durante o verão" (segundo a tradução francesa de B. Letellier).

O rei em pessoa descobre as mais belas pedras nas pedreiras, os lençóis de água mais profundos sob as rotas do deserto: não só é habitado pelos deuses como também vela pela sorte dos operários e dos artífices que, com a sua criação, manifestam o seu poder e a glória. O maior arquiteto do reino é provavelmente Mav, filho de um mestre-de-obras, que trabalhou na maior parte das cidades do Egito e dirigiu a construção dos monumentos de Pi-Ramsés. Militar de elevada patente, Mav comandava as expedições às pedreiras de granito de Assuã. O arquiteto era, portanto, responsável desde o material bruto até o seu acabamento. O templo funerário de Ramsés II, o Ramesseum, foi construído na margem esquerda do Nilo, na região tebana, nos limites do deserto e das terras cultivadas. O edifício, infelizmente muito deteriorado, era enorme. Dele fazia parte um grande templo com dois pórticos à entrada e cuja originalidade consistia no fato de ter dois pátios, numerosos armazéns, alguns deles com abóbadas em tijolo não-cozido, oficinas, casas para os sacerdotes e edifícios administrativos. Um muro em tijolo isolava este conjunto do mundo exterior. O Ramesseum maravilhou os autores antigos que visitaram o Egito. Sua sala hipóstila, com quarenta e oito colunas — vinte e nove delas ainda se encontram de pé —, dá uma

impressão de força tranqüila. Nos envasamentos da parede oeste, uma cena espantosa: a procissão dos numerosos filhos e filhas do rei. Ramsés mandara igualmente representar a sua vitória de Kadesh e cerimônias religiosas, notadamente a festa de Min, na qual um dos pontos culminantes consistia em largar quatro aves, que voariam em direção aos quatro pontos cardeais para anunciar a coroação do novo rei. Outro pormenor insólito: uma procissão de sacerdotes carregando às costas a efígie de grandes faraós, entre os quais o próprio Ramsés II.

O Ramesseum apresentava-se, desta feita, como uma espécie de cidade teológica onde o espiritual e o material se harmonizavam. Sabemos o nome do inspetor dos jardins do templo, um tal Nedjemger, que mandou representar no seu túmulo, atrás do santuário, os espaços verdes que havia concebido, com árvores e um canal de irrigação. É, de resto, recompensado pelo seu trabalho, pois uma deusa que reside na ramagem de uma árvore oferece-lhe iguarias que lhe garantem uma vida eterna, protegido de todas as necessidades.

Em Karnak, que continua a ser um enorme terreno de construção com seus trinta hectares cobertos de edifícios sagrados, Ramsés II constrói muito. Os sacerdotes de Amon são ricos: administram 350.000 hectares de terra e se beneficiam de montantes vultosos. Ramsés II cria uma obra-prima à medida de Karnak: a grande sala hipóstila com cento e trinta e quatro colunas e uma superfície de cerca de 5.500m². Da atual Karnak, labirinto de ruínas, nasce esta floresta de pedra onde o visitante baixa instintivamente a voz. Os jogos de luz foram calculados com uma ciência arquitetônica inigualável. O mundo dos deuses revela-se progressivamente ao sabor das estações e das horas do dia.

Cada coluna tem a sua

mensagem. A sala hipóstila não é, contudo, esmagadora; pelo contrário, eleva a alma, arrancando o peregrino à sua condição de homem mortal para o elevar à condição do imperecível.

É também a Ramsés II que se deve o lago sagrado conservado até os nossos dias. Não se trata de um lago de recreio ou ornamental, mas de uma representação simbólica do oceano dos primeiros tempos, onde

nasceram todas as formas de vida. As plantas que ali crescem são os papiros do pântano primordial onde Ísis escondeu seu filho para o proteger da fúria de Seth e o preparar para vingar Osíris, o rei assassinado. Entre os lótus do lago sagrado nascia o jovem Sol graças ao qual a beleza da Criação seria preservada.

Ramsés II mandou erguer em Luxor o pórtico-pilone que precede o templo de Amenófis III. Trata-se de um elemento característico da arquitetura monumental da décima oitava dinastia. Simboliza as duas montanhas do horizonte, a do nascente e a do poente, onde só o faraó pode contemplar a luz divina na sua onipotência antes de regressar a este mesmo ponto para se deitar. Graças à intervenção dos sacerdotes, o ciclo solar recomeça a cada dia e marca os momentos essenciais dos ritos. Diante da coluna, dois obeliscos e seis colossos de Ramsés II. Um dos obeliscos foi deslocado: oferecido à França em 1831 por Mehemet Ali, foi instalado na Praça da Concórdia, em Paris, a 25 de outubro de 1836. Ramsés II amava Luxor, e expressou seu amor de várias formas. De maneira monumental, com as construções que acabamos de evocar, mas também com o grande pátio cercado por uma dupla fila de colunas; e também de maneira sutil, mandando gravar seu rolo nas estátuas de Amenófis III, ou transformando Tiy, a esposa de Amenófis III, em Nefertari.

A obra mais popular de Ramsés II é, provavelmente, Abu-Simbel, descoberta em 1812 por Burckhardt. A areia vinda do deserto tudo fizera desaparecer, salvo a cabeça de um colosso ainda visível. Sepultada, Abu-Simbel foi assim protegida da destruição. A construção da grande barragem de Assuã ameaçou-a mais uma vez, mas, felizmente, a campanha internacional realizada pela UNESCO foi coroada de êxito. Os dois templos escavados em grés núbio foram cortados em 1.036 blocos, alguns dos quais pesavam trinta toneladas, e içados até o cimo da falésia onde primitivamente se encontravam. Trata-se de um lugar extraordinário. Apesar da profunda modificação da paisagem devido à criação do lago Nasser, a visão de Abu-Simbel constitui um momento notável da viagem ao Egito. Quando o olhar se

perde numa imensidão desértica de pedras e água, surge de repente um templo, um lugar sagrado arrancado do nada. Depressa nos deixamos absorver pela contemplação do rosto sereno dos colossos, onde a delicadeza das feições contrasta com a enormidade da massa. Com vinte metros de altura, eles confirmam na longínqua Núbia o caráter divino da realeza de Ramsés.

O nome de Abu-Simbel é Usermaat-Rá, "poderosa é a harmonia cósmica do deus Rá". Como sublinhou Christiane Desroches-Noblecourt, ele encontra-se gravado de maneira monumental na pedra sobre a porta do grande templo: o homem com cabeça de falcão é Rá, que se apóia em dois signos onde se lêem *ouser* e Maat num enigma dotado de significado teológico.

Ao norte da esplanada que precede o grande templo, desentulhou-se em 1909 um grande pátio onde havia sido construído um estranho monumento: um santuário solar. No interior da capela havia sido colocado um escaravelho, imagem do sol nascente, e um macaco, símbolo da lua; no centro do pátio, um altar suportando quatro macacos de pé e ladeado por dois obeliscos — trata-se de temas pertencentes à religião de Heliópolis que Ramsés II honrou. Encontramos, por fim, vinte e dois cinocéfalos coroando a fachada do grande templo, os quais soltam gritos de alegria quando o sol desponta. Este último é encarnado pelo deus Rá com cabeça de gavião, colocado num nicho em cima da porta de acesso ao templo.

Abu-Simbel era certamente o santuário preferido de Ramsés II, pois mandou registrar nele os mais notáveis acontecimentos do seu reinado. Se penetrarmos no monumento escavado numa montanha considerada sagrada, descobrimos um *pronaos* com oito pilones osiríacos, cujas paredes estão decoradas com proezas militares, notadamente a batalha de Kadesh. Os combates da infantaria, a intervenção dos carros, Ramsés triunfante com seu leão ao lado, os inimigos vencidos e amarrados: tantos episódios famosos completados pela representação de outros combates do faraó contra os líbios. Uma cena notável: um combate

singular em que Ramsés tem a mesma estatura de seu adversário e alcança a vitória trespassando-o com sua lança.

Estes combates são encimados por cenas religiosas que lhes conferem uma dimensão sagrada. O rei não faz a guerra por sadismo ou amor à violência, mas para respeitar a vontade dos deuses, para salvar seu povo da anarquia e impedir que a desordem deflagre no mundo.

O santuário do grande templo é impressionante. Contra a parede do fundo distinguem-se quatro estátuas sentadas: de Ptah, Amon-Rá, Ramsés divinizado e de Ra-Harakty. Entre o dia 10 de janeiro e o dia 30 de março e entre o dia 10 de setembro e o dia 30 de novembro, o sol iluminava progressivamente as estátuas, salvo a de Ptah, que permanecia sempre na sombra. Os segredos do deus dos artesãos nunca foram revelados.

O "pequeno templo" de Abu-Simbel está situado a 135m ao norte do grande templo. Quatro estátuas de Ramsés e duas da rainha Nefertari foram colocadas na fachada. Tal como no grande templo, nota-se ainda a presença de seus filhos, esculpidos contra as suas pernas. A família real assume aqui um valor religioso, e as idéias exaltadas por Akhenaton não foram esquecidas. Uma inscrição proclama que Ramsés II ordenou a construção de um templo mais belo do que tudo que jamais existira, um suntuoso presente que oferece à grande esposa real Nefertari, a preferida das preferidas. Esta assiste à morte de um inimigo vencido por Ramsés II e faz oferendas a diversas divindades, entre as quais Hathor e Mut, mais ligadas aos cultos femininos. Mas é entre Hathor e Mut, e protegida por elas, que Nefertari se afirma como uma deusa.

A Núbia fascinou Ramsés II, que construiu templos em Beit el-Uali, em Gerf Hussein, em Uadi es-Sebua, em Derr... homenagens a deuses egípcios ou locais e a Ramsés divinizado.

O Egito é rico, o Egito está em paz. Ramsés II já está muito idoso e suas proezas militares já são remotas. O tratado de paz com os hititas constitui a chave do equilíbrio do antigo Oriente Próximo. O reino do grande Ramsés tornou-se o reino de um tranqüilo construtor. Mas o

mundo muda: o império hitita atravessa crises internas e os assírios organizam-se e tornam-se uma potência capaz de rivalizar com os hititas. É grande o risco de desestabilização. Outro elemento inquietante: na região dos Bálcãs e do mar Negro produz-se um formidável movimento populacional: as migrações indo-européias, que ameaçam cair sobre os dois países. De fato, estas vagas de invasores se lançam sobre a Ásia Menor, as ilhas do mar Egeu, a Grécia e a Líbia. A invasão faz-se por mar e por terra. Em breve os hititas serão ameaçados. Não parece que o envelhecido Ramsés tenha percebido este perigo, que na verdade ainda estava longe das Duas Terras. Talvez houvesse sido útil tomar medidas preventivas, talvez uma intervenção egípcia tivesse permitido aos hititas e aos babilônios resistirem melhor à invasão.

Mas o faraó tem o espírito voltado para o Além, e os assuntos temporais já nada lhe dizem. -Na política interna, perde a sua firmeza. Um sumo sacerdote de Amon obtém o título de diretor de todos os sacerdotes do Alto e do Baixo Egito. Os religiosos tebanos aproveitam-se da fraqueza do grande velho para voltarem a irromper no cenário político. Ramsés II é um símbolo vivo. Ninguém ousa tomar o seu lugar, mas tramam-se intrigas na sombra.

Ramsés II morre ao fim de um reinado de 77 anos, aos oitenta e oito anos de idade. É enterrado no Vale dos Reis. Seu túmulo foi preparado por Pasar, grande-vizir do Sul. Infelizmente, foi pilhado no final da vigésima dinastia. Nada resta dos fabulosos tesouros que devia conter e hoje está parcialmente entulhado no deserto. Segundo certos arqueólogos, o túmulo de Ramsés, o Grande, teria até ficado inacabado. Teria sido o fim do seu reinado, marcado por convulsões intestinas consecutivas, que levou o poder real ao enfraquecimento?

A obra de Ramsés II foi notável, e a sua época assiste a uma profunda modificação da sociedade e da mentalidade egípcias. Não obstante a exaltação do poder do faraó, tendências inequívocas para a decadência se fazem sentir, a qual se traduz notadamente numa degradação dos costumes e num relativo empobrecimento cultural. É provável que se

criasse um desnível entre as classes abastadas, que gozaram de um nível de vida muito elevado, e as camadas mais desfavorecidas da população. Fatores externos ao Egito explicam em parte esta evolução, notadamente a presença de estrangeiros e a influência de civilizações asiáticas. No final do reinado de Ramsés II, estamos longe da pureza do Antigo Império. Mas o colossal, o poder elevado até o divino, a formidável criatividade desse tempo atraem irresistivelmente o nosso olhar.

18

RAMSÉS III, O ÚLTIMO GRANDE FARAÓ

De 1184 a 1153 a.C., o Egito está sendo governado por um grande monarca cuja tarefa foi das mais difíceis. Mas Ramsés III tinha uma forte personalidade e não se deixava abater pela adversidade. Sentia a nostalgia dos faraós que haviam construído um Egito poderoso que reinava sobre o mundo. Seu modelo era Ramsés II.

Quando Ramsés III sobe ao trono, está já reprimida a anarquia que seguiu o final do reinado de Ramsés II. Mas o Egito saiu enfraquecido desta prova, pois verificaram-se profundas modificações sociais. Além disso, persistem ameaças de invasão. Todo o Oriente Próximo está prestes a ser abalado pelas migrações indo-européias. No reinado de Meremtah (1224-1204 a.C.), o décimo terceiro filho de Ramsés II, os "povos do mar", como são chamados, investiram sobre o Egito. Meremtah conseguiu rechaçá-los, mas não aniquilá-los. Os invasores reorganizaram-se, reagrupando um exército muito maior do que o vencido pelo filho de Ramsés.

Bem-informado, Ramsés III está ciente do perigo. Prepara-se para a guerra e faz uma excelente escolha ao reforçar a sua frota, que lhe parece ser a melhor arma para alcançar a vitória. Sabe que os invasores estavam unidos e tinham dado as mãos sobre os países tão longínquos como o círculo da Terra. Seus corações estavam confiantes e cheios de ambição.

A invasão começa. O reino hitita é devastado, os portos fenícios são conquistados, Ugarit é destruída. Agem como um terrível furacão que tudo devasta à passagem. A Síria e a Palestina são invadidas. Quanto aos líbios, reorganizaram-se após a grave derrota sofrida pelos exércitos de Meremtah. A Líbia não é um país rico. Sempre teve inveja da abundância egípcia. Receosos de serem expulsos dos seus territórios pelas hordas indo-europeias, os líbios só têm uma solução: fugir em frente. O Egito encontra-se ameaçado por todos os lados.

Ramsés III, que já não acreditava na menor possibilidade de paz, não se surpreende com os primeiros ataques. Seu exército, composto por mercenários núbios e milícias recrutadas pelos sacerdotes de Amon, é grande. Numerosos jovens recrutas juntam-se aos soldados de carreira, alguns deles reconvocados, dada a gravidade da situação. Utilizam-se muitos mercenários estrangeiros, entre os quais líbios e asiáticos que combaterão contra seus irmãos de raça.

O período dos grandes conflitos instaura-se com a guerra contra a Líbia. Neste país, a tribo dos mashuesh, pondo fim a uma relativa anarquia, reunira os outros clãs sob o seu estandarte. Ramsés III quisera impor aos líbios um chefe escolhido por ele, ou seja, um chefe líbio criado no Egito — é a gota que faz transbordar o cálice. E como a revolta é provocada pelo próprio faraó, os líbios tentam mais uma vez invadir o Egito graças a uma organização militar mais coerente. O exército do faraó intervém com notável prontidão e alcança uma clara vitória, fazendo muitos prisioneiros.

Entretanto, tropas egípcias não têm tempo para adormecer à sombra dos louros da vitória. O conflito com os líbios nada era se comparado com o choque que vai sofrer a terra amada dos deuses. Os povos do mar chegam, vindos do Norte e decididos a se instalarem nas áreas mais ricas do Delta. Trata-se de uma verdadeira migração, pois os guerreiros vêm acompanhados de suas mulheres, dos filhos e do gado. Como principal meio de transporte, escolheram carroças puxadas por bois.

A situação é angustiante, pois os indo-europeus atacam simultaneamente por terra e por mar. Chegado à frente de combate, o

faraó não esconde a verdade aos seus oficiais. Está em jogo o destino do país. Os invasores varreram tudo à sua passagem. Inimigos e amigos do Egito não foram capazes de contê-los. O Duplo País é o seu derradeiro objetivo. Mas Ramsés III é um rei-deus. Seu coração está confiante. Apanhará o inimigo na armadilha como o passarinho captura as aves na rede. Foram tomadas todas as precauções: o próprio rei inspeciona os arsenais, verifica o estado das armas ofensivas e defensivas: arcos, espadas, chuços, capacetes e couraças.

Bem guardada, a fronteira terrestre não cede ao embate. Mas o grosso das tropas inimigas tenta invadir o Egito pelas bocas do Nilo. Ramsés III prova ter qualidades de grande estrategista. Embora o Egito sempre utilizasse embarcações variadas para circular no Nilo, o faraó não dispunha de uma grande frota de guerra. Ora, Ramsés III a havia aumentado em grande escala para resistir ao agressor. Os barcos rapidamente construídos têm nomes como "touro selvagem" e exibem na proa uma cabeça de leão devorando o inimigo. Os marinheiros têm o estatuto de simples soldados do exército terrestre. Os oficiais superiores obedecem às ordens de um almirante que, por sua vez, depende do vizir. Um dos membros da tripulação tem um papel decisivo: está sendo encarregado de derrubar o mastro do navio inimigo enquanto os arqueiros egípcios crivam de flechas seus adversários, armados apenas de gládios.

Ao penetrarem nas bocas do Nilo, os invasores encontram pela frente uma verdadeira muralha de embarcações de guerra, algumas delas com mais de sessenta metros. Trava-se assim a primeira grande batalha da história naval egípcia. A barragem constituída pelas embarcações, na qual figuram igualmente galeras e pequenos barcos, revela-se intransponível. Não se limitando a defender-se, os egípcios passam ao ataque, comportando-se como leões. A marinha é assistida pela infantaria. Os arqueiros fazem maravilhas. Ramsés III parece ter conseguido uma magnífica virada, fechando os adversários numa rede da qual não conseguem sair. As forças egípcias lançam-se então à abordagem e fazem muitos mortos e prisioneiros. Os barcos inimigos

são virados e afundam. Os inimigos que escaparam fogem e alguns dos sobreviventes tornam-se piratas. As famílias dos filistinos que escaparam ao massacre instalam-se na Palestina atual, à qual deram o seu nome.

Ramsés III pode proclamar com orgulho: "Quanto àqueles que atingiram as minhas fronteiras, a sua raça já não existe." O faraó salvou efetivamente o seu país e o seu povo. Nenhum rei antes dele tivera de conjurar tão grave perigo. Mil anos depois, os textos ptolomaicos falarão ainda destes povos vindos das ilhas atrás do mar e da difícil vitória do Egito. Segundo a interessante hipótese do egiptólogo francês Serge Sauneron, os sacerdotes de Sais, que falaram da Atlântida a Platão, devem ter-se limitado a evocar, de forma simbólica, esses acontecimentos.

Após este triunfo, o Egito podia contar com uma calmaria. Mas sem esquecer os líbios, que não se desarmam e se apoderam de localidades da parte ocidental do Delta, dirigindo-se para Mênfis. A energia de Ramsés não diminui. Simbolizando a justiça contra a impiedade, a ordem contra o caos, ele vence o inimigo, que foge, assustado, ao deparar-se com ele. Efetivamente, as forças líbias fogem numa debandada, perseguidas pelas tropas egípcias ao longo de quilômetros. O chefe líbio é um homem idoso chamado Kaper, que é tornado prisioneiro com muitos homens, mulheres e crianças do seu povo. Trabalharão no Egito como pastores ou serventes de pedreiros, alguns deles chegando mesmo a elevarem-se na escala social. Os líbios não conseguiram impor-se militarmente ao Egito, onde, graças à importância da sua colônia, acabarão por formar um Estado dentro do Estado. Soldados do exército egípcio, que haviam combatido, virão a tomar o poder cerca de um século mais tarde.

Vitória sobre os líbios, vitória sobre os povos do mar... Ramsés III divaga. Não poderia ele, cujo modelo é Ramsés II, tornar-se um grande conquistador e passar ao ataque depois de ter sido obrigado a se defender? Não ensina o passado que o Egito esteve a salvo das invasões

quando seu exército atacou a própria Ásia? Novamente confiante no poder egípcio, Ramsés III concretiza suas aspirações.

Toma de assalto quatro praças-fortes na Síria e uma no país de Amor. Algumas estavam ocupadas pelos hititas, antigos aliados.

É difícil dizer se Ramsés III chegou a alcançar o Eufrates, mas o certo é que as suas campanhas na Ásia não responderam às suas ambições. A costa palestina, por exemplo, continua nas mãos dos filisteus. A Síria-Palestina continua a ser uma região conturbada e instável. Podemos duvidar até da realidade histórica desta expedição, pois quando manda os seus escultores evocarem as suas vitórias, Ramsés III copia por vezes as batalhas de Ramsés II. No entanto, o caráter desse faraó levava-o a tentar restabelecer, pelo menos parcialmente, o império egípcio na Ásia. Mas o Egito já não tem a capacidade para modificar ou controlar a situação internacional. Se os valores fundamentais da realeza faraônica foram preservados, o mundo exterior mudou muito. O Mediterrâneo já não é um mundo fechado; torna-se uma área de invasões, de passagem de populações, de perturbações económicas e sociais. O Egito vai aparecer cada vez mais como um universo singular que os povos conquistadores tentarão subjugar. Na época ramessida, as Duas Terras estão menos unidas: o Delta deixa-se penetrar pela influência mediterrânica, enquanto o Alto Egito começa a fechar-se em si mesmo, salvaguardando a sua tradição original.

O comércio egípcio não se encontra muito mal e o país readquiriu a confiança em si próprio. Organizam-se missões ao Ponto, exploram-se o cobre e as turquesas nas minas do Sinai, a Núbia é administrada por funcionários egípcios que vivem à moda egípcia. As rotas do deserto são vigiadas. Por vezes, utilizam-se meios mágicos: recorde-se a estátua profilática encontrada junto de uma pista que conduzia ao istmo de Suez, um monumento que protegia eficazmente os caravaneiros, poupando-os às mordeduras das serpentes e dos escorpiões.

Ramsés III embeleza Tebas e constrói um templo em Karnak em honra de Amon-Rá. O rei é obrigado a apoiar-se no clero tebano a fim de

manter a coerência interna do país. O faraó embeleza assim o domínio de Amon, oferecendo-lhe gado, campos e vinhas.

Um papiro que descreve o estado das riquezas dos grandes templos egípcios mostra que o de Tebas é o primeiro: mais de oitenta mil pessoas estão a serviço de Amon de Karnak, que dispõe de mais de quatrocentos jardins e cerca de 2.500km² de campos. Dezenas de aldeias valorizam os terrenos. Os outros dois grandes templos são o de Heliópolis (cerca de treze mil empregados) e o de Mênfis (cerca de três mil). Existem em Tebas mais de quatrocentas mil cabeças de gado, quarenta e cinco mil em Heliópolis, e dez mil em Mênfis.

O fisco tem muita dificuldade em alimentar o Tesouro real. Presente em todas as engrenagens da nação, o clero diminui progressivamente o poder real do rei. Muitas terras estão isentas de taxas e impostos. Parece que Ramsés III procurou fazer uma reforma social, mas que ainda não fora possível determinar o método utilizado e os resultados obtidos. Alguns autores pensaram numa separação em "classes" muito mais nítida do que anteriormente, o que teria reforçado as elites e causado o descontentamento de grande parte da população.

Notam-se sinais de desagregação social. O mais célebre é a greve dos artífices de Deir el-Medina, os especialistas dos túmulos do Vale dos Reis. Deixando de receber o sustento que lhes é devido, recusam trabalhar e fazem greve, ameaçando até deixar a aldeia onde habitam para não mais voltarem. A situação é tensa. As autoridades administrativas tentam acalmar estes artífices de elite, mas estes já foram iludidos e estão fartos de promessas. Chegam ao ponto de entrar no Ramesseum para fazer ouvir os seus protestos e são confrontados com a polícia. Os sacerdotes acalmam os artesãos, cujas reivindicações são precisas: não temos roupa, dizem eles. nem legumes, nem peixe. Avisem o faraó e o vizir. Os dois personagens mais importantes do Egito são consultados, e o abastecimento prometido chega. Porém, no mês seguinte, o sustento volta a faltar à comunidade de Deir el-Medina. Nova greve. Desta vez, o próprio vizir intervém, afirmando com

grandeza: "Meu papel é dar, não é tirar." Incidentes como estes tendem a mostrar que a máquina econômica adoeceu.

O vizir do Baixo Egito teria fomentado até um golpe de Estado em Atribis para tomar o poder, com o intuito de se opor à crescente influência dos sacerdotes. A tentativa falhou e o vizir foi destituído.

Encantadoras cenas do templo de Medinet Habu mostram Ramsés III no seu harém, rodeado de concubinas que apenas usam sandálias e colares. Muitas mulheres do harém eram princesas estrangeiras enviadas ao Egito em sinal de amizade. Na época faraônica, esta instituição não tinha o aspecto de uma prisão. Tratava-se de um organismo de Estado regido por escribas especializados e dotado de um orçamento avultado.

É neste ambiente aparentemente pacífico e agradável que no final do reinado de Ramsés III se trama um conluio destinado a eliminar o rei. O documento que relata a chamada "conspiração do harém" é dos mais estranhos, um magnífico papiro conservado no Museu de Turim. É o próprio Ramsés III quem fala, explicando o que se passou. O caso foi tão obscuro e complicado que o rei não o confia a tribunais ordinários, pedindo a alguns dos seus íntimos que formem uma jurisdição excepcional após um inquérito rigoroso. Fica-se sabendo então que personalidades próximas do rei tentaram destroná-lo e, muito provavelmente, assassiná-lo. O conluio tramou-se no harém, onde uma das mulheres recrutou o seu irmão, um militar que comandava tropas em Kush e que devia servir de elo de ligação, facultando às personalidades envolvidas no conluio os meios militares necessários para pôr em prática o projeto. O referido harém não é a instituição das grandes cidades, mas um harém que acompanhava o rei em suas andanças. A magia negra é muito utilizada: fabricam-se figurinhas em cera nas quais são gravados textos destinados a fazer mal ao rei. A instigadora da maquinação é certamente uma das esposas do faraó, despeitada por não ver seu filho aceder ao trono e que tenta oferecer-lhe o poder pelos meios mais abjetos.

Os conspiradores não souberam guardar seu pesado segredo. Circularam informações. Prevenido, o rei mandou prender os suspeitos: cerca de trinta conjurados classificados em cinco categorias conforme a gravidade de suas faltas. "Que o crime que lhes está sendo imputado caia sobre eles", pede Ramsés III. Dando plenos poderes aos magistrados nomeados por ele, convida-os a serem justos. Na sua qualidade de faraó, ele não deve ser nem severo nem injusto. Cruelmente ferido pela traição de familiares em quem confiava, o rei não quer saber das condenações.

O processo não foi simples. Os réus não apresentam seus nomes verdadeiros, mas patronímicos como "Rá abomina-o" ou "esse cego servidor". O nome é, para os egípcios, um ser vivo. Utiliza-se, pois, um processo mágico que por si só basta para comprovar a ignomínia dos conspiradores. Alguns membros da comissão de inquérito são corruptos. Atraídos pelos encantos das damas do harém, fazem amor com elas. O caso é ventilado. De juizes passam imediatamente ao banco dos réus. Ramsés III sofre uma nova decepção. Decididamente, os que o rodeiam não são dignos de confiança. Finalmente, é lida a sentença após um simples processo: convocação do réu, leitura do seu estado civil e das acusações, debate. São pronunciadas quatro condenações à morte. É assim que ficamos sabendo do modo de execução da sentença: o suicídio. O condenado é deixado só na sala do julgamento, onde tira a própria vida. Quanto aos outros, cortam-lhes o nariz ou as orelhas.

Uma incerteza se mantém: o conluio deu resultado, o rei foi assassinado? No texto do papiro, tudo se passa como se Ramsés III tivesse descoberto a tempo, mas não se tratará de um simples recurso literário? É mais provável que o rei tenha morrido no decorrer do processo. A múmia de Ramsés III, encontrada no esconderijo de Deir el-Bahari, é a de um homem de cerca de sessenta e cinco anos que não apresenta sinais de ferimento.

Foi na região tebana que Ramsés III construiu seu admirável "castelo dos milhões de anos", o templo funerário de Medinet Habu. O local escolhido é a elevação de Djemé, lugar santo de Tebas ocidental, onde

Amon apareceu na origem dos tempos. As obras não duraram mais que uns vinte anos, o que prova um verdadeiro vigor econômico e supõe uma qualificação intacta da parte do mestre-de-obras e das suas equipes, tanto mais que também se trabalhava em Karnak, Abidos, Heliópolis, Mênfis e outros locais.

O templo estava protegido por um muro de tijolo não-cozido (cerca de 310m x 210m). Tinha o aspecto de uma fortaleza que simbolizava maravilhosamente o Egito de Ramsés III, obrigado a defender-se contra o mundo externo. Aí o faraó consolidou as suas vitórias em magníficos relevos; era do palácio situado dentro do muro sagrado que ele gostava de dirigir o seu país. O enorme edifício incluía nada menos que três salas hipóstilas. Por toda parte o rei derrota seus adversários. As cenas cantam seu triunfo. Há aqui uma vontade mágica, o desejo de fazer de todo o templo um talismã que protegerá o Egito contra a desventura.

Medinet Habu é célebre graças a peculiaridades arquitetônicas como o "pavilhão real", que é, na realidade, uma entrada monumental erguida no estilo das fortalezas asiáticas. Na fachada do palácio onde residem efetivamente o rei e a sua corte, vê-se uma "janela da aparição" onde o rei assistia aos desfiles militares que se realizavam no primeiro pátio. Era igualmente desta varanda que Ramsés III distribuía as recompensas merecidas pelos seus fiéis servidores.

Medinet Habu é também um mundo de capelas onde se evoca o Além e se fazem oferendas aos deuses. Lá está gravado um calendário ritual inspirado no do Ramesseum; lá são evocadas a festa do deus funerário Sokaris-Osiris e a "saída de Min". A maior parte das representações guerreiras inspira-se claramente nas de Ramsés II, uma homenagem ao glorioso antepassado e uma maneira de invocar seu poder.

O templo funerário de Ramsés III era uma verdadeira cidade com seus edifícios de culto, seus jardins, seu lago, suas casas para os sacerdotes, suas oficinas. Por toda parte reina o mesmo sentimento de imensidão. Ramsés III não fica atrás do seu modelo Ramsés II em seu amor pelo colossal. Teve a imensa alegria de ver o templo inteiramente terminado. Este manter-se-á intacto até 383, data do édito de Teodósio, quando

começam então os estragos pelos cristãos instalados no interior dos próprios muros. A invasão árabe expulsou-os, mas a sorte de Medinet Habu agravou-se, pois os novos invasores utilizaram o templo como pedreira. Só a parte anterior, ou seja, os pórticos e os pátios, chegou até nós em bom estado de conservação. O fundo do templo fica totalmente em ruínas.

O túmulo de Ramsés III, com 125m de comprimento, dá-nos a imagem do que foi a atividade do último grande faraó: cenas consagradas à padaria, ao matadouro, à vida agrícola evocam a economia; a sala onde estão representadas armas, espadas, arcos, aljavas, carruagens, recorda a importância da guerra; a dos móveis e objetos diversos descreve a vida artesanal; e, finalmente, as numerosas cenas religiosas e mitológicas insistem na sua função de sacerdote-rei.

Grande amante de jardins, árvores e flores, Ramsés III mandou plantar muitas vinhas em várias províncias do Egito; ele foi um grande construtor e teve um reinado exemplar, como o de seus gloriosos antepassados. Graças a ele, o Egito continuou sendo um país poderoso, embora não mais sendo o senhor do mundo.

19

NECTANEBO II, O ÚLTIMO FARAÓ EGÍPCIO

Nectanebo II não é um faraó célebre. Contudo, merece um lugar nesta galeria de retratos, pois foi o último faraó egípcio, o derradeiro elo da longa cadeia de dinastias começada com Menés.

Passaram-se cerca de oitocentos anos entre o final do reinado de Ramsés III e o início do de Nectanebo II. O Egito atravessou a decadência ramessida. De 1153 a 1070 a.C., oito reis usarão o ilustre nome de Ramsés, mas nenhum deles conseguirá devolver ao Egito o seu esplendor. De 1070 a 715 a.C. decorre o Terceiro Período Intermediário (da vigésima primeira à vigésima quarta dinastia); em 715 a.C. tem início a Baixa Época, que terminará em 332 a.C. com a conquista de Alexandre. Apesar de alguns sobressaltos, o Egito não voltará a

conhecer seu antigo poder. É verdade que há grandes figuras políticas, mas os faraós, que por vezes têm de partilhar o poder num país onde o antagonismo entre o Norte e o Sul constitui um problema, já não dispõem das armas dos seus antecessores. A economia conhece períodos difíceis. A religião transforma-se, pois as correntes populares diferenciam-se cada vez mais claramente dos círculos iniciáticos. O Egito já não é capaz de levar a cabo uma política externa brilhante. Pior ainda, conhecerá várias invasões que acabarão por fazer dele um país conquistado. Apesar de todas essas desgraças, a noção sagrada de "faraó" não desaparece. Até mesmo os soberanos estrangeiros que reinam nas Duas Terras terão de ser coroados faraós e passar pelos ritos ancestrais. O faraó é a alma do Egito.

A história deste período conturbado é muito complexa. Atualmente, inúmeros egiptólogos interessam-se por ela e todos os anos há progressos no conhecimento das dinastias do final do Egito. Descrever este final exigiria um livro inteiro. Quando Nectanebo II sobe ao trono em 360 a.C., ele tem de confrontar-se com uma situação muito difícil. Quando o rei anterior, Teos, fugira do Egito após uma pesada derrota infligida pelos persas, Nectanebo era soldado na Síria. Regressou precipitadamente a seu país, onde a guerra civil ameaçava eclodir. Teos tornara-se muito impopular devido aos impostos suplementares lançados para equipar as tropas. Nectanebo conteve a revolta, fez-se reconhecer como chefe pelos notáveis locais e tornou-se faraó.

Há anos que o Egito se apóia na sua aliança com os gregos para salvaguardar a sua independência. A ocupação persa (525-404 a.C.) deixou vestígios em todas as memórias. A trigésima e última dinastia, iniciada em 380 a.C., assistiu a mudanças de atitude dos faraós em relação aos gregos. Conhece, porém, um clima de paz e possui uma economia relativamente estável, que lhe permite pôr em prática um grande programa de construções. Nectanebo dedica-se a construir e restaurar templos. Trabalha-se em Mênfis, Bubastis, Abidos, Karnak, Edfu e Philae. Antes da trigésima dinastia, a ilha de Philae era apenas uma massa de vegetação perdida numa paisagem árida. Doravante, será

erguido neste local um admirável templo de Ísis, não longe da ilha de Biggeh, onde ficava o Abaton, território sagrado de Osíris. É nestes lugares que a religião egípcia resiste mais tempo ao cristianismo. Philae foi o último templo egípcio a manter-se aberto.

O Egito já não é uma grande potência, mas aprendeu a conhecer o mundo exterior: seus marinheiros empreenderam uma imensa viagem que os levou do mar Vermelho ao Cabo, manifestando a sua surpresa quando viram o sol erguer-se à sua direita. As Duas Terras têm ligações econômicas com muitos outros países. Abriu-se o chamado "canal dos Dois Mares", o primeiro Canal de Suez, cuja idéia remontaria a Sesóstris. Ferdinand de Lesseps inspirou-se no traçado antigo, modificando o plano.

Rei pacífico e religioso, Nectanebo teve de enfrentar a mais dura realidade quando o rei persa Artaxerxes III atacou o Egito em 351 a.C. O exército egípcio, com os seus mercenários gregos, conseguiu rechaçá-lo. Mas o faraó não pode ser impreciso, e por isso fomenta movimentos de revolta contra os persas, notadamente na Fenícia. Todavia, a manobra não dá certo e as tentativas de rebelião são impiedosamente reprimidas. Além disso, o rei dos persas está cansado da resistência egípcia.

Durante o inverno de 343-342 a.C., Artaxerxes III envia contra o Egito um formidável exército de trezentos mil homens apoiado por uma frota de mais de trezentos barcos, ou seja, três vezes maior que a dos efetivos do faraó. O ataque faz-se por mar e por terra. O combate é desigual, o Delta é invadido e Mênfis, a capital administrativa, é dominada. Nectanebo II refugia-se no Egito, onde procura reunir as últimas energias. O exército persa lança uma segunda investida em direção ao sul, a fim de eliminar todos os focos de oposição. Todo o Egito é conquistado, e seus templos sofrem graves estragos. A ocupação estrangeira é muito dura.

Não sabemos como desapareceu o último faraó egípcio, grande construtor e infortunado soldado. Deve ter acabado os seus dias na

Núbia. Portanto, 343 a.C. foi o último ano em que um faraó de origem egípcia reinou no "trono dos vivos".

20

CLEÓPATRA ASSASSINADA

Cleópatra é uma das personalidades mais célebres da Antigüidade. Não faz parte da grande linhagem das dinastias faraônicas, mas tentou restaurar o poder real num Egito que não havia perdido todo o seu esplendor.

No século I a.C., as Duas Terras subsistem num mundo mediterrânico dominado por Roma. O Egito foi ocupado pelos persas de 343 a 332 a.C., data em que é libertado deste jugo por Alexandre da Macedônia após a vitória deste em Issos sobre Dario III. Chamado em socorro pelos egípcios, Alexandre, o Grande, é coroado faraó, segundo o ritual tradicional, no oásis de Siwa. Organiza a administração do território e funda Alexandria, nova capital do Egito, porém capital grega. A expressão latina *Alexandria ad Aegyptum* é significativa: Alexandria não fica no Egito, não faz parte do país, mas situa-se nas suas imediações como uma excrescência. Suas raízes não mergulham no passado faraônico. Mas é aqui, de fato, que se vai jogar a sorte do país.

O Delta heleniza-se, ao passo que o Sul, menos acessível às influências mediterrânicas, preserva melhor as antigas tradições. Os quinze ptolomeus que dirigem o Egito de 304 a 30 a.C. são realmente faraós, mas também são soberanos gregos que criam novas estruturas econômicas adaptadas ao comércio internacional do qual o Duplo País é uma peça-chave.

O Egito religioso vive com a mesma intensidade. As autoridades civis e os responsáveis religiosos realizam um surpreendente contrato. Os reis gregos são muito malvistos pela população. A Tebaída é um foco de insurreições latentes, e a polícia dos ptolomeus tem de reprimir algumas. Ora, os agitadores mais atendidos são os sacerdotes.

Depositários da antiga fé, conservam um grande prestígio junto às populações locais, de modo que os reis gregos decidem conciliá-los, concedendo-lhes grandes vantagens materiais; proprietários dos seus templos e dos territórios correspondentes, os membros do clero são autorizados a auferir dos lucros da sua exploração por um édito datado de 118 a.C. Além disso, têm crédito para a construção de templos.

No tempo dos ptolomeus, o clero egípcio, em vez de fomentar perturbações políticas, trata, pois, de erigir magníficos santuários: Edfu, Dendera, Philae, Esna, Kom Ombo, para apenas citarmos os templos mais célebres, alguns dos quais se encontram muito bem conservados. Nas paredes destes edifícios estão gravados numerosos textos de excepcional interesse. Longe do tumulto da História que, doravante, se faz sem ele, o Alto Egito consagra-se à perpetuação da tradição iniciática e esotérica. Os sacerdotes dedicam-se a profundas especulações acerca dos símbolos da sua religião, da escrita hieroglífica e das diversas criações do mundo.

Quando Cleópatra nasce, no ano 69 a.C., o império dos ptolomeus já pertence ao passado. Seu pai reina sobre o Egito com a autorização de Roma. César, Crasso e Pompeu voltaram-se para o Egito a fim de tentar resolver seus problemas econômicos. Quando Ptolomeu Aulete vem a Roma pedir auxílio para resolver seus conflitos familiares, compra poderosos personagens, entre os quais o próprio César. O rei do Egito torna-se amigo e aliado do povo romano. Uma guarnição é enviada a Alexandria e os banqueiros romanos investem no Egito.

Aos dezessete anos, Cleópatra sente um profundo desejo de reinar. Tem caráter firme, não gosta de receber conselhos e segue apenas a sua intuição. Impõe-se naturalmente e conta mais com o seu encanto do que com a sua beleza, que provavelmente não era excepcional. Ao contrário dos outros ptolomeus, Cleópatra amava profundamente o Egito e falava a sua língua. Além disso, e apesar da sua cultura grega, não era insensível aos mistérios da religião egípcia. Símbolo do Oriente helenizado, requintado, ela se apresenta como a representante de uma tradição ancestral diante dos bárbaros romanos. Rodeada de filósofos,

médicos e historiadores, e residindo em Alexandria, onde se desenvolveu uma brilhante vida intelectual, Cleópatra acredita numa profecia que a designou soberana de todo o Oriente. A rainha evocará várias vezes o seu caráter divino na sua política, atualizando antigos princípios da teologia faraônica. Sua audácia é por vezes espantosa, pois julga-se capaz de utilizar Roma para alcançar seus objetivos. Mas o projeto talvez não fosse tão louco como parecia.

Cleópatra não pode trabalhar só: é obrigada a partilhar o trono com o seu jovem irmão Ptolomeu, de treze anos de idade. O verdadeiro senhor do palácio é o grego Potinos, que não aprecia as pretensões de uma jovem completamente destituída de experiência política. Porém, ante a vontade feroz de Cleópatra, é obrigado a aceitar uma espécie de regência e divisão dos poderes. Potinos procura o apoio do exército com o intuito de se livrar da intrigante. Esta abre o espírito às realidades internacionais e decide entrar em contato com o romano Pompeu. Na guarnição romana de Alexandria verificam-se graves perturbações. Cleópatra manda prender os assassinos, esperando que seu gesto seja apreciado por Pompeu, ao qual envia também um excedente de trigo e diversos presentes. Mas o romano não reage e, além disso, a população de Alexandria mostra-se muito descontente com a atitude adotada pela rainha.

O mundo romano modifica-se. É chegado o momento da confrontação entre Pompeu e César, declarado inimigo da República. Os enviados de Pompeu vêm a Alexandria e pedem navios de guerra a Cleópatra, que os concede. Mas a posição da rainha é instável, e um conluio fomentado por Potinos obriga-a a deixar precipitadamente Alexandria e a refugiar-se na Tebaída e, depois, na Síria. Neste ano de 48, seus sonhos de grandeza esvaem-se e seu irmão Ptolomeu torna-se o soberano único do Egito.

Cleópatra não se dá por vencida. Reúne um pobre exército formado por escravos, justicados e desertores, e em breve encontra no caminho as tropas recrutadas por seu irmão, mas não se atreve a combater. A situação parece estar bloqueada, mas que se resolve em consequência de

acontecimentos externos ao Egito: no dia 9 de agosto de 48, Pompeu é vencido na batalha de Farsália, na Tessália. Após uma errância cheia de decepções, chega a Alexandria. Certa ocasião, havia oferecido sua hospitalidade a Pompeu Aulete e espera que o filho dele lhe pague na mesma moeda. O jovem Ptolomeu aceita recebê-lo, mas para assassiná-lo. Pompeu é apunhalado na embarcação que o conduzia do seu barco à praia de Pelusa. Seu assassino, um romano, corta-lhe a cabeça e apresenta-a num chuço ao rei do Egito. Ptolomeu contava conquistar desse modo as boas graças de César.

Este último chega por sua vez a Alexandria à frente de uma grande frota. Chora o trágico destino de Pompeu, mas seus projetos apagam o desgosto. Quer resolver o conflito entre Ptolomeu e Cleópatra e, sobretudo, recuperar o dinheiro que o pai deles lhe devia. César entra num palácio quase deserto. Ptolomeu está em Pelusa. César é um hóspede não convidado e os cortesãos não apreciam seu comportamento.

O vencedor dos gauleses descobre, espantado, a capital do Egito. Falam-se muitas línguas, as ruas estão animadas, o comércio é intenso. Percebe que o país é um imenso produtor de trigo, o que poderia ajudar a resolver uma grande parte dos problemas alimentares de Roma. Visita a célebre biblioteca, vai ao museu, onde se discute filosofia, e entra no templo de Serapis. Mas a presença dos romanos é mal vista pela população e a hostilidade torna-se palpável. César redobra sua guarda pessoal. Finalmente, Ptolomeu e seu conselheiro Potinos regressam a Alexandria. O encontro é agitado. César admira-se. Por que razão Cleópatra está ausente? Quer vê-la. Potinos mostra-se cauteloso e hesitante. Autoritário, o romano proíbe-o de deixar a capital.

Cleópatra é informada de que César deseja conversar com ela. É a sua última oportunidade. Não é possível chegar a um resultado pelas vias oficiais, de modo que se serve da astúcia. Consegue chegar a Alexandria e introduz-se no palácio de uma forma pelo menos original. Um camareiro esconde-a num suntuoso tapete que carrega ao ombro. "Um presente para César", anuncia ele ao guarda. Espantado, César vê

aparecer diante dele uma magnífica jovem de vinte e um anos. Não é tanto pela sua beleza ou pelo seu requinte que ela fará o romano apaixonar-se. Cleópatra é inteligente, culta, admiravelmente vestida e maquilada. Símbolo vivo dos encantos do Oriente, tinha uma conversa cativante e falava uma dúzia de línguas. "Ouvir a sua voz era uma delícia", dizia-se; "sua língua era como uma lira de numerosas cordas." César, o soldado, está fascinado. O jovem Ptolomeu fica furioso. Alexandria indigna-se. Cleópatra é tratada como uma prostituta por seu irmão. Mas César possui uma cópia do testamento de Ptolomeu Aulete e profere uma sentença: irmão e irmã deverão casar-se e reinar juntos. Como presente de casamento, oferece a ilha de Chipre. Cleópatra está feliz. Depois de momentos de desespero, o horizonte está novamente limpo.

Potinos, a alma danada de Ptolomeu, procura sublevar a população de Alexandria contra Cleópatra, pois a guerra civil parece-lhe ser a única maneira de afastá-la do trono. Mas a jovem tem uma rede de informantes e descobre o novo conluio do grego; manda-o prender e executar.

Cleópatra foi longe demais e o povo está desgostoso. Produzem-se motins mais ou menos espontâneos, e a guarnição romana e os barcos de César são atacados. Este não é apanhado completamente desprevenido, mas tem grande dificuldade em escapar: incendeia seus próprios navios, desorganizando assim o adversário. Reza a tradição que César fugiu a nado, chegando mesmo a perder seu manto púrpura, símbolo do poder.

Alexandria está dividida entre os que desejam a paz e querem submeter-se a César e os que pretendem a guerra ao serviço de Ptolomeu. Ajudado por Mitrídates de Pérgamo, César não tem grande dificuldade em vencer o exército egípcio. Em março de 47, Ptolomeu morre afogado depois da derrota.

Cleópatra está radiante. No entanto, o Egito ainda não lhe pertence inteiramente, pois Alexandria não aceita facilmente o governo de uma mulher, ainda mais que existe um herdeiro da coroa. Cleópatra é, pois,

obrigada a partilhar o poder, pelo menos teoricamente. Mas outra preocupação a ocupa: está grávida, e pede a César auxílio e proteção. Para lhe mostrar o Egito, leva-o num cruzeiro. Os dois amantes sobem o Nilo com quatrocentos barcos e são muito bem recebidos no Alto Egito, onde Cleópatra dirige várias cerimônias religiosas, notadamente a "entronização" de um novo touro Bukhis, animal sagrado da cidade de Hermontis.

A rainha partilha o trono com Ptolomeu Xiy de onze anos. Quando César parte para fazer a guerra, ela dá à luz, no verão de 47, um Ptolomeu-César, a quem o povo de Alexandria chama, em deboche, de Cesarião. Este é, contudo, proclamado filho de Amon-Rá, o qual, como nos tempos antigos, encarnou na pessoa de um homem — na decorrência, César — para dar um filho à rainha. Cleópatra é representada nas moedas como Afrodite, e seu filho como Eros. A rainha está convicta de que ele está prometido a um grande destino político e de que o Egito voltará a ter um papel proeminente no concerto das nações. Ibdó repousa no antigo mito faraônico: Cleópatra é uma Ísis que gera um Hórus. Foi fecundada por um deus, e as perspectivas só podem ser grandiosas.

No outono de 46, César convida Cleópatra a ir a Roma. Lá ela permanecerá até o assassinato do seu amado, a 15 de março de 44. A rainha do Egito instalou-se nos jardins de César, hoje Palácio Farnésio. O povo não gosta dela, considerando-a uma bruxa estrangeira que conseguiu enfeitiçar o senhor de Roma. Contudo, Cleópatra serve-se de todos os seus talentos de sedutora, mantendo uma brilhante corte de eruditos, poetas e músicos. Mas as virtuosas matronas romanas desconfiam de que ela é mulher de vida duvidosa; além disso, tem uma desavença com um dos seus apaixonados admiradores, Cícero, que gostava de falar com a rainha acerca da cultura oriental, chegando mesmo a pedir-lhe que lhe enviasse manuscritos antigos. Cleópatra promete, mas não cumpre. Cícero fica desiludido e lhe expõe toda a perfídia de que ela é capaz, afirmando que os conhecimentos da rainha

são superficiais, que é incapaz de se interessar pelo mesmo assunto durante muito tempo e que é frívola. Em suma, detesta-a.

Fiel à sua visão, a rainha do Egito tenta convencer César de que nada de grandioso poderá realizar-se sem um Oriente chefiado pelo Egito. A monarquia egípcia deveria ser unida ao incomparável prestígio da República romana. César poderia adquirir uma "legitimidade faraônica", fazendo-se reconhecer como filho de Amon em Alexandria. Verificam-se indiscrições. Circulam boatos mais ou menos distorcidos. Não se veste César como um soberano helenístico? Não tem ele a intenção de fazer de Alexandria a capital de um grande império em detrimento de Roma? Não desposará ele a estrangeira sem visão, desprezando a moral tradicional?

Cleópatra passa dos limites. Ciosa de se rodear dos mistérios do Egito, gosta que a considerem uma deusa. Estoura um escândalo quando uma estátua de ouro representando-a é colocada no templo de Vênus. Depois de muito conspirar, o senado decide salvar a República. A megalomania de César, que se deixa adular por qualquer bajulador, constitui um perigo para o Estado. César é assassinado e os criminosos são absolvidos pelo senado.

Cleópatra é obrigada a deixar Roma sem demora porque sua vida está em perigo. Desaparecido César, ninguém hesita em criticá-la abertamente. Enorme decepção: o testamento de César não designa Cesarião como sucessor, mas Otávio, sobrinho-neto do ditador. A rainha regressa a Alexandria num clima de indiferença. Reina a penúria, os negócios são mal geridos: esmagados pelos impostos, os contribuintes dirigem numerosas queixas ao palácio. Cleópatra manifesta, então, verdadeiras qualidades de chefe de Estado: reduz as desigualdades e aplica uma fiscalização mais justa, e consegue estabilizar a economia do país, tornando-se muito mais popular. Seu co-regente, Ptolomeu XIV morre. Suspeita-se que ela o assassinou. A legalidade obriga-a a admitir um novo co-regente, Ptolomeu XV de três anos de idade. A rainha tem, porém, as mãos inteiramente livres.

Em Roma, as convulsões redundam num triunvirato composto por Antônio, Lépido e Otávio, constituído em 27 de novembro de 43. Os três homens partilham o império. Antônio parte para o Oriente a fim de repousar. Com cerca de quarenta anos, é um militar de boa aparência, viril, colérico, que gosta de viver de maneira suntuosa e aprecia as mulheres e a vida fácil. Sabe conduzir os homens em terra firme, mas as complicações políticas não são seu forte. Caprichoso, não gosta de refletir acerca de problemas abstratos, e os negócios o aborrecem. Só o prazer e a ação o apaixonam. É tratado em toda parte com muitas honrarias. Enquanto suas tropas fazem a guerra na Ásia, Antônio admira-se com o fato de Cleópatra não lhe prestar rapidamente ato de vassalagem. A rainha hesita: como escolher entre Otávio e Antônio? Não conhece nenhum dos dois. Convinha esperar algum tempo para saber das intenções dos dois. Mas Antônio impacienta-se. Sua suscetibilidade é bem conhecida. Ameaças pouco veladas obrigam Cleópatra a decidir-se.

Numa manhã do ano 41, o barco da rainha do Egito aproxima-se de Tarso, onde reside Antônio. Cleópatra possui um extraordinário senso do espetáculo e da encenação: vem na proa da embarcação, disfarçada de Afrodite. Jovens que representam o papel de Eros abanam-na, bailarinas com véus de cor púrpura criam um clima festivo. Antônio, que estava no fórum, vê a multidão seguir para o porto a fim de assistir ao acontecimento. O romano fica tão deslumbrado quanto os outros. Normalmente, teria convidado Cleópatra a vir a terra, mas é ela que o convida para jantar num cenário suntuoso, no qual a baixela em ouro e os cortinados em cor púrpura constituem atrativos menores. No dia seguinte é oferecido um repasto ainda mais deslumbrante em honra do grande soldado.

Cleópatra tem vinte e oito anos. Antônio apaixona-se perdidamente. Passa o inverno de 41-40 junto com ela, num clima de prazeres e deleites. Já não pode passar sem ela, sem o seu encanto, a sua cultura, as suas idéias. Cleópatra pede-lhe um primeiro favor: a cabeça da irmã dele, Arsinoé, cuja existência poderia contrariar seus planos políticos.

Nada mais fácil. Todos os irmãos e irmãs da rainha são então afastados. Ela e Cesarião estão com o caminho livre.

Não podemos duvidar de que um amor autêntico tenha unido Antônio e Cleópatra. Ela encarnava o Oriente. Ele era a força, o símbolo do poder romano. A rainha não teve muitas aventuras nem foi uma mulher fácil. As ambições políticas dos dois amantes são idênticas e alimentadas por sua paixão. Têm confiança um no outro, Antônio ama a vida alexandrina, o encanto um pouco desgastado da capital egípcia, seu luxo, sua frivolidade e sua cultura. A licenciosidade dos costumes não o incomoda e ele não procura defender os valores da moral romana, de modo que é amado pela população, que aprecia a sua facilidade de adaptação. Cleópatra leva seu amante a várias regiões do Egito, notadamente a Canopo e ao lago Mareótis. Tem o cuidado de lhe oferecer cantos e danças, que ele aprecia, e de manter um constante clima de festas durante as quais se bebe até a uma doce embriaguez, à espera da alvorada criada pelo deus-Sol. Em Alexandria, Antônio é chamado "o grande", "o inimitável", "o benfeitor". Sua vaidade é satisfeita.

Mas a rainha do Egito não dorme à sombra dos louros. O amor não lhe basta. Uma vez resolvida a situação interna, expõe ao amante seus projetos: trata-se de restituir ao Egito o domínio do mundo helenístico. Por isso Cleópatra permitiu o comércio do dinheiro e acabou com os monopólios perpétuos. Reformando o sistema monetário, abolindo os privilégios dos templos, liquidando os empréstimos pedidos a Roma, praticou uma política econômica ousada e eficaz. O país dos faraós está pronto para fazer novas conquistas, mas precisa de um exército: o de Antônio.

Pouco a pouco, o romano deixa-se conquistar, tanto mais que, no ano 40, reina entre ele e Otávio uma viva tensão. Parece inevitável uma confrontação sangrenta. Os dois homens encontram-se no outono, na cidade de Brindisi, mas os soldados não estão com vontade de se matarem uns aos outros, e a única solução possível é negociar. O Oriente pertencerá a Antônio, o Ocidente a Otávio. A Itália continua

sendo uma zona neutra. Para selar esta aliança, Otávio dá em casamento a Antônio a sua meia-irmã Otávia. A mulher legítima de Antônio, Fúlvia, morrera e, aos olhos do rigoroso Otávio, Cleópatra não contava.

Durante o inverno de 39-38, Antônio e Otávia residem em Atenas. A jovem é bonita e inteligente, muito fina, porém, para o marido. Consegue que ele se afaste da rainha do Egito durante algum tempo e que mantenha boas relações com Otávio. Antônio é ativo: ocupa-se cuidadosamente do seu exército da Ásia, reforça-o e cria uma grande frota. O contato com mulheres cultas como Otávia e Cleópatra torna-o intelectualmente mais exigente: pretende ser o protetor dos filósofos. Estes louváveis esforços não impedem, porém, de crescer a popularidade de Otávio. E Antônio se aborrece. A ausência de Cleópatra é cada vez mais insuportável. Considerando-se um rei helenístico, julga-se no direito de estar unido a duas esposas.

No inverno de 35-36, afasta Otávia e chama Cleópatra para junto de si, em Córquira. Para lhe provar seu amor, desposa-a. Em 36, Cleópatra dá-lhe um terceiro filho. Com o seu casamento, que causa infundáveis comentários, a rainha impõe-se no cenário internacional. Exige Chipre a Antônio, uma parte da costa fenícia e a Cilícia. O Egito fica, desse modo, no topo de uma nova federação de Estados helenísticos. Cleópatra assenta a primeira pedra de um novo império.

Enquanto a rainha se ocupa de suas novas possessões, Antônio parte em campanha contra os persas. Um desastre. Perda de numerosos soldados e de material, traições, deserções, doenças, má intendência, retirada sob a forma de derrota... todas as calamidades numa só. Antônio não desanima. Está pronto para voltar ao ataque alistando novos recrutas. O rumor público acusa a bruxa Cleópatra de ter enfeitiçado o romano, fazendo-o perder o sentido da vitória. Mas a rainha do Egito é lúcida. O inimigo não são os persas, mas Otávio, que voa de sucesso em sucesso. Entre ele e o poder absoluto, o único obstáculo é Antônio. Otávio apresenta-se como um verdadeiro romano, piedoso e enérgico, diante de um Antônio dissoluto e reduzido à condição de "Dioniso

helenístico". Otávia procura evitar o conflito entre os dois homens. Chega a Atenas, onde espera Antônio com dinheiro e reforços. Ele tem de escolher entre a sua mulher legítima, uma romana, e Cleópatra, uma estrangeira. Tudo ainda pode regressar à ordem.

Cleópatra percebe o perigo. Inquieta-se, e então adoece. Se Antônio a deixar, não sobreviverá. E ele fica junto dela. Mortificada e desiludida, Otávia regressa a Roma sozinha, tornando-se o símbolo da mulher digna e ultrajada. A atitude de Antônio é julgada com grande severidade, mas ele não parece muito consciente disso. Persegue uma idéia fixa: invadir o reino persa. De modo que ocupa a Armênia para preparar um ataque decisivo. Chega-lhe, porém, uma mensagem: Roma declara Antônio inimigo da República e condena sua ação militar. No outono de 34, regressa a Alexandria, onde é suntuosamente recebido. Cleópatra celebra um triunfo no qual Antônio é apresentado como Dioniso e não como um general romano. Antônio e Cleópatra instalam-se em tronos de ouro, com os filhos a seus pés. O filho mais velho está vestido de persa, o mais novo, de macedônio. Cesarião torna-se herdeiro do trono do Egito. Os países do Oriente são divididos entre Cleópatra e a sua progenitura. A rainha tem a estatura de um faraó. É o tempo do triunfo.

Essa grandiosa cerimônia destinada a impressionar não é bem-vista por Roma. Ativo com os que o criticam, Antônio é um mau diplomata. Não sabe utilizar os apoios de que ainda dispunha na capital dos seus pais. O conflito com Otávio é inevitável, e Antônio e Cleópatra preparam a guerra. O exército do Oriente inclui dezenove legiões (cerca de setenta mil homens). A marinha da rainha do Egito tem duzentos barcos. Constroem-se novas unidades para chegar a um total de oitocentas. Cleópatra anda por toda parte, é vista nas obras e nas casernas. A proximidade do combate estimula-a. A glória do seu país merece todos os seus esforços. Já se imagina rainha dos romanos e anuncia que fará justiça no Capitólio. Ela e Antônio são pintados como Ísis e Osíris, e esculpidos como Selene e Dioniso.

Curiosamente, perdem tempo. Passam a primavera de 32 em Samos, levando uma vida luxuosa e fácil. Antônio hesita em atacar Roma, embora seja mais forte militarmente. Enviando uma carta de rompimento a Otávia, provoca um divórcio que indigna os romanos. Otávio é mais enérgico do que o seu rival. Violando o templo das Vestais em Roma, torna público um documento no qual se prova que Antônio desbarata o território romano a favor de Cleópatra. Ele, um romano, quer ser incinerado em Alexandria quando morrer! Desta vez não há margem para dúvidas: Antônio trai. Uns reclamam a sua morte, outros consideram-no louco e irresponsável.

A guerra é declarada: não contra Antônio, mas contra Cleópatra. Suprema habilidade de Otávio, que evita a guerra civil e envolve o seu exército num conflito justo contra um inimigo estrangeiro. Chega a tentar uma última conciliação, convidando Antônio a vir discutir na Itália. Cleópatra convence Antônio de não cair na armadilha.

Não se compreende o que esperam Antônio e Cleópatra. Após longos meses passados em Éfeso e em Atenas, ela deseja regressar ao Egito. Antônio tornou-se lânguido e indeciso, parecendo incapaz de tomar qualquer atitude. Está obcecado pela necessidade de conquistar o reino persa para conseguir uma verdadeira supremacia sobre o Oriente. Otávio age. Reúne suas tropas em Brindisi e prepara-se para atravessar o Adriático. Antônio instala seu quartel-general em Patras, reunindo suas tropas acantonadas em diversos pontos da Ásia: um exército enorme, mas pouco homogêneo e mal equipado. Numerosas legiões ocupam-se de missões de vigilância no Egito, na Cirenaica, na Ásia Menor e na Síria, não estando disponíveis para um confronto direto. Além disso, Antônio está plenamente confiante em sua superioridade naval. Nem sequer tem todos os seus barcos no mar e nem impede a junção dos elementos da frota adversa. Agripa, o almirante de Otávio, tirará partido de todos esses erros. Hábil, reagrupa suas forças enquanto uma parte da frota de Antônio se danifica nos molhes¹². A disciplina afrouxa nas tripulações. Nenhuma ordem concreta para os estimular.

¹² Molhe: paredão que avança pelo mar adentro; serve de abrigo aos navios.

As hostilidades instauram-se na primavera de 31. Cleópatra joga o destino de um Egito que vê grandioso. Se Otávio for vencido, a rainha reinará sobre um imenso império. Infelizmente, para ela, Antônio não se mostra à altura da situação. Actium é um lugar mal escolhido para instalar um acampamento, pois o clima é insalubre e o abastecimento não se encontra bem assegurado. A frota de Otávio conhece dificuldades e tem falta de víveres. Para sair de uma situação estagnada, Cleópatra aconselha Antônio a travar um combate naval. Os chefes do exército terrestre ficam estupefatos e indignados: há que se confiar nas suas legiões! Antônio nunca travou uma batalha no mar, e não faz idéia da estratégia a adotar. Mas a rainha do Egito é mais forte. Será feita a sua vontade.

Percebendo, por fim, o estado da sua frota, Antônio toma medidas radicais e manda incendiar um terço dos barcos por estarem defeituosos. Manda também embarcar inúmeros legionários como marinheiros. No dia 2 de setembro de 31, as embarcações de Antônio lançam-se ao mar, seguidas pela esquadra egípcia comandada por Cleópatra. O grande erro de Antônio foi o de confiar em seus barcos extremamente pesados, difíceis de manobrar e de alinhar. As rápidas galeras de Otávio lançam um ataque decisivo e imobilizam os mastodontes adversários antes de os abalroarem.

E eis então que acontece o episódio mais incrível desta batalha. Antônio espera Cleópatra, que deveria libertar seus marinheiros sem grande dificuldade. Estupefato, percebe que a frota egípcia se afasta! Provavelmente convencida de que Antônio não podia deixar de sair vitorioso, ela deixa o local de combate. Antônio confronta-se de repente com um terrível dilema: deverá permanecer junto de seus homens ou segui-la? Desolado e consciente da sua covardia, o romano deserta. A frota é abandonada por seu chefe e Otávio triunfa. Antônio, que conseguiu alcançar a embarcação de Cleópatra, passa três dias e três noites prostrado. Chamado várias vezes, vai finalmente ter com a rainha, que parece alegre e segura, como se nada de grave tivesse acontecido. Actium não lhe parece uma derrota. Seus projetos

permanecem intactos. O essencial era escapar de Otávio para prosseguir a luta.

Ao chegar em Alexandria, Cleópatra anuncia que alcançou uma grande vitória. Até que ponto ela se ilude? As notícias circulam nas ruas da capital egípcia. Os que afirmam que a situação é catastrófica são presos e executados e os seus bens confiscados. Mas é impossível calar todo o povo e logo se sabe que Actium foi um desastre. A frota e o exército de Antônio foram derrotados por Otávio, que inicia a repressão, castigando os príncipes da Ásia Menor, aliados de Antônio.

Estranha esta Alexandria da Cleópatra vencida. Desesperado, Antônio procura esquecer a sua decadência embriagando-se em banquetes na companhia dos seus últimos partidários, "os companheiros da morte". Cesarião é um rei sem poder, um monarca de opereta. Cleópatra tenta preparar sua fuga. Para onde ir? Para a Espanha, para a Arábia? A fim de proteger o país, reúne tropas em Pelusa. Após construir um túmulo junto do templo de Ísis, a rainha inicia negociações com Otávio, mas este mantém-se evasivo: por que há de ceder algo se a sua vitória se anuncia total? No primeiro dia de agosto do ano 30, a frota de Otávio estaciona diante de Alexandria. Antônio quer resistir, mas todos o abandonam.

Convencido da morte de Cleópatra, Antônio pede a seu escravo livre que o mate. Este recusa e se suicida. O romano, por sua vez, tenta matar-se atirando-se contra a ponta de sua espada. Mortalmente ferido, pede para ser transportado para junto da rainha. Içado por uma janela, o corpo de Antônio é introduzido num pequeno forte perto do templo de Ísis, onde Cleópatra achara refúgio. É junto da mulher tão amada que Antônio exala o seu último suspiro.

Otávio não se baixa ao ponto de tomar de assalto o último abrigo de Cleópatra, que só se entregará se seus filhos forem poupados. Mas não está em posição de formular a mínima exigência. Soldados de Otávio entram no forte e fazem-na prisioneira, impedindo-a de cravar um punhal no corpo.

Cativa em seu palácio, a rainha procura morrer de fome. Cruel, Otávio utiliza a arma da chantagem: se ela persistir nessa intenção, ele se vingará em seus filhos. Ela tem de falar-lhe e revelar-lhe o lugar onde esconde suas riquezas. Houve uma única entrevista entre Cleópatra e Otávio. A rainha, com trinta e nove anos, não perdeu o seu encanto, mas seus fracassos mortificaram-na. Tenta justificar a sua ação junto do seu vencedor e seduzi-lo. Mas Otávio é glacial. Só conhece a ambição, e não será uma mulher que o fará afastar-se de seu caminho. Quanto ao resto, não cumprirá nenhuma promessa e mandará matar Cesarião.

O sonho de Cleópatra está desfeito. Mas privará Otávio de um magnífico triunfo em Roma, durante o qual seria mostrada a um povo cheio de ódio como uma escrava acorrentada. Reza uma tradição célebre (que parece próxima da verdade) que, depois de tomar um banho e de escrever uma carta a Otávio pedindo para repousar junto de Antônio, Cleópatra manda vir um cesto com frutas. O cesto trazia uma serpente escondida, que a rainha agarra. Mordida no seio, sucumbe dignamente. É possível que Cleópatra tenha escolhido esta maneira de morrer por motivos religiosos. Os faraós eram protegidos por uma serpente sagrada que aniquilava seus inimigos. A desesperada rainha fez deste poder vital uma força destrutiva. A serpente criadora transforma-se numa serpente de morte. No dia 29 de agosto do ano 30 a.C., o Egito soberano é assassinado pela última vez, na pessoa de Cleópatra.

UM ÚLTIMO OLHAR

Após a morte de Cleópatra, o Egito torna-se o celeiro de Roma que oprime o Duplo País. Em 384 da nossa era, um decreto ordena o fechamento dos templos. No dia 14 de Agosto de 394 é gravado o último texto hieroglífico em Philae, de onde os sacerdotes de Ísis serão expulsos em 535. A língua sagrada desaparece, caindo assim no ostracismo um prodigioso instrumento cultural, bem como a aventura dos faraós, até o dia em que a sua decifração permitiu conhecer a sua civilização.

A viagem ao Egito é um deslumbramento para todo aquele que quiser reencontrar as suas origens e as suas raízes mais profundas. O visitante sente com uma intensidade muito especial que o segredo da civilização está ali, oculto naquelas pedras, no sorriso das divindades, na verticalidade das colunas. A história dos faraós do Egito constitui um ensinamento, fazendo-nos tomar consciência da verdadeira grandeza do homem. E é tão imperecível quanto a sua arte.

Filho único do deus Rá, o Egito era considerado pelos seus habitantes como o centro do mundo, como o olho aberto para o real. Templo do mundo inteiro, reflexo do cosmos, o Duplo País era oferecido a cada soberano como um tesouro inestimável. O Sul é dado ao rei tão longe quanto sopra o vento, Norte até os confins do mar, o Ocidente tão longe quanto chega o sol, o Oriente até onde ele desponta. De modo que a atividade dos faraós não foi política no sentido estrito do termo; o senhor do Egito, intermediário entre o céu e a Terra — como, por exemplo, o imperador da China —, não se comportava como um administrador profano. Investido da sua missão pelos deuses, qual mago que mantém a harmonia da natureza, o faraó é o modelo de um chefe de Estado que à primeira vista parece estar muito longe de nós. Haverá, contudo, maior desígnio político do que criar uma ordem terrestre em harmonia com a ordem celeste? Eis a grande obra dos reis do Egito, eis a verdade dos chamados faraós.

DADOS CRONOLÓGICOS

(A maior parte das datas é aproximada)

ÉPOCA PRÉ-DINÁSTICA: cerca de 3000 a.C.

O rei-Escorpião

Narmer

DINASTIAS TINITAS

Primeira dinastia¹³ (2950 a 2770 a.C.)

Segunda dinastia¹⁴ (2770 a 2640 a.C.)

ANTIGO IMPÉRIO

Terceira dinastia (2640 a 2575 a.C.)

Djoser (2624-2605)

Quarta dinastia (2575 a 2465 a.C.)

Snefra (2575-2551)

Quéops (2551-2528)

Djedefre (2528-2520)

Quéfren (2520-2494)

Miquerinos (2490-2471)

Chepsekaf (2471-2467)

Quinta dinastia (2465 a 2325 a.C.)

Userkaf (2465-2458)

Sahure (2458-2446)

Neferirkare (2446-2427)

Neuserré (2420-2396)

Menkauhor (2396-2388)

Djedkare (Isesi) (2388-2355)

Unas (2355-2325)

Quinta dinastia (2325 a 2155 a.C.)

Téti (2325-2300)

Userkare

Pepi I (Merire) (2300-2268)

Merenré I (2268-2254)

Pepi II (Neferirkare) (2254-2160)

Merenré II

Nitócris

¹³ Lista dos faraós: Aha, Djer, Uadji, Deuen, Adjib, Semerkhet, Kaa.

¹⁴ Lista dos faraós: Hotepsekhemui, Raneb, Nineter, Peibsen, Khasekhemui.

Sétima/oitava dinastias (2155 a 2134 a.C.)

Nona/décima dinastias (2134-2040)

MÉDIO IMPÉRIO

Décima primeira dinastia (2134-1991)

Antef I (2134-2118)

Antef II (2118-2069)

Antef III (2069-2061)

Mentuhotep I (2061-2010)

Mentuhotep II (2010-1998)

Mentuhotep III (1998-1991)

Décima segunda dinastia (1991-1785)

Amenemhat I (1991-1962)

Sesóstris I (1971-1926)

Amenemhat II (1929-1892)

Sesóstris II (1897-1878)

Sesóstris III (1878-1841)

Amenemhat III (1844-1797)

Amenemhat IV (1798-1789)

Sebek-Neferu (1789-1785)

SEGUNDO PERÍODO INTERMEDIÁRIO

Décima terceira dinastia (1785 a 1650 a.C.)

Décima quarta dinastia¹⁵ (1715 a 1650 a.C.)

Décima quinta/décima sexta dinastias (Hicsos) (1650 a 1540 a.C.)

Décima sétima dinastia (1650 a 1551 a.C.)

Antef (cerca de 1640)

¹⁵ Paralela à precedente.

Sekenenre-Taa (cerca de 1570/1560)

Kamósis (1555-1551)

NOVO IMPÉRIO

Décima oitava dinastia¹⁶ (1552-1306 a.C.)

Amósis (1552-1527)

Amenófis I (1527-1506)

Tutmósis I (1506-1494)

Tutmósis II (1493-1490)

Hatshepsut (1490-1468)

Tutmósis III (1490-1436)

Amenófis II (1438-1412)

Tutmósis IV (1412-1402)

Amenófis III (1402-1364)

Amenófis IV/Akhenaton (1364-1347)

Semenkharé

Tutankhamon (1347-1338)

Ay (1337-1333)

Horemheb (1333-1306)

Décima nona dinastia (1306-1186 a.C.)

Ramsés I (1306-1304)

Sethi I (1304-1290)

Ramsés II (1290-1224)

Meremphah (1224-1204)

Sethi II (1204-1194)

Amenmes

Siptah (1194-1188)

Tausert (1188-1186)

Vigésima dinastia (1186-1070 a. C.)

Setnakht (1186-1184)

¹⁶ Existe outra cronologia que situa o início desta dinastia em 1540 e o seu final em 1188 a.C.

Ramsés III (1184-1153)

Ramsés IV a Ramsés XI (1146-1070)

BAIXA ÉPOCA

Vigésima primeira dinastia (1070-945 a.C.)

Smendes (1070-1044)

Psusene I (1040-990)

Amenemope (993-984)

Siamon (978-960)

Psusene II (960-945)

Vigésima segunda dinastia (bubástica) (945-722 a.C.)

Sheshonk I (945-924)

Osorkon I (924-887)

Osorkon II (862-833)

Takelot II (839-814)

Sheshonk III (814-763)

Pimui (763-758)

Sheshonk V (758-722)

Vigésima terceira dinastia (808-715 a.C.)

Petubastis (808-783)

Osorkon III (cerca de 760-750)

Takelot III¹⁷ (cerca de 740)

Vigésima quarta dinastia (725-712 a.C.)

Tefnakht (725-718)

Bocóris (718-712)

Vigésima quinta dinastia (etíope) (712-664 a.C.)

Piankhi (740-713)

Taharkha (690-664)

¹⁷ Outros mais.

Tanutamon¹⁸ (664-656)

Ocupação Assíria (671-664 a.C.)

Vigésima sexta dinastia (saíta) (664-525 a.C.)

Nekao I (672-664)

Psamético I (664-610)

Nekao II (610-595)

Psamético II (595-589)

Apries (589-570)

Amasis (570-526)

Psamético III (526-525)

Vigésima sétima dinastia (ocupação persa) (525-404 a.C.)

Vigésima oitava dinastia

Amyrté (404-399 a.C.)

Vigésima nona dinastia (399-380 a.C.)

Achóris¹⁹ (393-380)

Trigésima dinastia (380-343 a.C.)

Nectanebo I (380-362)

Teos (362-360)

Nectanebo II (360-343)

SEGUNDA OCUPAÇÃO PERSA (343-332 a.C.)

MACEDÔNIOS (332-305 a.C.)

PTOLOMEUS (305-30 a.C.)

¹⁸ Mais três outros reis.

¹⁹ Ainda três outros reis.